



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

São Luís - MA



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015**

EXPEDIENTE

Organização:

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Diretor-Geral

FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA FERREIRA
Diretora da Secretaria para Assuntos
Institucionais

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM
Assessor de Planejamento Geral

LUSELIAS SOARES SALES LOPES
Analista Ministerial

Supervisão editorial

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

RÔMOLLO DE SÁ MALTA
Chefe da Seção de Editoração e Publicação

Endereço:

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro.
São Luís – Maranhão – CEP: 65.020-910
Fone: (98) 3219 1600 – www.mpma.mp.br

Revisão

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM
Assessor de Planejamento Geral

Normalização

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

CONCEIÇÃO DE MARIA LIMA GUEDES
Analista Ministerial

Diagramação e arte final

RAIMUNDO NONATO PENHA
Designer Gráfico

TAYLINNE TALITA DA SILVA REIS
Designer Gráfico

Fotos:

Arquivo da Coordenadoria de
Comunicação/PGJ



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - GESTÃO 2015

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA

Procuradora-Geral de Justiça

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

TEREZINHA DE JESUS GUERREIRO BONFIM

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

SUVAMY VIVEKANANDA MEIRELES

Corregedor-Geral do Ministério Público

RITA DE CÁSSIA MAIA BAPTISTA MOREIRA

Subcorregedora-Geral do Ministério Público

SIRLEI CASTRO AIRES RODRIGUES

Chefe de Gabinete da PGJ

JUSTINO DA SILVA GUIMARÃES

Assessor-Chefe da PGJ

ÓRGÃOS DE APOIO

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA

Ouvidora-Geral do Ministério Público

ANA TERESA SILVA DE FREITAS

Diretora da Escola Superior do Ministério Público

MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES

Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

LUÍS FERNANDO CABRAL BARRETO JÚNIOR

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural

JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

SANDRA LÚCIA MENDES ALVES ELOUF

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania

HERBERTH COSTA FIGUEIREDO

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde

PAULO SILVESTRE AVELAR SILVA

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação

RONALD PEREIRA DOS SANTOS

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência

JOSÉ CLÁUDIO ALMADA LIMA CABRAL MARQUES

Coordenador dos Centros de Apoio Operacional Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial

LÍTIA TERESA COSTA CAVALCANTI

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

LUIZ GONZAGA MARTINS COÊLHO

Diretor-Geral

CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA

Diretora da Secretaria Administrativo-
Financeira

FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA FERREIRA

Diretora da Secretaria para Assuntos
Institucionais

GLADSTON FERNANDES DE ARAÚJO

Coordenador de Assuntos Estratégicos e
Inteligência

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA

Coordenadora de Administração

IVONEIDE QUEIROZ SANTOS

Coordenadora de Gestão de Pessoas

TATIANA ALVES DE PAULA

Coordenadora de Orçamento e Finanças

**MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS
SANTOS**

Coordenadora de Documentação e
Biblioteca

LUCINA MACEDO MEDEIROS

Coordenadora de Comunicação

ALAN ROBERT DA SILVA RIBEIRO

Coordenador de Modernização e
Tecnologia da Informação

ANA MARIA ÁLVARES NUNES DO RÊGO

Coordenadora de Processos

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO

Coordenador de Serviços Gerais

GILBERTO DUAILIBE MOUCHEREK

Coordenador de Obras, Engenharia e
Arquitetura

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR

Coordenador da Folha de Pagamento

VICEMIR TEIXEIRA MOTA FONTENELLE

Presidente da Comissão Permanente de
Licitação

**CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS
JÚNIOR**

Assessor-Chefe de Auditoria

MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA

Assessora-Chefe de Controle Interno

WALTER DA CONCEIÇÃO ANDRADE BRAGA

Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

LUCAS ARAÚJO DUAILIBE PINHEIRO

Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da
Administração

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM

Assessor-Chefe de Planejamento Geral

ANDREA DE MELO NOGUEIRA DUARTE

Chefe de Cerimonial



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Regina Lúcia de Almeida Rocha

Presidente

Ana Lúdia de Mello e Silva Moraes

Carlos Jorge Avelar Silva

Clodenilza Ribeiro Ferreira

Domingas de Jesus Froz Gomes

Eduardo Daniel Pereira Filho

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Francisco das Chagas Barros de Sousa

Iracly Martins Figueiredo Aguiar

Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

José Antônio Oliveira Bents

José Henrique Marques Moreira

Krishnamurti Lopes Mendes França

Lígia Maria da Silva Cavalcanti

Marco Antônio Anchieta Guerreiro

Maria de Fátima Rodrigues Travassos
Cordeiro

Maria dos Remédios Figueiredo Serra

Maria Luíza Ribeiro Martins

Mariléa Campos dos Santos Costa

Paulo Roberto Saldanha Ribeiro

Raimundo Nonato de Carvalho Filho

Regina Lúcia de Almeida Rocha

Regina Maria da Costa Leite

Rita de Cassia Maia Baptista Moreira

Sâmara Ascar Sauaia

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

Selene Coelho de Lacerda

Suvamy Vivekananda Meireles

Teodoro Peres Neto

Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim

Themis Maria Pacheco de Carvalho

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Biênio (2015 -2017)

TITULARES

Regina Lúcia de Almeida Rocha

Procuradora-Geral de Justiça

Suvamy Vivekananda Meireles

Corregedor-Geral do Ministério Público

Francisco das Chagas Barros de Sousa

Conselheiro

Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

Conselheiro

Domingas de Jesus Fróz Gomes

Conselheira

Carlos Jorge Avelar Silva

Conselheiro

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

Conselheira/Secretária do Conselho

SUPLENTES

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORES DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDOS POR ENTRÂNCIA – 2015

ENTRÂNCIA FINAL (114)

Abel José Rodrigues Neto	Gilberto Câmara França Júnior
Adélia Maria Souza Rodrigues Moraes	Giorgionni Matos Lauande Fonseca
Agamenon Batista de Almeida Júnior	Giselle Silva da Cunha Arôso
Alineide Martins Rabelo Costa	Gladston Fernandes de Araújo
Ana Luíza Almeida Ferro	Haroldo Paiva de Brito
Ana Teresa Silva de Freitas	Herberth Costa Figueiredo
Andria Márcia Ribeiro de Souza	Ilana Franco Bouéres Laender Moraes
Antônio Augusto Nepomuceno Lopes	Ironilde Sousa Ribeiro
Araceles Lima Ribeiro	João Leonardo Sousa Pires Leal
Arnoldo Jorge de Castro Ferreira	José Alexandre Rocha
Carlos Alberto Garcia	José Augusto Cutrim Gomes
Carlos Augusto da Silva Oliveira	José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
Carlos César Silva Lindoso	José de Ribamar Sanches Prazeres
Carlos Henrique Rodrigues Vieira	José Lucíolo Gorayeb Santos
Cássius Guimarães Chai	José Osmar Alves
Christiane de Maria Ericeira Silva	Justino da Silva Guimarães
Cláudio Alberto Gabriel Guimarães	Karla Adriana Holanda Farias Vieira
Cláudio José Sodré	Laert Pinho de Ribamar
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro	Lana Cristina Barros Pessoa
Cláudio Rebelo Correa Alencar	Lena Cláudia Ripardo Pauxis
Cristiane Gomes Coelho Maia Lago	Leonardo Rodrigues Tupinambá
Danilo José de Castro Ferreira	Lindonjonson Gonçalves de Sousa
Doracy Moreira Reis Santos	Lítia Teresa Costa Cavalcanti
Ednarg Fernandes Marques	Lize de Maria Brandão de Sá Costa
Eliane da Costa Ribeiro Azor	Lúcia Cristiana Silva Chagas
Elyjeane Alves Carvalho	Luís Carlos Correia Duarte
Emmanuella Souza Barros Bello Peixoto	Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
Esdras Liberalino Soares Júnior	Luiz Muniz Rocha Filho
Fanny de Sousa Brandes	Luiz Gonzaga Martins Coelho
Fátima Maria Sousa Arôso Mendes	Lusival Santos Gaspar Dutra
Fernanda Helena Nunes Ferreira	Márcia Haydée Porto de Carvalho
Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho	Márcia Lima Buhatem
Francisco de Aquino da Silva	Márcia Moura Maia



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Márcio Thadeu Silva Marques	Paulo Silvestre Avelar Silva
Marco Aurélio Batista Barros	Pedro Lino Silva Curvelo
Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues	Raimundo Benedito Barros Pinto
Marco Aurélio Ramos Fonseca	Raimundo Nonato Sousa Cavalcante
Marcos Valentim Pinheiro Paixão	Raquel Silva de Castro
Maria da Glória Mafra Silva	Ricardo Henrique de Almeida
Maria da Graça Peres Soares Amorim	Rodolfo Soares dos Reis
Maria de Fátima Santana Borges	Ronald Pereira dos Santos
Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann	Rosanna Conceição Gonçalves
Maria de Lourdes Sousa Ribeiro	Ruy Antônio Vieira de Carvalho
Maria do Socorro Viégas Reis Leite	Samaroni de Sousa Maia
Maria Luciane Lisboa Belo	Sarah Albuquerque de Sousa Santos
Maria Teresa Pestana Chaves Barros	Sebastiana de Cássia Araújo Muniz
Marinete Ferreira Silva Avelar	Selma Regina Souza Martins
Martha Helena Costa Ribeiro	Sidneya Madalena Miranda Nazareth Liberato
Maruschka de Mello e Silva	Sirlei Castro Aires Rodrigues
Moema Figueiredo Viana Pereira	Susete Marques Palmeira
Nacor Paulo Pereira dos Santos	Tarcísio José de Sousa Bonfim
Norimar Gomes Nascimento Campos	Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia
Núbia Zeíle Pinheiro Gomes	Valdenir Cavalcante Lima
Orfileno Bezerra Neto	Vicente de Paulo Silva Martins
Orlando Pacheco de Andrade Filho	Washington Luiz Maciel Cantanhede
Oziel Costa Ferreira Neto	Willer Siqueira Mendes Gomes
Paulo Roberto Barbosa Ramos	Zanony Passos Silva Filho



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (114)

Aarão Carlos Lima Castro	Fábio Menezes de Miranda
Albert Lages Mendes	Fábio Murilo da Silva Portela
Alenilton santos da Silva Júnior	Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
Alessandro Brandão Marques	Fernando Antônio Berniz Aragão
Aline Silva Albuquerque	Fernando Evelim de Miranda Menezes
Alline Matos Pires Ferreira	Flávia Valéria Nava Silva
Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite	Francisco de Assis da Silva Júnior
Ana Cláudia Cruz dos Anjos	Francisco Fernando de Moraes Meneses Filho
André Charles Alcântara Martins Oliveira	Francisco Teomário Serejo Silva
André Luís Lopes Rocha	Frank Teles de Araújo
Antônio Borges Nunes Júnior	Frederik Bacellar Ribeiro
Antônio de Pádua Luz	Gabriel Sodrê Gonçalves
Antônio Coelho Soares Júnior	Gabriela Brandão da Costa Tavernard
Antônio Lisboa de Castro Viana Júnior	Geraulides Mendonça Castro
Bianka Sekeff Salem Rocha	Giovanni Papini Cavalcanti Moreira
Camila Gaspar Leite	Glauce Mara Lima Malheiros
Carla Mendes Pereira Alencar	Gleudson Malheiros Guimarães
Carla Tatiana Pereira de Jesus	Guaracy Martins Figueiredo
Carlos Augusto Ribeiro Barbosa	Gustavo Antônio Chaves Dias
Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes	Gustavo de Oliveira Bueno
Carlos Rafael Fernandes Bulhão	Henrique Helder de Lima Pinho
Carlos Róstão Martins Freitas	Herlane Maria Fernandes de Carvalho
Carlos Serra Martins	Ilma de Paiva Pereira
Cristiane Carvalho Melo Monteiro	Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva
Crystian Gonzalez Boucinhas	Jadilson Cirqueira de Sousa
Dailma Maria de Melo Brito	Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
Domingos Eduardo da Silva	João Marcelo Moreira Trovão
Douglas Assunção Nojosa	Joaquim Ribeiro de Sousa Júnior
Edilson Santana de Sousa	John Derrick Barbosa Braúna
Eduardo Borges Oliveira	Jorge Luís Ribeiro de Araújo
Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça	José Carlos Faria Filho
Elisete Pereira dos Santos	José Jailton Andrade Cardoso
Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares	Klycia Luiza Castro de Menezes
Eveline Barros Malheiros	Larissa Sócrates de Bastos
Fábio Henrique Meireles Mendes	Lays Gabriella Pedrosa Souza
	Letícia Teresa Sales Freire



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Linda Luz Matos Carvalho
Lindemberg do Nascimento Malagueta
Lúcio Leonardo Froz Gomes
Luís Samarone Batalha Carvalho
Márcio José Bezerra Cruz
Marco Antônio Camardella da Silveira
Marco Antônio Santos Amorim
Maria Cristina Lima Lobato Murilo
Maria José Lopes Corrêa
Michelle Adriane Saraiva Silva
Moisés Caldeiras Brant
Nadja Veloso Cerqueira
Nahyma Ribeiro Abas
Newton de Barros Bello Neto
Ossian Bezerra Pinho Filho
Pablo Bogéa Pereira Santos
Patrícia Espínola Passos Silva
Paulo José Miranda Goulart
Raquel Chaves Duarte Sales
Raquel Pires de Castro*
Reginaldo Júnior Carvalho
Rita de Cássia Pereira Souza
Rodrigo de Vasconcelos Ferro
Romero Lucas Rangel Piccoli
Rosalvo Bezerra de Lima Filho
Samara Cristina Mesquita Pinheiro
Samira Mercês Santos
Sandra Fagundes Garcia
Sandra Soares Pontes
Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
Sandro Pofahl Bísvaro
Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida
Sérgio Henrique Furtado Coelho
Sérgio Ricardo Souza Martins
Sílvia Menezes de Miranda
Simone Chrystine Santana Valadares

Tharles Cunha Rodrigues Alves
Uiuara de Melo Medeiros
Valéria Chaib Amorim de Carvalho
Vicente Gildásio Leite Júnior
Weskley Pereira de Moraes
Williams Silva de Paiva
Wlademir Soares de Oliveira

* Promotor(a) de Justiça de outra entrância



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ENTRÂNCIA INICIAL (76)

Adoniran Souza Guimarães	Julio Aderson Borralho Magalhães Segundo
Alessandra Darub Alves	Karina Freitas Chaves
Alexandre Sabino Meira	Karine Guará Brusaca Pereira
Alistelman Mendes Dias Filho	Karini Kirimes Viegas
Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar	Laércio Ramos do Vale
André dos Santos Canto	Laura Amélia Barbosa
Anne Carolline Fernandes Duarte	Leonardo Santana Modesto
Ariadne Dantas Meneses	Leonardo Soares Bezerra
Ariano Tércio Silva Aguiar	Lícia Ramos Cavalcante
Benedito de Jesus Nascimento Neto*	Lindomar Luiz Della Libera
Carlos Allan Costa Siqueira	Luís Eduardo Souza e Silva
Carlos Augusto Soares	Luiz Eduardo Braga Lacerda
Carlos Pinto de Almeida Júnior	Márcio Antônio Alves de Oliveira
Celso Antônio Fernandes Coutinho*	Marco Túlio Rodrigues Lopes
Cláudio Borges dos Santos	Maria do Nascimento Carvalho Serra
Clodoaldo Nascimento Araújo	Marina Carneiro Lima
Clodomir Bandeira Lima Neto*	Nara Thamyres Brito Guimarães
Cristiane dos Santos Donatini	Natália Macedo Luna Tavares
Dianslei Gonçalves Santana	Nelson Nedes Ribeiro Guimarães
Diógenes Portela Sabóia Soares Torres	Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis
Eduardo André de Aguiar Lopes	Patrícia Fernandes Costa Ferreira
Eduardo Antônio Ferreira Zaque	Paula Gama Cortez
Elano Aragão Pereira	Paulo Roberto da Costa Castilho
Érica Éllen Beckman da Silva	Perteson Armando Azevedo de Abreu
Fábio Santos de Oliveira	Raphaell Bruno Aragão Pereira de Oliveira
Fernando José Alves Silva	Raquel Madeira Reis
Francisco de Assis Silva Filho	Reinaldo Campos Castro Júnior
Gabriele Gadelha Barboza de Almeida	Renato Igor Viturino Aragão
Hagamenon de Jesus Azevedo	Renato Madeira Reis
Huggo Alves Albarelli Ferreira	Rodrigo Alves Cantanhede
João José e Silva Veras	Rodrigo Freire Wiltshire de Carvalho
João Viana Passos Neto	Rodrigo Ronaldo Martins Rebelo da Silva
José Emanuel da Silva e Sousa	Rogernilson Ericeira Chaves
José Márcio Maia Alves*	Saulo Resende Moreira
Juarez Medeiros Filho*	Thiago de Oliveira Costa Pires
	Thiago Lima Aguiar



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Tiago Carvalho Rohrr
Tiago Quintanilha Nogueira
Xilon de Souza Júnior

**PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS
(02)**

Diego Messala Pinheiro da Silva
Francisco Thiago da Silva Rabelo

* Promotor(a) de Justiça de outra entrância



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

APRESENTAÇÃO

O Ministério Público do Estado ao longo do ano de 2015 solidificou seu trabalho nas áreas de defesa do cidadão, tendo pautado sua atuação no combate a corrupção e a improbidade, através do trabalho do Grupo de Promotores Itinerantes, das investigações produzidas pelo GAECO em apoio a todos os Promotores de Justiça, e com a interposição de mais de 100 ações penais contra gestores que detêm o foro privilegiado e mais de 600 ações de improbidade em todo o Estado.

Vale destacar, a continuidade em 2015, dos Programas Institucionais que refletem diretamente nas áreas da Educação, Saúde e Segurança Pública, com enfoque especial no Projeto do Transporte Escolar e da Campanha Permanente Maria da Penha em Ação, que ao longo do ano, foram implementados em vários Municípios, através das Promotorias de Justiça. Criamos o projeto institucional de Incentivo a criação dos Núcleos de Mediação Comunitária em todo o Estado, bem como fortalecemos as parcerias e trabalho em conjunto com outros órgãos públicos, a exemplo da CGU, TCU, Ministério Público de Contas, Policias Federal, Civil e Militar.

Na área administrativa, com o objetivo de alcançar e acompanhar a evolução tecnológica que a passos largos se apresenta, concentramos esforços na modernização dos sistemas a exemplo da implantação do Sistema Integrado do Ministério Público-SIMP nas Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça da Capital, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Imperatriz, Caxias, Timon, Codó, Santa Luzia, Rosário, Bacabal, Açailândia, Morros, Icatu, Santa Rita, João Lisboa, Senador La Roque,, Matinha, Penalva, Pindaré, Zé Doca, Cantanhede, Bom Jardim, Araioses, Tutoia, Vargem Grande, beneficiando assim mais de 200 Promotores de Justiça, Procuradores e Servidores.

A evolução tecnológica também mereceu destaque com a parceria com o TJ do Maranhão para implantação do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público e do Sistema DIGIDOC, demonstrando o compromisso com a modernidade e a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE).

Entregamos para a sociedade mais duas unidades do Ministério Público sendo nas Cidades de Paço do Lumiar e Colinas, e estando as sedes da PGJ, Imperatriz e Promotorias da Capital com as obras e conclusão dos Projetos em pleno andamento. Expandimos e concluímos mais uma fase do Projeto de Segurança Armada das Promotorias de Justiça com a implantação de vigilância nas sedes das Promotorias de Justiça Intermediárias e Capital, Sala de Plantão das Promotorias da Capital, e com a instalação também, 104 pontos de equipamentos de circuito interno dos Sistemas CFTV, monitorando-se assim Promotorias de Justiça, Procuradoria Geral de Justiça e unidades de apoio, e contando com 15 Postos de segurança armada.

Capacitamos mais de 800 (oitocentos) membros e servidores, através da Escola Superior do Ministério Público e em parceria com outras Instituições, tendo sido realizados diversos Cursos e



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

ainda, realizado o Congresso Estadual do Ministério Público em dezembro de 2015, com a participação de mais de 250 inscritos.

O panorama para os próximos anos revela um quadro de grandes desafios para o Estado brasileiro e, em especial, para o Ministério Público Brasileiro e maranhense. A necessidade de modernizar e tornar o Ministério Público mais eficiente, com resultados mais eficazes e duradouros e em favor da sociedade, tem que ser a tônica de nossas ações.

Muito estar por vir, muito foi realizado, mas os resultados alcançados foi fruto do trabalho de todos os membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão durante o ano de 2015.

Chegamos ao ano de 2016, conscientes de que devemos nos revestir cada vez mais de instrumentos que possibilitem o cumprimento de nossa missão.

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA
Procuradora Geral de Justiça



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

Apresentação	12
1 MISSÃO INSTITUCIONAL	16
2 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	17
3 A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	17
3.1 A Procuradoria Geral de Justiça	17
3.1.1 Gabinete da Procuradora Geral de Justiça	18
3.2 A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	20
3.3 A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos	22
3.4 O Colégio de Procuradores de Justiça	23
3.5 O Conselho Superior do Ministério Público	24
3.6 A Corregedoria Geral do Ministério Público	27
3.7 As Promotorias de Justiça	28
3.8 As Procuradorias de Justiça	79
4. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS AUXILIARES DO MP	83
4.1 A Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão	83
4.2 A Ouvidoria Geral do Ministério Público	90
4.3 Comissão de Concursos	96
4.4 Estagiários	97
5. OS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	98
5.1 Assessoria Especial	98
5.2 Assessoria Técnica	98
5.3 Assessoria de Controle Interno	99
5.4 Assessoria de Auditoria Interna	103
5.5 Assessoria Jurídica da Administração	106
5.6 Assessoria de Planejamento	107
5.7 Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)	109
6. DIRETORIAS	111
6.1 Diretoria Geral	111
6.2 Secretaria para Assuntos Institucionais	114
7. Programas Institucionais	124
8. Campanhas Institucionais	140
9. Projetos Premiados em 2015 pelo CNMP	143
9.1 Lista dos Projetos do MPMA inscritos no Banco de Projetos do CNMP	145
9.2 Lista dos novos Projetos do MPMA em 2015/2016	149
10. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOPS)	150
10.1. Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAOUMA)	150
10.2. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOP/IJ)	153
10.3. Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOP-CEAP)	162
10.4. Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOP/Consumidor)	166



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

10.5. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Impunidade (CAOP/PROAD)	169
10.6. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOP/Educação)	172
10.7. Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOP/DH)	177
10.8. Centro de Apoio Operacional da Saúde (CAOP/Saúde)	186
10.9 Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência	192
11. COORDENADORIAS	195
11.1. Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)	195
11.2. Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP)	206
11.3. Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)	209
11.4. Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)	220
11.5. Coordenadoria de Administração (CAD)	221
11.6. Comissão Especial de Licitação (CPL)	225
11.7. Coordenação de Comunicação (CCOM)	227
11.8. Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)	232
11.9. Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)	236
11.10. Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)	245
11.11. Chefia do Cerimonial	247
ANEXOS	251
NORMAS LEGAIS PUBLICADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM 2015	252



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

1. MISSÃO INSTITUCIONAL

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”
(art. 127 da Constituição Federal/1988).



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

2. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público do Maranhão é o órgão estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

Sua organização e funcionamento são estabelecidos pela Lei Federal nº 8.625/95 e, no âmbito estadual, pela Lei Complementar nº 013/91. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (procurador-geral, Conselho Superior, procuradores e promotores de justiça).

Por fim, também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público, como órgãos auxiliares, a Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST), a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), os órgãos de apoio técnico e administrativo e os estagiários.

3. A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

A Lei Complementar Estadual n. 013/97 definiu a estrutura do Ministério Público do Estado do Maranhão, compreendendo Órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Órgãos Auxiliares.

São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público: a Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público.

3.1 A Procuradoria Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ-MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe a Procuradora-Geral de Justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha, eleita para o seu segundo mandato consecutivo (Biênio 2014/2016), e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51 do Ato Regulamentar nº 020/2008 (regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

Além das funções de natureza administrativa, o Procurador-Geral de Justiça atua como órgão de execução. Nessa qualidade, age perante a segunda instância do Poder Judiciário estadual, sendo legitimado ativo para os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça. Além disso, atua na revisão do arquivamento de inquérito policial e nos casos de não formulação de propostas de



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos juízos de direito do Estado, dentre outras atribuições legais.

O Procurador-Geral de Justiça, para o desempenho de suas atribuições, conta com o auxílio da Assessoria Especial, constituída preferencialmente por membros do Ministério Público de sua livre escolha e chefiada por um deles.

Em casos de afastamentos e impedimentos, o Procurador-Geral de Justiça é substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

3.1.1 O Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

O gabinete da Procuradora-Geral de Justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar nº. 020/2018. Durante o ano de 2015, contou com um quadro de apoio técnico composto de 06 (seis) servidores, lotados consoante Portaria nº. 6951/2014-GPGJ, coordenados pela Promotora de Justiça Sirlei Castro Aires Rodrigues, atualmente investida no cargo de Chefe de Gabinete, possuindo como atribuição principal prestar auxílio à Procuradora-Geral de Justiça no exercício de suas funções.

A rotina administrativa do gabinete da procuradora-geral de justiça compreende a emissão de despachos e manifestações em Processos Administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

Na sequência, apresentam-se os dados estatísticos referentes à atuação administrativa do gabinete da procuradora-geral de justiça no ano de 2015:

Tabela 1: Processos Movimentados no Sistema por setores em 2015

Setores	Quantidade
Assessoria Especial	1.473
Assessoria Técnica	21
Assessoria de Comunicação	0
Assessoria de Controle Interno	16
Assessoria de Planejamento	4
Auditoria Interna	2
Arquivo	1083
Biblioteca	11
Comissão Permanente de Licitação	8
Chefia de Cerimonial	258
CAOp Meio Ambiente	4
CAOp Saúde	0
CAOp IJ	0
CAOp Proad	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CAOp Educação	3
CAOp Direitos Humanos	0
Colégio De Procuradores	10
Corregedoria	982
Coordenadoria de Serviços Gerais	3
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	541
Coordenadoria de Administração	0
Conselho Superior	135
Coordenadoria de Folha de Pagamento	522
Coordenadoria de Distribuição e Recebimento de Processos	5
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	7494
Coord. Modernização e Tecnologia da Informação	3
Coord. de Obras, Engenharia e Arquitetura	1
Diretoria das Promotorias da Capital	24
Diretoria Geral	200
Escola Superior do Ministério Público	1
GAECO	93
Ouvidoria	5
Protocolo	35
Procuradores de Justiça	13
Sec. Administrativo-Financeira	1
Subprocuradoria Geral para Assuntos Jurídicos	65
Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos	305
Secretaria para Assuntos Institucionais	411
Serviço Médico	40
Total de processos encaminhados	13.772

Fonte: Gabinete da PGJ, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

3.2 A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos tem, dentre suas principais funções estabelecidas pelo Ato Regulamentar nº 20/2008, que coordenar os serviços da Assessoria do Procurador-Geral de Justiça, podendo subscrever quaisquer manifestações no processo judicial e nos autos de procedimento administrativo; ajuizar as ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, cabendo-lhe, ainda, interpor todos os recursos previstos na legislação processual e constitucional, sem prejuízo da prioridade de atribuição conferida ao Procurador-Geral de Justiça.

Tabela 2: Manifestações em Processos Judiciais

MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS JUDICIAIS	
Precatórios	2320
Mandado de Segurança	106
Ação Direta de Inconstitucionalidade	25
Embargos de Declaração	25
Procedimento Investigatório do MP (peças de Informação)	22
Ação Penal	21
Restituição de Coisas Apreendidas	19
Embargos à Execução	19
Habeas Corpus	15
Intervenção em Município	14
Recurso Extraordinário	10
Inquérito Policial	9
Recurso Especial	9
Reclamação	8
Exceção de Suspeição	7
Crimes de Imprensa	6
Agravo Regimental	6
Agrado de Instrumento em Recurso Extraordinário	4
Suspensão de Liminar	4
Conflito de Competência	4
Termo Circunstanciado	3
Medidas Investigatórias sobre Organizações Criminosas	3
Representação Criminal	3
Justificação Criminosa	3
Embargos Infringentes de Nulidade	3
Intervenção Federal	3
Agravo de Instrumento em Recurso Especial	2



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Pedido de Busca e Apreensão Criminosa	2
Ação Circular Publica	2
Ação Rescisória	2
Investigação contra Magistrado	2
Execução contra a Fazenda Publica	2
Outras Medidas Provisórias	2
Medidas Protetivas de Urgência	2
Recurso Administrativo	1
Cautelar Inominada	1
Autos de Prisão em Flagrante	1
Petição	1
Arguição de Inconstitucionalidade	1
Mandado de Injunção	1
Investigação contra Magistrado	1
Execução da Verdade	1
Apelação	1
Reclamação Disciplinar	1
Representação por Excesso de Prazo	1
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	1
Execução de Incompetência de Juízo	1
Relaxamento de Prisão	1
TOTAL	2701

Fonte: Subprocuradoria p/ Assuntos Jurídicos, 2015

Tabela 3: Atuação em Processos Judiciais

INTERPOSIÇÕES EM PROCESSOS JUDICIAIS 2015	QUANTIDADE
Denúncias	28
ADIN	3
Recurso Especial	2
Recurso Extraordinário	4
Agravo Regimental	8
Embargos de Declaração	6
Ação Civil de Decretação da Perda do Cargo de Membro Vitalício do MP	1
TOTAL	52

Fonte: Subprocuradoria p/ Assuntos Jurídicos, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

3.3 A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos exerce um papel fundamental junto à Procuradoria-Geral de Justiça, auxiliando no desempenho de suas funções administrativas, além de desenvolver a política administrativa da Instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição da Procuradoria-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, apreciando os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros da instituição, tomando as providências pertinentes em cada caso, mantendo a Administração Superior informada acerca das decisões tomadas no âmbito desta Subprocuradoria.

Destaque-se, também, a atuação deste Órgão na análise e acompanhamento das concessões de adiantamento disponibilizadas a membros e servidores do Ministério Público para despesas urgentes e inadiáveis da Administração, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64, que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Além de tais atribuições, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos realiza a coleta e o controle de frequência dos servidores efetivos, comissionados e cedidos à Procuradoria-Geral de Justiça, em cumprimento ao Ato Regulamentar nº 18/2012 – GPGJ, que no ano de 2015 sofreu modificações visando estabelecer maior controle de frequência, incluindo neste período, todos os servidores do Ministério Público, mesmo os que não estavam obrigados ao registro de ponto, quando da publicação do referido Ato. Podendo-se, dessa forma, acompanhar com maior efetividade a assiduidade dos servidores, promovendo inclusive adequação das jornadas de trabalho, sem prejuízo de atendimento à população ou horário do servidor.

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos em apoio à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, que elaborou o Programa Permanente de Treinamento e Desenvolvimento de Servidores encaminhado a Escola Superior do Ministério Público, analisou e acompanhou as solicitações de servidores para participação em Cursos, Congressos e Seminários, a fim de capacitá-los, qualificá-los e aperfeiçoá-los para que possam contribuir com a Instituição, com melhor desempenho de suas atribuições nos cargos ocupados.

Convém mencionar ainda que durante o exercício de 2015 foram movimentados pelo setor **9.310** (nove mil, trezentos e dez) Processos Administrativos de diferentes assuntos como Gestão de Ponto, Férias, Requisição de Servidor, Licenças e demais assuntos administrativos relacionados aos servidores e organização dos serviços nas diversas Unidades Administrativas do Ministério Público.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Com relação a Procedimentos Administrativos disciplinares, no ano de 2015, foram concluídos **07** (sete) Processos de Sindicâncias.

Para coleta de informações e instrução de diversos procedimentos administrativos foram expedidos **286** (duzentos e oitenta e seis) Ofícios, **08** (oito) Ofícios Circulares e **216** (duzentos e dezesseis) Memorandos.

No mais, em relação à regularização dos processos de cessão de servidores, estaduais e municipais, para prestação de serviços nesta Procuradoria de Justiça, foram expedidos **84** (oitenta e quatro) Termos de Convênio, dos quais **41** (quarenta e um) foram firmados durante o ano de 2015.

Vale salientar outra atividade de grande expressão para a Instituição realizada pelo setor, foi a participação no processo de implantação do Modelo de Gestão por Competências, que visa a modernização dos processos de gestão por pessoas, de modo que as competências humanas possam se alinhar às competências organizacionais, servindo como instrumento de subsídio para as decisões gerenciais e aproximação entre gestores e colaboradores, compondo a Comissão de Implantação do Modelo de Gestão por Competências, bem como participando das reuniões de trabalho e treinamentos internos e externos.

Em continuidade, participou ativamente do início das atividades de Elaboração do Planejamento Estratégico 2016-2021, compondo as Comissões de trabalho.

Assim, ao longo do ano de 2015, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade.

3.4 O Colégio de Procuradores de Justiça

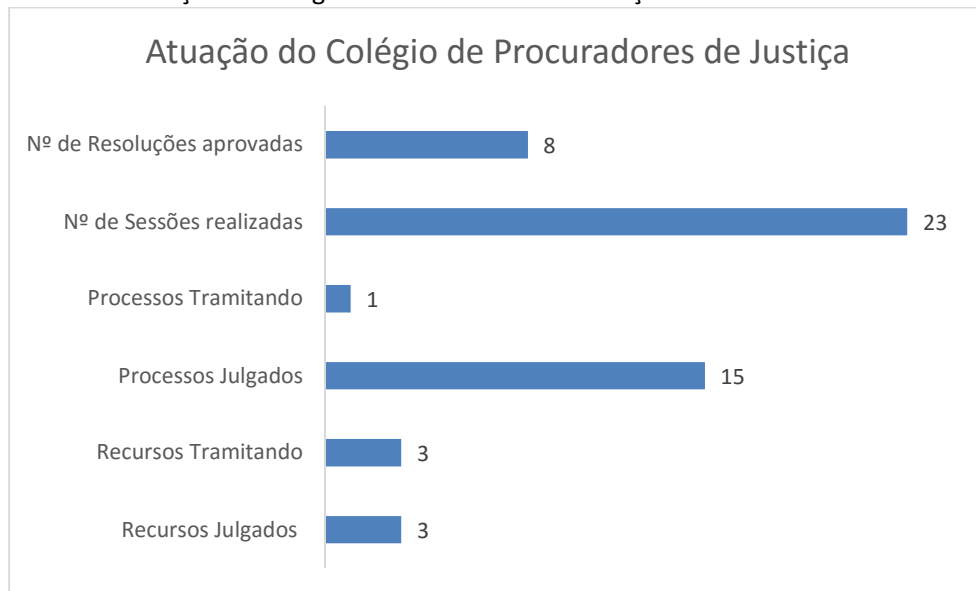
O Colégio de Procuradores de Justiça é formado por todos os procuradores de justiça em atividade e presidido pelo procurador-geral e atua como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução.

Incumbe-lhe, dentre outras importantes atribuições, opinar sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional; propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça; eleger e destituir o corregedor-geral e o ouvidor-geral do Ministério Público; recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público; propor a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, dentre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gráfico 1: Atuação do Colégio de Procuradores de Justiça



Fonte: Secretaria do Colégio de Procuradores, 2015

3.5 O Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros natos, e por cinco procuradores de justiça, como membros eleitos para um mandato de dois anos, possuindo atribuições como órgão da Administração Superior e como órgão de execução.

Compete-lhe, entre outras atividades, elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, caput, e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal e o artigo 77 da Constituição Estadual; indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a promoção ou remoção por merecimento, bem como o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção ou remoção por antiguidade; indicar promotores de justiça para substituição por convocação na 2ª instância; aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Parquet na carreira; decidir sobre vitaliciamento de membro na carreira; determinar a disponibilidade e a remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público; aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas a respeito; regulamentar o processo de escolha dos candidatos do Ministério Público para membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, bem como exercer outras atribuições previstas em lei.

Em 2015 foram realizadas **30 sessões ordinárias e 1 extraordinária** no período. As atas das reuniões, pautas e vídeos, devidamente aprovados pela Comissão, encontram-se publicadas no endereço eletrônico



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

<http://www.mpma.mp.br/index.php/sessoes>. Cabe destacar que em outubro de 2015 ocorreu eleição para composição do Conselho Superior, Biênio 2015-2017, cuja primeira sessão foi realizada em 14 de dezembro de 2015.

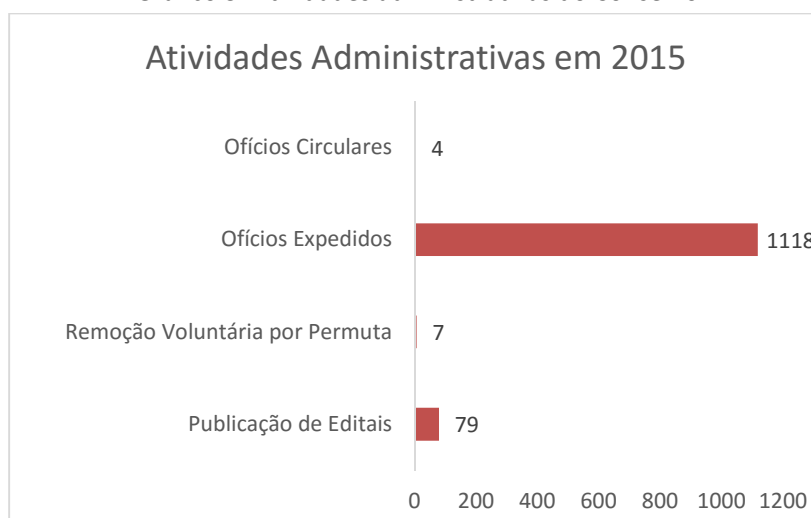
1. ATUAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR NO ANO DE 2015 EM NÚMEROS:

Gráfico 2: Nº de sessões realizadas em 2015



Fonte: Secretaria do Conselho Superior, 2015

Gráfico 3: Atividades administrativas do Conselho

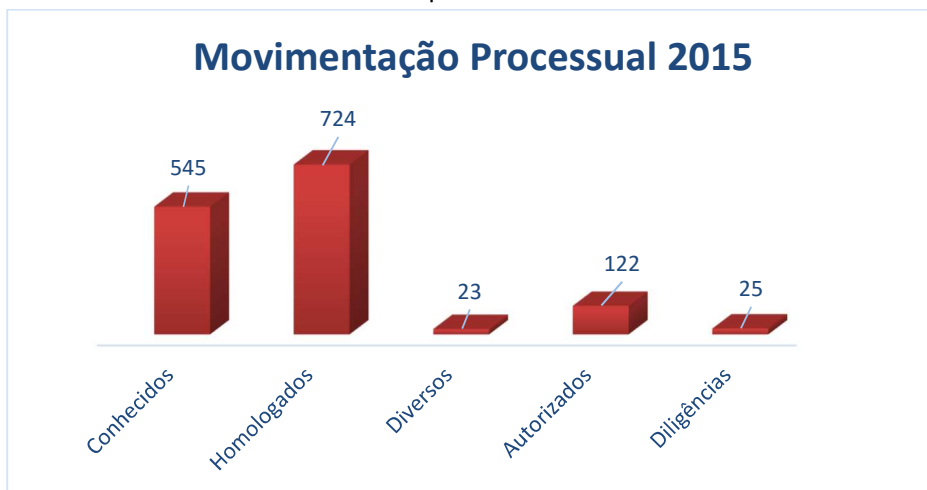


Fonte: Secretaria do Conselho Superior, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gráfico 4: Atividades processual do Conselho 2015



Fonte: Secretaria do Conselho Superior, 2015

Tabela 4 - Atividade Processual dos Conselheiros em 2015

CONSELHEIRO	PROCESSOS BIÊNIO 2013-2015				
	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	DILIGÊNCIA	CONSELHO	SALDO
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	32	18	0	14	0
Francisco das Chagas Barros de Sousa	255	216	10	19	10
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	255	118	2	7	128
Raimundo Nonato de Carvalho Filho	283	252	10	21	0
Regina Lúcia de Almeida Rocha	312	252	31	12	17
Rita de Cássia M. Baptista Moreira	170	139	18	13	0
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf	272	246	18	4	4
Suvamy Vivekananda Meireles	313	226	31	27	29
TOTAL	1892	1467	120	117	188

Fonte: Secretaria do Conselho Superior, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

3.6 A Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro do Ministério Público na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Cabe-lhe instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro do Ministério Público, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, assegurada ampla defesa; encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que incumbam a este decidir; manter prontuário atualizado dos membros da instituição; remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Também deve apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça relativas ao ano anterior; elaborar a escala de férias dos promotores de justiça e das respectivas substituições, submetendo-a em prazo oportuno ao Procurador-Geral de Justiça.

Tabela 5: Atividades Administrativas

ATIVIDADES	2015
Correições (1ª Instância)	49
Inspeções (1ª Instância)	41
Processos Administrativos Disciplinares	0
Sindicâncias	16
Estágio Probatório	43
Recomendações	3
Atos Conjuntos	0
Exercício de Magistério	19
Ofícios Recebidos	894
Ofícios Expedidos	701
Ofícios Circulares	22
Memorandos	96



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processos Despachados	2850
Relatório Promoção/Remoção	48

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

3.7 Promotorias de Justiça

São órgãos de administração do Ministério Público com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça e exercidas por promotores de justiça para o desempenho das funções institucionais do *Parquet* nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial. As Promotorias de Justiça, com exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas, tais como: criminal, da ordem tributária, da infância e juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos Juizados Especiais Cíveis, entre outras.

Tabela 6: Distribuição de Promotorias

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA – 2015			
N° MUNICÍPIOS			217
N° COMARCAS			112
N° PROMOTORIAS DE JUSTIÇA			311
N° PROMOTORES DE JUSTIÇA			306
Entrância	N° de Comarcas	N° de Promotorias	N° de Promotores
Final	1	117	114
Intermediária	35	119	118
Inicial	76	76	72
Substitutos	-	-	2
TOTAL	112	312	306

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

Tabela 7: Distribuição de Promotorias Entrância Final

ENTRÂNCIA FINAL – SÃO LUÍS	
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS: 24	
1ª Cível	1ª, 2ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis, 1º e 2º Juizado Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
2ª Cível	3ª, 4ª, 11ª e 12ª Varas Cíveis, 3º e 4º Juizado Especial Cível, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

3ª Cível	5ª, 6ª, 13ª e 14ª Varas Cíveis, 5º e 6º Juizado Especiais Cíveis, Trânsito, Precatórias Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
4ª Cível	7ª, 8ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis, 7º, 8º, 9º, 10º Juizados Especiais Cíveis, Precatórias, Família, Turma Recursal.
5ª Cível	1º Promotor da Fazenda Pública, 1ª e 6ª Vara da Fazenda Pública, 11º Juizado Especial Cível.
6ª Cível	2º Promotor da Fazenda Pública, 2ª e 7ª Vara Fazenda Pública, 12º Juizado Especial Cível.
7ª Cível	3º Promotor da Fazenda Pública, 3ª e 8ª Vara da Fazenda Pública, 13º Juizado Especial Cível.
8ª Cível	4º Promotor da Fazenda Pública, 4ª Vara da Fazenda Pública, 14º Juizado Especial Cível.
9ª Cível	5º Promotor da Fazenda Pública, 5ª Vara da Fazenda Pública, Juizado Especial da Fazenda Pública.
10ª Cível	1º Promotor de Interdição, Tutela e Ausência, 1ª Vara de Interdição.
11ª Cível	1º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família.
12ª Cível	2º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família.
13ª Cível	3º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família.
14ª Cível	4º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família
15ª Cível	5º Promotor de Justiça de Família, 3ª Vara da Família.
16ª Cível	6º Promotor de Justiça de Família, 3ª Vara da Família.
17ª Cível	7º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família.
18ª Cível	8º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família.
19ª Cível	9º Promotor de Justiça de Família, 5ª Vara da Família.
20ª Cível	10º Promotor de Justiça de Família, 5ª Vara da Família.
21ª Cível	11º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família.
22ª Cível	12º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família.
23ª Cível	13º Promotor de Justiça de Família, 7ª Vara da Família.
24ª Cível	14º Promotor de Justiça de Família, 7ª Vara da Família.
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS: 34	
1ª a 14ª Criminais	Varas Criminais
15ª a 17ª Criminais	1º ao 3º Juizado Especial Criminal, Turma Recursal Criminal
18ª Criminal	18º Promotor de Justiça Criminal
19ª a 22ª Criminais	1ª e 2ª Varas de Entorpecentes
23ª a 26ª Criminais	Tribunal do Júri
27ª a 30ª Criminal	Varas do Tribunal do Júri, Sentença de Pronúncia
31ª a 34ª Criminal	Varas de Execuções Criminais, Fiscalização de Presídios, Casas de Detenção e Custódia e Casas de Albergados.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS: 41	
1ª e 2ª Especializada	Fundações de Interesse Social
3ª Especializada	Registro Público e de Massas Falidas
4ª e 5ª Especializada	Defesa da Educação
6ª Especializada	Justiça Militar
7ª e 8ª Especializadas	Meio Ambiente
9ª e 10ª Especializadas	Defesa do Consumidor
11ª Especializada	Defesa dos Direitos Humanos
12ª e 13ª Especializada	Itinerante
14ª e 15ª Especializada	Defesa da Pessoa com Deficiência
16ª e 17ª Especializada	Defesa do Idoso
18ª a 20ª Especializadas	Defesa da Saúde
21ª e 22ª Especializadas	Defesa da Mulher
23ª a 25ª Especializadas	Controle Externo da Atividade Policial
26ª e 27ª Especializadas	Defesa da Ordem Tributária e Econômica
28ª a 31ª Especializadas	Improbidade Administrativa e Patrimônio Público
32ª a 37ª Especializadas	Defesa da Infância e Juventude
38ª e 39ª Especializadas	Conflitos Agrários
1ª e 20ª Substituição Plena	Substituição Plena

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

Tabela 8: Distribuição de Promotorias Entrância Intermediária

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA		
35 COMARCAS E 119 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA		
Açailândia	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
	6ª	5ª Vara Criminal

30 / 255

"2016 – O Ministério Público em movimento: reavaliando e transformando ações"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Araíóses	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Bacabal	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Balsas	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Barra do Corda	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Buriticupu	Única	Única
Brejo	Única	Única
Caxias	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Saúde
	5ª	Defesa da Mulher
	6ª	Juizado Especial Cível e Criminal
	7ª	Infância e Juventude
Chapadinha	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Codó	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
	4ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Coelho Neto	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Colinas	Única	Única
Coroatá	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Estreito	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Grajaú	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Imperatriz	1ª Cível	1ª Vara da Família



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

	2ª Cível	2ª Vara da Família
	3ª Cível	3ª Vara da Família
	4ª Cível	4ª Vara da Família
	5ª Cível	5ª Vara da Família
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	4ª Criminal	4ª Vara Criminal
	5ª Criminal	5ª Vara Criminal
	6ª Criminal	6ª Vara Criminal
	7ª Criminal	Juizado Especial Criminal
	1ª Especializada	Improbidade Administrativa
	2ª Especializada	Defesa do Consumidor
	3ª Especializada	Educação e Meio Ambiente
	4ª Especializada	Idoso e Portadores de Necessidades Especiais
	5ª Especializada	Defesa da Saúde e Registro Público
	6ª Especializada	Patrimônio Público e Probidade Administrativa
	7ª Especializada	Infância e Juventude
	8ª Especializada	Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Itapecuru-Mirim	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
João Lisboa	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Lago da Pedra	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Maracaçumé	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Paço do Lumiar	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
	3ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Pedreiras	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
	4ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Pinheiro	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Juizado Especial Cível e Criminal



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Porto Franco	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Presidente Dutra	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Rosário	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Santa Helena	Única	Única
Santa Inês	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Santa Luzia	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
São José de Ribamar	1ª Cível	1ª Vara
	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	1ª Especializada	Meio Ambiente/Cidadania/Consumidor
Timon	1ª Cível	1ª Vara
	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	4ª Cível	4ª Vara
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	1ª Especializada	Infância e Juventude
	2ª Especializada	Juizado Especial Cível e Criminal
Tuntum	Única	Única
Viana	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Vitorino Freire	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Zé Doca	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

Tabela 9: Distribuição de Promotorias Entrância Inicial



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ENTRÂNCIA INICIAL	
76 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	
Alcântara	Olho D' Água das Cunhãs
Alto Parnaíba	Olinda Nova
Amarante do Maranhão	Paraibano
Anajatuba	Parnarama
Arame	Passagem Franca
Arari	Pastos Bons
Bacuri	Paulo Ramos
Barão de Grajaú	Penalva
Barreirinhas	Pindaré
Bequimão	Pio XII
Bom Jardim	Poção de Pedras
Buriti	Raposa
Buriti Bravo	Riachão
Cândido Mendes	Santa Luzia do Paruá
Cantanhede	Santa Quitéria do Maranhão
Carolina	Santa Rita
Carutapera	Santo Antônio dos Lopes
Cedral	São Bento
Cururupu	São Bernardo
Dom Pedro	São Domingos do Azeitão
Esperantinópolis	São Domingos do Maranhão
Gov. Eugênio de Barros	São Francisco do Maranhão
Gov. Nunes Freire	São João Batista
Guimarães	São João dos Patos
Humberto de Campos	São Luís Gonzaga
Icatu	São Mateus do Maranhão
Igarapé Grande	São Raimundo das Mangabeiras
Itinga do Maranhão	São Pedro da Água Branca
Joselândia	São Vicente de Férrer
Loreto	Senador La Roque
Magalhães de Almeida	Sucupira do Norte
Matinha	Tasso Fragoso
Matões	Timbiras
Mirador	Turiaçu
Mirinzal	Tutóia
Monção	Urbano Santos



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Montes Altos	Vargem Grande
Morros	Vitória do Mearim

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

Tabela 10: Distribuição de Promotorias Entrância por Regiões

1ª REGIÃO – COMARCA DA ILHA DE SÃO LUIS (01 Comarca)	
São Luís (Capital)	Raposa
Paço do Lumiar	São José de Ribamar
2ª REGIÃO – PRÉ-AMAZÔNICA (13 Comarcas)	
Buriticupu	Pindaré-Mirim
Bom Jardim	Santa Inês
Cândido Mendes	Santa luzia do Paruá
Carutapera	Santa luzia
Governador Nunes Freire	Turiaçu
Maracaçumé	Zé doca
Monção	
3ª REGIÃO – BAIXADA (16 Comarcas)	
Alcântara	Olinda Nova
Bacuri	Pinheiro
Bequimão	Penalva
Cururupu	Santa Helena
Cedral	São Vicente Ferrer
Guimarães	São João Batista
Matinha	São Bento
Mirinzal	Viana
4ª REGIÃO – COCAIS (24 Comarcas)	
Barão de Grajaú	Passagem Franca
Buriti bravo	Presidente Dutra
Caxias	Paraibano
Codó	Parnarama
Colinas	Santo Antônio dos Lopes
Coroatá	São Francisco do Maranhão
Coelho neto	São João dos Patos
Dom Pedro	São Domingos do Maranhão
Governador Eugênio Barros	Sucupira do norte
Matões	Timbiras
Mirador	Timon
Pastos Bons	Tuntum



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

5ª REGIÃO – MEARIM (16 Comarcas)	
Arari	Paulo Ramos
Anajatuba	Pedreiras
Bacabal	Pio XII
Barra do Corda	Poção de Pedras
Esperantinópolis	São Mateus
Igarapé Grande	São Luís Gonzaga
Joselândia	Vitorino Freire
Lago da Pedra	Vitória do Mearim
6ª REGIÃO – BAIXO PARNAÍBA (18 Comarcas)	
Araiozes	Morros
Barreirinhas	Magalhães de Almeida
Brejo	Rosário
Buriti	Santa Rita
Cantanhede	Santa Quitéria
Chapadinha	São Bernardo
Humberto de Campos	Tutóia
Icatu	Urbanos Santos
Itapecuru-Mirim	Vargem Grande
7ª REGIÃO – TOCANTINA (11 Comarcas)	
Açailândia	Itinga do Maranhão
Arame	João Lisboa
Amarante do Maranhão	Montes Altos
Estreito	Porto Franco
Grajaú	Senador La Roque
Imperatriz	
8ª REGIÃO – SUL DO MARANHÃO (08 Comarcas)	
Alto Parnaíba	Riachão
Balsas	São Domingos do Azeitão
Carolina	São Raimundo das Mangabeiras
Loreto	Tasso Fragoso

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

3.7.1 Promotorias Comunitárias Itinerantes

As Promotorias Comunitárias Itinerantes atuam como mediadora, recebendo as reclamações dos moradores e das lideranças comunitárias, dialogando com os representantes dos órgãos responsáveis pelos serviços demandados, com o objetivo de construir soluções negociadas para os



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

problemas, de forma mais ágil e desburocratizada. O trabalho se constitui, assim, num exercício da cidadania e de fortalecimento dos vínculos comunitários.

O Ministério Público do Maranhão, por meio das Promotorias Comunitárias Itinerantes, instala-se nos bairros de São Luis com maior carência de políticas públicas e dos serviços de relevância social, por no mínimo 90 (noventa) dias, realizando atendimento direto à população.

Regiões atendidas até 2015:

- Anjo da Guarda (setembro a outubro/98);
- Vila Embratel (novembro/98 a fevereiro/99);
- Jardim América (fevereiro a abril/98);
- Bequimão (julho a dezembro/99);
- Jardim São Cristóvão (janeiro a maio/2000);
- Recanto dos Pássaros (julho/2000 a fevereiro/2001);
- Vicente Fialho (maio a agosto/2001);
- Ilhinha (novembro/2001 a fevereiro/2002);
- Pão de Açúcar (abril a julho/2002);
- Vila Luizão (agosto/2003 a janeiro/2004);
- Recanto dos Pássaros (março a novembro/2005), pela 2ª vez;
- João de Deus (fevereiro a setembro/2006);
- Coroadinho (dezembro/2007 a julho/2008);
- Sol e Mar (agosto/2009 a fevereiro/2010);
- Angelim (setembro/2010 a janeiro/2011);
- Vila Nova (janeiro a abril/2011);
- Vila Esperança (abril a outubro/2011);
- Vila Bacanga (outubro/2011 a fevereiro/2012);
- Outeiro da Cruz (março a junho/2012);
- Vila Cruzado (novembro/2012 a março/2013);
- Santa Efigênia (março a julho/2013);
- Ilhinha (agosto a novembro/2013);
- Parque dos Nobres (março a junho/2014);
- Santo Antonio (novembro/2014 a fevereiro/2015);
- Vila Palmeira (março a julho/2015);
- Anjo da Guarda (agosto a novembro/2015), pela 2ª vez.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nesses locais foram atendidas entre 05 a 10 comunidades, atingindo assim pelo menos 150 comunidades, com **3.738** (três mil setecentos e trinta e oito) atendimentos individuais que geraram um número maior de reclamações, posto que não raro uma mesma pessoa apresenta várias reclamações.

Os trabalhos da Promotoria na região se iniciam com uma *audiência pública de instalação*, com a presença dos promotores de justiça titulares e demais autoridades convidadas, bem como das lideranças e moradores das comunidades atendidas, que relataam as principais demandas coletivas, norteiam o trabalho das Promotorias. Antes porém, são realizadas reuniões preparatórias com lideranças da região, para que junto às suas entidades identificassem tais demandas.

Em geral, as principais reivindicações apresentadas nas audiências públicas tratam dos seguintes serviços: **a) segurança pública; b) saneamento básico; c) esporte e lazer; d) infraestrutura de ruas**. Outras demandas surgem a partir de visitas realizadas às comunidades da região e no atendimento aos moradores.

No desempenho de suas atividades, a Promotoria Comunitária Itinerante conta com uma equipe de trabalho de trabalho formada por 01 (um) *técnico ministerial*; 01 (um) *motorista*; 01 (um) *assessor de promotor de justiça*; 01 (uma) *assistente social*; e 02 (dois) *promotores de justiça*.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO ESTATÍSTICO ANUAL DAS ATUAÇÕES MINISTERIAIS – 2015¹
MATÉRIA PENAL

Tabela 11: Estatística de Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados - Material Penal

INQUÉRITOS POLICIAIS E TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DOS CRIMES								
	Recebidos / Instaurados	Despachados	Saldo com prazo vencido	Saldo sem prazo vencido	Transações penais	Arquivamentos	Denúncias oferecidas	Baixados para diligência
ABORTO	5	5	0	0		1	2	1
HOMICÍDIO DOLOSO	1342	1283	0	330	1	146	507	630
HOMICÍDIO CULPOSO	90	84	2	23	4	5	35	26
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31	27	0	3	0	4	33	10
ORDEM TRIBUTÁRIA	1	1	0	1	0	0	0	1
ORDEM ECONÔMICA	9	8	0	1	0	3	1	4
TORTURA	3	3	0	0	0	0	4	0
MEIO AMBIENTE	198	185	15	4	6	78	46	17
CRIANÇA E ADOLESCENTE	124	114	0	10	2	10	64	25
CONSUMIDOR	3	3	0	2	0	0	2	1
MILITARES	57	42	1	23	1	7	14	10
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	9	9	0	1	0	2	2	5

1 A tabela não contempla os dados das Comarcas da Ilha de São Luís, Imperatriz e Timon, Açailândia, Bacabal, Caxias, Santa Luzia, Codó e Rosário devido a implantação do SIMP.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ESTUPRO	404	368	0	55	1	43	260	97
ESTELIONATO	113	105	1	11	0	12	53	53
FURTO	797	705	1	91	3	40	517	169
EXTORSÃO	17	15	0	0	0	1	10	6
RACISMO	1	1	0	0	0	0	1	0
RECEPTAÇÃO	243	219	0	22	10	7	157	57
ROUBO	889	796	1	110	1	27	620	161
LESÃO CORPORAL	598	574	2	85	13	43	311	133
RESPONSABILIDADE	34	35	0	3	0	3	38	0
CÓDIGO DE TRÂNSITO	763	655	0	71	40	40	388	153
ENTORPECENTES	900	844	0	101	6	11	647	129
ELEITORAL	80	78	0	2	0	4	25	27
IMPrensa	0	0	0	0	0	0	0	0
LICITAÇÃO	13	14	0	0	0	0	19	2
LEI MARIA DA PENHA	1090	1027	0	39	0	77	720	169
PORTE DE ARMA	774	722	1	86	1	12	670	97
OUTROS CRIMES	1930	1820	3	276	37	161	636	462
SAÚDE	9	8	0	2	0	3	8	44

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 12: Estatística de Audiências, Extinção de Punibilidade e PAIC – Material Penal

AUDIÊNCIAS	TOTAL
Judiciais	85
Extrajudiciais	5
EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE	
Prescrição	87
Decadência	4
Outras causas	109
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
Instaurados	0
Concluídos	0
Andamento	32
ATENDIMENTO CRIMINAL	151

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 13: Estatística de Processos Criminais – Material Penal

PROCESSOS CRIMINAIS DE 1º GRAU								
CRIMES	Recebidos / Instaurados	Despachados	Saldo com prazo vencido	Saldo sem prazo vencido	Suspensão do processo	Alegações Finais	Aditamento	Recursos
ABORTO	2	2	0	0	0	1	0	0
HOMICÍDIO DOLOSO	77	71	3	4	1	18	0	4
HOMICÍDIO CULPOSO	1608	1556	3	126	32	319	11	37
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	36	35	0	5	0	11	0	7
ORDEM TRIBUTÁRIA	1	1	0	0	0	0	0	0
TORTURA	11	11	0	2	0	5	1	0
MEIO AMBIENTE	74	77	2	5	0	4	0	0
INFÂNCIA E JUVENTUDE	33	31	0	1	0	6	1	0
CONSUMIDOR	0	0	0	0	0	0	0	0
MILITARES	100	85	1	3	0	13	1	0
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	19	17	0	2	0	4	0	0
ESTUPRO	501	481	0	37	0	116	2	13
ESTELIONATO	110	104	1	11	3	23	1	0
FURTO	866	845	0	69	20	199	2	6
EXTORSÃO	20	21	0	4	0	2	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RACISMO	0	0	0	0	0	0	0	0
RECEPTAÇÃO	148	153	0	20	7	20	1	0
ROUBO	1250	1256	0	73	7	300	6	11
LESÃO CORPORAL	400	400	0	54	6	79	4	1
RESPONSABILIDADE	25	24	0	1	0	4	1	0
CÓDIGO DE TRÂNSITO	301	307	0	21	11	59	0	0
ENTORPECENTES	1108	1077	2	92	5	296	4	9
ELEITORAL	90	81	0	16	3	8	2	0
IMPrensa	0	0	0	0	0	0	0	0
LICITAÇÃO	14	14	0	1	0	4	0	3
LEI MARIA DA PENHA	1009	990	5	53	5	254	2	8
PORTE DE ARMA	611	627	0	46	10	132	2	7
OUTROS CRIMES	2475	2581	10	279	16	257	6	11
SAÚDE	7	7	0	0	0	0	0	0

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 14: Estatística de Processos Criminais – Material Penal (cont.)

PROCESSOS CRIMINAIS DE 1º GRAU								
CRIMES	Contrarrazões	Absolvições de acordo	Absolvições contrárias ao pedido	Condenações em atendimento parcial pedido	Condenações Conforme pedido	Prescrição	Decadência	Outras causas
ABORTO	1	0	0	0	0	0	0	0
HOMICÍDIO DOLOSO	3	2	0	0	1	2	0	3
HOMICÍDIO CULPOSO	124	2	10	6	66	30	1	52
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3	1	0	0	1	1	0	1
ORDEM TRIBUTÁRIA	0	0	0	0	0	0	0	0
TORTURA	0	0	0	0	0	0	0	1
MEIO AMBIENTE	0	0	0	0	1	10	0	0
INFÂNCIA E JUVENTUDE	2	0	0	0	0	1	0	3
CONSUMIDOR	0	0	0	0	0	0	0	0
MILITARES	3	0	0	0	0	2	0	1
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	2	0	0	0	0	0	2	1
ESTUPRO	39	6	3	120	0	4	0	3
ESTELIONATO	0	1	0	0	3	3	0	3
FURTO	16	6	3	2	23	17	0	49
EXTORSÃO	1	0	0	0	1	1	0	0
RACISMO	0	0	0	0	0	0	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RECEPÇÃO	4	1	2	0	2	2	0	13
ROUBO	63	13	4	1	25	8	1	44
LESÃO CORPORAL	7	3	3	0	4	12	0	36
RESPONSABILIDADE	5	0	0	0	0	0	0	0
CÓDIGO DE TRÂNSITO	3	1	1	0	3	11	0	43
ENTORPECENTES	55	7	5	26	2	16	0	36
ELEITORAL	3	0	0	0	1	0	0	2
IMPrensa	0	0	0	0	0	0	0	0
LICITAÇÃO	3	0	0	0	0	0	0	0
LEI MARIA DA PENHA	8	1	0	1	24	11	6	47
PORTE DE ARMA	17	2	4	4	32	15	2	31
OUTROS CRIMES	41	5	20	6	53	35	2	100
SAÚDE	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROCESSOS CRIMINAIS DE 1º GRAU

Tabela 15: Estatística Tribunal de Júri – Material Penal

TRIBUNAL DE JÚRI	
Absoluções requeridas pelo Ministério Público	11
Absoluções não requeridas pelo Ministério Público	28
Condenações	84
Contrarrazões do Ministério Público	4
Sessões	102
Recursos do Ministério Público	4
Outras Manifestações	71

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

Tabela 16: Estatística Exec. Penal – Material Penal

EXECUÇÃO PENAL	
Autorização de saída	603
Extinção de pena	779
Incidentes da execução	212
Livramento condicional	17
Penas alternativas	16
Recursos do Ministério Público	19
Progressão de regime de cumprimento de pena	647
Remissão	490
Sursis	42
Outras Manifestações	5498

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

Tabela 17: Estatística Pareceres e Requerimentos

PARCERES E REQUERIMENTOS	
Habeas-corpus	26
Liberdade provisória	1366
Relaxamento de prisão em flagrante	769
Prisão preventiva	1691
Prisão temporária	113
Outras manifestações	6333

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Tabela 18: Controle Externo Atividade Policial

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	
Visitas em estabelecimentos prisionais, delegacias e outros	441
Procedimentos investigativos instaurados	35
Procedimentos investigativos concluídos	12
Procedimentos investigativos em andamento	114
Recomendações expedidas	22
Denúncias oferecidas	29
Ações penais julgadas procedentes	5
Ações penais julgadas improcedentes	0
Requerimento de instauração de inquéritos policiais	209
Representações recebidas	17
Inquéritos civis instaurados	4
Ações civis Públicas	2
Pedidos procedentes	0
Perda do cargo	0

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

Tabela 19: Estatística Juizado Especial Crim.

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	
Termos circunstanciados recebidos	2564
Audiências realizadas	2026
Absoluções	4
Arquivamentos	286
Condenações	8
Composições civis homologadas	197
Denúncias oferecidas	269
Extinção da punibilidade	369
Pareceres	1083
Recursos do Ministério Público	3
Suspensão do Processo	52
Transações penais	455
Outras manifestações	1112

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MATÉRIA CÍVEL

Tabela 20: Estatística Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios – Matéria Cível

INQUÉRITOS CÍVIL E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS						
	Instaurados	Arquivados sem ajustamento de conduta	Arquivados com ajustamento de conduta	Ações civis ajuizada	Saldo com prazo vencido	Saldo sem prazo vencido
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	250	28	3	7	25	0
MEIO AMBIENTE	77	4	1	24	176	0
SAÚDE	39	6	1	40	8	49
CONSUMIDOR	42	0	17	7	0	25
OUTROS	236	58	0	18	1	52

Tabela 21: Estatística Processos – Matéria Cível

PROCESSOS							
	Recebidos	Despachados com prazo vencido	Despachados sem prazo vencido	Saldo	Julgamentos procedentes conforme parecer	Julgamentos parciais aos pedidos	Improcedência contrária
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	541	35	792	24	20	2	14
MEIO AMBIENTE	27	0	27	0	5	0	0
SAÚDE	115	12	102	4	2	0	0
CONSUMIDOR	15	0	11	3	1	1	0
OUTROS	6160	153	5549	1180	255	10	20

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MATÉRIA CÍVEL

Tabela 22: Estatística - Matéria Cível

AÇÕES PROPOSTAS	
Interdição	278
Alimentos	3780
Investigação de paternidade	701
Outras	2644
PARECERES E REQUERIMENTOS	
Adoção	486
Ação popular	56
Alimentos	5762
Alvarás	803
Curatelas	1121
Divórcios	1931
Eleitoral	1423
Falências e concordatas	1
Guarda e Responsabilidade	1102
Fazenda Pública	246
Habilitação de casamento	2749
Homologação de acordo	1368
Inventário	191
Investigação de paternidade	1998
Mandado de Segurança	523
Posse propriedades	74
Processo cautelar	57
Processo execução	2255
Registro público	4934
Responsabilidade civil	54
Separação	55
Sucessões	22
Suprimento judicial	139
União estável	419
Outros assuntos	3811
RECURSOS	
Apelação – Razões	442
Apelação – Contrarrazões	40
Agravo – Razões	86
Agravo – Contrarrazões	18

Outros recursos e contrarrazões do MP	35
AUDIÊNCIAS	
Judiciais	11076
Extrajudiciais	1769
Atendimento ao público	18818

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

Tabela 23: Estatística - Matéria Cível Inf. Juv e Outros

AUTUAÇÃO ESPECIALIZADAS – MATÉRIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATOS INFRACIONAIS	2015
Boletins de ocorrências e outras notícias recebidas	654
Boletins arquivados sem concessão de remissão	64
Representações de atos oferecidas	440
Saldo sem prazo vencido	2
Saldo com prazo vencido	66
Visitas e inspeções a unidade de internação	8
REMISSÕES	
Sem Medida Socioeducativa	81
Com Medida Socioeducativa	139
Advertência	116
Reparação de dano	4
Prestação de serviço	58
Liberdade assistida	16
Homologadas	181
Não homologadas	1
MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS APLICADA	
Internação	76
Semiliberdade	9
Liberdade assistida	28
Prestação de serviço à comunidade	18
Reparação de danos	0
Advertência	104
MEDIDAS DE PROTEÇÃO	
Guarda	177
Tutela	46



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Adoção	66
Outras do art. 101 do ECA	225
PROCESSOS DA ÁREA INFRACIONAL	
Recebidos	1010
Despachados	955
Julgados com representações procedentes	50
Julgados com representações parciais procedentes	3
Julgados com representações improcedentes	1
Pareceres e requerimento	396
Audiências Judiciais	388
Audiências extrajudiciais	42
Atendimento ao Público	297
DEFESA DOS DIREITOS TRASINDIVIDUAIS	
INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS	
Instaurados	392
Arquivados sem ajustamento de conduta	50
Arquivados com ajustamento de conduta	35
Ação Civil Pública	33
Ação Civil Pública – Apuração de infração administrativa	28
Ação Civil Pública – Destinação e suspensão do poder familiar	14
Processos recebidos	2838
Processos despachados	2643
Saldo de Processos	206
Audiências Judiciais	671
Audiências Extrajudiciais	302
Pareceres e requerimentos	1378
Julgamentos procedentes	119
Julgamentos procedência parcial	51
Julgamentos improcedentes	7
Atendimento ao Público	3293
PATRIMONIO PÚBLICO	
Ações de execução	111
Ações civis Públicas	243
Notificações e requisições	410

Promoções Arquivamentos	68
Julgamento Procedente	0
Julgamentos Improcedentes	0
Recomendações	17
Representações recebidas	17
Termos de ajustamento de conduta	0
Audiências públicas	1
Audiências judiciais	17
Audiências extrajudiciais	18
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	466
Concluídos	108
Andamento	1304
Processos	
Recebidos	228
Devolvidos	241
Saldo	5
Atendimento ao público	211
SANÇÕES APLICADAS POR ATOS DE IMPROB. ADM.	
Perdas de bens	5
Ressarcimento de dano	33
Perda da função Pública	6
Suspensão dos direitos políticos	6
Multas Civis	6
Proibição de contratar com o Poder Público	6
Proibição de receber créditos ou incentivos	6
MEIO AMBIENTE	
FLORESTA	
Ações civis Públicas	0
Requisições	2
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0
FAUNA	



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ações civis Públicas	0
Requisições	0
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	1
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0
LICENCIAMENTOS	
Ações civis Públicas	1
Requisições	0
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	1
Recomendações	0
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0
LOTEAMENTOS	
Ações civis Públicas	0
Requisições	0
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0
POLUIÇÃO	
Ações civis Públicas	3
Requisições	14
Arquivamentos	4
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	13
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0
OUTROS	
Ações civis Públicas	18
Requisições	5
Arquivamentos	7

Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	1
Termos de ajustamentos de conduta	11
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	31
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	87
Concluídos	5
Andamento	177
Processos recebidos	9
Processos devolvidos	7
Saldo de processos	4
Atendimentos ao público	203
CONSUMIDOR	
Ações civis Públicas	7
Notificações e Requisições	13
Promoções e Arquivamentos	2
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Representações	9
Termos de ajustamento de conduta	0
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	7
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	9
Concluídos	2
Andamento	71
Processos recebidos	5
Processos devolvidos	5
Saldo de processos	0
Atendimentos ao público	522
SAÚDE	
Ações civis Públicas	87



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Notificações e Requisições	113
Promoções e Arquivamentos	10
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	113
Recomendações	16
Representações	0
Termos de ajustamento de conduta	1
Audiências Públicas	0
Audiências Judiciais	0
Audiências Extrajudiciais	24
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	40
Concluídos	12
Andamento	78
Processos recebidos	22
Processos devolvidos	22
Saldo de processos	2
Atendimentos ao público	202
INSPEÇÃO SANITÁRIA DE COMPLEXIDADE	
Baixa	0
Média	0
Alta	0
Procedimento de investigação prévia	23
IDOSO	
Ações civis Públicas	9
Notificações e Requisições	51
Promoções e Arquivamentos	7
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	6
Representações recebidas	4
Fiscalização entidades Atendimento	0
Procedimento investigação prévia	10
Termos de ajustamento de conduta	2
Palestras	5
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	16
Audiências extrajudiciais	27

Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	10
Concluídos	3
Andamento	33
Processos recebidos	18
Processos devolvidos	18
Saldo de processos	1
Atendimentos ao público	491
PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	
Ações civis públicas	1
Notificações e requisições	18
Promoções e arquivamentos	0
Julgamentos procedentes s	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	5
Representações recebidas	2
Fiscalização entidades atendimento	0
Procedimento investigação prévia	6
Termos de ajustamento de conduta	0
Palestras	0
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	9
Audiências extrajudiciais	8
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	3
Concluídos	0
Andamento	3
Processos recebidos	12
Processos devolvidos	11
Saldo de processos	0
Atendimentos ao público	115
EDUCAÇÃO	
Ações civis públicas	15
Notificações e requisições	87
Promoções e arquivamentos	22
Julgamentos procedentes s	0
Julgamentos improcedentes	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Recomendações	15
Representações recebidas	15
Fiscalização entidades atendimento	0
Procedimento investigação prévia	9
Termos de ajustamento de conduta	1
Palestras	19
Audiências públicas	6
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	38
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	64
Concluídos	14
Andamento	136
Processos recebidos	3
Processos devolvidos	2
Saldo de processos	0
Atendimentos ao público	702
ORDEM TRIBUTÁRIA	
Ações civis públicas	0
Notificações e requisições	0
Promoções e arquivamentos	0
Julgamentos procedentes s	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Representações recebidas	0
Fiscalização entidades atendimento	0
Procedimento investigação prévia	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Palestras	0
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	0
Andamento	0
Processos recebidos	0

Processos devolvidos	0
Saldo de processos	0
Atendimentos ao público	0
FUNDAÇÕES	
Acordos judiciais	0
Acordos extrajudiciais	0
Análise de estatuto	4
Análise de prestação de contas	0
Petições iniciais ajuizadas	0
Pedidos procedentes	0
Pedidos improcedentes	0
Notificações e Requisições	0
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	2
Concluídos	0
Andamento	1
Processos recebidos	0
Processos devolvidos	0
Saldo de processos	0
Atendimentos ao público	24
CIDADÃO	
Ações civis Públicas	160
Notificações e Requisições	972
Promoções e Arquivamentos	26
Julgamentos procedentes	1
Julgamentos improcedentes	18
Recomendações	121
Representações recebidas	21
Procedimentos investigação prévia	50
Inspeção	19
Termos de ajustamento de conduta	6
Palestras	21
Audiências públicas	12
Audiências judiciais	103
Audiências extrajudiciais	168



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	62
Concluídos	14
Andamento	87
Processos recebidos	530
Processos devolvidos	628
Saldo de processos	40
Atendimentos ao público	7024
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Ações civis Públicas	29
Outras ações	31
Notificações e Requisições	55
Promoções e Arquivamentos	81
Julgamentos procedentes	17
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	7
Medidas Protetivas Requeridas	568
Procedimentos investigação prévia	2
Inspeções	5
Termos de ajustamento de conduta	0
Audiências públicas	1
Audiências judiciais	102
Audiências extrajudiciais	30
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	6
Concluídos	3
Andamento	11
Processos recebidos	416
Processos devolvidos	415
Saldo de processos	59
Atendimentos ao público	202
AUTUAÇÕES DA INTINERANTE	
EDUCAÇÃO	
Audiências	2
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	1
Execução TAC	0

Notificações e Requisições	6
Recomendações solicitadas	3
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	0
Andamento	4
Atendimento ao público	5
TRANSPORTES	
Audiências	1
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	0
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	1
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	0
SEGURANÇA	
Audiência	0
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	18
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	1
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	0
INFRA-ESTRUTURA	
Audiências	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	7
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	0
CONSUMIDOR	
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	3
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	1
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	1
FAMÍLIA	
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	2
Recomendações solicitadas	3
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	1
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	335
INFÂNCIA E JUVENTUDE	

Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	4
Recomendações solicitadas	8
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	1
Concluídos	0
Andamento	25
Atendimento ao público	62
SAÚDE	
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	18
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	6
Concluídos	12
Andamento	24
Atendimento ao público	59
OUTROS ASSUNTOS	
Arquivamentos	8
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	325
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Audiências públicas	2
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	18
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	46
Concluídos	9



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Andamento	91
Processos recebidos	0
Processos devolvidos	0
Saldo de processos	0
Atendimentos ao público	304
JUNTO AS TURMAS RECURSAIS	
PROCESSOS CRIMINAIS	
Recebidos	261
Devolvidos	212
Saldo	49
Manifestações e pareceres	144
PROCESSOS CÍVEIS	
Recebidos	440
Devolvidos	334
Saldo	166

Manifestações e pareceres	251
Sessões	0
Atendimento ao público	0
PROCESSOS – JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	
Recebidos	10
Devolvidos	10
Saldo	0
Audiências	641
Pareceres	14
Atendimento ao público	48

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TABELAS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – SIMP

Tabela 24: Estatística SIMP – Atividade Extrajudicial IC /PP

EXTRAJUDICIAL - INQUÉRITO CIVIL E PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO											
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS				Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento				
							Sem TAC	Com TAC			
Concurso Público	45	4	0	49	0	0	0	0	0	0	0
Controle Externo da Atividade Policial	16	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0
Direito da Criança Adolescente	335	126	35	426	8	0	38	0	22	122	14
Direito do Consumidor	254	27	8	273	6	2	22	0	24	30	2
Direito Eleitoral	13	7	0	20	12	0	0	0	0	0	0
Direito Militar	1	4	0	5	2	0	0	0	0	8	2
Direitos Indígenas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Domínio Público	109	15	3	121	0	0	0	0	0	34	4
Educação	76	77	3	150	0	4	8	4	20	24	2



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Improbidade Administrativa	3200	411	100	3511	40	4	66	2	8	464	14
Licitações	181	83	16	248	18	2	4	0	2	66	0
Meio Ambiente	2076	59	17	2118	12	4	18	0	2	142	0
Minorias Étnicas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	429	45	8	466	8	4	14	2	4	120	6
Patrimônio Público	471	116	27	560	18	2	8	0	10	130	4
Pessoa Idosa	14	1	0	15	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa com Deficiência	194	94	59	229	6	4	18	0	0	354	16
Repasse Verbas Públicas	14	4	3	15	2	0	0	0	0	0	0
Repasse Verbas SUS	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade Civil	37	4	3	38	0	0	4	0	0	40	0
Saúde	623	73	29	667	54	0	22	0	30	208	2
Servidor Público	104	14	3	115	2	2	4	0	2	58	0
Demais Assuntos	1274	325	93	1506	24	10	46	4	8	568	34

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 25: Estatística SIMP – Atividade Extrajudicial PA

EXTRAJUDICIAL – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO											
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS					Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais		
							Sem TAC	Com TAC			
Concurso Público	3	5	1	7	0	0	0	0	8	30	4
Controle Externo da Atividade Policial	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Direito da Criança Adolescente	214	123	27	310	0	0	30	2	6	216	10
Direito do Consumidor	50	31	3	78	0	0	24	0	0	0	0
Direito Eleitoral	2	38	4	36	52	0	0	0	0	14	0
Direito Militar	3	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Indígenas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Educação	33	33	12	54	0	4	2	0	8	6	2



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Improbidade Administrativa	262	186	32	416	10	0	20	0	0	90	0
Meio Ambiente	634	25	4	655	0	2	8	0	0	50	0
Minorias Étnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	51	8	1	58	2	0	0	0	2	12	2
Patrimônio Público	29	121	12	138	4	2	2	0	0	68	0
Pessoa Idosa	0	2	0	2	0	0	0	0	0	4	0
Pessoa com Deficiência	23	27	10	40	2	0	2	0	0	52	2
Responsabilidade Civil	4	3	0	7	0	0	0	0	0	2	0
Saúde	236	89	50	275	40	0	16	0	2	86	2
Servidor Público	12	16	2	26	0	0	0	0	0	26	0
Demais Assuntos	376	400	53	273	26	0	8	4	2	272	10

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 26: Estatística SIMP – Atividade Extrajudicial Proc. Investigatório

EXTRAJUDICIAL – PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PEÇAS DE INFORMAÇÃO – PIC)						
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTO	
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Denúncias	Arquivamento
Concussão	0	0	0	0	0	0
Corrupção Ativa	0	1	0	1	0	0
Corrupção Passiva	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Ordem Tributária	56	26	3	79	2	6
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	5	6	0	11	0	0
Crimes da Lei de Licitação	22	13	1	34	2	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	6	2	0	8	0	0
Crimes de Responsabilidade	11	13	0	24	0	0
Crimes Praticados por Particular contra Administração em Geral	9	8	0	17	2	0
Peculato	0	3	1	2	0	0



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Tráfico de Drogas e Condutas Afins	0	2	0	2	0	0
Tráfico de Pessoas e Correlatos	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	186	301	5	482	28	58

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

Tabela 27: Estatística SIMP – Processos Cíveis

CÍVEL – PROCESSOS CÍVEIS														
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação em 1ª Grau	Alegações Finais	Réplica a Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Agentes Políticos	0	0	0	0	0	42	0	4	0	0	2	2	0	0
Atos Administrativos, Exceto Improbidade Administrativa	0	0	0	0	2	156	16	16	12	0	0	22	0	0
Direito do Consumidor	0	0	0	0	2	62		4	6	0	0	4	0	0
Direito Processual Civil e do Trabalho	0	0	0	0	0	1676	4	22	218	14	6	28	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ensino Superior, Ensino Fundamental e Médio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garantias Constitucionais	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0
Improbidade Administrativa	0	0	0	0	2	84	14	14	2	0	0	22	0	0
Meio Ambiente	0	0	0	0	0	42	2	0	4	0	0	0	0	0
Militar	0	0	0	0	0	80	0	0	4	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	0	0	0	0	0	10	0	2	0	2	0	2	0	0
Patrimônio Público	0	0	0	0	0	530	0	2	14	8	10	0	0	0
Recursos Minerais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade da Administração	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde	0	0	0	0	0	146	0	12	12	0	0	10	0	0
Servidor Público Civil	0	0	0	0	0	426	0	0	2	2	0	0	0	0
Sistema Nacional do Desporto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	0	7596	38	8	1622	84	66	34	0	0

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 28: Estatística SIMP – Infância e Juventude

INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATO INFRACIONAL												
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS							
	Saldo anterior	Recebidos	Devolvidos	Em andamento	Remissão ECA	Representação por Ato Infracional	Requerimento de Medida Protetiva	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Arquivamento	Audiência de apresentação de adolescente infrator
Contra a administração da Justiça	5	5	0	10	0	4	0	2	0	0	0	2
Contra a Família	1	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0
Contra a Fé Pública	8	13	0	21	4	6	0	0	0	0	0	4
Contra a Honra	30	33	0	63	22	38	0	2	0	0	0	18



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Contra Incolumidade Pública	6	6	0	12	0	4	0	0	0	0	0	0
Contra a Inviolabilidade de Domicílio	1	5	0	6	0	10	0	2	0	0	0	0
Contra a Liberdade Pessoal	89	113	0	202	30	90	0	24	0	2	2	52
Contra a Paz Pública	19	42	0	61	0	30	0	8	0	2	2	8
Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra a Vida	73	194	0	267	4	130	0	54	0	4	2	46
Contra o Patrimônio	615	1446	7	2054	160	1482	2	284	4	6	8	694
Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra a Dignidade Sexual	35	91	0	126	2	64	0	22	2	0	2	28
Contravenções Penais	28	29	0	57	10	12	0	2	0	0	0	6
Lesões Corporais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medidas Socioeducativas	235	581	0	816	2	4	0	88	2	2	0	4
Periclitção da Vida e da Saúde e Rixa	2	2	0	4	2	0	0	2	0	0	0	2
Previsto na Legislação extravagante	520	747	3	1264	204	538	0	144	4	2	2	256
Demais assuntos	270	951	5	1216	230	778	0	190	0	0	6	336

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 29: Estatística SIMP – Infância e Juventude (Cível)

ANEXO IV B – INFÂNCIA E JUVENTUDE – SEÇÃO CÍVEL														
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação em 1ª Grau	Alegações Finais	Réplica A Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Alimentos	115	462	0	577	4	308	0	0	84	4	0	4	0	0
Adoção	55	178	0	233	0	276	4	0	72	0	0	2	0	0
Guarda	244	705	0	949	0	1102	0	2	274	0	8	0	0	0
Demais Classes	773	2396	9	3160	24	3344	76	38	876	30	46	54	0	0

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 29: Estatística SIMP – Inquérito Policial (Criminal)

ANEXO V A – CRIMINAL – INQUÉRITO POLICIAL									
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS				
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Baixa de Inquérito Policial: com Diligências, Sem Diligências e Diligências	Manifestação	Transações Penais Oferecidas	Promoção de Arquivamento: Arquivamento com Remessa Ao Poder Judiciário	Denúncias Oferecidas: denúncias, escrita; e Oral
Crimes/contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração da Justiça	123	59	0	182	18	52	0	22	34
Crimes contra a Administração Pública	219	127	0	346	34	156	0	22	84
Crimes contra a Dignidade Sexual	460	447	0	907	154	438	0	84	222
Crimes contra a Economia Popular	0	6	0	6	2	4	0	0	2
Crimes contra a Fé Pública	511	351	0	862	220	308	0	66	134
Crimes contra a Honra	252	459	0	711	112	140	0	104	236
Crimes contra Incolumidade Pública	38	47	0	85	18	36	0	6	20



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Crimes contra a Ordem econômica	16	31	0	47	4	16	0	12	4
Crimes contra a Ordem Tributária	69	28	0	97	8	12	0	0	2
Crimes contra a Organização do Trabalho	2	0	0	2	0	0	0	0	0
Crimes contra a Paz Pública	65	137	0	202	78	220	0	26	96
Crimes contra a Propriedade Intelectual	27	12	0	39	4	0	0	12	0
Crimes contra a Vida	897	1534	1	2430	750	1138	0	236	532
Crimes contra as Finanças Públicas	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Crimes contra as Relações de Consumo	22	40	0	62	8	32	0	6	14
Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	187	145	0	332	50	172	0	10	30
Crimes contra o Patrimônio	3299	3768	3	7064	1696	3588	0	608	2870
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra Portadores de deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	4	0	4	0	12	0	0	2
Crimes de Abuso de Autoridade	24	20	0	44	4	22	0	6	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	4	0	4	4	8	0	2	0
Crimes de Responsabilidades	0	4	0	4	0	6	0	0	2
Crimes de Tortura	67	43	1	109	4	28	0	2	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	356	814	1	1169	86	894	0	24	1364
Crimes de Trânsito	1120	1444	0	2564	356	1022	0	254	838
Crimes do Sistema Nacional de Armas	595	866	0	1461	438	754	0	48	1136
Crimes Eleitorais	14	116	0	130	12	140	0	16	16
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Crimes Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	79	113	0	192	34	170	0	0	74
Crimes Previsto no Estatuto do Idoso	19	44	0	63	4	50	2	6	22
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	1005	1570	0	2575	502	616	0	184	1018
Parcelamento do Solo Urbano	1	5	0	6	2	10	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	47	242	2	287	38	150	0	12	172
Demais Assuntos	2209	4800	4	7005	1208	3482	4	614	2348

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 30: Estatística SIMP – Termo Circunstanciado (Criminal)

ANEXO V B - CRIMINAL - TERMOS CIRCUNSTANCIADOS								
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS			
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Transações Penais Oferecidas	Promoção de Arquivamento: Arquivamento com Remessa ao Poder Judiciário	Denúncias Oferecidas: denúncias, Escrita; e Oral
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	1	0	1	2	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração da Justiça	70	116	1	185	130	6	4	40
Crimes contra a Administração Pública	431	557	0	988	620	64	12	152
Crimes contra a Dignidade Sexual	33	16	0	49	12	2	0	2
Crimes contra a Economia Popular	14	6	0	20	12	0	0	0
Crimes contra a Fé Pública	4	14	0	18	16	0	0	2
Crimes contra a Honra	416	803	2	1217	574	98	8	54



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Crimes contra Incolumidade Pública	1	7	0	8	2	2	0	4
Crimes contra a Ordem Econômica	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Ordem Tributária	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Organização do Trabalho	0	1	0	1	2	0	0	2
Crimes contra a Paz Pública	1	3	0	4	2	2	0	0
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	1	1	0	2	0	2	0	0
Crimes contra a Vida	2	3	0	5	2	0	0	0
Crimes contra as Finanças Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra Relações de Consumo	10	18	0	28	12	0	2	2
Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	185	101	0	286	98	0	10	28
Crimes contra o Patrimônio	181	283	0	464	298	14	8	60
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	40	44	0	84	42	4	0	4
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tortura	2	3	0	5	4	0	0	2
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	161	46	0	207	42	0	0	6
Crimes de Trânsito	599	442	0	1041	546	66	4	172
Crimes do Sistema Nacional de Armas	0	9	0	9	4	2	0	0
Crimes Eleitorais	3	9	0	12	20	0	2	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	14	6	0	20	4	0	0	2
Crimes Previsto no Estatuto do Idoso	17	26	0	43	18	0	0	0
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça Ou Cor	0	1	0	1	0	0	0	0
Lesão Corporal	509	797	1	1305	878	96	16	160
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	0	6	0	6	0	0	0	0
Demais Assuntos	1528	2139	0	3667	2024	236	62	398

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 31: Estatística SIMP – Processos Criminais

ANEXO VI - CRIMINAL – PROCESSOS CRIMINAIS														
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Alegações Finais	Requerimento de Medida Protetiva	Proposta de Suspensão Condicional do Processo	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência desfavorável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração Da Justiça	28	57	3	82	70	12	0	0	12	2	2	6	0	0
Crimes contra a Administração Pública	136	249	3	382	196	58	0	0	26	6	6	48	0	0
Crimes contra a Dignidade Sexual	256	558	0	814	338	152	0	0	98	20	18	92	0	0
Crimes contra a Economia Popular	0	5	0	5	4	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Crimes contra a Fé Pública	112	206	0	318	226	94	0	2	60	12	2	32	0	0
Crimes contra a Honra	107	228	7	328	190	22	0	0	34	0	4	8	0	0
Crimes Contra Incolumidade Pública	16	35	0	51	26	12	0	0	4	0	0	8	0	0
Crimes contra a Ordem Econômica	25	49	0	74	34	12	0	0	2	0	0	4	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Crimes contra a Ordem Tributária	33	67	0	100	62	16	0	0	0	0	0	8	0	0
Crimes contra a Organização Do Trabalho	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Paz Pública	104	247	0	351	290	108	0	0	92	12	6	74	0	0
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	27	11	0	38	8	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Vida	793	2410	4	3199	2070	378	0	0	50	2	52	508	0	0
Crimes contra as Finanças Públicas	2	2	0	4	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra as Relações de Consumo	20	36	0	56	42	8	0	0	0	0	0	6	0	0
Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	63	120	5	178	120	8	0	4	8	2	4	10	0	0
Crimes contra o Patrimônio	2204	4607	6	6805	3376	1916	0	24	1464	172	198	1218	0	0
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	19	72	0	91	56	12	0	0	2	0	0	8	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	9	12	0	21	18	2	0	0	2	0	0	8	0	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	1	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	21	81	0	102	30	8	0	0	2	0	0	6	0	0
Crimes de Tortura	16	26	0	42	16	6	0	0	2	0	0	12	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	803	1857	0	2660	864	990	0	0	538	86	60	618	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Crimes de Trânsito	336	661	1	996	586	116	0	88	102	8	12	90	0	0
Crimes do Sistema Nacional de Armas	501	1078	0	1579	644	586	0	10	440	46	68	290	0	0
Demais Assuntos	29	156	0	185	206	20	0	0	12	0	4	4	0	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	5	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	27	68	0	95	78	38	0	0	12	4	2	24	0	0
Crimes Previsto no Estatuto do Idoso	6	25	0	31	32	18	0	2	6	0	0	4	0	0
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	452	965	3	1414	906	294	0	4	172	26	48	88	0	0
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	49	258	0	307	162	140	0	0	50	10	8	24	0	0
Demais Assuntos	1391	3596	42	4945	3508	1038	0	12	540	96	160	680	0	0

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 32: Estatística SIMP – Execução Penal

ANEXO VII – CRIMINAL – EXECUÇÃO PENAL											
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS						
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Anistia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comutação de Pena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conversão de Pena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excesso ou Desvio	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0
Indulto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Superveniência de Doença Mental	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Transferência entre Estabelecimentos	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0
Unificação de Penas	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	432	705	1	1136	736	20	0	2	2	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 33: Estatística SIMP – Eleitoral

ANEXO X – ELEITORAL														
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA					MOVIMENTOS								
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Petição Inicial	Alegações Finais	Réplica a Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Administração da Justiça Eleitoral	1	4	0	5	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Alistamento Eleitoral	1	27	0	28	42	0	0	0	16	0	0	0	0	0
Diplomação	0	2	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Eleições	116	306	0	422	616	30	20	0	62	4	18	16	0	0
Direitos Políticos	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução	0	41	0	41	16	0	0	0	66	0	4	0	0	0
Garantias Processuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Partidos Políticos	3	16	0	19	8	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Plebiscito	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Requerimento	0	11	0	11	14	0	0	0	12	2	2	0	0	0
Demais Assuntos	12	114	1	125	98	0	2	0	40	0	6	0	0	0

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015

Tabela 34: Atendimento ao Público e outros

ANEXO XI - ATENDIMENTO AO PÚBLICO	
ATENDIMENTO	
Total realizado no período	8848

NOTÍCIA DE FATO	
Total instaurados no período	12703

ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL	TOTAL
Audiência Pública Participante	17
Participação em Grupo de Trabalho/Comissões	7
Representação Institucional em Evento	95
Representação Institucional em Órgão Colegiado	1
Representação Institucional em Palestra Como Palestrante/Debatedor	21
Representação Institucional em Projeto	15
Reunião	497

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

3.8 As Procuradorias de Justiça

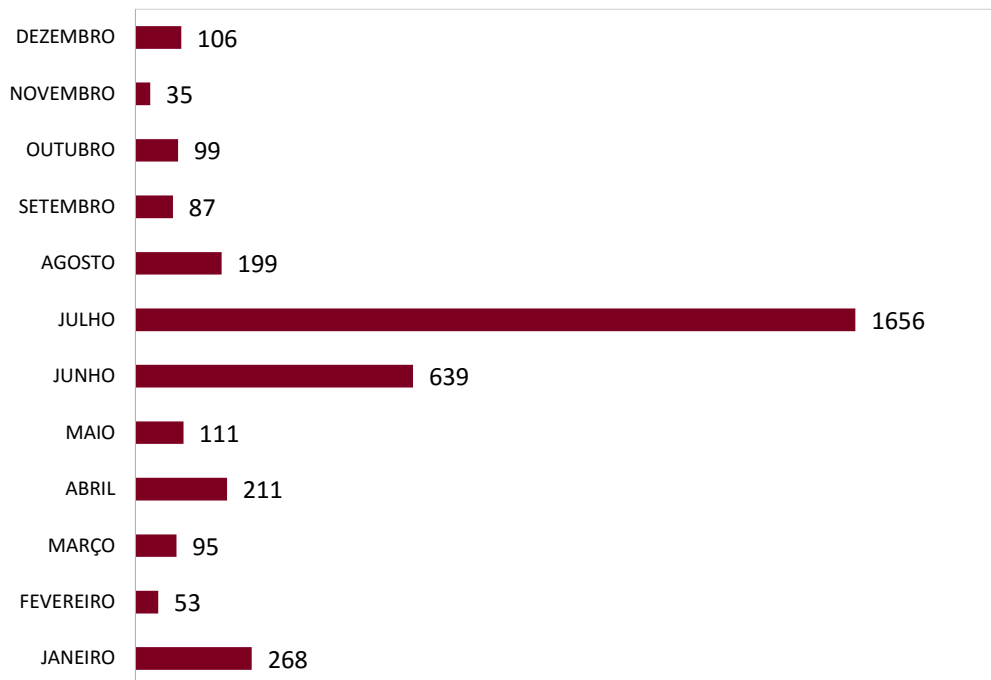
As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, composta por procuradores de justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções.

Em cada Câmara dos Tribunais de Justiça funciona uma Procuradoria de Justiça, bem como no Tribunal de Contas, sendo obrigatória a presença de procurador de justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria de Justiça.

Os procuradores de justiça exercem inspeção permanente nos serviços dos promotores de justiça nos autos em que oficiem, cabendo-lhes remeter seus relatórios à Corregedoria Geral do Ministério Público.

Incumbe às Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se para fixar orientação sobre questões jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as à Procuradoria Geral de Justiça.

Gráfico 5: Nº de Processos recebidos na PGJ do Tribunal do Pleno



Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Atividade processual dos Membros das Procuradorias de Justiça Criminais em 2015

Tabela 35: Movimentação Processual PJ Criminais

PROCURADORES	Proc. rec.	Proc. dev.	Hab. Corp.	Apel. crim.	Rec.Se. Est.	Outros
1ª PROCURADORIA CRIMINAL						
Eduardo Jorge H. Nicolau	705	703	204	367	64	70
Maria dos Remédios Serra	527	526	149	261	47	70
Selene Coelho de Lacerda	604	608	145	160	30	269
Suvamy V. Meireles*	-	-	0	0	0	0
SUB TOTAL	1836	1837	498	788	141	409
2ª PROCURADORIA CRIMINAL						
Krishnamurti Lopes França	511	514	163	235	40	73
Lígia Maria da S. Cavalcanti	448	448	182	203	22	41
Regina Lúcia de A. Rocha*	-	-	-	-	-	-
Regina Maria Costa Leite	393	397	134	184	32	43
SUB TOTAL	1352	1359	479	622	94	157
3ª PROCURADORIA CRIMINAL						
Flávia Teresa de V. Vieira	523	525	198	214	41	70
Maria Luíza R M Cutrim	357	357	141	159	15	42
Maria de Fátima R. T. Cordeiro	596	598	199	268	50	79
Rita de Cassia Maia Baptista	324	324	114	143	24	43
SUB TOTAL	1800	1804	652	784	130	234
TOTAL GERAL CRIMINAL	4.988	5.000	1.629	2.194	365	800

* Suvamy Vivekanada Meireles, Corregedor-Geral do Ministério Público

* Regina Lúcia de Almeida Rocha, Procuradora Geral de Justiça

Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATIVIDADE PROCESSUAL DOS MEMBROS DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS EM 2015

Movimentação Processual Geral das Procuradorias de Justiça do Estado do Maranhão

Tabela 36: Movimentação Processual PJ Cíveis

PROCURADORES	Proc. rec.	Proc. dev.	Mand. Seg.	Agr. inst.	Ape. Cível	Remessa	Ação. Resc.	Outros
1ª PROCURADORIA CIVEL								
Domingas de Jesus Gomes	1243	1308	23	154	569	46	0	451
José Antônio O. Bentes	604	609	15	103	429	28	0	29
Marco Antônio A. Guerreiro	776	788	0	19	135	551	28	43
Terezinha de Jesus Guerreiro	677	693	17	118	481	29	0	32
SUB TOTAL	3300	3398	55	394	1614	654	28	555
2ª PROCURADORIA CIVEL								
Clodenilza Ribeiro Ferreira	502	506	14	56	371	32	0	29
Eduardo Daniel Pereira Filho	732	737	19	91	550	32	0	40
Raimundo Nonato C. Filho	870	870	19	86	668	38	0	59
Sandra Lúcia A. Elouf	824	818	22	79	638	42	0	43
SUB TOTAL	2928	2931	74	312	2227	144	0	171
3ª PROCURADORIA CIVEL								
Ana Lúcia de Melo Moraes	636	651	19	135	429	22	0	31
Iracly M. Figueiredo	963	963	29	183	676	36	0	39
Mariléia Campos dos S. Costa	705	705	21	145	474	36	0	29
Themis Maria Carvalho	1105	1132	27	211	760	60	0	47
TOTAL	3409	3451	96	674	2339	154	0	146
4ª PROCURADORIA CIVEL								
Carlos Jorge Avelar Silva	1369	1307	34	234	986	61	0	54
Francisco das Chagas Barros	-	-	-	-	-	-	0	-
José Henrique Moreira	1301	1212	20	154	995	28	0	104
Paulo Roberto Saldanha	995	1001	21	141	752	50	0	31
SUB TOTAL	3665	3520	75	529	2733	139	0	189
5ª PROCURADORIA CIVEL								
Joaquim Henrique de C. Lobato	1924	2010	26	210	962	68	0	658
Sâmara Ascar Sauáia	817	817	14	146	601	22	0	34
Teodoro Peres Neto	1461	1464	29	241	982	73	0	136
SUB TOTAL	4202	4291	69	597	2545	163	0	828
TOTAL GERAL CÍVEL	17.504	17.591	369	2.506	11.458	1254	28	1889

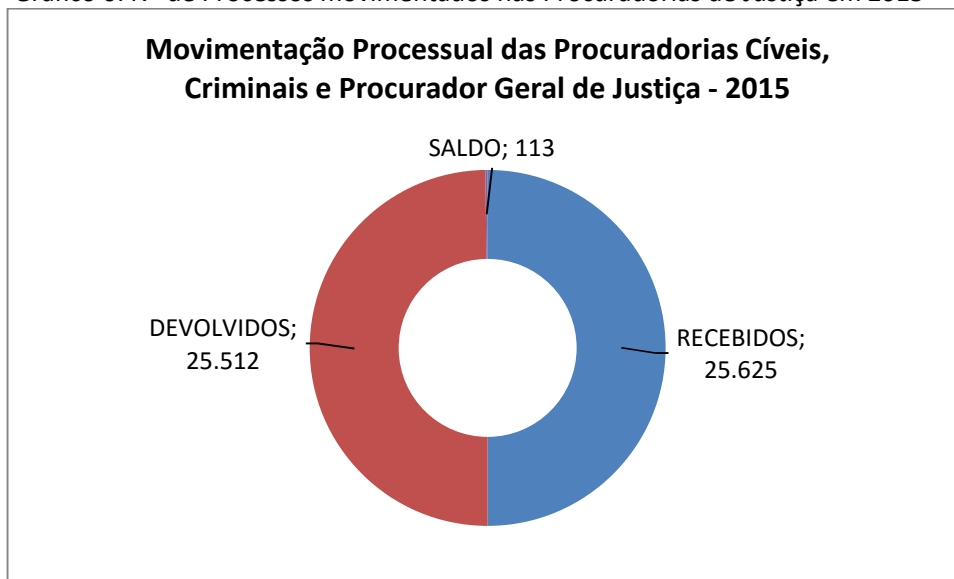
Fonte: Corregedoria Geral do MPMA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

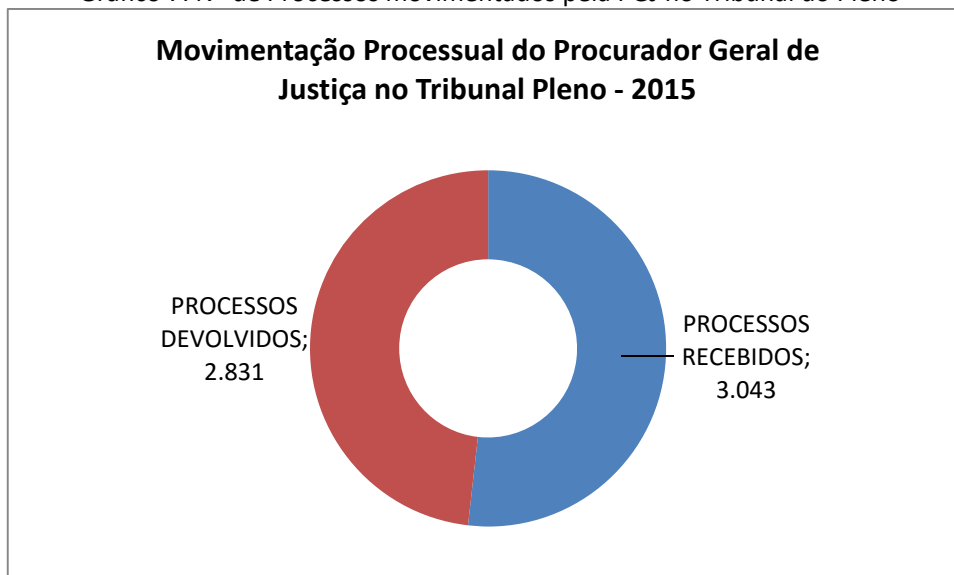
Dados Gerais de Movimentação Processual das Procuradorias Cíveis, Criminais e do Procurador Geral de Justiça em 2015

Gráfico 6: Nº de Processos movimentados nas Procuradorias de Justiça em 2015



Fonte: Coordenadoria de Distribuição de Processos, 2015

Gráfico 7: Nº de Processos movimentados pela PGJ no Tribunal do Pleno

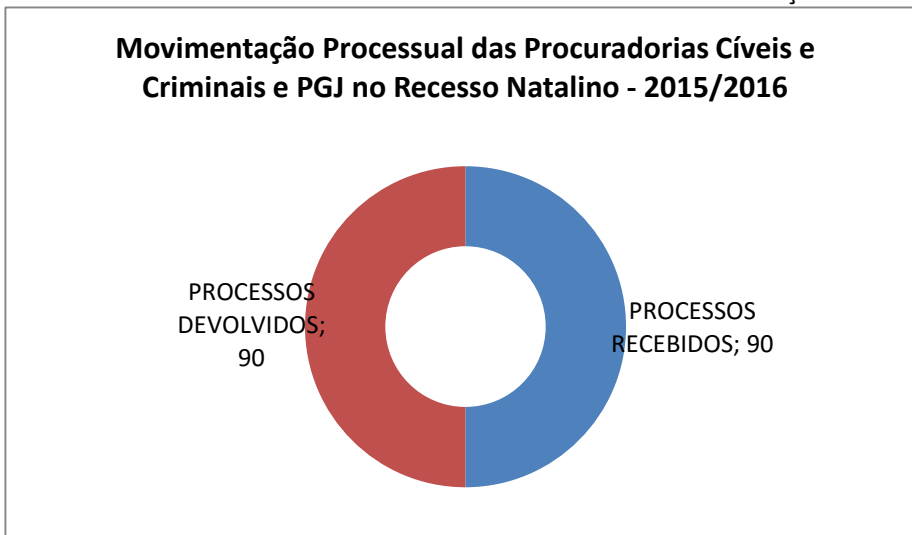


Fonte: Coordenadoria de Distribuição de Processos, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gráfico 8: Nº de Processos movimentados nas Procuradorias de Justiça no recesso



Fonte: Coordenadoria de Distribuição de Processos, 2015

4. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS AUXILIARES DO MP

4.1 Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (ESMP)



A Escola Superior do Ministério Público está disciplinada pela Lei Complementar Estadual nº 013, de 25 de outubro de 1991, e por seu Regimento Interno, instituído pela Resolução nº 03/2005-CSMP.

Principais Atividades desenvolvidas em 2015

Em 2015 o planejamento da ESMP foi realizado em parcerias com os Centros de Apoio Operacionais e com todos os Órgãos Administrativos, havendo uma concentração das atividades de capacitação na Escola, com a respectiva certificação, atendendo ao art. 37 da Lei Complementar nº 013/91.

Houve uma maior participação dos membros e servidores do Ministério Público, que pode ser notada nos eventos sempre com número expressivo de participantes.

Destaca-se, em relação aos anos anteriores, a maior interação entre membros, servidores e setores administrativos com a Escola Superior.

Pela primeira vez estiveram presentes, em apresentações, nos dois Cursos de ingresso ministrados aos novos Promotores de Justiça, todos os representantes da Administração Superior e de todos os Órgãos administrativos, bem como dos Centros de Apoio Operacionais.

Foram recebidos pela Direção, também pela primeira vez, em visita à ESMP-MA, os Diretores da Escola da Magistratura do Estado do Maranhão, Desembargador Jamil de Miranda



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gedeon Neto, e da Escola da Magistratura do Trabalho da 16ª Região, Desembargador Federal Gérson de Oliveira Costa Filho.

Ressaltam-se as parcerias realizadas entre esta Escola e todas as Escolas Judiciais, concedendo-se vagas a membros e servidores do Ministério Público em Cursos ofertados por essas Escolas.

Nos itens a seguir encontram-se discriminadas as atividades de capacitação e as atividades administrativas desenvolvidas pela Escola em 2015 e os demais eventos em parceria.

Atividades de Capacitação

Neste item são apresentados todos os eventos de capacitação, com a carga horária e a quantidade de capacitados, com os cargos exercidos.

1 - ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO CIVIL

Público Alvo: Membros e servidores do MP/MA

Professores: Ronaldo Cramer, Luís Henrique Volpe Camargo e Alexandre Reis Siqueira Freire

Data: 16 e 17/03/15

Carga Horária: 16 horas/aula

Participantes: 41 Promotores de Justiça, sendo 04 vitaliciandos, e 78 servidores

Total de Participantes: 119

Carga horária: 08 horas/aula

Participantes: 53 Promotores de Justiça e 36 servidores

Total De Participantes: 89

2 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Público Alvo: Membros e servidores do MP/MA

Professores: Cláudio Rebêlo Correia Alencar e Tarcísio José Sousa Bonfim

Data: 18 e 19/03/15

Carga Horária: 16 horas/aula

Participantes: 66 Promotores de Justiça e 71 servidores

Total de Participantes: 137

4 - CURSO SOBRE GERENCIAMENTO DE CRISES – TIMON / MA

Público Alvo: Membros do MP/MA e convidados

Professor: André Luís Gossain

Data: 07 e 08/05/15

Carga horária: 15 horas/aula

Participantes: 12 Promotores de Justiça e 14 convidados

Total de Participantes: 26

3 - ATUALIZAÇÃO EM TÉCNICAS DE JÚRI

Público Alvo: Membros e servidores do MP/MA

Professor: Rodolfo Soares Reis

Data: 20/03/15

5 - SEMINÁRIO DE ESCUTA QUALIFICADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM PARCERIA COM O CAOP DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Público Alvo: Membros e servidores do MP/MA e convidados

Professor: Antonio Augusto Nepomuceno, Márcio Thadeu S. Marques, Robson M. Lopes, José Antonio Daltoé Cezar e Denise Casanova Villela

Data: 25 e 26/05/15

Carga horária: 16 horas/aula



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Participantes: 32 Promotores de Justiça, 11 servidores e 07 convidados
Total de Participantes: 50

6 - CURSO DE INSTRUÇÕES PARA INTERROGATÓRIO, EM PARCERIA COM O GAECO

Público Alvo: Membros do MP/MA e convidados

Professor: André Estevão Ubaldino Pereira

Data: 27 e 28/05/15

Carga Horária: 14 horas/aula

Participantes: 35 Promotores de Justiça e 10 convidados

Total de Participantes: 45

7 - OFICINA SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EM PARCERIA COM O CAO - UMA, ABRAMPA E ABIVIDRO

Público Alvo: Membros e servidores do MP/MA

Professores: Luís Fernando C. B. Júnior, Paulo Celso dos Reis Gomes, Vítor Mendes, Ana Paula Bernardes, Raimundo de Jesus C. Moraes, Rodrigo M. Rocha e os mediadores, Cláudio R. C. Alencar e Luiz Carlos de A Lula Fylho

Data: 29/05/15

Carga Horária: 06 horas/aula

Participantes: 24 Promotores de Justiça e 16 servidores

Total de Participantes: 40

8 – 1º CURSO DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DESTINADO AO INGRESSO E VITALICIAMENTO NA CARREIRA DO MP/MA-2015

Público Alvo: Membros do MP/MA

Professores:

- Procuradora-Geral de Justiça e a Diretora da ESMP;

- Ouvidoria Geral do MP;
- Subprocuradoria Geral para Assuntos Jurídicos e Assessoria Especial da PGJ;
- Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos, Secretaria para Assuntos Institucionais e Chefia de Gabinete;
- Diretoria-Geral e Coordenadoria da PGJ;
- GAECO;
- Corregedoria Geral do MP;
- CAOP-CEAP e CAOP-IJ;
- CAOP-ProAd e CAOP do Idoso e Pcd;
- CAO-UMA, CAOP-Saúde e CAOP-Educação.

Data: 17 a 28/08/15

Carga Horária: 76 horas/aula

Participantes: 25 Promotores de Justiça

Total de Participantes: 25

9 – 2º CURSO DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DESTINADO AO INGRESSO E VITALICIAMENTO NA CARREIRA DO MP/MA-2015

Público Alvo: Membros do MP/MA

Professores:

- Procuradora-Geral de Justiça e a Diretora da ESMP;
- Ouvidoria Geral do MP/MA;
- Subprocuradoria Geral para Assuntos Jurídicos e Assessoria especial da PGJ/MA;
- Subprocuradoria geral para Assuntos Administrativos, Secretaria para Assuntos Institucionais e Chefia de Gabinete;
- Grupo de Atuação Especial ao Crime Organizado;
- Diretoria-Geral e Coordenadores da PGJ/MA;
- Corregedoria Geral e Promotores Corregedores do MP/MA;
- CAOP- Pcd e CAO- UMA;
- CAOP- ProAd e CAOP- DH;
- CAOP- Educação e CAOP- IJ;
- CAOP- Saúde e CAOP- CEAP;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- CAOP- Consumidor.

Data: 21/09/15 a 02/10/15

Carga Horária: 72 horas/aula

Participantes: 15 Promotores de Justiça

Total de Participantes: 15

10 - CURSO DE LIBRAS (AVANÇADO)

Público Alvo: Servidores do MP/MA

Professoras: Mariluce da Silva Goulart e

Luiziane de Jesus da Silva

Data: 19 a 23/10/15

Carga Horária: 40 horas/aula

Participantes: 16 servidores

Total de Participantes: 16

11 - CURSO DE PREPARAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DESTINADO AO INGRESSO E VITALICIAMENTO NA CARREIRA DO MP/MA-2015

Público Alvo: Membros do MP/MA

Cursos e Professores:

1. Tratamento Adequado de Conflitos pelo MP - **Danielle de Guimarães Germano Arlé;**

2. Gerenciamento de Crises - **André Luís Gossain;**

3. FUNDEB e Transporte Escolar - **Paulo Silvestre Avelar;**

4. Tribunal do Júri - o Ministério Público e as estratégias de atuação em plenário e no sumário da culpa - **Rodolfo Soares dos Reis;**

5. Direito Eleitoral - **Pablo Bogéa Pereira Santos;**

6. Revenda de GLP e Combustíveis - **Lítia Teresa Costa Cavalcanti, Lúcio Wanderley Vasconcelos, Sebastião Anchieta, Aymoré Fernandes, Michelle Vargens, Hugo Napoleão e Viviane Correa;**

7. Decisões dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Maranhão em Violência Doméstica - **Selma Regina Souza Martins;**

8. Políticas de Saúde e SUS- **Marcos Antônio Barbosa Pacheco;**

9. Independência funcional, Ministério Público e redes sociais: questões controversas. - **Salomão Abdo Aziz Ismael Filho, Paulo Rubens Rebouças, Teodoro Peres Neto, Cássius Guimarães Chai e Doracy Moreira Reis Santos;**

10. Procedimentos Administrativos: espécies, ritos, marcos legais, prazos, instruções, movimentações - **Cláudio Rebelo Correia Alencar e Tarcísio José Sousa Bonfim.**

Data: 03 a 13/11/15

Carga Horária: 72 horas/aula

Participantes: 39 Promotores de Justiça e 1 Promotor de Justiça convidado

Total de Participantes: 40

12- CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Público Alvo: Servidores do MP/MA

Professora: Maria de Nazaré Martins Souza

Data: 16 a 20/11/15

Carga Horária: 20 horas/aula

Participantes: 22 servidores

Total de Participantes: 22

13 - CURSO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DESTINADO AO INGRESSO E VITALICIAMENTO NA CARREIRA DO MP/MA-2015

Público Alvo: Membros do MP/MA

Professores: Cláudio Rebelo Correia Alencar e Tarcísio José Sousa Bonfim

Data: 09/12/2015

Carga Horária: 04 horas/aula

Participantes: 35 Promotores de Justiça

Total de Participantes: 35

14 – V CONGRESSO ESTADUAL DO MP COM O TEMA “O MINISTÉRIO PÚBLICO EM



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MOVIMENTO: REAVALIANDO E TRANSFORMANDO AÇÕES"

Público Alvo: Membros do MP/MA, servidores e convidados

Painelistas:

- Alexandre De Castro Coura
- Ricardo Goretti Santos
- Vicente De Paulo Silva Martins
- Priscila Schreiner
- Denise Casanova Villela
- Valéria Diez Scarance Fernandes

- Andréa Bernardes De Carvalho

- Nicolao Dino

- Douglas Fischer

- Eduardo Paes Machado

- Manuel Pinheiro Freitas

Data: 10 e 11/12/2015

Carga Horária: 13 horas/aula

Participantes: 140 Promotores de Justiça, 03 Procuradores de Justiça, 40 servidores e 86 convidados.

Total de Participantes: 269

CURSOS EM PARCERIA, COM A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS E SERVIDORES DO MP/MA

1 - Curso sobre Crime Organizado, em parceria com a CDEMP e a Universidade de Roma Tor Vergata

Público Alvo: Membros do MP/MA

Data: 04 a 15/05/15

Carga Horária: 60 horas/aula

Participantes: 02 Promotores de Justiça

Total de Participantes: 02

2 - Seminário de Atualização Jurídica "O Novo Código de Processo Civil", em parceria com a ESMAM

Público Alvo: Membros do MP/MA

Professores:

- Paulo Sérgio Velten Pereira
- Luiz Henrique Volpe Camargo
- Alonso Reis Siqueira Freire
- Glauco Gumerato Ramos
- Alexandre Reis S. Freire
- Newton Pereira Ramos Neto
- Eduardo José da Fonseca Costa
- Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

Data: 11 e 12/06/15

Carga Horária: 11 horas/aula

Participantes: 12 Promotores de Justiça

Total de Participantes: 12

3 - Minicurso sobre O Novo Código de Processo Civil, em parceria com a ESDPMA

Público Alvo: Membros do MP/MA e servidores

Professora: Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira

Data: 02 e 03/07/15

Carga Horária: 08 horas/aula

Participantes: 03 Promotores de Justiça e 07 servidores

Total de Participantes: 10

4 - Curso "Como fiscalizar Contratos de Compras e Serviços na Administração Pública – Melhores Práticas para uma atuação eficiente do Fiscal e do Gestor", em parceria com a Diretoria Geral da PGJ/MA

Público Alvo: Servidores do MP/MA e convidados

Professores: Luiz Gonzaga M. Coelho e Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

Data: 10 e 11/09/15

Carga Horária: 16 horas/aula

Participantes: 34 servidores



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de Participantes: 34

5 - Curso de Educação Continuada “Aspectos Controvertidos do Novo Cód. de Proc. Civil”, em parceria com a PGE/MA

Público Alvo: Membros e assessores do MP/MA

Professores:

- Alexandre Freire
- Luiz Henrique V. Camargo
- Alonso Freire
- Newton Ramos
- Leonardo C. da Cunha
- Bruno Dantas

Data: 11/09/15 a 16/10/15

Carga Horária: 60 horas/aula

Participantes: 02 Promotores de Justiça e 03 assessores

Total de Participantes: 05

6 – Curso de Autocad Fundamentos 1, em parceria com a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da PGJ/MA

Público Alvo: Servidores do COEA do MP/MA

Professor: Calebe Dourado Farias

Data: 14 a 18/09/15

Carga Horária: 20 horas/aula

Participantes: 11 servidores

Total de Participantes: 11

7- Curso “Ações de Família e Alimentos no Novo CPC”, em parceria com a ESMAM

Público Alvo: Membros do MP/MA

Professor: Rafael Calmon Rangel

Data: 17 e 18/09/15

Carga Horária: 14 horas/aula

Participantes: 01 Promotora de Justiça

Total de Participantes: 01

8 - Curso “Princípio da Reserva do Possível – Judicialização da Saúde”, em parceria com a ESMAM

Público Alvo: Membros do MP/MA

Professora: Maria Paula Gouveia Galhardo

Data: 21 e 22/09/15

Carga Horária: 14 horas/aula

Participantes: 01 Promotora de Justiça

Total de Participantes: 01

9 - Minicurso “Experiências sobre Audiências de Custódia”, em parceria com a ESDEP

Público Alvo: Membros do MP/MA e servidores

Professores: Virginia Sanches Rodrigues

Caldas Catelan, Adriano Antunes Damasceno

e Cleopas Isaías Santos

Data: 25/09/15

Carga Horária: 04 horas/aula

Participantes: 05 assessores

Total de Participantes: 05



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 37: Cursos realizados pela ESMP/MA em 2015

Total de Capacitados		Total de Horas/Aula Ministradas		Total de Cursos Oferecidos	
Membros	521	Membros	328h	Membros	12
Servidores	290	Servidores	135h	Servidores	08
Total	811	Total	463h	Total	20

Fonte: ESMP/MA, 2015

Do total de 20 cursos oferecidos pela ESMP/MA em 2015, foram realizados **14**.

Tabela 38: Cursos realizados pela ESMP/MA com participação de membros e servidores em 2015

Total de Capacitados		Total de Horas/Aula Ministradas		Total de Cursos Oferecidos	
Membros	21	Membros	167h	Membros	07
Servidores	60	Servidores	108h	Servidores	04
Total	81	Total	275h	Total	11

Fonte: ESMP/MA, 2015

Tabela 39: Atividades Administrativas

Descrição	Quantidade
Sessões Ordinárias do Conselho Pedagógico	2
Ofícios expedidos	178
Ofícios recebidos	64
Ofícios Circulares recebidos	2
Memorandos expedidos	20
Memorandos recebidos	5
Declarações expedidas	3
Pareceres das Promotoras de Justiça Auxiliares	58

Fonte: ESMP/MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.2 Ouvidoria Geral do Ministério Público



A Ouvidoria do Ministério Público é o órgão competente para receber elogios, críticas, sugestões, reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares.

Compete à Ouvidoria, em síntese, dentre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, bem como representar, à vista de graves indícios de ocorrência dos fatos noticiados, aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, para adoção das providências cabíveis ou, conforme o caso, diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público nas hipóteses de sua competência.

A Ouvidoria do Ministério Público não dispõe de poderes correccionais, não interfere, nem substitui as atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O acesso à Ouvidoria é realizado por comparecimento, ou mediante correspondência, ligação telefônica, devidamente reduzida a termo pela Ouvidoria, mensagem via fac-símile ou comunicação via Internet, com utilização do serviço da Ouvidoria a ser disponibilizado no sítio do Ministério Público.

O atendimento prestado pela Ouvidoria Geral aos cidadãos maranhenses em 2015 aconteceu de várias formas, destacando-se:

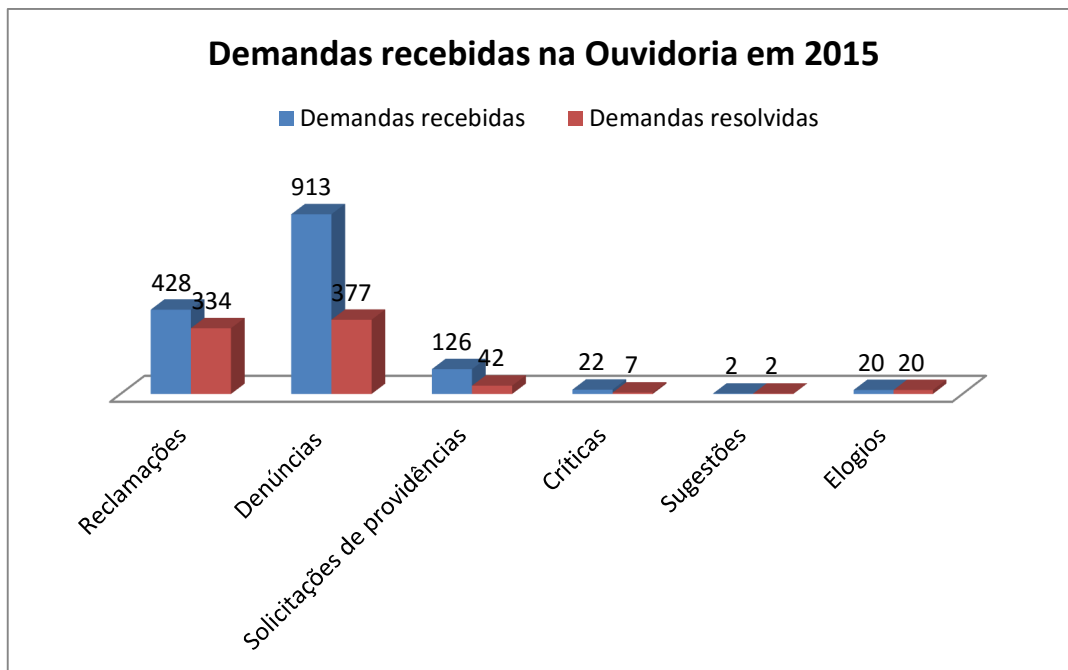
- a) **Atendimento Pessoal (orientações jurídicas)** - Diariamente é feito atendimento pessoal aos cidadãos que buscam orientações jurídicas. Cada atendimento é registrado no livro próprio da Ouvidoria. Tais orientações jurídicas também são dadas através de e-mail institucional, quando assim o cidadão solicita. **Total de orientações jurídicas em 2014: 388.**
- b) **Cadastro de Manifestação** - Os cidadãos podem fazer suas denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios, pedido de providência e/ou informação, sugestões através do cadastro de manifestação que está disponível no site do Ministério Público do Maranhão por meio do link: <http://ouvidoria.mpma.mp.br/sistema/manifestacao/cadastrar>, ou via telefones por meio dos números (98) 3219 1738/1767/1769/1603, bem como pelo Disque-Denúncia da Ouvidoria: **0800 098 1600**. **Total de demandas pelo Cadastro de Manifestação em 2014: 250.**
- c) **E-mail** - As denúncias ou manifestações podem ser feitas por e-mail através do endereço eletrônico: ouvidoria@mpma.mp.br. Além disso, a Ouvidoria recebe diariamente reclamações registradas no Disque-Denúncia (Brasília- DF) e na Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República. **Total de demandas por e-mail em 2014: 606.**



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

d) **Ocorrências** - As ocorrências são registradas quando a reclamação dos cidadãos é pertinente. A reclamação é reduzida a termo sendo direcionada à Ouvidora-Geral, que posteriormente dá o seu devido encaminhamento. **Total de registro de ocorrências em 2014: 91.**

Gráfico 9: Nº de demandas recebidas na Ouvidoria



Fonte: Ouvidoria do MPMA, 2015

Tabela 40: Assuntos mais demandados p/ Ouvidoria

Demandas por assunto	Quantidade
Crimes / execução penal	699
Demanda alheia à competência da Ouvidoria e consultas e dúvidas jurídicas	357
Infância e juventude	72
Improbidade administrativa	71
Outros	50
Idoso	39
Educação	37
Infração disciplinar de Membro e Servidor / inércia ou morosidade na atuação funcional	34
Saúde	32

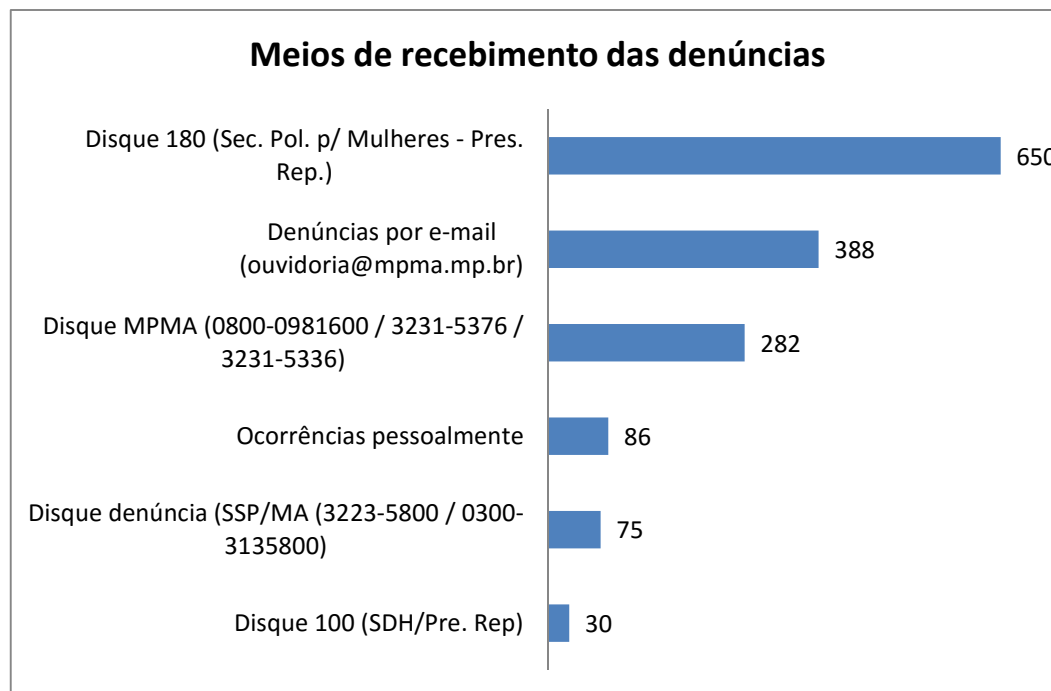


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Meio ambiente	26
Serviços Públicos	22
Concurso público	18
Consumidor	17
Pessoas com deficiência	9
Irregularidades trabalhistas	8
Administração e funcionamento do MP	7
Controle externo da atividade policial	6
Eleitoral	5
Lei de acesso à Informação / remuneração de Membros e Servidores	2
Residência na comarca / lotação de Membros	0
Total de demandas por assunto	1511

Fonte: Ouvidoria do MPMA, 2015

Gráfico 10: Meio de recebimento de denúncias na Ouvidoria



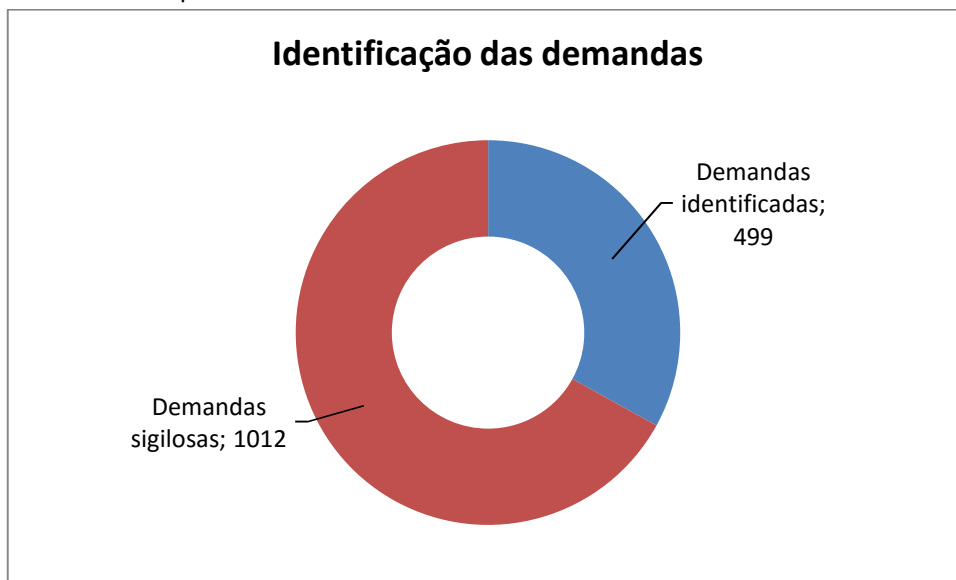
Fonte: Ouvidoria do MPMA, 2015

Das 1.511 demandas recebidas, 43,02% foram provenientes do Disque 180, 1,99% do Disque 100, 18,66% do Disque Ministério Público, 4,96 do Disque Denúncia do Maranhão, 25,68% pelo e-mail da Ouvidoria e 5,69% ocorrências pessoalmente na sede deste Órgão.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Gráfico 11: Tipo de demanda recebida na Ouvidoria



Fonte: Ouvidoria do MPMA, 2015

Gráfico 12: Meio de resposta das demandas recebidas na Ouvidoria



Fonte: Ouvidoria do MPMA



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Destino das demandas

Procuradoria Geral de Justiça/MPMA;
Corregedoria Geral/MPMA;
Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural – MPMA;
Centro de Apoio Operacional da Probidade Administrativa – MPMA;
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos – MPMA;
Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça/MPMA;
Secretaria para Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça/MA;
Grupo de Atuação Especial no Combate a Organizações Criminosas – MPMA;
Subprocuradoria para Assuntos Administrativos da Procuradoria Geral de Justiça/MA;
Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Mulher;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Idoso;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Público;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Pessoa com Deficiência;
Promotoria de Justiça Especializada do Controle Externo da Atividade Policial;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e Juventude;

Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Ordem Tributária e Econômica;
Promotoria de Justiça Especializada de Fundações e Entidades de Interesse Social;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa;
Promotoria de Justiça de Açailândia;
Promotoria de Justiça de Alcântara;
Promotoria de Justiça de Amarante do Maranhão;
Promotoria de Justiça de Araiões;
Promotoria de Justiça de Arame;
Promotoria de Justiça de Bacabal;
Promotoria de Justiça de Balsas;
Promotoria de Justiça de Barra do Corda;
Promotoria de Justiça de Barreirinhas;
Promotoria de Justiça de Bequimão;
Promotoria de Justiça de Bom Jardim;
Promotoria de Justiça de Brejo;
Promotoria de Justiça Buriți Bravo;
Promotoria de Justiça de Burițicupu;
Promotoria de Justiça de Cândido Mendes;
Promotoria de Justiça de Cantanhede;
Promotoria de Justiça de Carolina;
Promotoria de Justiça Caxias;
Promotoria de Justiça de Chapadinha;
Promotoria de Justiça Codó;
Promotoria de Justiça Coelho Neto;
Promotoria de Justiça Colinas;
Promotoria de Justiça de Cururupu;
Promotoria de Justiça de Dom Pedro;
Promotoria de Justiça de Estreito;
Promotoria de Justiça Governador Eugênio Barros;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Promotoria de Justiça Governador Nunes Freire;
Promotoria de Justiça de Grajaú;
Promotoria de Justiça de Guimarães;
Promotoria de Justiça de Humberto de Campos;
Promotoria de Justiça de Icatu;
Promotoria de Justiça de Imperatriz;
Promotoria de Justiça de Itapecuru Mirim;
Promotoria de Justiça de João Lisboa;
Promotoria de Justiça de Lago da Pedra;
Promotoria de Justiça de Magalhães de Almeida;
Promotoria de Justiça de Maracaçumé;
Promotoria de Justiça de Matinha;
Promotoria de Justiça de Mirinzal;
Promotoria de Justiça de Monção;
Promotoria de Justiça de Montes Altos;
Promotoria de Justiça de Morros;
Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar;
Promotoria de Justiça de Paraibano;
Promotoria de Justiça de Passagem Franca;
Promotoria de Justiça de Paulo Ramos;
Promotoria de Justiça de Penalva;
Promotoria de Justiça de Pindaré Mirim;
Promotoria de Justiça de Pinheiro;
Promotoria de Justiça de Pio XII;
Promotoria de Justiça de Poção de Pedras;
Promotoria de Justiça Porto Franco;
Promotoria de Justiça de Presidente Dutra;
Promotoria de Justiça Raposa;
Promotoria de Justiça de Riachão;
Promotoria de Justiça de São José de Ribamar;
Promotoria de Justiça de Rosário;
Promotoria de Justiça de Santa Inês;
Promotoria de Justiça de Santa Luzia;
Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Tide;
Promotoria de Justiça Santa Quitéria;
Promotoria de Justiça Santa Rita;
Promotoria de Justiça de São Bento;

Promotoria de Justiça de São Bernardo;
Promotoria de Justiça de São Domingos do Azeitão;
Promotoria de Justiça de São Domingos do Maranhão;
Promotoria de Justiça São Luiz Gonzaga;
Promotoria de Justiça de São Mateus;
Promotoria de Justiça de São Raimundo das Mangabeiras;
Promotoria de Justiça de São Vicente de Férrer;
Promotoria de Justiça de Senador La Roque;
Promotoria de Justiça de Sucupira do Norte;
Promotoria de Justiça de Timbiras;
Promotoria de Justiça de Timon;
Promotoria de Justiça de Tuntum;
Promotoria de Justiça de Tutoia;
Promotoria de Justiça de Urbano Santos;
Promotoria de Justiça de Vargem Grande;
Promotoria de Justiça de Viana;
Promotoria de Justiça de Vitória do Mearim;
Promotoria de Justiça de Vitorino Freire;
Promotoria de Justiça de Zé Doca;
Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão;
Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão;
Conselho Nacional do Ministério Público;
Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público.

Ouvidorias

Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão;
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Maranhão;
Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;
Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão;
Ouvidoria do Ministério Público Federal;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Ouvidoria da Companhia Energética do Maranhão;
Ouvidoria da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão;
Ouvidoria do Porto do Itaqui.

Secretarias do Estado do Maranhão

Secretaria da Educação;
Secretaria de Saúde;
Secretaria de Segurança Pública;
Secretaria de Administração Penitenciária;
Secretaria de Gestão e Previdência Social;
Secretaria de Cultura.

Secretarias Municipais de São Luís

Secretaria de Educação;
Secretaria de Saúde;
Secretaria de Trânsito de Transporte;
Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
Secretaria da Criança e Assistência Social;

Outros Órgãos Estaduais

Delegacia de Polícia do Meio Ambiente;
Delegacia de Polícia da Cidade Operária;
Delegacia de Polícia de Acidentes de Trânsito;
Diretor do Hospital Nina Rodrigues;
Superintendente do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão;
Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão;
Reitoria da Universidade Federal do Maranhão;
Reitoria da Universidade CEUMA;
Corregedoria da Polícia Militar do Estado do Maranhão;
Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão;
Diretoria do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Maranhão;
Presidente da Ordem dos Advogados do Estado do Maranhão;
Comando-Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão;

4.3 Comissão de Concursos

A Comissão de Concurso é um órgão auxiliar de natureza transitória, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e integrada por 3 (três) membros do Ministério Público titulares, preferencialmente, procuradores de justiça, e 3 (três) suplentes, eleitos pelo Conselho Superior, além de um representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Tem a incumbência de realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo vedada a participação na Comissão de parente consanguíneo ou afim até o segundo grau de candidatos inscritos.

Em 2015, foram nomeados e empossados 40 (quarenta) Promotores Substitutos aprovados no Concurso Público realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEFAP do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP e titularizados 37 (trinta e sete) Promotores de Justiça em comarcas de entrância inicial, até então vagas.

Também ocorreu a nomeação e posse de 07 (sete) servidores efetivos, sendo 02 (dois) Analistas Ministeriais e 05 (cinco) Técnicos Ministeriais aprovados no Concurso Público para



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo, homologado em 04 de novembro de 2013, publicado no Diário da Justiça de 05 de novembro de 2013.

Ainda em 2015, foi prorrogada, por 02 (dois) anos, a validade do referido Concurso Público para servidores, pelo Edital de Prorrogação de 04 de novembro de 2015, publicado no Diário da Justiça de 06 de novembro de 2015, devendo ser considerado a partir de 05 de novembro de 2015, como garantia das condições de provimento em caso de cargos a vagar nesse período;

4.4 Estagiários

No ano de 2015, a Procuradoria Geral de Justiça criou 18(dezoito) vagas de estagiários, não-obrigatório, pelo Ato Regulamentar nº 13/2015-GPGJ, de 13 de outubro de 2015, assim distribuídas:

Tabela 41: Lotação de estagiários

Lotação das vagas de estagiário	Vagas
Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar	2
Promotorias de Justiça da Raposa	1
Promotorias de Justiça de São José de Ribamar	6
Promotorias de Justiça de Caxias	2
Promotorias de Justiça de Coroatá	2
Conselho Superior do MP	1
Diretoria Geral	1
Promotorias de Justiça da Capital	2
Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos	1
Total	18

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

Tabela 42: Gestão do Estágio Não-Obrigatório

Descrição	Nº de Estagiários					
	2015	2014	2013	2012	2011	2010
	Ato Reg 10/2015	Ato Reg 10/2014	Ato Reg 03/2013	Ato Reg 14/2011	Ato Reg 02/2010	Ato Reg 02/2010
Nº Estagiários Total	150	132	132	132	91	91
Admitidos	46	128	4	29	69	41
Renovação de Estágio	64	2	19	36	26	44
Desligados	56	18	41	61	64	33



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nº de estagiários em exercício em dezembro	115	127	15	52	86	79
--	-----	-----	----	----	----	----

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

5. OS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

São órgãos de assessoramento do Ministério Público a Assessoria Especial, a Assessoria Jurídica, a Assessoria Técnica, a Assessoria do Controle Interno e a Assessoria de Auditoria.

5.1 Assessoria Especial

À Assessoria Especial, de livre escolha do Procurador-Geral, constituída preferencialmente por membro do Ministério Público, incumbe auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro do Ministério Público.

A Assessoria Jurídica, por sua vez, é composta por bacharéis em Direito nomeados em comissão pelo Procurador-Geral, mediante indicação do Procurador de Justiça, tendo por finalidade auxiliar os Procuradores de Justiça nas suas funções de órgãos de execução.

5.2 Assessoria Técnica

Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, bem assim prestar suporte técnico do Ministério Público nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por Ato do Chefe da Instituição.

Tabela 43: Pareceres emitidos em 2015

PARECERES	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Técnicos da ASTEC	114	100	117	119
Médicos	7	8	7	12
Núcleo da ASTEC	23	15	26	10
Total	144	123	150	141

Fonte: Assessoria Técnica/PGJ-MA, 2015

Tabela 44: Atividades Administrativas

MEMORANDOS EMITIDOS	TOTAL
ASTEC	70
Núcleo da ASTEC	
OFÍCIOS EMITIDOS	
ASTEC	183
Núcleo da ASTEC	70



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CÁLCULOS FINANCEIROS	
ASTECC	29
Núcleo da ASTECC	4
NOTAS TÉCNICAS	
ASTECC	1
Núcleo da ASTECC	
ATENDIMENTO A CONSULTAS	
ASTECC	12
Núcleo da ASTECC	13
DOCUMENTOS REFERENTES À PROMOTORIA ITINERANTE	
Pareceres Técnicos	12
Outros (Relatórios)	63
Cálculos	1

Fonte: Assessoria Técnica/PGJ-MA, 2015

Tabela 45: Participação em atividades externas

Atividades	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Participação em Comissões	01 Comissão	03 Comissões	03 Comissões	01 Comissão
Audiências Públicas e Judiciais	-	01 audiência	02 audiências	02 audiências
Estudos e Sugestões	-	Plano de Ação 2016	-	-
Operações Conjuntas com outros Órgãos	-	-	-	CGU-Fiscalização de transporte escolar

Fonte: Assessoria Técnica/PGJ-MA, 2015

5.3 Assessoria de Controle Interno

As atribuições regimentais desta Assessoria de Controle Interno estão prescritas no Ato Regulamentar Nº 002/2012 – GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

Foram emitidas por esta Assessoria de Controle Interno manifestações sobre os mais variados objetos: prestação de contas dos recursos recebidos a título de suprimento de fundos (adiantamento), abono de permanência; aditivos / reajustes contratuais; empenho de despesas e pagamento à fornecedores; locação de imóveis; licitação (fase inicial / dispensa / inexigibilidade /

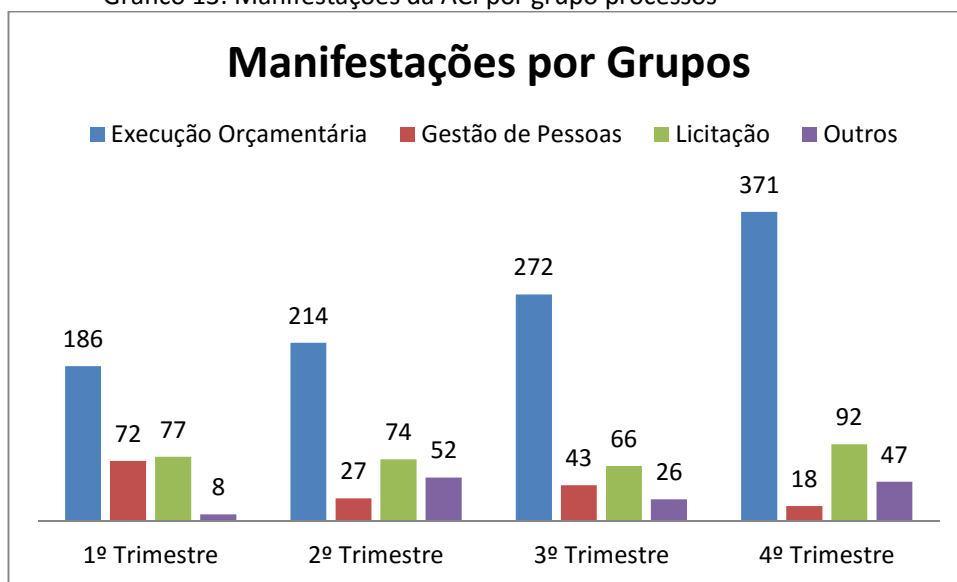


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

adesão de ata de registro de preço); solicitação de gratificações, auxílios e adicionais a membros e a servidores efetivos e à disposição; incorporação/averbação de tempo de contribuição previdenciária e/ou de serviço; requisição de servidores; verbas indenizatórias; ajuda de custo; entre outros.

No aspecto quantitativo, emitimos 1.645 (mil seiscientos e quarenta e cinco) manifestações durante o exercício de 2015, assim distribuídas:

Gráfico 13: Manifestações da ACI por grupo processos



Fonte: Assessoria de Controle Interno/PGJ-MA, 2015

Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à Gestão de Pessoas, tivemos:

Tabela 48: Manifestações em processos Gestão de Pessoas - 2015

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Verbas Indenizatórias	50	21	31	17	119
Requisição de Servidor	1		1		2
Abono de Permanência	1	2	9	1	13
Incorp. Tempo de Serviço e/ou Contribuição	1	2	1		4
Ajuda de custo	3		1		4
Auxílio Moradia	16	2			18

Fonte: Assessoria de Controle Interno/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

A respeito dos processos administrativos relativos à licitação, as análises estão assim distribuídas:

Tabela 49: Manifestações em processos de Licitação - 2015

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Reajuste Contratual	3	13	4	7	27
Inexigibilidade de Licitação	4	27	28	28	87
Fase Interna de Licitação	14	12	8	11	45
Aditivo contratual	11	11	10	24	56
Locação de Imóvel	42		1	15	58
Dispensa de Licitação	3	7	13	3	26
Adesão SRG		4	2	4	10

Fonte: Assessoria de Controle Interno/PGJ-MA, 2015

Conforme indicado no relatório de atividades do ano anterior, as análises tornaram-se um pouco mais célere, principalmente em virtude das edições dos normativos que disciplinam não só a tramitação dos processos, mas estabelecem os documentos necessários a regular a instrução dos mesmos:

- 1) A edição da ORDEM DE SERVIÇO N° 016/2013 – DG, de 31 de janeiro de 2013, que estabelece os documentos necessários para instrução dos processos administrativos relativos à locação de imóvel;
- 2) A edição do ATO REGULAMENTAR N° 09/2013 – GPGJ, de 11 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas na contratação de bens e serviços, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e
- 3) A edição do ATO REGULAMENTAR N° 10/2013 – GPGJ, de 09 de agosto de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem adotados na contratação ou prorrogação contratual relativa à prestação de serviços de natureza continuada.
- 4) A edição do Ato Regulamentar nº 11/2014 – GPGJ que dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à execução orçamentária, assim se apresentaram:

Tabela 50: Manifestações em processos de Execução Orçamentária - 2015

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Pagamento de Obras, Materiais e	112	122	149	161	544



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Serviços					
Prestação de Contas de Adiantamento	18	47	66	163	294
Solicitação de Empenhos	53	45	57	47	202
Prestação de Contas Mensal do FEMPE	3				3

Fonte: Assessoria de Controle Interno/PGJ-MA, 2015

No tocante as solicitações de pagamentos, as análises tiveram como foco, além das documentações necessárias ao pagamento (nota de empenho, documento fiscal atestado, comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista), o prazo de entrega dos serviços ou bens, verificando a conformidade da data de entrega do item contratado com o prazo estabelecido na licitação ou termo de referência, assim como o atendimento às demais determinações contratuais.

Ademais, merece destacar os processos de pagamento de medições de obras ou serviços de engenharia que demandam um pouco mais de tempo quando de sua análise, em razão da própria relevância da contratação (projetos, manutenções e construções prediais) e ainda do volume financeiro envolvido.

Outras atividades realizadas:

Além das 1.645 (mil seiscentos e quarenta e cinco) manifestações, coube a esta Assessoria, no exercício 2015: elaborar e publicar os Relatórios de Gestão Fiscal exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, enviando-os ainda ao Tribunal de Contas do Estado e participar de comissão para reformular/editar normativos internos.

Sugestões de melhoria das atividades:

- adoção de política permanente de treinamento por setor/unidade gestora de forma a capacitar os servidores, tendo em vista as frequentes alterações nas legislações pertinentes à Administração Pública;
- criação por cada setor/unidade gestora de procedimentos padrões, estes homologados pela Administração Superior, de forma a tornar mais célere a tramitação dos processos administrativos e as consequentes tomadas de decisões.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

5.4 Assessoria de Auditoria Interna

Assessoria de Auditoria Interna, enquanto unidade diferenciada na estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, foi criada e estruturada no exercício de 2012, pelo Ato Regulamentar nº 002/2012-GPGJ (Diário Oficial, Poder Judiciário, 14/02/2012), que alterou o Ato Regulamentar nº 020/2008-GPGJ (Regimento Interno da PGJ/MA).

Assim, na busca do aprimoramento dos mecanismos de controle e do fortalecimento institucional, a Assessoria de Controle Interno realizou atividades tanto de *auditorias* como de *acompanhamento da implementação de recomendações* nas áreas de *Folha de Pagamento, Licitações e Contratos Administrativos (Serviços Gerais), Gestão Patrimonial (Bens de Consumo, Bens Permanentes e Imóveis)* e *Administrativa (Portal da Transparência e Passagens Aéreas)*.

Tais atividades resultaram na elaboração dos respectivos relatórios, encaminhados à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implementadas as recomendações *julgadas cabíveis* para os devidos melhoramentos ou saneamentos.

Cabe frisar, na forma consignada nas considerações finais de cada relatório expedido, que o objetivo é o do fortalecimento institucional, cabendo às deficiências e fragilidades verificadas o papel primordial de auxiliar no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle.

Além das auditorias e acompanhamentos em questão - cujos trabalhos envolveram procedimentos de análises documentais, reuniões, exames dos registros, avaliações, levantamentos, diligências e comprovações metodologicamente estruturados, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão – cabe pontuar as atividades abaixo sucintamente descritas, dentre as executadas por esta Assessoria no exercício de 2015:

- Elaboração e submissão à apreciação da Administração Superior, por meio do Memo. nº 001/2015-AUDIT./PGJ, datado de 06/01/2015, do *Plano Anual de Auditoria Interna - 2015*, bem como do *Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - 2014*;
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do *Relatório de Auditoria Interna nº 01/2015 – Área: Folha de Pagamento*, com 17 (dezessete) recomendações, com o objetivo de sanar as pendências verificadas ou de aperfeiçoar os mecanismos de controle afins;
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do *Relatório de Auditoria Interna nº 02/2015 – Área: Licitações e Contratos*



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Administrativos, Foco: Serviços Gerais, voltado ao 2º acompanhamento da implementação das recomendações do Relatório de Auditoria nº 02/2013, concluindo-se que das 15 (quinze) recomendações emitidas, 09 (nove) foram efetivamente implementadas;

- *Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do Relatório de Auditoria Interna nº 03/2015 – Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens de Almoarifado, Bens Permanentes e Imóveis, voltado ao 4º acompanhamento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Interna nº 05/2012, com a conclusão de que persistem os principais aspectos de fragilidade, notadamente quanto à necessidade de elaboração dos inventários (bens permanentes e bens imóveis) deste Órgão e da efetiva disponibilização de um sistema informatizado que adequadamente atenda às nossas necessidades institucionais;*
- *Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do Relatório de Auditoria Interna nº 04/2015 – Área: Administrativa, Foco: Portal da Transparência, tendo como escopo a verificação do cumprimento, por este Ministério Público Estadual, da normatização atinente ao “Portal da Transparência”, instrumento destinado a aperfeiçoar a transparência da gestão administrativa e da execução orçamentária e financeira, aprimorando, assim, o correspondente devido controle social pelos administrados;*
- *Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do Relatório de Auditoria Interna nº 05/2015 – Área: Folha de Pagamento. Os trabalhos abrangeram, conforme determinação da Administração Superior, o conjunto de 208 (duzentos e oito) membros deste Ministério Público, cujas implantações de verbas, sobretudo, de Substituição e Direção de Promotoria foram avaliadas via procedimentos de análises documentais, exames dos registros, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados para aferição da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão, com base na NBC TA 610 - Utilização do Trabalho de Auditoria Interna. Foram auditados os atos praticados no período de janeiro a maio/2015, tendo sido emitidas 11 (onze) recomendações, visando sanar as pendências verificadas ou aperfeiçoar os mecanismos de controle afins;*
- *Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do Relatório de Auditoria Interna nº 06/2015 – Área: Administrativa, Foco: Passagens Aéreas, com o objetivo de sanar as pendências verificadas ou de aperfeiçoar os mecanismos de controle pertinentes à gestão das aquisições de passagens aéreas a membros e servidores deste Ministério Público;*



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- *Acompanhamento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Interna nº 08/2014 – Área: Administrativa, Foco: Diárias, conforme parecer técnico contido nos autos do Processo Administrativo nº 11435AD/2014, Vol.: 1;*
- *Acompanhamento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Interna nº 01/2013 – Área: Licitações e Contratos Administrativos, Foco: Contratação Direta, conforme parecer técnico contido nos autos do Processo Administrativo nº 5304AD/2013, Vol.: 1;*
- *Participação nos estudos e atividades da comissão designada pela Portaria nº 7276/2015-GPGJ, visando à apresentação de sugestões para adequar as atribuições de Controle Interno, objetivando atender à determinação do Conselho Nacional do Ministério Público, exarada no Relatório Conclusivo de Inspeção junto a este Órgão Ministerial, especialmente no que diz respeito ao Princípio da Segregação de Função;*
- *Participação nos estudos e atividades da comissão designada pela Portaria nº 1672/2015-GPGJ (PA nº 2584AD/2015), visando à elaboração de Ato Regulamentar que discipline os serviços terceirizados e de natureza contínua no âmbito deste Ministério Público;*
- *Participação nos estudos e atividades da comissão designada pela Portaria nº 0741/2014-GPGJ, objetivando a elaboração de ato normativo para disciplinar a supervisão, fiscalização e gestão de contratos, convênios e outros ajustes de natureza financeira no âmbito deste Ministério Público, tendo em vista os termos do Processo Administrativo nº 170AD/2014, resultando na publicação do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ, no Diário da Justiça – Poder Judiciário, em 24/08/2015;*
- *Participação nos estudos e atividades da comissão designada pela Portaria nº 6281/2015-GPGJ, visando ao estabelecimento e normatização dos procedimentos que serão utilizados para implementação da depreciação dos bens móveis e imóveis pertencentes a este Ministério Público, tendo sido encaminhado o Relatório Técnico;*
- *Elaboração da defesa apresentada ao Conselho Nacional do Ministério Público, em razão dos apontamentos contidos no seu Relatório Preliminar da Inspeção realizada neste Ministério Público Estadual, pertinentes à atuação da Assessoria de Controle Interno;*
- *Participação nos estudos e atividades atinentes ao aperfeiçoamento da regulamentação interna vigente, racionalizando as ações de controle, notadamente quanto à revisão do Ato Regulamentar nº 018/2012-GPGJ, que dispõe sobre a regulamentação de registro e controle*



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

biométrico, por meio de impressão digital, de frequência dos servidores deste Ministério Público;

- Prestação de orientações e esclarecimentos a diversas unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações registradas nos relatórios de auditoria interna emitidos em 2012, 2013 e 2014; e
- Expedição de 83 (oitenta e três) memorandos sobre variados assuntos, tais como solicitações à Administração Superior, encaminhamento de documentos e relatórios e realização de diligências junto aos setores competentes visando subsidiar os trabalhos de auditoria.

5.5 Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

Além da manifestação nos processos administrativos a Assessoria Jurídica da Administração desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, bem como participa de diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição, a exemplo das Portarias nº 1810/2013-GPGJ, 0741/2014-GPGJ.

Atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração - AJAD, referente ao exercício de 2015. O resultado obtido após a totalização das informações são os seguintes:

Tabela 51: Movimentação Processual da AJAD 2015

Processos	Quantidade
Recebidos	632
Devolvidos	625
Remanescentes	7

Fonte: AJAD/PGJ-MA, 2015

Os processos supracitados, em sua grande maioria tratam de licitações e contratos, o que exigiu da AJAD uma análise minuciosa dos autos, em especial do edital e seus anexos, para sua aprovação, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do art. 38, uma vez que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração”.

Além das apreciações dos referidos processos, esta Assessoria respondeu inúmeras consultas informais formuladas pelas Coordenadorias deste Órgão Ministerial, principalmente sobre os procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, bem como a realização de reuniões quando necessárias.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Por fim, no ano de 2015, destaca-se a sugestão que foi dada por esta Assessoria e acolhida pela Administração Superior, no que se refere à realização de “Curso In Company”, destinado a 30 (trinta) servidores envolvidos na área de licitação, cujo tema foi “Como Fiscalizar Contratos de Compras e Serviços na Administração Pública – Melhores Práticas para uma Atuação Eficiente do Fiscal e do Gestor” objetivando o aprimoramento, capacitação, padronização e atualização de conhecimento dos servidores, em busca de maior celeridade e eficiência nos resultados pretendidos por esta Procuradoria Geral de Justiça.

5.6 Assessoria de Planejamento (ASPLAN)

Vinculada à Diretoria Geral, a Assessoria de Planejamento Geral (ASPLAN) foi criada pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ.

A ASPLAN desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela ASPLAN em 2015 estão:

- Edição do Relatório Anual de Atividades do MPMA;
- Participação reuniões do Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNG/CNMP), realizadas em Brasília/DF, nos meses de abril, agosto e outubro de 2015.
- Participação no evento da Ação Nacional Estruturante sobre Desdobramento do Planejamento Estratégico Nacional, promovido pelo FNG/CNMP, realizada em Brasília/DF, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2015. Na oportunidade foi elaborado e assinado o Acordo de Resultados da Ação Estruturante, que estabelece os objetivos, metas, prazos e responsabilidades dos representantes dos MPs na implementação do projeto de desdobramento do Planejamento Estratégico Nacional e Estaduais.
- A ASPLAN elaborou o projeto básico, bem como organizou o processo de contratação de empresa especializada em desenvolvimento e implementação de modelo de gestão e planejamento estratégico, para o Ministério Público do Estado do Maranhão, visando o horizonte 2016-2021, em colaboração com a Secretaria para Assuntos Institucionais e a Diretoria Geral, culminando na contratação do Instituto Sagres – Política e Gestão Estratégica Aplicadas, com sede em Brasília/DF, que apresentou proposta metodológica própria, chamada de FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica e relação custo/benefício mais adequada às necessidades do *Parquet* maranhense. A elaboração do novo planejamento teve início em novembro/15 e se estenderá até novembro/16 com etapas de capacitação de membros e servidores, encontros presenciais e atividades à distância. A entrega do Plano Estratégico está prevista para maio de 2016 e o seu desdobramento a partir de julho, após a posse do novo



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça, em Planos Tático-Operacionais. No contrato também está prevista a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação da Estratégia, bem com a implantação de um software de monitoramento da gestão e a realização de Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE).

- A ASPLAN é a responsável pela inserção de projetos e programas institucionais desenvolvidos pelo MPMA no Banco de Projetos do CNMP que foi criado para dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização dos objetivos do Planejamento Estratégico Nacional.
- A equipe da ASPLAN participou do Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do Ministério Público, na sede da Escola Superior do Ministério Público, para novos 40 Promotores de Justiça empossados em 2015, nos meses de agosto e setembro, junto com todas as demais coordenadorias da PGJ.
- Visando a implantação do Programa de Gestão por Competências no âmbito do MPMA, a equipe da ASPLAN participou de várias reuniões da Comissão, instituída por ato regulamentar da Procuradora Geral de Justiça, para implementar tal iniciativa. Na oportunidade foram discutidos primeiros os passos para concretização do programa, tendo como base o Acordo de Resultados da Ação Nacional Estruturante promovida pelo FNG/CNMP, em Santa Catarina, em novembro/14, bem como programas de outros MPs como o MPMGO. A equipe da ASPLAN e representantes da Comissão do Programa participaram ainda de uma palestra sobre o tema, promovida pelo GESPÚBLICA e a Escola de Formação do Governo do Estado, ministrada pela especialista no assunto, Roseli Vieira, servidora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MA).
- A equipe da ASPLAN contribuiu para o lançamento do Programa de Gestão por Competências, realizado no dia 4 de dezembro, no auditório da PGJ, com a presença de membros e servidores do MPMA. A professora-adjunta da Universidade de Brasília (UnB), Maria Júlia Pantoja de Britto, que atualmente integra o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, proferiu a palestra “Gestão por competências no MPDFT, conceitos, metodologias e experiências dos ramos do MPU”, cujo objetivo foi sensibilizar os presentes para a implementação do projeto Gestão por Competências no MPMA, focado em uma gestão humanizada, facilitadora do desenvolvimento humano e voltada para resultados (meritocracia).
- A Assessoria de Planejamento, em conjunto com a Diretoria Geral, a Secretaria para Assuntos Institucionais e demais órgãos da administração superior do MPMA, desenvolveram um processo de construção participativa do Plano Plurianual – PPA 2016-2019 do órgão, por meio de consulta pública pelo site da instituição e de urnas distribuídas nos prédios da PGJ e das Promotorias de Justiça da Capital, bem como a expedição de ofícios a membros, servidores, entidades de classe (Ampem, Sindsemp e Asfupema) e organizações da sociedade civil. Após, o



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

período da consulta pública, membros da administração superior e servidores do Ministério Público do Maranhão estiveram reunidos, no dia 10 de agosto de 2015, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, para discutir a elaboração do Plano Plurianual de Ação (PPA) do *Parquet*. A iniciativa, inédita na instituição, buscou democratizar a participação de todos os segmentos na preparação do orçamento, que após revisão da Coordenação de Orçamento e Finanças e aprovação pelo Colégio de Procuradores, foi encaminhada ao executivo estadual.

5.7 Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (GAECO) foi instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão para a prevenção e repressão ao crime organizado. É composto por no mínimo três membros subordinados ao Procurador-Geral de Justiça, que atuarão em inquéritos em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos destinados a identificar e reprimir as organizações criminosas, cabendo-lhes, inclusive, atuar na instrução processual dos feitos até decisão final de primeira instância. Também incumbe-lhe a atividade de inteligência e segurança institucional no âmbito ministerial.

Destaques da Atuação

- **Caso Pacovan** – Realização de operação conjunta com a Polícia Civil, em 18 de novembro de 2015, que levou à prisão do acusado Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan. Ele e mais 16 pessoas foram denunciados pelo Ministério Público pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.
- A assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre o MPMA e o Detran, possibilitou aos membros e aos servidores que integram o Gaeco o acesso aos dados do Sistema Informatizado do Detran, bem como ao cadastro do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e à base de dados do departamento dos outros estados. O objetivo é ampliar a articulação e o intercâmbio entre as instituições para dar maior proteção ao patrimônio público. Por meio de senha, será possível aos membros e servidores do Gaeco buscar informações sobre veículos e motoristas cadastrados nos órgãos de trânsito, exclusivamente para o auxílio às investigações do Ministério Público do Maranhão sobre condutas ilegais nas esferas administrativa, cível e criminal.
- **Sistema de monitoramento eletrônico chega a 79 sedes do MPMA** - Para garantir a segurança de membros e servidores, além da população que procura os serviços do Ministério Público do



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Maranhão, a PGJ expandiu a instalação de sistemas de segurança em suas várias unidades em todo o estado. Os sistemas de monitoramento por câmeras, já estão em funcionamento em 79 unidades do MPMA e outras 17 estão em fase de implementação. A meta é que todas as sedes do Ministério Público do Maranhão estejam interligadas ao sistema, que é monitorado diretamente pelo Centro de Monitoramento Eletrônico, montado junto ao Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco).

- **Coletiva de imprensa sobre desvio de recursos públicos em Anajatuba** – No dia 20 de outubro, membros do Ministério Público do Maranhão, Polícia Federal e Controladoria Geral da União informaram a imprensa sobre detalhes das investigações que resultaram na prisão do prefeito de Anajatuba, Helder Aragão, e mais sete pessoas acusadas de participar de organização criminosa que fraudava licitações e desviava recursos públicos do município. Por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foram cumpridos, em Anajatuba e São Luís, seis mandados de prisão preventiva, dois de prisão temporária e uma condução coercitiva. Além do prefeito, foram presos os secretários municipais Edinilson dos Santos Dutra (Administração e Finanças), Álida Maria Mendes Santos Sousa (Educação); os empresários Fernando Júnior e Fabiano Bezerra; José Antonio Machado de Brito Filho (um dos operadores do esquema); Matilde Sodrê Coqueiro (secretária de Fernando Júnior) e Natascha Alves Lesch (ex-mulher de Fabiano Bezerra).
- **MPMA firma convênio com Junta Comercial do Maranhão** – Por meio de Termo de Cooperação Técnica assinado entre a PGJ-MA e a Junta Comercial do Maranhão, os membros do Ministério Público passaram a ter acesso e visualização ao cadastro de empresas registradas na Jucema, por meio da internet, aos membros do MPMA. No acordo, o Ministério Público do Maranhão se comprometeu a usar o acesso aos dados da Jucema exclusivamente para fins jurisdicionais de sua competência, na forma e fins previstos em lei. Também deverá auditar a utilização dos acessos disponibilizados, por meio de relatórios gerenciais de consultas. O acordo vai proporcionar celeridade não somente à consulta, como também aos procedimentos ministeriais, que necessitarem destas informações.
- **Operação do GAECO e Polícia Civil efetua prisão de dois prefeitos envolvidos em agiotagem** – O trabalho conjunto entre o Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), e a Polícia Civil, realizado no dia 5 de maio, resultou nas prisões dos prefeitos de Bacuri, Richard Nixon dos Santos, e Marajá do Sena, Manoel Edvan Oliveira da Costa. Também foram presos na operação, o ex-prefeito de Marajá



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

do Sena, Perachi de Farias Morais, o agiota Josival Cavalcanti da Silva, conhecido como Pacovan, e o empresário José Epitácio Muniz Silva, vulgo Cafeteira. As prisões são resultantes da investigação desencadeada depois da morte do jornalista Décio Sá, em abril de 2012, para apurar a participação de prefeitos e outros agentes públicos no crime de agiotagem. No total, 42 prefeituras maranhenses estariam envolvidas nas irregularidades. Durante a operação foram apreendidos em São Luís, Zé Doca e Marajá do Sena cheques, veículos e computadores nas residências e empresas dos envolvidos.

6 DIRETORIAS

6.1 Diretoria Geral

No ano de 2015 a Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão continuou agindo em prol do aperfeiçoamento das suas rotinas internas, visando a promoção da gestão pública de excelência, contribuindo para a melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

Todas as ações da Diretoria Geral estão orientadas para o aprimoramento constante dos seus níveis de gestão, bem como para a adoção de um modelo gerencial de administração, a fim de obter resultados mais eficazes e eficientes. Para tanto, investe-se cada vez mais em modernização das técnicas de gestão, aperfeiçoamento do quadro de pessoal e fiscalização das ações empreendidas.

Cabe ressaltar que para o alcance de uma gestão pública excelente, a Diretoria Geral adota uma agenda positiva de ações para implementação de uma gestão por resultados, com planejamento e controle que permitem corrigir possíveis erros, bem como efetivar os resultados pretendidos.

Principais ações:

- Dando continuidade à **política de interiorização da gestão**, o ano de 2015 foi marcado pelas visitas *in loco* em várias promotorias de justiça do interior do Estado, juntamente com a equipe da Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura, Coordenadoria de Serviços Gerais e Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, com o fim de verificar as condições físicas e estruturais dos prédios próprios e locados, oportunidade em que vários reparos foram realizados de forma imediata e outros agendados para realização pelas empresas contratadas para os serviços de manutenção predial. Tal iniciativa faz parte do projeto “**Promotoria Legal**”, que busca oferecer melhores condições de trabalho aos membros e servidores das promotorias de justiça do Estado. Dentre as comarcas visitadas estão Olho D’Água das Cunhãs,



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Esperantinópolis, Poção de Pedras, Igarapé Grande, Joselândia, Pedreiras, Paulo Ramos, Vitorino Freire, Lago da Pedra, Santa Rita, Cantanhede, Santo Antônio dos Lopes, Dom Pedro, Pio XII, São Mateus, Bacabal, Araiões, Buriti, Chapadinha, Tutóia, Brejo, Vargem Grande, São Bernardo, Urbano Santos, Santa Quitéria, Magalhães de Almeida, Viana, Penalva, Matinha, São Vicente Férrer, São Bento, São João Batista, Pinheiro, Santa Helena, Guimarães, Mirinzal, Cururupu, Bacuri, Turiaçu, Bequimão, Cândido Mendes, Santa Luzia do Paruá, Carutapera e Cedral.

- Em 2015 a Diretoria Geral expediu **88 (oitenta e oito) notificações**, dentre as quais algumas destinadas a empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para a Procuradoria Geral de Justiça, visando a regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano 06 (seis) empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.
- Dando continuidade à **política de valorização e capacitação dos servidores**, nos dias 10 e 11 de setembro de 2015 foi realizado o curso “Como fiscalizar contratos de compras e serviços na Administração Pública: Melhores práticas para uma atuação eficiente do fiscal e do gestor nas alterações e rescisão do contrato e na aplicação de penalidades”. O curso teve carga horária de 16h e foi ministrado para servidores de todas as unidades administrativas da PGJ/MA. A referida capacitação foi ministrada na modalidade “*In Company*”, ou seja, voltado especificamente para a realidade da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, totalmente alinhado às normas internas referentes ao tema do curso.
- Já considerada uma marca da atual gestão da Diretoria Geral da PGJ/MA, o ano de 2015 manteve como boa prática de gestão a realização de reuniões de trabalho com as unidades gestoras da PGJ/MA, tudo com a finalidade de mantê-las sempre alinhadas com as diretrizes da Administração Superior, reforçando o compromisso com o alcance de resultados.
- No ano de 2015 foram empossados novos Promotores de Justiça, os quais participaram do Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do Ministério Público, na sede da Escola Superior do Ministério Público. Numa iniciativa pioneira, a Diretoria Geral participou do referido curso nos meses de agosto e setembro, oportunidade em que convocou todas as coordenadorias da PGJ para se apresentarem aos novos membros, repassando informações sobre o setor e as suas respectivas atribuições, bem como sobre as rotinas e procedimentos administrativos internos, auxiliando-os no exercício das atividades



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

administrativas das suas promotorias de justiça.

- O ano de 2015 foi marcado por melhorias na estrutura predial das unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da construção de novas sedes e de reformas/manutenções do acervo imobiliário, tudo com o intuito de proporcionar boas condições de trabalho a membros e servidores, influenciando diretamente na qualidade da prestação ministerial à sociedade.
- No ano de 2015 tiveram início dois grandes projetos para o Ministério Público do Maranhão: o Planejamento Estratégico 2016-2021 e a Gestão por Competências. No período de 1º a 3 de dezembro de 2015, com a presença de membros e servidores do MPMA, foi realizada a capacitação da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e da Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI). A capacitação em planejamento estratégico foi ministrada pelos consultores do Instituto Sagres, instituição contratada para elaborar a Gestão Estratégica do Ministério Público do Maranhão para o período de 2016 a 2021. As demais ações do planejamento estratégico serão realizadas durante o primeiro semestre de 2016, com previsão de entrega do plano estratégico para maio de 2016. Em dezembro de 2015, na ocasião do lançamento da Gestão Estratégica 2016-2021 do MPMA, a professora-adjunta da Universidade de Brasília (UnB), Maria Júlia Pantoja de Britto, que atualmente integra o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, proferiu a palestra “Gestão por competências no MPDFT, conceitos, metodologias e experiências dos ramos do MPU”, cujo objetivo foi sensibilizar os presentes para a implementação do projeto Gestão por Competências no MPMA, focado em uma gestão humanizada, facilitadora do desenvolvimento humano e voltada para resultados (meritocracia).

Por fim, cabe ressaltar que a Diretoria Geral da PGJ/MA não tem medido esforços no sentido de dotar o Ministério Público da melhor estrutura possível de trabalho e atendimento ao público, promovendo ações voltadas ao fortalecimento da instituição enquanto referência de gestão na área pública.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.2 Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)

O Ministério Público do Estado do Maranhão, através da Secretaria para Assuntos Institucionais desenvolve suas atribuições em parceria com a Assessoria Especial de Assuntos Legislativos e Institucionais, Diretoria-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, CAOPs e Coordenadorias primando pelo cumprimento da Lei Complementar 013/91, Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça e das diretrizes do Planejamento Estratégico 2012-2016.

Em 2015, a SECINST apoiou e monitorou a execução dos Programas Institucionais desenvolvidos pela Instituição ministerial nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública e o Programa do Memorial do Ministério Público, conjuntamente com os Centros de Apoio Operacionais nas áreas de suas atribuições matérias, bem como no desenvolvimento das Campanhas Institucionais, junto a Coordenadoria de Comunicação.

A Secretaria para Assuntos Institucionais em conjunto com a Assessoria de Planejamento Geral foram ainda responsáveis pela divulgação do Banco de Projetos - iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público – entre os membros e servidores do MP, que culminou na inscrição de 23 (vinte e três) projetos do *Parquet* maranhense nos últimos dois anos, com a premiação de dois deles, em 2015, no Prêmio Nacional do CNMP. Dos 45 projetos selecionados pelo Conselho Nacional, três são desenvolvidos pelo Ministério Público do Maranhão. As categorias premiadas são Defesa dos Direitos Fundamentais; Transformação Social; Indução de Políticas Públicas; Diminuição da Criminalidade; Diminuição da Corrupção; Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional; Comunicação e Relacionamento; Profissionalização da Gestão; e Tecnologia da Informação.

Do Maranhão, os três projetos finalistas concorreram na categoria "Diminuição da criminalidade". Um deles, desenvolvido pelo promotor Alessandro Brandão Marques, titular da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz. Já o promotor Marco Antônio Santos Amorim, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Santa Inês, que atua nas áreas da educação e de defesa da criança e do adolescente, teve dois projetos entre os finalistas: "Projeto Gandhi: acolher para transformar" e " Mapa da Vulnerabilidade: conhecer para combater".

Analises de Processos Administrativos, Expedição de Ofícios, Memorandos, E-mails Institucionais em 2015

6.2.1. Celebração de Termos de Convênios e Cooperação Técnica

Em 2015, a Secretaria Institucional em apoio a Procuradora-Geral de Justiça minutou **07(sete) Termos de Convênios, aditivos e Termos de Cooperação Técnica**, objetivando a melhoria e o desenvolvimento dos trabalhos desempenhados por membros e servidores. Dentre as



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

atribuições da Secretaria Institucional está a de fortalecer as parcerias do Ministério Público do Estado e outros órgãos públicos e privados. Essa parceria se desenvolve através da celebração de Termo de Convênio e Cooperação Técnica e através da realização de reuniões institucionais e de trabalho. Foram celebrados pela Procuradora Geral de Justiça os seguintes Termos em 2015 e realizadas reuniões institucionais:

- **Termo de Cooperação** - Termo de Cooperação Operacional entre o MPMA e MPRJ, tendo como objeto a consecução de esforços para alimentação e o uso conjunto do sistema institucional de transparência e integração com a sociedade consumidor vencedor.
- **Termo de Compromisso Nº 02/2015** - Termo de Compromisso entre o CNJ, MJ, Governo do Maranhão, TJMA, MPMA e OAB. Objeto: Implementação de Medidas Administrativas com vistas à adequação do sistema de Justiça Criminal Maranhense ao sistema de execução penal e carcerário.
- **Termo de Convênio Nº 01/2015** - Termo de Convênio nº 01/2015 que entre si celebram o Ministério Público do Estado e o Conselho Regional de Farmácia do Maranhão.
- **Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional** – Termo de Cooperação que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Maranhão e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA.
- **Termo de Cooperação Técnica Nº 003/2015/AGED – MA** - Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Procuradoria-Geral de Justiça e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária, tendo como objeto defesa e inspeção animal.
- **Extrato de Aditivo de Termo de Cooperação Nº 02/2014, entre o MPMA e o TRT da 16ª Região** - Objeto: prorrogação do prazo de vigência: 15 (quinze) meses, compreendendo o período de 25/11/2014 a 24/02/2016.
- **Extrato de Termo de Cooperação Técnica Nº 03/2014** - Objeto: Remeter aos PRF, lotados nos postos e delegacias a tarefa de confeccionar Termo Circunstanciado, conforme art. 69 da Lei 9.099/95 e Lei 9.503/97, bem como Boletim de Ocorrência Circunstanciado.

6.2.2. Parcerias Institucionais

Em 2015, o Ministério Público do Estado do Maranhão, representado pela Procuradora Geral de Justiça solidificou o estreitamento das relações institucionais com diversos parceiros, tendo realizadas reuniões e participado de eventos externos, também representados pela Diretora para Assuntos Institucionais, e diversos membros do Ministério Público, visando alcançar resultados para a sociedade, podendo destacar:

- **Termo prevê acesso do Gaeco a informações de veículos e motoristas** - A Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, assinou na Procuradoria Geral de Justiça, Termo



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

de Cooperação Técnica com o Diretor-Geral do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Antônio de Jesus Leitão Nunes. O acordo vai possibilitar aos membros e aos servidores que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) o acesso aos dados do Sistema Informatizado do Detran, bem como ao cadastro do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e à base de dados do departamento dos outros estados. O objetivo é ampliar a articulação e o intercâmbio entre as instituições para dar maior proteção ao patrimônio público. "Com o acesso aos dados, o Ministério Público vai atuar com mais agilidade, ampliando o controle e a investigação", destacou Regina Rocha.

- **MPMA firma convênio com Junta Comercial** - A Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e o presidente da Junta Comercial do Maranhão (Jucema), Sérgio Silva Sombra, firmaram Termo de Cooperação Técnica, com o objetivo de liberar o acesso e visualização do cadastro de empresas registradas na Jucema, por meio da internet, aos membros do MPMA. Firmado na Procuradoria Geral de Justiça, o acordo tem prazo de vigência de 60 meses. As senhas pessoais para o cadastro e acesso ao banco de dados da Jucema podem ser adquiridas na Assessoria Especial da PGJ, no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) ou na Secretaria para Assuntos Institucionais.
- **MPMA, Aged e Sagrima assinam Termo de Cooperação Técnica - MP, Aged e Sagrima firmaram parceria para implementar ações integradas para o controle sanitário animal e vegetal** - A Procuradora-Geral de Justiça firmou Termo de Cooperação Técnica com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged) e com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Sagrima). O objetivo é implementar ações institucionais integradas para o controle sanitário animal e vegetal. O acordo tem vigência de 48 meses. O documento foi assinado pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, pelo presidente da Aged, Sebastião Cardoso Anchieta Filho, e pelo secretário de estado da Agricultura e Pecuária, Márcio José Honaiser.
- **MPMA e Emap discutem parceria para atendimento à comunidade** - O Ministério Público do Maranhão participou na Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), de reunião para discutir uma proposta de convênio entre as duas instituições. Na ocasião, foi discutida a possibilidade de elaboração de um termo de cooperação para a garantia de direitos da população que vive no entorno do Porto do Itaqui e adjacências. Participaram da reunião o diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), Luiz Gonzaga Martins Coelho e o titular da Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante, Vicente de Paulo Silva Martins.
- **MPMA firma convênio com Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão** - O Ministério Público do Maranhão (MPMA) firmou na Procuradoria Geral de Justiça, Termo de



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cooperação Técnica, com o Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren), objetivando efetivar parceria na fiscalização do exercício profissional e na promoção de medidas para a adequada prestação de serviços na área da saúde. O acordo tem prazo de duração de cinco anos. Assinaram o documento a Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e o presidente do Coren, Carlos Eduardo de Castro Passos. No acordo, o Ministério Público ficou responsável pelo fornecimento de subsídios, dentro de suas atribuições, para a realização de ações conjuntas, visando à adequação dos serviços de saúde e ao atendimento dos pacientes.

- **MPMA e Conselho de Farmácia assinam convênio** - Foi celebrado um termo de convênio entre o Ministério Público do Maranhão e o Conselho Regional de Farmácia (CRF), que objetiva a articulação e conjugação de esforços para assegurar melhor implementação de suas atribuições legais. O termo, que teve a iniciativa do promotor de justiça Herbert Costa Figueiredo, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Saúde do MPMA, foi assinado pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e pela presidente do CRF, Maria José Luna dos Santos da Silva. Com a cooperação, o Ministério Público poderá ter acesso ao cadastro de profissionais registrados no conselho que sejam interessados em prestar serviços de assessoramento técnico-científico, para a instrução de processos judiciais ou procedimentos administrativos presididos por membros do MP.
- **Acompanhamento dos resultados da Inspeção da Corregedoria Nacional** - A SECINST, por delegação da Procuradora Geral de Justiça, ficou responsável por prestar informações à Corregedoria Nacional, de todos os itens elencados no Relatório de Inspeção do CNMP. Nesse sentido, foram prestadas informações em 37 processos administrativos, onde o Ministério Público do Estado vem cumprindo todos os itens relacionado no referido relatório.

6.2.3. Implantação dos Sistemas de Informação e a Interoperabilidade com o Tribunal de Justiça e Órgãos Públicos

- Implantação e Treinamento do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) - Em continuidade ao processo de modernização na área de tecnologia do MPMA, em 2015, foi implantado o Sistema SIMP nas Promotorias de Justiça das Cidades de *Caxias, Chapadinha, Codó, Icatu, Rosário, João Lisboa, Matinha, Morros, Penalva, Pindaré, Bom Jardim, Santa Rita, Senador La Roque, Tutoia, Vargem Grande, Viana e Zé Doca* e realizados treinamentos nas referenciadas cidades, bem como intensificado o apoio aos promotores de justiça que já possuíam o sistema implantado, via *WhatsApp*, telefones e e-mails.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

A equipe do SIMP, tendo à frente a Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais e os servidores Décio Santiago (SIMP) e Antônio Carlos (CMTI), esteve em todas as Comarcas, cumprindo o calendário definido no começo do ano de 2015. A equipe contou com apoio integral da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI), bem como dos diretores e servidores das Promotorias de Justiça envolvidas na implantação. Segue o calendário de implantação:

- Membros, assessores, servidores e estagiários do Ministério Público do Maranhão que atuam nas comarcas de Matinha, Viana e Penalva receberam o treinamento e implementação do SIMP durante a semana de 23 a 27 de novembro;
- Nas Comarcas de Santa Inês, Pindaré, Bom Jardim e Zé Doca o treinamento aconteceu nos dias 17 e 18 de novembro, em Pindaré e 19 e 20, em Bom Jardim.
- Araióses e Tutóia, dias 26 a 29 de novembro;
- Nas comarcas de Chapadinha, Vargem Grande e Cantanhede, a oficina aconteceu no período de 19 a 22 de outubro, na Promotoria de Justiça de Vargem Grande;
- Nas Comarcas de Morros, Icatu e Santa Rita o treinamento e implementação do sistema SIMP ocorreu no período de 28 a 30 de setembro, na Promotoria de Justiça de Morros.
- Nas Comarcas de Senador La Rocque e João Lisboa, a oficina aconteceu nos dias 15 a 17 de setembro, reunindo ainda servidores e assessores das cidades de Imperatriz e Açailândia que participam da capacitação como atividade de reciclagem.
- Em Rosário, o treinamento ocorreu nos dias 25 e 26 de agosto;
- Em Codó, a oficina foi ministrada nos dias 1º e 2 de julho;
- No dia 24 de junho foi realizada uma capacitação para membros e servidores das Promotorias de Justiça da Grande Ilha sobre o funcionamento do Sistema Integrado do Ministério Público, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Nas comarcas que formam a Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), o SIMP foi implantado em abril de 2014.
- A implantação do SIMP nas Promotorias de Justiça da Comarca de Bacabal foi realizada nos dias 8 e 9 de junho;
- Na Comarca de Santa Luzia, aconteceu no período de 07 a 08 de abril.
- Em Açailândia o treinamento aconteceu entre os dias 23 e 27 de março, na sede das Promotorias de Justiça da comarca.
- Na Comarca de Caxias, a capacitação foi realizada nos dias 23 a 27 de fevereiro.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- SISTEMA PJE - A Secretária para Assuntos Institucionais participou de todas as reuniões para implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) durante o ano de 2015, considerando que integra o Comitê de Gestão do PJE, representando a Procuradora-Geral de Justiça. Desta forma, foram adotadas medidas no âmbito do MP/MA para que a Instituição pudesse receber o sistema e foi ofertado treinamento aos membros e servidores do Ministério Público, tendo sido capacitados ao longo do ano, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado.
- Diário Eletrônico do Ministério Público - Durante o segundo semestre de 2015, foi efetivada a parceria com o Tribunal de Justiça do Estado, e através das Coordenadorias de Documentação e Biblioteca e Tecnologia e Informação, foi fornecido o sistema para que a Procuradoria Geral de Justiça pudesse implantar o Diário Eletrônico do Ministério Público, com a criação deste por meio da Lei n.º 10.399/2015, que foi sancionada. O sistema está em fase de teste, onde será colocado em funcionamento no primeiro semestre de 2016.

6.2.4. Reuniões Institucionais da Procuradora Geral de Justiça e Órgãos Públicos

- A Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, a visita da deputada federal Eliziane Gama e do vereador Fábio Câmara. Acompanharam a reunião a Subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro, e os Promotores de Justiça Sirlei Aires Rodrigues (Chefe de Gabinete da PGJ) e Marco Aurélio Ramos Fonseca (13ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena), que está respondendo por duas Promotorias de Justiça de Execução Penal.
- A Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, visitou a Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire. O objetivo foi debater questões institucionais, como a construção da sede do Fórum de Caxias em parte do terreno doado ao Ministério Público. Foi discutida, ainda, a possibilidade de o Ministério Público integrar o Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (Ferj). Também participaram do encontro, o diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), Luiz Gonzaga Martins Coelho e o assessor especial da PGJ, Emmanuel Guterres Soares. Do Poder Judiciário, estiveram presentes o diretor-geral do TJ Maranhão, Hebert Leite e a diretora de engenharia, Márcia Delane. Regina Rocha destacou que o Poder Judiciário construiu a sede do Fórum de Caxias utilizando parte do terreno do Ministério Público. Ela afirmou que a



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

instituição planeja construir a sede da Promotoria de Justiça integrando-se à Cidade Judiciária.

- A Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu a visita do deputado estadual Rigo Telles e um grupo de vereadores do município de Barra do Corda. Também participaram do encontro o Corregedor-Geral do Ministério Público do Maranhão, Suvamy Vivekananda Meireles, o Subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa, e o assessor especial da Procuradoria Geral de Justiça, Emmanuel Soares. Durante a reunião a comitiva apresentou denúncias contra a administração do prefeito de Barra do Corda, Eric Costa. Segundo depoimentos dos líderes políticos, o gestor estaria cometendo uma série de irregularidades em prejuízo do erário municipal.
- A Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha a deputada estadual Francisca Primo (PT), acompanhada de um grupo de três vereadores de Buriticupu. Na pauta da reunião, foi debatida a questão da falta de promotor de justiça titular na comarca, que concentra cerca de 12 mil processos, segundo os integrantes da comitiva. A procuradora-geral garantiu que é uma das prioridades da administração superior do Ministério Público do Maranhão a nomeação dos aprovados no concurso para promotor de justiça, a fim de suprir as vagas abertas nas promotorias de justiça, sobretudo de entrância inicial. "Conhecemos essa realidade e estamos apenas esperando surgirem as condições orçamentárias para a convocação dos aprovados até o segundo semestre deste ano", anunciou.
- A Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu a visita institucional do representante do Conselho Federal de Farmácia (CFF) no Maranhão, Fernando Bacelar Lobato. O objetivo foi pedir o apoio do Ministério Público para as ações de fiscalização nas farmácias em todo o estado. O conselheiro destacou que o CFF planeja ampliar as vistorias e, para isso, vai propor um convênio com o MPMA. "A presença do farmacêutico é essencial para a promoção da saúde pública", avalia Fernando Bacelar.
- A Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu visita de cortesia do Procurador-Geral do Estado, Rodrigo Maia na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís. O objetivo foi propor ao Ministério Público a parceria institucional em ações e campanhas de combate à corrupção. O representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE) falou sobre a intenção de ampliar a atuação do órgão, notadamente contra o desvio do



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

dinheiro público. "Nesse sentido, pedimos o apoio do Ministério Público, especialmente dos Centro de Apoio Operacionais, Escola Superior e promotorias especializadas", afirmou Rodrigo Maia.

- O Promotor de Justiça Esdras Liberalino Soares Junior, diretor das Promotorias de Justiça da Capital em exercício, visitou a Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, para tratar de assuntos institucionais. Participaram do encontro o diretor-geral da PGJ, Luis Gonzaga Martins Coelho; o presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem), José Augusto Cutrim Gomes; a promotora de justiça e chefe de gabinete da Corregedoria-Geral, Doracy Moreira Reis Santos; e os promotores de justiça Tarcísio Bonfim e Peterson Abreu.
- Reunião do CNMP debate morte cometida em intervenção policial. Para discutir as ações que podem ser adotadas pelo Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial e as novas diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o controle externo da atividade policial, foi realizada uma reunião de trabalho dia 6 de abril, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça. Promovida pelo CNMP e Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP) do MPMA, a reunião contou com a participação de procuradores e promotores de justiça com atribuições criminais e no controle externo da atividade policial.
- Ministério Público do Maranhão (MPMA) celebrou o Dia Internacional Contra a Corrupção. A mobilização ocorreu dia 9 de dezembro, na Praça Deodoro, no Centro de São Luís, em conjunto com outros órgãos e instituições que formam a Rede de Controle da Gestão Pública. Participaram da mobilização membros e servidores do MPMA, representantes do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e da Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC). O evento teve por objetivo a divulgação de ações institucionais voltadas para o combate à corrupção, além da sensibilização sobre a importância do controle social. Na ocasião, se apresentaram a banda da Polícia Militar, cantores e grupos de teatro e dança de rua. Colaboradores do evento, o Senac, Sesi e Sesc ofereceram serviços de cidadania, respectivamente, corte de cabelo, saúde bucal e medição de pressão arterial.
- Foi realizada no dia 22 de setembro, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, a II Reunião Técnica dos Órgãos da Rede de Controle. A rede, que tem a coordenadoria



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

executiva formada por membros do TCU, CGU e Ministério Público, tem como objetivo articular as ações de fiscalização e combate à corrupção e controle social, além de integrar os diversos órgãos de controle nos níveis municipal, estadual e federal. Na abertura, a Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, destacou que "o trabalho desenvolvido é de extrema relevância para a sociedade, que cobra processos cada vez mais transparentes e resultados efetivos." A reunião discutiu os resultados de ações já realizadas e sobre possibilidades de convênios e acordos que facilitem as medidas fiscalizadoras. Além disso, foram votadas a inclusão e convites a outros órgãos para que participem do grupo, além de uma apresentação da Escala Brasil Transparente (EBT), feita pela Controladoria Geral da União (CGU). Um dos órgãos que passou a participar da Rede de Controle foi a Procuradoria Geral do Estado do Maranhão. Além dela, a Secretaria de Estado de Transparência e Controle também participou pela primeira vez, já que o órgão substituiu a Controladoria Geral do Estado na composição do grupo. A diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA (Secinst), Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, falou sobre as ações e projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo órgão no combate à corrupção, inclusive com parcerias com diversos órgãos como CGU, Ministério Público Federal e Secretaria de Segurança Pública.

6.2.5. Lei de Acesso à Informação

As informações durante o ano de 2015 foram recebidas pela Secretaria para Assuntos Institucionais, através da Dra. Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, gestora do Portal da Lei de Acesso à Informação. Foram recebidas 58 solicitações e todas atendidas sem nenhuma decisão de indeferimento e sem recurso. As informações solicitadas, em sua maioria estava publicada no Portal da Transparência e de livre acesso a todos os cidadãos. As demais foram relacionadas a pedidos de material didático para monografias de acadêmicos de direito, relação de servidores, quantidade de servidores e membros que recebem auxílio alimentação, solicitação de cópia de contrato do MP com a OI- serviço 0800, denúncias do cidadão sobre desvio de dinheiro público e que foram endereçadas aos membros do Ministério Público com atuação na área envolvida para adoção de medidas cabíveis.

6.2.6. Gerenciamento do Portal da Transparência do Ministério Público

O Portal da Transparência do Ministério Público do Estado é administrado pela Secretaria Institucional e Diretoria Geral por força de determinação da Procuradora-Geral de Justiça e desta forma vem cumprindo seu papel de informar ao cidadão todas as receitas, despesas, folha de pagamento, dados das atividades do Ministério Público, estando todo adaptado às diretrizes do novo manual do CNMP, ofertadas em 2015.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.2.7. Planejamento Estratégico 2016-2021

A implementação de modelos estruturados de governança, por meio da gestão e do planejamento estratégico, e da gestão por competências em todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro são metas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Tais iniciativas visam a implementação de ações de modernização administrativa, buscando ampliar o atendimento às demandas da sociedade e oferecer resultados efetivos, em consonância com art. 37 da Constituição Federal, que consagrou a eficiência como um dos princípios reitores da Administração Pública.

Nesse contexto, o Ministério Público do Estado do Maranhão, no propósito de cumprir sua relevante missão constitucional, deu início em 2015, à licitação para contratação de empresa especializada para realização, em parceria com os membros e servidores, da construção do seu novo ciclo de gestão estratégica para o horizonte 2016-2021. A proposta enseja avaliar e aperfeiçoar práticas atuais, tornar o planejamento efetivo instrumento de gestão, permeando pragmaticamente todas as atividades institucionais, de modo a induzir ganhos de produtividade e melhorias nas condições de trabalho de membros e servidores.

A Secretaria Institucional e a Assessoria de Planejamento estão à frente dos trabalhos desde 2015, apoiando a alta Administração na condução do Plano Estratégico em 2016. Por meio de ato da Procuradora-Geral de Justiça foram criadas as Comissões de Gestão (CGPE) e Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI).

Em dezembro de 2015 foi dado início aos trabalhos de capacitação e abertura, com a presença de representantes da Alta Administração e demais integrantes das comissões gestoras, com realização de dois eventos na Procuradoria Geral de Justiça e Escola Superior, ministrados pelos consultores do Instituto Sagres, Raul Sturari e Verônica Korílio, empresa contratada para elaborar a Gestão Estratégica do Ministério Público do Maranhão para os anos de 2016 a 2021.

O novo planejamento estratégico do MPMA será elaborado em 12 meses, sendo dividido em nove etapas. A previsão é que todo o programa seja encerrado em novembro de 2016. No entanto, o plano estratégico deverá estar pronto em maio do próximo ano, antes do fim da gestão da atual administração. Os trabalhos vão envolver membros e servidores de todos os setores da instituição.

6.2.8. Programa de Gestão por Competências

O programa foi lançado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, no dia 4 de dezembro, com a palestra de sensibilização, "Gestão por competências no MPDFT, conceitos, metodologias e experiências dos ramos do MPU," ministrada pela professora-adjunta da Universidade de Brasília (UnB), Maria Júlia Pantoja de Britto, que atualmente integra o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.2.9. Relacionamento Institucional com as Associações de Membros e Servidores e Sindicato os Servidores

Em continuidade ao relacionamento institucional, a Procuradora-Geral de Justiça, o Diretor da PGJ, Assessores Especiais e a Secretaria Institucional mantiveram o diálogo e parceria com as Associações de Membros (AMPEM), de Servidores (ASFUPEMA) e o Sindicato dos Servidores (SINDSEMP-MA), ao longo de 2015, na garantia de melhoria das condições de trabalho, estrutura física e salariais de todos, pautado nos princípios da transparência dos atos de gestão.

7. PROGRAMAS, PROJETOS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DO MPMA

A Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST) vem, desde o início da gestão da Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha à frente da Procuradoria Geral de Justiça, apoiando e monitorando a execução dos Projetos e Programas Institucionais desenvolvidos nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública e do Memorial do Ministério Público, conjuntamente com os Centros de Apoio Operacional das respectivas matérias, bem como das Campanhas Institucionais, junto com a Coordenadoria de Comunicação.

Tais ações apresentaram os seguintes resultados no biênio 2014-2015:

7.1. PROJETOS E PROGRAMA EXECUTADOS PELO CAOP/EDUCAÇÃO:

7.1.1. PROGRAMA INSTITUCIONAL EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: DIREITO DE TODOS OS MARANHENSES

Objetivo:

- O Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todos os maranhenses” tem o objetivo de assegurar o acesso permanente a uma educação de qualidade a todo maranhense, por meio da realização de encontros regionais e audiências públicas visando à elaboração de estratégias para a melhoria dos indicadores da educação, com destaque à qualidade da educação, transporte escolar, alimentação escolar, educação infantil, além do acompanhamento dos planos municipais de educação.

Parceiros:

- Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, MEC, Escola de Formação de Governantes



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

do Maranhão (EFG-MA), Controladoria-Geral da União-Regional Maranhão (CGU/MA), UNICEF, Conselho Regional de Nutrição-Regional Nordeste (CRN/NE), Vigilância Epidemiológica Sanitária Estadual, Organização Mundial da Primeira Infância (OMEPI/MA), Ministério Público de Contas, Ministério Público Federal, Detran, dentre outros.

Descrição do Trabalho:

- Em parceria com a Escola de Formação de Governantes, o Ministério Público do Maranhão está fazendo um levantamento da situação da educação nos municípios participantes, com a criação do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação – SOMA. Este sistema é alimentado pelas comissões municipais, criadas em cada município, cujos dados servirão de base para a elaboração do diagnóstico e do Plano Municipal de Ações Educacionais, incluindo os Termos de Compromisso e Ajustamento de Conduta – TAC's, o que permitirá o acompanhamento e monitoramento das ações tomadas pelos gestores públicos.

Principais resultados:

- Inicialmente, o Programa foi implementado em 57 municípios, divididos em três regionais, a saber: **a Regional Pedreiras**, com 24 municípios, **a Baixada Maranhense**, com 23 municípios envolvidos, e os 10 municípios participantes do **Projeto MPEDUC**
- No ano de 2015, foi realizado o II Encontro Regional do Polo Pedreiras, no dia 24 de setembro de 2015, no auditório da Faculdade São Francisco - FAESF, em Pedreiras-MA, com a apresentação do Programa e a metodologia a ser adotada, além das orientações necessárias à indicação do articulador e dos membros das comissões de cada município, a capacitação dos membros sobre o SOMA, e a capacitação dos conselheiros tutelares, do FUNDEB e de Alimentação Escolar, sobre a gestão adequada de recursos públicos e as formas de fiscalização. Um total de 300 pessoas foram capacitadas, sendo: 14 Promotores de Justiça; 286 Conselheiros.
- O Encontro Regional do Polo Baixada manteve a programação do Encontro de Pedreiras, sendo realizado no dia 29 de outubro de 2015, no auditório do Centro de Formação e Cultura José Sarney, na cidade de Pinheiro-MA. Um total de 250 pessoas foram capacitadas, sendo: 14 Promotores de Justiça; 236 Conselheiros.
- Após a realização dos encontros, foram formadas as Comissões de cada município que darão suporte à atividade ministerial na comarca, aplicando questionários sobre educação infantil, alimentação escolar, transporte escolar e qualidade no ensino, para



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

alimentação do SOMA – Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação com apoio da Escola de Formação de Governantes. Com base em todos os dados coletados e em outros, a Escola de Formação de Governantes produziu um relatório sobre a situação da educação de cada município, apontando as falhas e dificuldades encontradas, as quais subsidiarão a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta com os municípios, para assegurar a qualidade da educação em todo o Estado.

- O SOMA atuará como uma importante ferramenta de acompanhamento das ações propostas no TAC, nos PME's, recomendações etc., não somente para o Promotor de Justiça, como também para toda a sociedade, haja vista que o sistema ficará disponível *on line*, por meio do sítio <http://soma.mpma.mp.br/users/login>.

7.1.2. PROJETO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO (MPEDUC)

Objetivo:

- O Projeto “Ministério Público pela Educação – MPEDUC” foi implantado por meio do [Protocolo de Intenções](#) firmado entre o Ministério Público do Maranhão e o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado (DOE de 09/04/2014) e com o escopo de verificar se os recursos públicos destinados à educação estão sendo devidamente aplicados, bem como melhorar os baixos índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB nos municípios.

Parceiros:

- Ministério Público Federal, Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, Representantes da Sociedade Civil Organizada e dos gestores municipais.

Descrição do Trabalho:

- Com a participação da comunidade e dos gestores municipais, o Promotor de Justiça e o Procurador da República fizeram um diagnóstico da situação da educação nos municípios integrantes do projeto no Maranhão (Anajatuba, Araguañã, Bacurituba, Belágua, Cachoeira Grande, Codó, Davinópolis, Lago da Pedra, Pedro do Rosário, Peritoró), que subsidiou a elaboração de estratégias e recomendações a serem encaminhadas aos gestores públicos a fim de que fossem tomadas as providências necessárias para o saneamento das irregularidades identificadas.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Em linhas gerais, o projeto prevê as seguintes fases: [a\) Reunião entre Procurador da República e Promotor de Justiça para definição das estratégias de execução do projeto e instauração de inquérito civil](#) público; b) Reunião com as secretarias de educação do estado e município e conselhos sociais com a finalidade de apresentar o projeto, explicar seus objetivos e funcionamento, solicitando apoio e auxílio na divulgação; c) Requisição para que as escolas, conselhos e gestores respondam aos questionários elaborados; Realização de audiência pública; d) Visitação das escolas tanto pelos Procuradores da República e Promotores de Justiça a fim de realizar registros fotográficos das condições das escolas, envolver a comunidade nas questões escolares, bem como dar visibilidade ao Projeto; e) Consolidação (eletrônica) das respostas dos questionários, que, somada às informações obtidas na audiência pública e nas visitas, permitirá identificar as demandas a serem trabalhadas no âmbito do Projeto; f) Com base no diagnóstico obtido, elaborar as recomendações e as peças de atuação a serem encaminhadas aos gestores públicos a fim de que sejam tomadas as providências necessárias a sanar as irregularidades identificadas; g) Após o término do prazo estipulado para o cumprimento das recomendações, realizar nova audiência pública para informar a sociedade sobre os trabalhos desenvolvidos, bem como sobre as providências adotadas e não adotadas pelos gestores.

Principais resultados:

- No município de Cachoeira Grande, o projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC) foi implementado no dia 12 de maio de 2015. O ato foi formalizado em audiência pública, na Colônia de Pescadores do município. Na audiência, foram discutidas as medidas a serem tomadas para a execução do projeto.
- Já no município de Codó o MPEDUC foi implementado no dia 21 de agosto de 2015 por meio do ato formalizado em audiência pública, no auditório da UFMA daquele município. Na audiência foram discutidas as medidas a serem tomadas para a execução da iniciativa, bem como as causas do baixo desempenho das escolas do município no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
- Foram realizadas 07 (sete) Audiências Públicas de Lançamento do Projeto (08/04/15 – Anajatuba; 16/04/15 – Bacurituba; 12/05/15 – Araganã e Cachoeira Grande; 10/06/15 – Lago da Pedra; 24/06/15 – Peritoró; 07/08/15 – Codó e 02/09/15 – Pedro do Rosário);

7.1.3. **PROJETO “TRANSPORTE ESCOLAR: UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA”**



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo:

- Como um dos desdobramentos do Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense”, o Projeto “Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça” foi desenvolvido com o objetivo de assegurar a prestação adequada do serviço de transporte escolar para os estudantes da rede pública de ensino do Estado do Maranhão.

Parceiros:

- A execução do projeto, que teve início em 2014, foi fruto de uma parceria entre o Ministério Público Estadual - MPE, o Ministério Público de Contas – MPC e a Controladoria-Geral da União - Regional Maranhão.

Descrição do Trabalho:

- Por meio da parceria entre Ministério Público Estadual - MPE, o Ministério Público de Contas – MPC e a Controladoria-Geral da União - Regional Maranhão, foram coletados dados concretos sobre a realidade do transporte escolar em cada município do Estado, sendo fiscalizados os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a fim de identificar possíveis desvios dos recursos públicos, a devolução ao erário e punição aos autores de atos de improbidade.

Principais resultados:

- Em 2015, foi realizada a terceira etapa da Operação Pau-de-Arara, no período de 23 a 27 de novembro de 2015, abrangendo os seguintes municípios: Viana, Timon, Grajaú e Sítio Novo, que é termo de Montes Altos. A ação contou com a participação de analistas ministeriais em campo, em conjunto com os auditores da CGU, que realizaram a fiscalização *in loco*.
- Destaca-se, também, que, no município de Viana, também se realizou a fiscalização na área de merenda escolar, aproveitando-se o ensejo da operação do transporte escolar, em virtude das flagrantes evidências de fraude na prestação desse serviço.
- As etapas anteriores alcançaram os municípios de Cachoeira Grande, Lago da Pedra, Miranda do Norte, Presidente Vargas e São João do Sóter, na primeira etapa, além de Caxias, Vargem Grande, Governador Edison Lobão, Presidente Juscelino e Anajatuba, que foram alvo da segunda etapa da fiscalização.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Cachoeira Grande (Termo da Comarca de Morros). No município de Cachoeira Grande, que é termo da Comarca de Morros, de titularidade da Promotora de Justiça Érica Ellen Beckman da Silva, membro do CAOp/Educação, foi firmado TAC com o Município, por meio do qual se estabeleceu um cronograma de aquisição de ônibus escolares. Contudo, as duas licitações realizadas com esse propósito foram consideradas desertas, tendo, como alternativa provisória, a adaptação dos carros utilizados atualmente com os itens de segurança mínimos.
- Lago da Pedra. Também no município de Lago da Pedra, em que atua a Promotora de Justiça Lays Gabriella Pedrosa Souza, foi firmado TAC com intuito de realizar uma licitação para contratação de empresas para a efetivação do cronograma de aquisição de ônibus escolares previsto.
- Durante a realização da Operação Pau de Arara, foram detectadas 28 (vinte e oito) caminhonetes tipo pau de arara. Após a fiscalização, foi realizada uma licitação, que também foi considerada deserta. No entanto, o Município reduziu em 50% o número de caminhonetes tipo pau de arara, usadas no transporte de escolares, adquirindo 02 (dois) ônibus escolares, além de se comprometer a adaptar as 14 (quatorze) caminhonetes remanescentes para o transporte adequado dos alunos.
- São João do Sóter (Termo da Comarca de Caxias). Atualmente sob a titularidade do Promotor de Justiça Romero Lucas Rangel Piccoli, a Promotoria da Educação de Caxias iniciou as negociações com o Município de São João do Sóter para a assinatura do TAC, mas, em virtude do não comparecimento da Prefeita, no dia 09 de março de 2015, foi solicitado o seu afastamento. No entanto, as tentativas de negociação não foram deixadas de lado, sendo constatado que a prefeitura adquiriu, após a fiscalização, 02 (dois) ônibus escolares, dentre outras ações.
- Miranda do Norte (Termo da Comarca de Itapecuru-Mirim). Tendo a Promotora de Justiça Carla Mendes Pereira Alencar como sua titular, e membro do CAOp da Educação, a Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim firmou um TAC com o Prefeito de Miranda do Norte no dia 10 de abril de 2014, com o compromisso de adquirir 08 (oito) veículos, por meio de convênio com o Governo Federal, sendo 04 (quatro) deles até o final de 2015 e os demais até março de 2016. Ficou estabelecido, ainda, que não fosse mais contratada a empresa Frazão Construções LTDA no ano de 2016, e assegurar a qualificação adequada dos motoristas que conduzam os veículos destinados ao transporte escolar.
- Presidente Vargas (Termo de Vargem Grande). O Promotor de Justiça de Vargem Grande, Benedito de Jesus Nascimento Neto, ajuizou a Ação Civil Pública nº. 2142-



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

07.2014.8.10.0139 (2161/2014), com pedido de afastamento do Prefeito em dezembro de 2014, estando em tramitação desde então. Atualmente, o processo está concluso para despacho/decisão, desde o dia 21/10/2015.

- Caxias. O relatório oficial da CGU referente ao município de Caxias foi entregue à Promotoria no mês de Junho de 2015 e, por determinação da Promotora Cristiane Carvalho de Melo Monteiro, o relatório foi encaminhado à Prefeitura Municipal de Caxias, solicitando manifestação. No entanto, a Prefeitura solicitou novo prazo para prestar as informações, o qual se encerra em janeiro de 2016, segundo informações da servidora Juliana, da referida Promotoria.
- Vargem Grande. De titularidade do Promotor de Justiça Benedito de Jesus Nascimento Neto, a Promotoria de Vargem Grande também foi alvo de fiscalização do transporte escolar, sendo o relatório final da CGU encaminhado à Promotoria em meados de 2015 e, com base nesse relatório, a Promotoria está em negociação com o Prefeito para que seja firmado um TAC visando à melhoria da qualidade do transporte escolar no município.
- Governador Edison Lobão (Termo da Comarca de Imperatriz). O relatório do município de Governador Edison Lobão somente foi entregue pela CGU no mês de dezembro de 2015, e foi encaminhado à Promotora de Justiça de Educação da Comarca de Imperatriz, que abrange o referido município.
- Presidente Juscelino (Termo da Comarca de Morros). O relatório oficial da CGU foi encaminhado à Promotoria de Presidente Juscelino em novembro de 2015, e está sob a análise da Promotora de Justiça da Comarca de Morros, Érica Ellen Beckman da Silva, membro deste CAOp.
- Anajatuba. Também participante do Programa MPEDUC, o município de Anajatuba, cujo Promotor de Justiça titular é o Dr. Carlos Augusto Soares, membro do CAOp/Educação, realizou contrato com a empresa Formiga e Sousa LTDA, com vigência de 24.03.2015 a 31.12.2015. Desse modo, foram contratados 15 (quinze) carros, incluindo barco tipo canoa, (utilizado no período de cheia), 3 (três) micro-ônibus e 7 (sete) ônibus. O município possui mais 02 (dois) micro-ônibus, que estão parados, em manutenção.
- Portaria de Inspeção Veicular no Transporte Escolar. Ainda como desdobramento do Projeto Transporte Escolar, o Ministério Público do Maranhão, por meio do CAOp/Educação, provocou o Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão - DETRAN-MA acerca da ausência de regulamentação do transporte escolar no estado. Assim, após algumas reuniões entre DETRAN e MPMA, com o apoio do MPC, chegou-se à minuta de uma Portaria de Inspeção Veicular no Transporte Escolar, que foi apresentada pelo MPMA e DETRAN no dia 20 de novembro de 2015, no auditório Gervásio Santos (Plenarinho), na



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Assembleia Legislativa do Maranhão, para a sociedade civil, gestores municipais e estaduais; empresários de transporte e profissionais da imprensa.

- A Portaria prevê, entre outras medidas que o condutor deverá ter idade mínima de 21 anos e carteira na categoria "D", os veículos devem ter até 10 anos de uso; os cintos de segurança devem contemplar todos os lugares do veículo; o veículo deve ter faixa horizontal na cor amarela, com o dístico "Escolar" em cor preta. Determina, ainda, que a inspeção do transporte escolar será feita semestralmente e se dará em relação aos veículos e condutores e que os resultados serão disponibilizados em tempo real para consulta pública e o cronograma das inspeções obedecerá uma ordem, de acordo com o número final da placa do veículo.

7.2. PROGRAMA INSTITUCIONAL EXECUTADO PELO CAOP/SAÚDE:

7.2.1. DIREITO À SAÚDE: PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À CORRUPÇÃO

Objetivo:

- Atuar promovendo interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, segmentos em organizações das sociedades civis e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações de serviços de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente.

Parceiros:

- Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Saúde, Centro de Apoio Operacional da Saúde, segmentos sociais com atuação na defesa da saúde, incluindo os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, gestores em saúde pública, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM-MA), Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MA) e Conselho Regional de Odontologia (CRO-MA), UNASUS/UFMA, ESMP, MS, DATASUS.

Descrição do Trabalho:

- Realização de Encontros Regionais de Saúde envolvendo membros e servidores do Ministério Público, segmentos sociais com atuação na defesa da saúde, incluindo os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, gestores em saúde



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

pública, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM-MA), Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MA) e Conselho Regional de Odontologia (CRO-MA) e a fiscalização a prestação dos serviços delineados no Anexo I da Resolução CIB/MA nº 47/2011 e propor a pactuação de Termos de Ajuste Sanitário (TAS), Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Audiências Públicas, Recomendações e Proposição de Ações Cautelares e Ações Cíveis Públicas (ACPs) para resolução dos problemas.

Principais resultados:

- Realização de 01 (um) Encontro Regional de Saúde (Pinheiro) realizados, reunindo mais de 300 pessoas, de 15 municípios, sendo: 16 Promotores de Justiça; 30 Gestores de Saúde; 264 Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde e Tutelares;
- Realização de 03 (três) Oficinas – Programa de Melhoria do Acesso e de Qualidade na Atenção Básica - PMAQ-AB (Coordenador do CAOp/Saúde), Controle Social no SUS (Auditor da CGU) e Regulação em Saúde no Maranhão (Diretora da Unidade Gestora de Controle, Regulação e Avaliação da Secretaria de Estado da Saúde);
- Inspeções em Hospital de Alta Complexidade e recomendação para solução de problemas identificados;
- Reunião do Comitê Municipal de Mobilização contra os casos de Dengue, Febre Chikungunya e Febre Zika no Maranhão, na Vigilância Municipal de Saúde;
- Reuniões Institucionais realizadas conjuntamente entre o CAOp/Saúde, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Secretaria de Assuntos Institucionais, a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís. Na Reunião foram discutidos os seguintes assuntos: Política Institucional entre a PGJ, SES e SEMUS; Instrumentos Operacionais (PPI, PAS, PPS, COAP e TAS); Terceiro Setor (OSs, OSCIPs, Cooperativa e Fundações); Parceria Público Privada (PPP); Concurso Público; Central de Regulação de Leitos (Unificação); Hospital de Servidores do Estado (HSLZ); Hospital do Câncer (CACON) e outros.

7.3. PROGRAMA INSTITUCIONAL EXECUTADO PELO CAOP/CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL:

7.3.1. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E PENITENCIÁRIO DO ESTADO



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Objetivo:

- Exigir o cumprimento do direito à Segurança Pública e o cumprimento da Lei de Execução Penal (LEP) e garantia dos direitos humanos com a humanização dos presídios.

Parceiros:

- Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na área Criminal, Centro de Apoio Operacional Criminal, membros e servidores do MP/MA, organizações da sociedade civil, órgãos colegiados de controle social (conselhos municipais de Segurança Pública.), instituições públicas, universidades, alunos, professores, igrejas, clubes de serviço, gestores escolares e de saúde, policiais militares e civis, secretarias Estaduais, Prefeituras, Câmaras Municipais, Secretarias Municipais, Conselhos de classe, dentre outros.

Descrição do Trabalho:

- Realização de 02 (duas) grandes linhas de trabalho, que serão os momentos ideais de execução da lógica da negociação. A primeira linha de ação será a realização de ENCONTROS REGIONAIS SOBRE O SISTEMA DE SEGURANÇA, num fórum de discussão sobre o Sistema de Segurança Pública do Estado, modelo, estrutura, concepção, ações a serem adotadas pelo Ministério Público e a segunda linha de ação será FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA, com adoção de medidas judiciais, TACS, fiscalização das estruturas físicas e de pessoal, acompanhamento das ações interpostas, dentre outras medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Principais resultados:

- Levantamento, no acervo cartorário das Delegacias de Polícia, dos Inquéritos Policiais inconclusos que foram instaurados para investigação dos crimes de homicídios (tentados e consumados).
- Elaboração e divulgação de estatísticas referentes à ocorrência, nos municípios que compõem a Grande São Luís (Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís), dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), utilizando metodologia sugerida pela SENASP para aferição dos delitos intencionais com resultado em morte. Além disso, outras publicações, resultantes de comparativos existentes dos dados de homicídios oriundos da SSP/MA (e outras fontes) e aquelas



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

referentes a assaltos ocorridos em coletivos, foram realizadas no sítio da Instituição.

- Identificação de 254 Inquéritos Policiais pendentes de conclusão relativos ao ano de 2010, e solicitação de providências, na Delegacia de Defesa da Mulher;
- Identificação de 73 Inquéritos Policiais pendentes de conclusão relativos ao ano de 2010, e solicitação de providências, na Delegacia de Acidente de Trânsito;
- Conclusão do Diagnostico da Violência no Estado do Maranhão e da estatística de Assaltos a Coletivos, com identificação dos bairros mais perigosos do município de São Luís (2013, 2014 e 2015).
- Execução do Plano de Georreferenciamento dos bairros e aglomerados do Município de São Luís (CAOP-CEAP e IMESC), identificando as ocorrências, os horários e a faixa etária;
- Alimentação do Cadastro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (site do CNMP);
- Identificação das repartições de Polícia Militar de nível igual ou superior a Batalhão nas unidades de Polícia Militar do Maranhão (CNMP);
- Realização do Fórum de Debate e Segurança Pública realizado no Município de Cururupu/MA;
- Discussão do Plano de Redução da Violência Letal junto com o TRE/MA;
- Reunião de Criação da Câmara Técnica – TJ/MA;
- Participação no evento de Lançamento da Meta III da ENASP – Brasília/DF;
- Participação no Congresso de Diálogo Insurgente Sobre Linchamento – SEDIHPOP/MA
- Atualização do Site da PGJ com dados estatísticos de CVLI's e assaltos a coletivos;

7.4. O MINISTÉRIO PÚBLICO NA VIA DA SEGURANÇA. MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO: PRESERVANDO VIDAS

Objetivos:

- Estimular os membros do Ministério Público do Estado do Maranhão a deflagrarem o processo de municipalização do trânsito do Estado do Maranhão;
- Reduzir os grandes números de acidentes automobilísticos nos municípios maranhenses, bem como diminuir os enormes índices de letalidade e/ou lesões corporais irreversíveis;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- Fiscalizar o cumprimento das leis de trânsito, em especial quanto ao veículo automotor de duas rodas (motocicletas), tanto estimulando sua regularização, quanto no uso de acessórios obrigatórios, tal como capacetes, por seus ocupantes.

Responsável:

- Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão

Parceiros:

- Procuradoria-Geral de Justiça, Promotores de Justiça com atuação na defesa da cidadania e/ou dos direitos humanos do Estado do Maranhão; DETRAN-MA, Polícias Militar e Civil; Polícia Rodoviária Federal Secretaria de Saúde do Estado; Prefeituras Municipais.

Descrição do Trabalho:

- Municipalização do trânsito nos 217 municípios maranhenses;
- Incrementar a fiscalização da aplicação do Código de Trânsito Brasileiro;
- Incentivar os municípios a promoverem campanhas educativas sobre o trânsito.
- Realização de uma campanha de mobilização com elaboração de material de divulgação (banners, cartazes, folders, CD com peças jurídicas - modelos de TACs, Recomendações e ACPs; Manuais sobre Municipalização do Trânsito; Exemplo de Boas Práticas da atuação ministerial; Fluxograma etc.
- Informação no site do MPMA.

Principais resultados:

- Operação na BR 316 com ações educativas e de fiscalização no trânsito Promotoria de Santa Luzia do Paruá. Além do Ministério Público do Maranhão (MPMA), também participaram o Detran, Prefeitura de Santa Luzia do Paruá, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Civil e Militar. A blitz resultou em 17 autos de infração e 16 veículos apreendidos. Também foram lavrados 13 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO's), contra condutores sem habilitação.
- A mesma operação foi realizada em Nova Olinda, que é termo judiciário da Comarca de Santa Luzia do Paruá. Como resultado, foram lavrados 17 autos de infração e apreendidas 14 motocicletas.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- O MPMA firmou Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), em dezembro de 2014, com os Municípios de Santa Luzia do Paruá, Presidente Médici e Nova Olinda do Maranhão, visando à municipalização do trânsito, conforme determina o Código Brasileiro de Trânsito.
- Em 2015, também foram assinados TACs com os municípios de Paço do Lumiar, Cândido Mendes, Godofredo Viana
- Realizadas Audiências Públicas em Santa Luzia do Paruá, Presidente Médici e Olinda Nova do Maranhão, Pinheiro, Imperatriz, São Luís Gonzaga, Monção, Igarapé do Meio
- Emissão de Recomendação aos Chefes dos Executivos Municipais de Governador Nunes Freire, Vicente de Férrer, Bacuri, Mirinzal, Carolina, Turiaçú, Arame, Montes Altos, Sítio Novo, Ribamar Fiquene, Barra do Corda requerendo a elaboração e o envio, em 10 dias, de projeto de lei de criação do órgão de trânsito e da Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari) à Câmara de Vereadores do município, pela Promotora de Justiça da Comarca.
- Realização de 03 (três) reuniões com promotores de justiça de 47 comarcas para debater as ações do projeto institucional "MP na via da segurança – municipalização do trânsito em defesa da vida", em São Luís.
- Realização da Operação Encarrilha, pela Promotoria de Justiça de Carolina com o apoio de organizações da sociedade civil e órgãos do Poder Público, incluindo as polícias Civil e Militar. A Operação Encarrilha é uma proposta de educação e conscientização no trânsito, visando instruir o condutor quanto à necessidade de ter os equipamentos e a documentação obrigatória para a condução, emplacamento de veículos e, principalmente, respeito no tráfego. Na última ação realizada em outubro/14, com a Polícia Militar, foram registradas 14 ocorrências de motoristas dirigindo sem documento de habilitação.

7.5. PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL (PMMP)

Objetivo:

- Resgatar, guardar, preservar e divulgar, por meio de ações e publicações, a trajetória do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Parceiros:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Procuradoria-Geral de Justiça, Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Maranhão, Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, CAOP's da Infância e Juventude e Educação, Escolas Públicas Estaduais e Municipais.

Descrição do Trabalho:

- O Programa **Memória Institucional** do Ministério Público do Estado do Maranhão foi criado pela Resolução Nº 04/2004, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, transformando o então Projeto Memória em programa, com atuação permanente nas seguintes linhas de atuação: *I – o Memorial do Ministério Público Estadual; II – o Concurso Celso Magalhães de Monografia; III – o Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá; IV – a Política de Conservação e Preservação da Documentação;*
- Desde a sua reinauguração, em 09 de agosto de 2013, o Memorial do MPMA está funcionando no andar térreo do prédio onde está instalada a 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor da Capital, na Rua Nilton Prado, nº 53 – Centro Histórico de São Luís. Fica aberto no horário comercial e recebe visitantes (pesquisadores, estudantes, turistas entre outros) para conhecer a trajetória histórica do MPMA desde sua fundação até os dias atuais, por meio de exposição de acervo composto por publicações, fotografias, vídeos, mobiliário e demais objetos que retratam o *Parquet*.
- O programa desenvolvido pelo MPMA também trabalha na guarda, preservação e apresentação do acervo histórico do Memorial.

Principais resultados:

- Durante o exercício de 2015, a Comissão Gestora do Programa **Memória Institucional, coordenada pelo Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto**, com o apoio da Administração Superior do MPMA, da Diretoria Geral/PGJ, da Secretaria para Assuntos Institucionais e o auxílio da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca na secretaria do desenvolvimento das atividades e relatoria das reuniões da Comissão Gestora, efetuou várias ações relacionadas à guarda, preservação, apresentação e divulgação do acervo histórico do Memorial e continuidade das pesquisas históricas relacionadas ao *Parquet* maranhense;
- Iniciativa e implementação do Projeto “A Criança no Memorial do MPMA”, que viabilizou a visita de alunos de escolas públicas de ensino fundamental e médio



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ao Memorial do MPMA, onde se encontram documentos, galerias, símbolos e demais objetos que evocam a história do *Parquet* Maranhense, estimulando o desenvolvimento cultural, a promoção da cidadania e a participação social, por meio de palestras ministradas por Membros e servidores do MPMA, além do fornecimento de transporte, lanches e brindes. Visitaram o Memorial do MPMA, os alunos das escolas: Escola Raio de Sol (28 alunos); Colégio Liceu Maranhense (28 alunos); Escola José Giorcelli Costa (28 alunos); Unidade Integrada Estado de Alagoas (26 alunos); Unidade Estadual Estado de São Paulo (14 alunos); Centro de Ensino Bernardo Coelho de Almeida (30 alunos); Escola Complexo Educacional Teresinha Alves Rocha (município de Nova Olinda/MA), visitação espontânea de 18 alunos.

- A estatística anual do Memorial contabilizou o total de **479 visitantes**, incluindo autoridades, comunidade local e de outros Estados.
- Em março, houve a nomeação da Analista Ministerial-Bibliotecária Susane Maria Pinto Viégas pela Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha, como responsável pela equipe do Memorial junto ao Programa *Memória Institucional*;
- Avaliação e Reforma do prédio-sede do Memorial do MPMA, pela Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura, nos meses de abril e maio de 2015;
- Participação do Promotor de Justiça e Membro da Comissão Gestora, Dr. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro e da servidora Giovana Canavieira Furtado, no “*I Seminário de Informação e Documentação Jurídicas do Maranhão*”, realizado pela Universidade Federal do Maranhão, nos dias 22 a 26 de junho. O promotor foi um dos palestrantes da mesa redonda “*Gestão Documental em Arquivos e Centros de Memória Judiciais*” e, em sua apresentação, falou sobre o trabalho de pesquisa e transcrição dos documentos da instituição, a pesquisa realizada para resgatar a história do órgão e a política de conservação e preservação da documentação do MPMA;
- Em julho, houve a disponibilização da página virtual do Programa *Memória Institucional* do MPMA (<http://www.mpma.mp.br/memorial/>) pela Comissão Gestora, com atualizações de itens, conteúdo e arquivos em parceria com a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação/PGJ e colaboração da estagiária do Memorial Thais Mendes Pinheiro;
- Visita técnica do Coordenador do programa, Dr. Teodoro Peres Neto, da Analista Ministerial-Bibliotecária Susane Maria Pinto Viégas e das monitoras Alda Iris Arruda de Araújo e Elizabeth Silva Bezerra ao Arquivo Público do Estado do Maranhão para conhecer as fontes documentais originais, que serviram de base para a transcrição histórica das publicações do Programa *Memória*;
- Em agosto, registram-se as visitas do Sr. Wilson Paulo Fialho Félix Júnior, da Sr^a. Maria



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Alice Araújo Correia Lima Rocha, da Sr^a Maria das Graças Correia Lima e da Sr^a Mayalu Moreira Félix ao Memorial do MPMA, parentes (filho, sobrinha-neta, sobrinha e neta) de Aurora Correia Lima, primeira mulher no Maranhão a assumir o cargo de Promotor Público na condição de concursada. Cabe informar que a referida Promotora está incluída na Galeria de Mulheres Pioneiras do Ministério Público do Estado do Maranhão;

- Participação das monitoras do Memorial do MPMA, na 9^a Primavera dos Museus nos dias 21 a 27 de setembro. A Primavera dos Museus acontece anualmente no início da estação homônima, quando museus brasileiros, convidados pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) desenvolvem uma programação especial, chamando a comunidade a refletir, discutir e trocar experiências. O tema deste ano foi “*Museus e Memórias Indígenas*” e o Memorial participou com as visitas guiadas pelas monitoras na sua própria sede;
- Em outubro, registrou-se a visita do Secretário de Estado da Cultura, Sr. Felipe Costa Camarão, a convite da Promotora de Justiça de Defesa do Consumidor, Dra. Lítia Teresa Costa Cavalcanti, para conhecer o Memorial do MPMA, com a finalidade de incluir esse espaço museológico na Lista de Museus do Estado do Maranhão e também inseri-lo como espaço de lançamento de livros de autores maranhenses;
- Participação da Historiadora-Assessora do Programa Memória, Kelcilene Rose Silva, no “*VI Encontro Nacional de Memoriais*”, realizado na Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo (ES), nos dias 15 e 16 de outubro. Este evento foi destinado para membros e servidores do MP que atuam nos Memoriais e Arquivos ou que tenham interesse nos temas relacionados à memória e história ministerial;
- Continuação das pesquisas históricas e transcrições referentes aos volumes da série “*Correspondência Ativa dos Promotores Públicos*”, no período de 1872-1892, numeração de documentos e elaboração de Índice Onomástico, pela historiadora-assessora e estagiários do Programa Memória junto ao Arquivo Público do Estado do Maranhão;
- Inserção do Memorial do MPMA no Cadastro Nacional de Museus (CNM) desenvolvido pelo IBRAM;
- Nos autos do PA 11996AD/2015, foi registrada a designação do Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto pelo Conselho Nacional do Ministério Público para integrar por seis meses o Grupo de Trabalho da Comissão Temporária de Memória Institucional (conforme Portaria CNMP-PRESI nº 140/2015), com a finalidade de buscar medidas para promover o estímulo à preservação da memória institucional;
- Participação do coordenador da comissão gestora, Procurador Teodoro Peres Neto, na 1^a Reunião do Grupo de Trabalho da Comissão Temporária de Memória



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Institucional do CNMP, realizada em 20 de novembro, na cidade de Brasília/DF, na qual apresentou minuta de propostas para integrar a resolução de instituição do Programa Nacional de Memória do MP, além de relatar experiências positivas do Memorial do MPMA;

- Produção anual de artigos sobre as ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa *Memória Institucional* do MPMA, de autoria do escritor e Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, Coordenador da Comissão Gestora.

8. CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

Foram iniciadas quatro campanhas institucionais com a participação da Coordenadoria de Comunicação: *Maria da Penha em Ação*, *Trânsito Seguro* e *Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?*



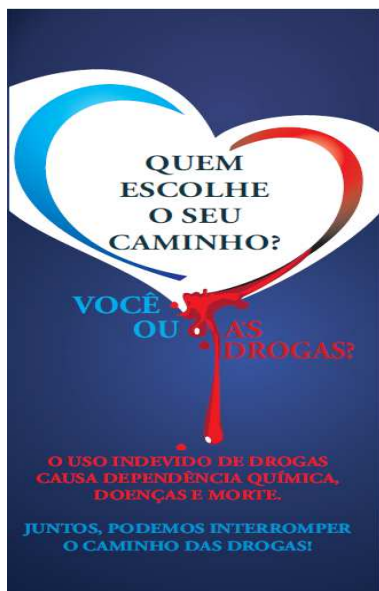
a) **Maria da Penha em Ação:** Idealizada pelas 15ª e 16ª Promotorias Especializadas na Defesa da Mulher de São Luís, a campanha tem como objetivo conscientizar sobre a prevenção da violência doméstica, com foco nas instituições de ensino, e contribuir para a erradicação deste tipo de violência. Para a campanha foram desenvolvidas as seguintes peças: identidade visual, cartaz, folder, cartilha, banner impresso, banner eletrônico, camisa e vídeo.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



b) **Trânsito Seguro:** A campanha foi feita por meio de mobilização nas emissoras de rádio e TV, blitzes educativas e distribuição de material publicitário: cartazes, folders e adesivos. Também foi promovido um passeio ciclístico no município de Imperatriz. Entre os órgãos e instituições parceiras do projeto estão a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Secretarias Municipais de Trânsito e de Educação.



c) **Campanha “Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?”** – Esta é uma campanha idealizada pela 11ª Promotoria Especializada de Substituição Plena, com o objetivo de prevenir e combater as drogas, visando despertar uma reflexão sobre a problemática e suas implicações na vida familiar e social. Outra finalidade é contribuir para a diminuição da criminalidade, consistindo em palestras e concursos de desenhos e poesias em escolas públicas municipais e estaduais de São Luís.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



d) Campanha “**AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO – Compromisso com a cidadania**”. Para reafirmar o compromisso de combater a corrupção no Maranhão, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça deflagraram a campanha com o objetivo de reforçar as atuações dos dois órgãos, denunciando e julgando ações em combate ao desvio de verbas públicas e à prática de atos de corrupção e de improbidade administrativa. São pautadas nas comarcas e varas da Justiça estadual, audiências de processos de improbidade administrativa; ajuizadas pelo MP, Ações Cíveis Públicas por ato de improbidade administrativa; emissão de Recomendações e oferecimento de Denúncias por práticas criminosas, além de palestras em comunidades.



e) A Campanha "**Educação Inclusiva: direito de todos**", idealizada pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís em parceria com as Promotorias de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência da capital foi lançada no auditório da PGJ-MA em setembro de 2015. Tem como objetivo promover a convivência com as diferenças, fomentando a educação inclusiva nas redes municipais, estadual e privada em todo o Maranhão. O Estado do Maranhão tem, atualmente, 1,643 milhão de

peças com deficiência, das quais apenas 3% são atendidas por algum tipo de política pública. Na educação inclusiva, estão apenas 2% desse total.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

9. PROJETOS PREMIADOS EM 2015 PELO CNMP

O Banco Nacional de Projetos é uma ferramenta desenvolvida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. A ferramenta possibilita que cada unidade do Ministério Público, ao inscrever seus projetos, possa dar ampla publicidade às suas atividades de sucesso, as quais podem ser replicadas em todo o território nacional, havendo interesse. Além disso, o Banco Nacional de Projetos é importante fonte de memória de um trabalho amplo e eficaz realizado pelos MPs, estando disponível a todos no link <http://bancodeprojetos.cnmp.mp.br>.

Desde a primeira edição, o Ministério Público do Maranhão tem projetos premiados pelo CNMP. No ano de 2015, o "**Projeto Ghandi: acolher para transformar**", de autoria do promotor de justiça Marco Antônio Santos Amorim, da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Santa Inês, obteve o 2º lugar na categoria Diminuição da Criminalidade do Prêmio CNMP. Outros dois projetos foram classificados entre os cinco finalistas. "**Trânsito Seguro, Direito de Todos**", desenvolvido pelo promotor Alessandro Brandão Marques, titular da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz; e o projeto "**Mapa da Vulnerabilidade: conhecer para combater**" também de autoria do promotor Marco Antônio Amorim.

A Secretaria para Assuntos Institucionais em conjunto com a Assessoria de Planejamento Geral foram os responsáveis pela divulgação do Banco de Projetos - iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público – entre os membros e servidores do *Parquet* maranhense, que culminou na inscrição de 19 (dezenove) projetos do *Parquet* maranhense nos últimos dois anos, com a premiação de dois deles, em 2014.

9.1. Lista dos Projetos do MPMA inscritos no Banco de Projetos do CNMP até 2015

9.1.1. Projeto: Maria da Penha em Ação

Objetivo: Divulgar a Lei Maria da Penha; Informar os direitos constantes na Lei; Educar os alunos das redes públicas de ensino municipal e estadual, fazendo com eles tenham a consciência das violências de gênero; Retransmitir as informações obtidas na escola aos pais, familiares e a sociedade em geral, para incentivar a denúncia de violência doméstica; Promover caminhadas com o

objetivo de sensibilizar e informar a sociedade em geral sobre a violência doméstica.

Responsável: Selma Regina Souza Martins - Promotora de Justiça da 15ª Promotoria de Justiça na Defesa da Mulher.

9.1.2. Programa Contas na Mão

Objetivo: Combater a improbidade administrativa e defender o patrimônio público, social, histórico e cultural.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Responsável: Fabíola Fernandes Faheína Ferreira - Promotora de Justiça e Secretária para Assuntos Institucionais.

9.1.3. Estação MP

Objetivo: Conscientização da sociedade sobre o papel do Ministério Público; o esclarecimento de dúvidas; a transparência da instituição ao desenvolver suas ações; a aproximação entre Ministério Público e sociedade; o fortalecimento da imagem da instituição, por meio da produção e veiculação de um programa de rádio, realizado todos os sábados, na Rádio São Luís AM, no horário de 9h às 10h, com a participação de membros do MP e participação dos ouvintes.

Responsáveis: Johellton Gomes e Francisco Colombo – Jornalistas da Coordenadoria de Comunicação Social da PGJ-MA.

9.1.4. Informativo em Dia

Objetivo: Fortalecer a comunicação institucional, por meio do envio do informativo Em Dia, por e-mail, para todos os membros e servidores do MPMA.

Responsáveis: Adriano Costa Rodrigues – Jornalista / Lucina Macedo Medeiros – Publicitária da Coordenadoria de Comunicação Social da PGJ-MA.

9.1.5. Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante: Garantindo acesso aos cidadãos e cidadãos maranhenses

Objetivo: Facilitar o diálogo do cidadão com o Ministério Público. A Promotoria Comunitária Itinerante é um canal de aproximação do Ministério Público com a sociedade, que se instala em determinado bairro, por no mínimo 90 dias, trabalhando com as lideranças locais na defesa dos direitos coletivos, a partir de diagnóstico da própria comunidade em audiência pública, prestando ainda orientação jurídica e resolvendo conflitos de menor

complexidade através da mediação e da conciliação.

Responsável: Vicente de Paulo Silva Martins - Promotor de Justiça lotado na Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante.

9.1.6. Projeto Planos Diretores

Objetivo: Zelar pela defesa e proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Responsável: Luís Fernando Cabral Barreto Júnior - Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAOUMA).

9.1.7. Superando Barreiras

Objetivo: Aperfeiçoar o sistema prisional e as medidas alternativas, por meio de visitas agendadas, onde são realizadas reuniões, envolvendo a direção e técnicos dos CREAS. Durante as reuniões são apontadas questões que envolvem a relação dos Centros com a 31ª PJ Especializada, tais como a elaboração dos Planos Individuais de Atendimento - PIA e sua pactuação, relatórios de acompanhamento, dificuldades e avanços, etc., bem assim a situação específica de algum socioeducando, sendo pontuadas alternativas de encaminhamento.

Responsáveis: Fernanda Helena Nunes Ferreira - Promotora de Justiça Titular da 31ª Promotoria de Justiça Especializada / Ana Margarida Barbosa Santos - Assistente Social da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude (Execução de Medidas Socioeducativas).

9.1.8. Projeto Acolher

Objetivo: Prolatada a sentença, a Secretaria Judicial e/ou o 31ª PJ Especializada expede as convocações para comparecimento dos adolescentes e seus familiares ou responsáveis para participarem da audiência coletiva de



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

acolhimento. São igualmente chamados a comparecer à audiência, a Direção dos CREAS e suas respectivas equipes técnicas. A audiência é aberta pelo ministério público estadual, pontuando o objetivo do momento, bem assim a importância do cumprimento da medida, diante de sua finalidade, destacando seus aspectos responsabilizador e, principalmente, socioeducativo. Após, poderão ser feitas colocações pelos presentes, inclusive, com o esclarecimento de dúvidas, seguido da assinatura pelo adolescente e familiares ou responsáveis um termo de conhecimento, sendo o adolescente encaminhado para a equipe técnica do respectivo CREAS, ao qual vinculado o adolescente por força do seu local de residência, a fim de ser agendado o primeiro atendimento. Sempre que possível, são distribuídas cartilhas educativas que abordam temas de interesse dos jovens, tais como: Drogas: cartilha álcool e jovens e Drogas: cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes, todas da Série Por dentro do Assunto, publicações da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas - MJ.

Responsável: Fernanda Helena Nunes Ferreira - Promotora de Justiça Titular da 31ª Promotoria de Justiça Especializada / Ana Margarida Barbosa Santos - Assistente Social da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude (Execução de Medidas Socioeducativas).

9.1.9. **Chá com os artistas**

Objetivo: Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral. Promover circuitos culturais com o objetivo de que toda a comunidade de Santa Inês e Bela Vista do Maranhão tenha acesso a cultura Maranhense e local, prestigiando artistas da terra, que além

de se apresentarem sem ônus, desempenham o papel de selecionadores de novos talentos.

Responsável: Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça; José Soares Lima e Fernanda Marília Carolina Araújo, servidores. 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.

9.1.10. **Projeto Ghandi**

Objetivo: Consiste em trabalhar com o adolescente em conflito com a lei, evitando que o mesmo volte a delinquir, acolhendo-o de modo especial. Desse modo, é feito o minucioso estudo social e a partir dele acionada a rede de proteção para garantir-lhes tudo que lhe é de direito, bem como à sua família. O adolescente recebe gratuitamente, por funcionário capacitado do Ministério Público, curso de 40h sobre leitura e desenvolvimento pessoal. Depois de concluir, caso queira, ingressa em curso profissionalizante ou é encaminhado diretamente às empresas conveniadas com o SENAC, para o programa MENOR APRENDIZ. Paralelamente, o adolescente ingressa numa prática desportiva de sua escolha, sem qualquer ônus para sua família. Caso possua problemas com o uso de álcool ou substância que cause dependência química, o mesmo é encaminhado a tratamento, às custas do Município, haja vista a condenação em ACP manejada pelo Ministério Público para esse fim.

Responsável: Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça; José Soares Lima e Fernanda Marília Carolina Araújo, servidores. 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.

9.1.11. **Esporte nas Escolas**

Objetivo: Mobilizar crianças e adolescentes, para que através do esporte busquem



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

melhorar sua condição social e não participem de atos de violência.

Responsável: Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça; José Soares Lima e Fernanda Marília Carolina Araújo, servidores. 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.

9.1.12. MP nas Escolas

Objetivo: aproximar o Ministério Público da comunidade, destinatária final de suas atividades; levar oficinas de teatro, dança e música para os alunos; fazer com que os pais sejam mais participativos no ambiente escolar; revelar talentos; promover palestras, mesas redondas e atendimentos com servidores do Ministério Público com o objetivo de que toda a comunidade escolar conheça direitos e deveres relacionados ao exercício da cidadania, fazendo com que todos sejam cidadãos atuantes.

Responsável: Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça. 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.

9.1.13. Judicialização da Saúde: o Ministério Público na reconstrução das políticas públicas

Objetivo: Esse projeto visa ao aprimoramento das políticas públicas para evitar a judicialização da saúde na busca de soluções políticas que minimizem os custos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo central é garantir os direitos das pessoas por meio de ações preventivas e proativas, constituídas em parcerias com outras instituições. Evitar as aquisições de produtos e serviços de saúde sem licitação, na esfera da judicialização, que se baseiam em urgência pela preservação da saúde e da vida humana na ausência de políticas públicas adequadas são outros objetivos. Pretende-se também que o SUS incorpore os pacientes atendidos

pela judicialização da saúde nos mecanismos de controle, para acompanhamento do tratamento e coleta de dados estatísticos voltados para o aprimoramento dessas políticas.

Responsável: Nacor Paulo Pereira dos Santos - Promotor de Justiça da 12ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São Luís.

9.1.14. Demandas de valores elevados: segurança do patrimônio financeiro das Fazendas Públicas à vista do MP

Objetivo: Este projeto apresenta como ideia força a tese de que existe risco à segurança do patrimônio financeiro das Fazendas Públicas nas ações de valor elevado e naquelas cujas estimativa de valor dependa da produção de provas ou de circunstâncias que devam acontecer no curso da tramitação do feito. Com esse escopo, o Ministério Público deve exercitar a sua atribuição típica de fiscalização do cumprimento da lei e do respeito à probidade, de modo que as obrigações financeiras impostas às Fazendas Públicas sejam revestidas de legalidade e substanciadas por valores que expressem legitimidade.

Responsável: Nacor Paulo Pereira dos Santos - Promotor de Justiça da 12ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São Luís.

9.1.15. Trânsito Seguro, Direito de Todos

Objetivo: Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral. O Projeto Trânsito Seguro, Direito de Todos busca promover a prevenção da pequena criminalidade ligada à violência no trânsito, a partir da adoção de medidas eleitas com base nas principais causas dessa violência urbana. Dessa forma, o projeto desenvolve-se com foco em três causas principais de acidentes de trânsito em Imperatriz: 1- carência da educação para o



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

trânsito; 2- insuficiente fiscalização do trânsito; e 3- deficiência na sinalização de trânsito.

Responsável: Alessandro Brandão marques, Promotor de Justiça da 7ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz/MA.

9.1.16. Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça

Objetivo: O Projeto de Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça foi concebido para ser aplicado em todos os municípios maranhenses, tendo como articuladores e coordenadores, as Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação e da Infância e Juventude, bem, assim os Centros de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp Educação) e da Infância e Juventude (CAOp-IJ), com vistas a intensificar a fiscalização, o controle e, por fim, exigir do Poder Público o cumprimento da oferta deste serviço com dignidade e respeito à pessoa humana. Além do viés preventivo, o referido projeto tem um cunho social e de controle, porque pretende envolver a comunidade e os órgãos responsáveis na fiscalização eficaz do serviço público do transporte escolar, bem como promover todas as ações necessárias à responsabilização dos gestores por atos de corrupção e improbidade administrativa.

Responsável: Paulo Silvestre Avelar Silva - Promotor de Justiça e Coordenador do CAOp/Educação, com apoio Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação e da Infância e Juventude, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação.

9.1.17. Programa Institucional "Direito à Saúde: Prevenção e Combate à Corrupção"

Objetivo: Atuar promovendo interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões

Intergestores Bipartite e Tripartite, segmentos em organizações das sociedades civis e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações de serviços de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente.

Responsável: Francisco das Chagas Barros de Sousa - Procurador de Justiça e coordenador do CAOp/Saúde, com apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Saúde, Centro de Apoio Operacional da Saúde.

9.1.18. Programa Interinstitucional "Educação de qualidade: Direito de Todo Maranhense"

Objetivo: Assegurar o direito à educação, à saúde e ao trabalho digno. O Programa Interinstitucional visa exigir o cumprimento do direito à educação de qualidade em todos os níveis, considerando acesso e permanência com sucesso, combatendo à evasão escolar, garantindo transporte e alimentação escolares adequados, especialmente entre as crianças e adolescentes.

Responsável: Paulo Silvestre Avelar Silva - Promotor de Justiça Titular da 4ª Promotoria Especializada de Defesa da Educação, com apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação e da Infância e Juventude, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação.

9.1.19. "CABRERA: prevenindo o abuso e a exploração sexual"

Objetivo: Promover palestras e mesas redondas com o intuito de que crianças, adolescentes e adultos virem agentes combatentes ao abuso sexual e exploração infantil, permitindo assim que as denúncias cheguem de forma rápida, identificando as vítimas e encaminhando-as para



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

acompanhamento psicossocial, retorno ao ambiente escolar e mercado profissional, bem como identificar os agressores, que responderão aos crimes cometidos, conforme capitulação penal.

Responsável: Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça; José Soares Lima e Fernanda Marília Carolina Araújo, servidores

Unidade: 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.

9.1.20. “Pagar Tributos é um ato de cidadania”

Objetivo: Criação de cronograma de reuniões com os Órgãos públicos dos Entes da Federação, das áreas da Fazenda Pública e da Educação, para o planejamento, e execução de ações conjuntas para levar à população informações da importância do pagamento dos tributos como ato de cidadania. Visitação às Escolas e Entidades comunitárias, levando informações sobre a importância dos serviços públicos custeados pelos recursos resultantes da arrecadação tributária.

Responsável: Nacor Paulo Pereira dos Santos - Promotor de Justiça.

Unidade: 12ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São Luís.

9.1.21. “Formando ‘João Cidadão’: o agir do Ministério Público na formação humana integral - Projetando uma Escola Modelo”

Objetivo: Levar cidadania aos alunos do ensino médio, criando o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos, preparando-os para a vida pós-escolar, habilitando-os não apenas para os desafios que exijam o desenvolvimento intelectual, mas também os desafios diários da vida em comunidade.

Aproximar o Ministério Público ainda mais da sociedade; instigar o corpo docente a melhorar a qualidade de ensino, preparando os jovens para o protagonismo juvenil.

Responsável: Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça; José Soares Lima e Fernanda Marília Carolina Araújo, servidores. 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.

9.1.22. “Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?”

Objetivo: Trata-se de um projeto de prevenção e combate ao uso indevido de drogas entre crianças, adolescentes e jovens devidamente matriculados nas escolas públicas municipais e estaduais do Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, considerando o notório aumento do número de adolescentes e jovens envolvidos em práticas criminosas, inclusive em crimes de homicídio, e a decisiva presença do elemento droga em tais atos delitivos.

Responsável: Cristiane Gomes Coelho Maia Lago – Promotora de Justiça, titular da 11ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena da Capital

9.1.23. “Testemunhar é um ato de cidadania”

Objetivo: O projeto objetiva despertar maior compromisso das pessoas com efetivos resultados do Sistema Penal, mediante a consciência de que testemunhar é um ato de cidadania. As testemunhas são pessoas que integram a estrutura da sociedade e não podem ficar alheios aos resultados que se almeja na persecução criminal.

Responsável: Nacor Paulo Pereira dos Santos - Promotor de Justiça.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

9.2. Lista dos novos Projetos do MPMA desenvolvidos em 2015 /2016

9.2.1. O Ministério Público na Defesa da Transparência Pública – Município Transparente, Garantia de Acesso a Informação.

Objetivo: Adotar a política institucional, permanente e sistematizada, de transparência da gestão pública, constituída de instrumentos, ações e programas de prevenção e combate à corrupção, Subsidiando os membros do Ministério Público do Estado do Maranhão na defesa do Patrimônio Público, com elementos para verificar o cumprimento das normas concernentes aos portais de transparência pelos entes públicos e a Lei de Acesso a Informação.

Responsáveis: Procuradoria-Geral de Justiça - Assessoria Especial da PGJ- Secretaria para Assuntos Institucionais da PGJ.

Parceiros: Rede de Controle da Gestão Pública, Controladoria Geral da União – Regional Maranhão, Ministério Público de Contas, TCE-MA, Secretaria de Estado de Transparência e Controle, órgãos fiscalizadores, sociedade civil, conselhos sociais, imprensa, ouvidorias estaduais e municipais, PGE-MA, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Federal, Receita Federal

9.2.2. Implantação de Núcleo de Justiça Comunitária no bairro do Sol e Mar, em São Luís/Maranhão

Objetivo: O presente projeto tem por finalidade a implementação de 01 (um) Núcleo de Justiça Comunitária na cidade de São Luís, no bairro do Sol e Mar e adjacências, objetivando contribuir para a democratização do acesso à justiça, por meio da mobilização e capacitação de agentes comunitários em mediação de conflitos, animação de redes e educação para os direitos, contratação de equipes multidisciplinares, aquisição de equipamentos, adequações de espaços físicos conforme as diretrizes do Programa Justiça Comunitária da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

Responsável: Vicente de Paulo Silva Martins - Promotor de Justiça lotado na Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante

9.2.3. Projeto LER, ESCREVER E PENSAR

Objetivo: O projeto objetiva instigar, na comunidade estudantil das redes estadual e municipal de ensino do município de João Lisboa, a leitura, a produção textual e o pensamento crítico, primando pela conscientização e inserção do indivíduo como instrumento de transformação, ao leva-lo a conhecer a realidade, num contexto pessoal, familiar, social e político.

Responsável: Promotora de Justiça de João Lisboa, Dra. Maria José Lopes.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

10. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOPS)

Os centros de apoio operacional são órgãos auxiliares do Ministério Público com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades. Também incumbe aos centros a promoção do intercâmbio e integração entre os órgãos de execução com atribuições comuns, visando inclusive a uniformização das atividades desenvolvidas no enfrentamento de demandas similares. Além disso, cabe aos centros estabelecer intercâmbio permanente com entidades públicas e privadas que atuem em áreas afins à dos centros de apoio.

10.1. Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO/UMA)



No exercício de suas atividades, os Centros de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de todo o Brasil têm se empenhado na elaboração do planejamento das ações do Ministério Público buscando sua maior eficácia; na formação de bancos de peças e manuais; celebração de convênios que facilitem a atividade investigatória dos órgãos de execução; atendimento a consultas, inclusive técnicas, e disponibilização de material técnico-jurídico; e na promoção de reuniões técnicas e eventos científicos.

Em atividades externas à administração, os centros de apoio vêm se dedicando à participação em órgãos colegiados de proteção ao meio ambiente e na intervenção para a produção de normas jurídicas que melhor subsidiem ações do Ministério Público, além de manterem constante atenção na produção legislativa espontânea do Estado.

Em 2015 o CAOUMA manteve o foco de suas atividades nas prioridades do planejamento estratégico, tanto no desempenho de atividades conjuntas sobre o cumprimento da lei de política nacional de resíduos sólidos quanto na formação de grupo temático de atuação de Promotores de Justiça. Também continuou a atender as demandas dos órgãos de execução para o desempenho de suas atividades típicas.

Dentre as principais atividades desenvolvidas em 2015, destacam-se:

10.1.1. Atividades previstas na lei complementar nº013/91.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- a) “Estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns”.

Em 2015 foram realizadas **02 reuniões de capacitação** com os Promotores Substitutos na Escola Superior do Ministério Público, **03 reuniões do Grupo de Saneamento Ambiental** e **uma oficina sobre resíduos sólidos** com a ABIVIDRO, sem prejuízo do contato direto.

O resultado mais direto foi a emissão da **Nota Técnica nº 001/2015** tratando da eventual prorrogação do prazo do art.54 da Lei nº 12.305/2010, e que está servindo de orientação a todos os Promotores de Justiça do Estado do Maranhão.

- b) “Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade”.

A norma prevê que o centro de apoio forneça material técnico-jurídico que subsidie a atuação dos órgãos de execução.

Essa atividade vem sendo desempenhada através dos seguintes instrumentos: Notas Técnicas; Bancos de Pesquisa; Remessa espontânea de informações e atendimento a consultas.

Além do atendimento no dia-a-dia, o CAO-UMA respondeu a solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental, foram remetidas informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência por e-mail, incluindo 29 (vinte e nove) mensagens contendo anexos de doutrina e jurisprudência.

Foram elaborados **20 (vinte)** pareceres técnicos e **04 (quatro)** laudos periciais atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias. A maioria dos pareceres técnicos atenderam Promotores de Justiça em comarcas do interior do Estado do Maranhão.

O CAOUMA retomou a atividade de acompanhamento dos licenciamentos ambientais e, como resultado, foram enviadas **573 (quinhentas e setenta e três)** comunicações de licenciamento ambiental a todas as Promotorias do Estado. Esse serviço permite que os Promotores de Justiça saibam, com antecedência, quais as atividades estão sendo licenciadas nos territórios de suas Promotorias de Justiça e, com isso, podem adotar medidas preventivas e fiscalizatórias.

- c) “Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções”.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

O Centro de Apoio participou das reuniões do Conselho Nacional dos Centros de Apoio de Meio Ambiente e Urbanismo tendo destacada atuação nas medidas relacionadas ao cumprimento da Lei nº 12.305/2010.

Esteve presente nas reuniões da Comissão Permanente de Meio Ambiente – COPEMA, do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça e nas reuniões do Fórum Nacional de Recursos Hídricos do Conselho Nacional do Ministério Público.

O Promotor de Justiça e integrante do CAOUMA Cláudio Rebelo compareceu à maioria das reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – CONSEMA.

10.1.2. Atividades previstas no Termo de Referência de Política Institucional e no Plano Estratégico.

As medidas relacionadas ao Planejamento Estratégico 2012-2016 se concentraram nos treinamentos, seminário e na remessa dos ofícios circulares e modelos de peças processuais e extraprocessuais relacionadas ao cumprimento da Lei nº 12.305/2010.

Conforme já foi relatado, os gestores municipais continuam sendo instados a cumprir o art.54 da Lei nº 12.305/2010, notadamente quanto à instalação da disposição final ambientalmente adequada.

10.1.3. Metas para 2016.

Não obstante a necessidade de detalhamento das ações e a apresentação de planejamento anual, bem como o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico, apresentamos as seguintes metas.

1. Manutenção e melhoria do conteúdo da página do Centro de Apoio Operacional;
2. Implementação e remodelação dos projetos de resíduos sólidos, sistemas municipais de meio ambiente e municipalização da gestão cultural;
3. Estruturação e planos de ação específicos para o GEDEF e para o Grupo de Saneamento Ambiental;
4. Assegurar maior participação de membros do MPE em seminários e congressos de meio ambiente realizados no Brasil.
5. Implantação do Fundo Estadual de Interesses Difusos Lesados.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

10.2. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOP/IJ)



O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOP/IJ), na qualidade de órgão auxiliar do Ministério Público, desenvolve uma atuação planejada de apoio aos órgãos de execução ministerial no que tange as normativas legais e a interlocução com o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, para tanto, desenvolveu e participou no decorrer de 2015 das seguintes atividades:

1. *Realização de eventos formativos, mobilizações e articulações, promovidos pelo CAOP/IJ, sobre os direitos de crianças e adolescentes para Promotores de Justiça com atuação na infância e juventude, demais servidores do Ministério Público e com a participação de organizações do Sistema de Garantia de Direitos:*
 - Reunião de Trabalho com Promotores de Justiça integrantes do CAOP/IJ, com o objetivo de traçar o **Plano de Trabalho Anual 2015**;
 - **2ª Semana de Capacitação do Ministério Público do Maranhão: pensando as práticas institucionais**, realizada em parceria com a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), para aprofundar a discussão sobre a escuta qualificada de crianças e adolescentes vítima de violência, com objetivo de apresentar o marco legal e modelos jurídicos, bem como as técnicas utilizadas. Como principal encaminhamento do evento foi definido a criação de um grupo de trabalho para discutir um posicionamento institucional sobre o tema.
 - **Campanha “18 de Maio”**, uma iniciativa do Ministério Público do Maranhão, através do CAOP/IJ, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA), entre outras organizações, efetivando diversas ações de **mobilização social na capital e em 76 municípios maranhenses** em alusão ao **“18 de Maio” - Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. O CAOP/IJ forneceu às promotorias de justiça materiais da campanha (panfletos, cartazes, adesivos e camisas) para fortalecer as ações municipais.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- **Lançamento do Programa Institucional “Família Acolhedora”**, que visa estimular os gestores municipais para instalação do programa nos municípios maranhenses garantindo assim o direito à convivência familiar e comunitária, e diminuir o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, conforme preconizado nas normativas legais e no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Participaram do evento membros e servidores do Ministério Público do Maranhão, representantes do Governo de Estado, da Prefeitura de São Luís, do Unicef e de instituições engajadas no Sistema de Garantia de Direitos. Para auxiliar o trabalho dos promotores de justiça nas comarcas, o CAOp/IJ preparou um cronograma de ações simultâneas e minutas de Recomendação às prefeituras, proposta de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e Ações Cíveis Públicas, todas ligadas a temática.
- **Treinamento**, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), **na formação inicial dos quarenta (40) novos promotores(as) de justiça**, efetivados no quadro, explicando as atribuições deste CAOp/IJ e o papel do Ministério Público dentro do Sistema de Garantias de Direitos para efetivação da prioridade absoluta, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescentes.
- **Reunião de Trabalho sobre Fiscalização da Votação do Processo de Escola Unificado dos Conselhos Tutelares**, com a participação dos Promotores de Justiça, o evento foi realizado, no dia 18/09/15, para discutir estratégias de fiscalização no dia da votação, além de tratar de assuntos pertinentes ao pleito, como lista eleitoral, locais de votação, lacre das urnas, registro de ata de votação, procedimento de apuração, cédula de votação e registro de fatos que apontasse a inidoneidade do candidato.
- **Projeto Piloto sobre Acolhimento Institucional**, firmado Termo de Convênio entre o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro e o MPMA para cessão gratuita do direito de utilização do programa de computador intitulado Modulo Criança e Adolescente (MCA), que tem como objetivo criar um cadastro on-line com os dados dos programas de acolhimento de cada criança ou adolescente acolhido, permitindo a integração em rede, através da internet, dos órgãos e entidades com a medida de acolhimento, tais como as Promotorias de Justiça da



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Infância e da Juventude, juizado, conselho tutelar, as instituições de acolhimento, entre outros. Em 2016 será implantado o projeto-piloto em Açailândia, com expectativa de ampliar para outros municípios até abranger todo Maranhão.

- **Reunião de assinatura do Protocolo de Intenções da Rede Maranhense de Justiça Juvenil**, no dia 11/11/15, estabelecendo a cooperação técnica entre os integrantes da Rede como uma estratégia político-pedagógica de articulação para qualificar o atendimento socioeducativo privativo, restritivo e em meio aberto no Maranhão.

2. *Apoio às Promotorias de Justiça do Maranhão:*

2.1. Foram emitidas 7 (sete) Notas Técnicas, sem caráter vinculativo, para subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça no âmbito da atividade-fim sobre:

- **Nota Técnica nº 01/2015-CAOPIJ**. Ementa: Análise de lei Municipal sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itinga do Maranhão;
- **Nota técnica nº 02/2015-CAOPIJ**. Ementa: Análise do Projeto de Resolução nº 28/2014 do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão acerca das atribuições próprias das Promotorias de Justiça Especializadas, englobando aquelas afetas à defesa da infância e juventude;
- **Nota técnica nº 03/2015-CAOPIJ**. Ementa: Estudo do Programa de Acolhimento Familiar como alternativa ao acolhimento institucional, seguindo a moderna tendência mundial de desinstitucionalização. Implementação da política voltada à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no âmbito municipal;
- **Nota técnica nº 04/2015-CAOPIJ**. Ementa: Análise da legalidade do exercício de mandato de presidente e vice-presidente do CMDCA enquanto as instituições às quais são vinculados, concomitantemente, firmaram convênio para desenvolvimento de projetos custeados pelo Fundo Municipal da Infância e Juventude, 7ª promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude de Imperatriz;
- **Nota técnica nº 05/2015-CAOPIJ**. Ementa: Análise da legalidade da exigência de



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

prova de conhecimentos básicos como etapa do processo de escolha unificado para conselheiros tutelares, com caráter eliminatório, bem como alternativa para quando o número de candidatos habilitados for insuficiente para realização do certame, Promotoria de Justiça de Estreito.

- **Nota técnica nº 06/2015-CAOPIJ.** Ementa: Análise da pertinência da unificação do Processo de escolha para conselheiros tutelares (Lei nº 12.696/2012);
 - **Nota técnica nº 07/2015-CAOPIJ.** Ementa: processo de escolha para conselheiros tutelares (Lei nº 12.696/2012). Formas de fiscalização. Lista de eleitores.
- 2.2. Expedição de enunciados produto de discussão sobre o Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares 2015 pelos membros integrantes do CAOPIJ, cuja aplicação ficou condicionada ao entendimento fundamentado de cada órgão de execução ministerial, dentro de sua prerrogativa constitucional da independência funcional, em três edições.
 - 2.3. Plantão de apoio às Promotorias de Justiça e termos judiciários no dia de votação do processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares, 04/10/15.
 - 2.4. Plantão de apoio à 32ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude na votação do processo de escolha dos conselheiros tutelares de duas áreas não realizadas anteriormente, dia 22/11/15.
 - 2.5. Apoio na elaboração do projeto e mobilização de recursos para a corrida de rua, realizada pela 4ª Promotoria de Justiça de Açailândia, alusiva a Semana de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que teve como objetivo central interagir com a comunidade e alertar a sociedade sobre as diversas formas de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.
 - 2.6. Socializar Recomendações sobre diversos assuntos atinentes à infância e juventude elaboradas pelas Promotorias de Justiça do Maranhão, possibilitando divulgar as ações das comarcas e subsidiar os Promotores de Justiça.
 - 2.7. CAOPIJ INFORMA, serviço diário de envio de informações e notícias sobre a infância e juventude e temas correlatos, via e-mail, para Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, Secretaria de Assuntos Institucionais e Servidores.
 - 2.8. Serviço de Consulta, atender demandas apresentadas pelos Promotores de Justiça ao CAOPIJ, via e-mail, contato telefônico e ofício, visando subsidiar a atuação dos mesmos nos municípios; com eventuais remessas de pesquisa sobre materiais



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

demandados, além de minuta de ações judiciais ou não, bem como pareceres técnicos, quando necessários pela complexidade da demanda apresentada.

- 2.9. Acompanhamento da elaboração e dispersão do material atinente à Campanha “18 de Maio”, subsidiando ações realizadas pelas Promotorias de Justiça em 77 municípios maranhenses.

3. Temáticas sensíveis em que o CAOp/IJ atua sistematicamente:

– **Demanda: 'Disque 100'**

O CAOp/IJ é o setor responsável pelo recebimento e dispersão das denúncias provenientes do Disque 100/SDH, por força do Ato Regulamentar nº 17/2012; Esta atividade é realizada diariamente pela equipe do CAOp/IJ, que está sistematizando um mapeamento da forma de processamento dessas denúncias pelas promotorias implicadas, a fim de viabilizar estratégias de potencializar a ferramenta e subsidiar essa atuação de forma qualitativa. Para tanto, foi realizada uma visita técnica ao 'Disque denúncia' local, com fito a se apropriar do fluxograma e elucidar quais procedimentos podem ser agregados a fim de beneficiar a tramitação das denúncias do Disque 100. Também realizou visita técnica à 7ª Promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude de Imperatriz, com a presença ainda do corpo técnico da 4ª Promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude de Açailândia para um primeiro contato com os servidores que fazem o manejo do sistema, para que se possa compreender e assessorá-los com a alimentação do mesmo; Para 2016 estão previstas as seguintes atividades: finalização da alimentação do SONDHA com respostas físicas em posse deste CAOp/IJ para se quantificar as respostas já inseridas no sistema e a finalização de denúncias; contato com todas as Promotorias de Justiça para informar do quantitativo de denúncias e indagar sobre os procedimentos adotados; a elaboração de plano técnico para capacitação de todos os servidores que manejam o sistema a ser ministrada pela equipe do CAOp/IJ em conjunto com os servidores, inicialmente, de Imperatriz e Açailândia como multiplicadores;

– **Demanda: 'Medidas Socioeducativas no Maranhão'**

O CAOp/IJ vem acompanhando a situação das medidas socioeducativas no Maranhão e encaminhou a todos os Promotores de Justiça, o Ofício Circular nº



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

01/2014, contendo a tabela de ações judiciais de lavra das Promotorias atuantes na área, que resultaram em interdições e acordos para melhoria no atendimento, entre outras, bem como a minuta de Ação Civil Pública por dano moral coletivo, tendo por objeto a liberação compulsória de adolescente autor de ato infracional por falta de vaga para cumprimento da medida imposta judicialmente, com os respectivos anexos, para análise da pertinência e adequação por parte dos Promotores, como ferramenta a criar pressão no Estado que permanece inerte perante a situação de caos que impera nessa área. Ainda sobre esse tema, o CAOp/IJ vem realizando o mapeamento em todos os municípios, através das Promotorias, sobre a elaboração dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo;

- **Demanda: 'Processo de Escolha unificado de Conselhos Tutelares em 2015'**
Em 2015 foi realizado o primeiro processo de escolha em questão e o CAOp/IJ desenvolveu inúmeras atividades e articulações em prol do mesmo, se configurando o Ministério Público tanto quanto fiscalizador – prerrogativa legal – mas também como ponto de suporte para produção de entendimentos técnicos. Por conta dessa demanda foram produzidas diversas Notas Técnicas – conforme supracitado – além de articulação junto ao TER-MA e ao TCE-MA, este através do MPC, provocando o posicionamento dessas instituições perante a temática, aquele no sentido de dar suporte aos municípios para o uso de urnas e caderno de eleitores, este no sentido de dirimir dúvidas sobre a aprovação de contas do Prefeito, em caso de ônus relativo ao certame. No mesmo sentido provocou ainda a Secretaria de Segurança Pública do Estado, para se preparar para a movimentação nos municípios devido à realização do evento. Também participou da oficina realizada na Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) com apoio dos consultores da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) sobre o tema.
- **Demanda: 'Embarque clandestino no trem de cargas da VALE S/A'**
O CAOp/IJ vem atuando nessa demanda desde o ano de 2012, devido à tramitação na 32ª Promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude da capital do Procedimento Administrativo nº 106/2005 e a Ação Civil Pública nº 157-60.2011.8.10.0057 de autoria da Promotoria de Justiça de Santa Luzia, ambos afetas à problemática. Por força de acordo judicial assinado entre a empresa e o signatário da Promotoria de Justiça de Santa Luzia, foi firmado



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

acordo para dar fim à demanda, ficando, entre outras obrigações, a encargo do MP, a divulgação dos termos do mesmo para os Promotores de Justiça titulares ao longo da Estrada de Ferro Carajás, em parceria com o Ministério Público do Pará que participou ativamente das negociações, através da Promotoria de Justiça de Marabá. Na oportunidade foi realizada uma Audiência Pública em Marabá, na qual participou o coordenador do CAOp/IJ, além da realização de reunião de monitoramento com a presença da Vale S/A, sendo este também ponto contido no referido acordo judicial;

– **Demanda: 'Centro de Perícia Técnica da Criança e do Adolescente (CPTCA)'**

O CPTCA, em suma, foi previsto, quanto de sua criação, por força de acordo firmado internacionalmente pelo Estado do Maranhão, conhecido por 'Caso dos Meninos Emascarados'. Em 2015 foram realizadas duas vistorias no CPTCA, com a presença da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Maranhão, presidida pelo Dr. Márcio Thadeu Silva Marques, 1º Promotor da Infância e Juventude da capital e coordenador deste CAOp/IJ, que solicitou o acompanhamento do Centro de Apoio. Como desdobramento dessa visita, vem se intentando a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, para que o CPTCA passe a funcionar com quadro efetivo de pessoal, o que não ocorre no momento. Sistemáticamente, estão sendo realizadas reuniões solicitadas conjuntamente pelo MPE e o MPF, através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, com os representantes do Estado do Maranhão, a saber, Delegada-Geral, Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), Secretaria e Estado de Gestão e Previdência Social (SEGEP) e Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Também está sendo elaborada e analisada pelos implicados, uma proposta com objetivo de realizar o concurso público.

4. Apoio e participação do CAOp/IJ em eventos desenvolvidos pelo Ministério Público Estadual e por organizações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente:

- Projeto “A Criança no Memorial do MPMA”, o CAOp/IJ participou, no decorrer de 2015, de várias atividades do projeto realizando palestras para estudantes do ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas de São Luís, no Memorial do Ministério Público do Maranhão. O projeto tem como objetivo



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- proporcionar o contato com a Justiça e consciência a respeito sobre direitos e deveres, a palestra aborda o Estatuto da Criança e do Adolescente, o sistema de garantia de direitos, a redução da maioridade penal e as formas de prevenção e combate à violência contra a criança e ao adolescente, bem como as formas de denunciar;
- Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, quando coordenou o painel sobre pornografia infantil;
 - Atividades alusivas ao aniversário de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Ato Público na Praça Deodoro, dia 13/07/15, e na Sessão solene na Assembleia Legislativa do Maranhão, dia 16/07/15;
 - Participação no lançamento da V Edição do Observatório Criança, publicação sobre os indicadores sociais da infância no Maranhão, realizado pelo Centro de Defesa Marcos Padre Passerini;
 - Participação no lançamento da Cartilha de Turismo, sobre o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, realizado pelo Centro de Defesa Marcos Padre Passerini.
 - Apresentar as diretrizes do “Programa Institucional Família Acolhedora” na reunião do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas), realizada pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), com a participação de gestores de 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses, esclarecendo dúvidas dos gestores sobre a iniciativa do Ministério Público do Maranhão.
 - Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão 2016 a 2021, membros e servidores deste CAOp/IJ participam e integram a comissão executiva de elaboração do planejamento estratégico.
5. O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, participa sistematicamente dos seguintes Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, que tem como objetivo proporcionar o intercâmbio de experiências entre membros do Ministério Público, por meio das comissões permanentes. O CAOp/IJ participou das reuniões da COPEIJ e realizou o levantamento estadual sobre o processo de escolha unificado do Conselho Tutelar, bem como acompanha o processo de elaboração dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo;
- Comitê de Monitoramento da Violência Sexual, do qual o CAOp/IJ é integrante e tem por finalidade monitorar as ações do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, é articulado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (CEDCA-MA) e conta com a participação de organizações governamentais e não-governamentais;
- Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA), da qual o CAOp/IJ compõem o Grupo Gestor com as atribuições de coordenação e secretaria-executiva. A rede realiza plenárias mensais, é formada por um conjunto de instituições da sociedade civil e poder público, atuantes na promoção e defesa dos direitos da primeira infância no Maranhão. A rede estadual integra um movimento nacional que tem como missão fomentar a elaboração, o aprimoramento e a integração das políticas nacionais para as crianças até os 6 anos de idade, monitorando e avaliando sua implementação; além de consolidar e disseminar conhecimento e informações sobre as temáticas dessa faixa etária e organizar ações de mobilização social e política visando à defesa e promoção de seus direitos. Durante 2015 o CAOp/IJ representou a REPI-MA na assembleia nacional da Rede Nacional da Primeira Infância.
- Rede Maranhense de Justiça Juvenil e no Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa, composta pelo Ministério Público e por mais 21 organizações governamentais e não governamentais, desde 2009. Tem como objetivos: ampliar e qualificar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, o desenvolvimento de práticas restaurativas e a implementação de políticas públicas voltadas a adolescentes em conflito com a lei. A dinâmica de



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

funcionamento é através de plenárias mensais e dos grupos de trabalho específicos para aprofundar os debates e operacionalizar as deliberações. O CAOp/IJ acompanha e apoia as ações do GT sobre Justiça Restaurativa que desenvolve diversas ações para difundir o paradigma restaurativo no sistema de justiça e de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

10.3. Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP)



O Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP) constitui-se num órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, afeta ao exercício do controle externo da atividade policial, está regido pela Resolução 11/2010 – CPMP, norma de regência que o criou e definiu suas regras de competência.

O atual coordenador é o Dr. José Cláudio Cabral Marques, Promotor de Justiça titular da 23ª Promotoria de Justiça Especializada (1ª Promotoria do Controle Externo da Atividade Policial), tendo sido designado pela Procuradora-Geral de Justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha, em 06/05/2013, por meio da portaria n.º 2448/2013-GPGJ.

No decorrer do ano de 2015, o Órgão Auxiliar da atividade funcional do Controle Externo da Atividade Policial do MP/MA executou importantes ações visando ao cumprimento dos preceitos normativos da norma instituidora do referido CAOp-CEAP, qual seja: trilhar os caminhos que se destinam ao aprimoramento do Controle Externo da Atividade Policial no Ministério Público do Estado do Maranhão e, por via de consequência, contribuir com a melhoria da Segurança Pública no Estado do Maranhão.

Principais atividades desenvolvidas:

1. *Atuar, por meio de ações coordenadas, para dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público no controle externo da atividade policial, buscando uma maior integração entre Ministério Público e órgãos policiais:*
 - Realização de reunião com os Promotores de Justiça designados como Coordenadores Regionais do CAOp-CEAP a fim de definir com eles quais



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

medidas (dentre elas a divisão das Comarcas em que iriam atuar) seriam utilizadas para dar efetividade ao Controle Externo da Atividade Policial no Ministério Público do Estado do Maranhão.

2. *Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade.*

- Remessa de ofícios circulares a todos os Promotores de Justiça do MP/MA, com atribuição do Controle Externo da Atividade Policial, cujas dissertações versavam, dentre outras, acerca das diretrizes normativas que obrigam a realização das inspeções nas Repartições Policiais Civas e Militares existentes no interior do Estado do Maranhão, explicitando suas periodicidades, a importância delas tanto para a prevenção e repressão da violência no Estado do Maranhão quanto para o cumprimento da Meta 2 da ENASP, por meio do levantamento, no acervo cartorário das Delegacias de Polícia, dos Inquéritos Policiais inconclusos que foram instaurados para investigação dos crimes de homicídios (tentados e consumados) dentre outros.

3. *Colaborar com os órgãos do Estado, notadamente na área de segurança, na identificação dos principais problemas relativos à violência, tais como levantamento das áreas de maior incidência de criminalidade, assim como dos crimes mais frequentes, faixa etária e horário de ocorrência.*

- No decorrer do ano de 2015, o CAOp-CEAP, por meio de seu Coordenador, visando conscientizar as autoridades dos Poderes Legislativo (Federal, Estadual e Municipal), Executivo e Judiciário do Estado do Maranhão acerca do crescente crescimento da violência existente nos municípios que compõem a Grande São Luís (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa), encaminhou-lhes reiterados ofícios informando-lhes acerca das estatísticas afetas à criminalidade (número dos crimes violentos letais intencionais (CVLI) e número de assaltos praticados em coletivos) existente em tais entes federativos. Oportuno mencionar que, em relação a tal iniciativa, houve o reconhecimento, por meio de respostas ao CAOp-CEAP, de parlamentares, magistrados e de autoridades do Poder Executivo que atuam na área da Segurança Pública, tendo havido um retorno, por parte destes últimos (PMMA e SSP/MA), de que operações preventivas e repressivas



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

estavam sendo realizadas visando à diminuição dos altos índices da violência a eles apresentados.

4. *Divulgar as atividades e trabalhos do Ministério Público*

- Para cumprimento do disposto no inciso IX da Resolução instituidora do CAOp-CEAP, houve, no decorrer de todo o ano de 2015, por parte do Órgão Auxiliar da atividade do Controle Externo da Atividade Policial no MP/MA, a divulgação de estatísticas referentes à ocorrência, nos municípios que compõem a Grande São Luís (Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís), dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), metodologia sugerida pela SENASP para aferição dos delitos intencionais com resultado em morte.
- Além disso, outras publicações, resultantes de comparativos existentes dos dados de homicídios oriundos da SSP/MA (e outras fontes) e aquelas referentes a assaltos ocorridos em coletivos, foram realizadas no sítio da Instituição.
- Merece ser destacado a ampla publicidade dada pelo CAOp-CEAP aos Promotores com atribuições no Controle Externo da Atividade Policial, por intermédio tanto de e-mail (mala direta) quanto pela divulgação no sítio da Instituição, dos prazos estipulados pelo CNMP (Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP) para realização das inspeções nas Delegacias de Polícia Civil e Órgãos de Perícia, dos referidos formulários de visita técnica a serem utilizados nas referidas vistorias, e outras informações relevantes para alimentação do sistema do CNMP com os dados obtidos nas inspeções, etc.

5. *Detalhamento das Atividades Desenvolvidas pelo CAOP-CEAP em 2015*

- Delegacia de Defesa da Mulher: identificação de 254 Inquéritos Policiais pendentes de conclusão relativos ao ano de 2010, e solicitação de providências;
- Delegacia de Acidente de Trânsito: identificação de 73 Inquéritos Policiais pendentes de conclusão relativos ao ano de 2010, e solicitação de providências;
- Conclusão do Diagnostico da Violência CAO-CEAP, com as seguintes informações: Efetivo da Polícia Civil no Estado do Maranhão (especificando capital e interior) Déficit da Polícia Civil no Estado do Maranhão (especificando capital e interior) Efetivo da Polícia Militar no Estado do Maranhão (especificando a Grande Ilha e



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

interior do estado); Déficit da Polícia Militar no Estado do Maranhão (especificando a Grande Ilha e interior do estado); Nº de Municípios sem Delegados e sem Delegacias; Nº de Municípios sem policiamento militar; Estatística de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI;

Estatística de Assaltos a Coletivos; Identificação dos bairros mais perigosos do Município de São Luís (2013, 2014 e 2015);

- Execução do Plano de Georreferenciamento dos bairros e aglomerados do Município de São Luís (CAOP-CEAP e IMESC), identificando as ocorrências, os horários e a faixa etária;
- Cadastro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (site do CNMP);
- Identificação das repartições de Polícia Militar de nível igual ou superior a Batalhão nas unidades de Polícia Militar do Maranhão (CNMP);
- Envio de Ofício Circular (nº 05) encaminhando a cópia da Resolução nº 129 do CNMP a todos os Promotores de Justiça de entrância inicial e média;

6. Reunião do CNMP sobre morte cometida em intervenção policial - O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOP-CEAP) realizaram uma reunião, no dia 6 de abril de 2015, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, para discutir as ações que podem ser adotadas pelo Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial e as novas diretrizes do CNMP para o controle externo da atividade policial.

Na reunião foram apresentados dados sobre o crescimento do número de mortes em operações policiais no Brasil. Uma das propostas do CNMP para enfrentar o problema é a realização pelos promotores de justiça com atuação no controle externo da atividade policial de visitas semestrais às delegacias de polícia e aos órgãos de perícia, sendo fixado um percentual mínimo de 60% na primeira visita, entre abril e maio de 2015, e de 70% na segunda visita, entre outubro e dezembro. Também integra o conjunto de propostas do Conselho Nacional do Ministério Público recomendações às Secretarias de Segurança Pública para que seja inserido um campo específico nos boletins de ocorrência para registro de mortes decorrentes da atuação policial. A medida visa assegurar que o delegado de polícia instaure, imediatamente, inquérito específico para apurar o fato, sem prejuízo de eventual prisão em flagrante. Ao Ministério Público, cabe requisitar a instauração quando a autoridade policial não tiver procedido dessa forma.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

A reunião contou com a participação de procuradores e promotores de justiça com atribuições criminais e no controle externo da atividade policial. O conselheiro Antonio Pereira Duarte e o membro-auxiliar do CNMP, José Augusto Peres Filho, do MP do Rio Grande do Norte, ministraram painéis sobre a temática do evento.

10.4. Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp/Consumidor)



1. Principais atividades desenvolvidas:

- Reunião no Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOp/Consumidor visando debater estratégias para 2016;
- Remodelação de todo o site do CAOp/Consumidor;
- Construção de uma nova Logo Marca para o CAOp/Consumidor;
- Treinamento realizado com o setor de T.I para o site do CAOp/Consumidor;
- Criação de um novo e-mail para o CAOp/Consumidor assistenteconsumidor@mpma.mp.br ;
- Atualização de endereços e telefones dos promotores de Justiça do Consumidor;
- Publicação do novo site em 16 de junho de 2015;
- Organização e realização do XV Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON, em parceria com o Governo do Estado do Maranhão, Secretária Nacional do Consumidor – SENACON e o Ministério Público do Maranhão – MPMA;
- Reunião com a Diretoria – Geral e a Chefe do Cerimonial desta PGJ, com objetivo de adequar os itens dos eventos (XV CONGRESSO DA MPCON E REUNIÃO DA SENACON);
- Reunião com o presidente da MPCON Dr. Plínio Lacerda. Pauta: XV CONGRESSO NACIONAL DA MPCON;
- Parceria e apoio do CAOp/Consumidor na 12ª Reunião da Secretária Nacional do Consumidor – SENACON, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2015;
- Reunião com o Governador do Estado do Maranhão – Flavio Dino. Pauta: Solicitar o apoio e patrocínio para o XV CONGRESSO NACIONAL DA MPCON;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- CAOp/Consumidor responsável de emissão dos certificados para os participantes do XV CONGRESSO NACIONAL DA MPCON;
- Palestra na ESMA para os novos Promotores de Justiça com o tema: O Papel do Promotor de Justiça do Consumidor;
- Palestra na ESMA sobre Revenda de GLP / Combustíveis e Abate Clandestino de Animais, Seus Produtos e Subprodutos no Estado do Maranhão, dirigido aos Promotores de Justiça das Comarcas do Interior do Estado, em parceria com Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e Agência estadual de defesa Agropecuária do Maranhão;
- Fornecimento de modelos de peças jurídicas, TAC's, informações, estudos, jurisprudência e outros materiais de apoio aos Promotores de justiça das Comarcas do interior, para auxílio da consecução das atividades de execução;
- Criação de um grupo no WhatsApp para os Promotores de Justiça do Consumidor,
- Uso compartilhado do sítio de Internet e Sistema Consumidor Vencedor, visando a alimentação de informações destinadas a sociedade em geral, referente as ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais e termo de ajustamento de condutas na atuação em defesa do consumidor. Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica celebrado com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- Solicitação de desbloqueio de acesso às redes sociais, tendo em vista a necessidade deste acesso para a interação com a sociedade bem como o acompanhamento de demandas e investigações em ações desenvolvidas pelo Caop/Consumidor;
- Articulação com os Promotores de Justiça com atuação na Baixada Maranhense e Corregedoria-Geral de Justiça visando solucionar os problemas relativos aos problemas enfrentados pelos usuários dos serviços de *ferry-boat*;
- Articulação com os Promotores de Justiça da Região da Baixada Maranhense para assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta assinado com as empresas SERVIPORTO E INTERNACIONAL MARÍTIMA, realizada em uma reunião na EMAP, ocasião em que foram apresentadas, pela Presidência e sua respectiva equipe, as melhorias já implantadas nos terminais e as que serão implantadas brevemente;
- Inspeção com a Superintendência do Departamento Nacional de Produção



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Mineral – DNP, Superintendente da ANVISA, Superintendente de Vigilância Sanitária no Maranhão – SUVISA, Presidente da H2ONG, Coordenação de Vigilância Sanitária em Fábrica de Água Mineral, visando inspecionar as estruturas das fábricas de água mineral na cidade de São Luís-MA, com o escopo de garantir a segurança dos produtos colocados no mercado consumidor;

- Palestra no Memorial do MPMA para os alunos do Colégio Raio de Sol sobre o tema: O papel do Ministério Público na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Audiência Pública sobre as condições de prestação do serviço de transporte de *Ferry Boat* na Ilha de São Luís: Ponta da Madeira e Porto do Cujupe;
- Indicação de quatro Membros para compor o Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOp/Consumidor nas regionais e
- Reunião com a equipe do CAOp/Consumidor visando debater estratégias para 2016.

2. Metas para 2016:

Foco por Linha de Ação

Tabela 52: Proposta de atuação do CAOp/Consumidor p/ 2016

Nº	Linha de Ação	Foco
01	Combustíveis	<ul style="list-style-type: none">• Força Tarefa de Fiscalização de gás e combustíveis junto à ANP, Secretaria de Fazenda, INMEQ, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros.• Inspeção de gás e combustíveis nas cidades de São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e na capital São Luís.
02	Telefonia Móvel	<ul style="list-style-type: none">• Participação em Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Maranhão para tratar sobre as condições prestadas das operadoras de Telefonia Móvel.
03	Matadouro	<ul style="list-style-type: none">• Participação em Audiência pública para debater a Regularização da Produção e Comercialização de Produtos de origem Animal no Município de Coroatá.• Inspeção nos matadouros da Capital e dos interiores do Maranhão a ser realizada em parceria com a AGED.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

04	CAOP Regional	<ul style="list-style-type: none">• Posse dos Novos Membros do CAOp Regional• Reunião com os novos membros do CAOp/Consumidor a fim de orientar acerca de seus papéis e atribuições visando o auxílio nas ações em defesa do consumidor.
----	---------------	---

Fonte: CAOp/Consumidor, 2015

10.5. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Impunidade (CAOp/Proad)

1 – Atividades de Controle de Processos Licitatórios (concorrência, dispensa e inexigibilidade de licitação) e Contratos nas Administrações Públicas Estadual e Municipais):

- Levantamento das publicações de avisos de licitações e contratos nos Diários Oficiais do Estado e dos Municípios;
- Transposição das informações das publicações para quadro demonstrativo geral;
- Elaboração de quadro demonstrativo das informações por Município e comarca;
- Expedição de ofícios aos Promotores de Justiça com atuação na área de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa informando da ocorrência dessas licitações e contratos.

Tabela 53: Demonstrativo de Controle de Licitações na Adm. Públicas

Janeiro / Fevereiro – 2015	Total
Licitações na modalidade concorrência nas Administrações Públicas Estadual e Municipais	42
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	249
Março / Abril – 2015	
Licitações na modalidade concorrência nas Administrações Públicas Estadual e Municipais	60
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	264
Maió / Junho – 2015	
Licitações na modalidade concorrência nas Administrações Públicas Estadual e Municipais	62
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	308
Julho / Agosto – 2015	



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Licitações na modalidade concorrência nas Administrações Públicas Estadual e Municipais	75
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	271
Setembro / Outubro – 2015	
Licitações na modalidade concorrência nas Administrações Públicas Estadual e Municipais	149
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	279
Novembro / Dezembro - 2015	
Licitações na modalidade concorrência nas Administrações Públicas Estadual e Municipais	157
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	185

Fonte: CAOp/Proad, 2015

2 – Atividades de Controle de Repasses de Fundo Municipal da Saúde.

A atividade faz parte da rotina administrativa do CAOP-ProAd desde o ano de 2015 e consiste na pesquisa diária das publicações dos atos de repasse de recursos do Estado para os fundos municipais de saúde, resultando em demonstrativos dos repasse quanto a sua finalidade, um para os destinados ao fim genérico de assistência à saúde e outro para objeto específico.

Desse levantamento resulta:

1. Transposição das informações para quadros demonstrativos distintos, conforme os tipos de repasse de recursos, sendo um quadro para os destinados à assistência à saúde em geral, outro para os destinados a objetos específicos, como aquisição de ambulância, construção e reforma de unidade hospitalar etc.
2. Expedição de ofícios aos Promotores de Justiça com atuação na área de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, encaminhando os extratos dos quadros demonstrativos, com as informações relativas aos municípios da comarca.
3. Atividade de Controle de Execução de Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE

No ano de 2015 esteve suspenso o envio dos acórdãos do Tribunal de Contas para o fim de sua execução em juízo pelos órgãos do Ministério Público nas comarcas, conduta essa que foi adotada em razão da expectativa de reversão do entendimento



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

do Supremo Tribunal Federal quanto ao reconhecimento da legitimidade da instituição para a promoção da ação executiva, questão essa ora submetida à apreciação daquela Corte em inúmeros recursos do Ministério Público maranhense.

Esse fato resultou em mudança de estratégia no trato do conteúdo dos acórdãos do Tribunal de Contas, que voltarão a ser enviados às Promotorias de Justiça, agora com a orientação, dentre outras, de servirem à instrução de procedimentos administrativos investigatórios visando à obtenção de ressarcimento ao erário com a promoção de ações civis públicas de improbidade administrativa.

No decorrer do ano de 2015 foram levantados **960 (novecentos e sessenta)** acórdãos do Tribunal de Contas com certidão do trânsito em julgado.

3 – Atividades de Fiscalização de Convênios firmados pela Administração Pública:

- Pesquisa dos convênios celebrados pelos entes públicos nas esferas estadual e municipal que importem em transferência de recursos públicos;
- Requisição dos convênios aos órgãos públicos concedentes de recursos públicos;
- Baixa dos convênios requisitados e alimentação do sistema;
- Remessa dos termos de convênio às Promotorias de Justiça das comarcas onde projetados os efeitos do ajuste;
- Orientação aos Promotores de Justiça na fiscalização da execução dos convênios;
- Requisição de cópias de prestações de contas de convênios aos órgãos convenientes/concedentes para instrução de procedimentos investigatórios;
- Movimentação dos termos de convênios requisitados.

Tabela 54: Fiscalização de Convênios na Adm. Públicas

Janeiro / Fevereiro – 2015	Total
Convênios requisitados	84
Convênios enviados aos Promotores de Justiça	42
Março / Abril – 2015	
Convênios requisitados	47
Convênios enviados aos Promotores de Justiça	34
Maió / Junho – 2015	
Convênios requisitados	111
Convênios enviados aos Promotores de Justiça	77
Julho / Agosto – 2015	
Convênios requisitados	82
Convênios enviados aos Promotores de Justiça	2



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Setembro / Outubro – 2015

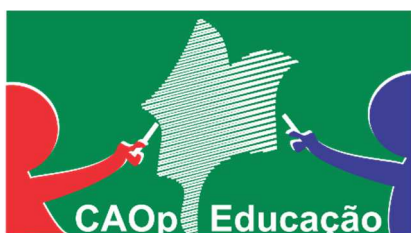
Convênios requisitados	51
Convênios enviados aos Promotores de Justiça	9

Novembro / Dezembro - 2015

Convênios requisitados	44
Convênios enviados aos Promotores de Justiça	138

Fonte: CAOp/Proad, 2015

10.6. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOP/Educação)



Ministério Público do Estado do Maranhão
Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos da Educação

Criado pela Resolução nº. 12/2013-CPMP, a qual foi publicada no Diário Oficial do dia 18 de janeiro de 2013 e implementado em agosto de 2013, o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, na qualidade de órgão auxiliar do Ministério Público, tem, dentre as suas diversas atribuições legais, a atuação sistêmica e planejada na prestação de auxílio aos órgãos de execução ministerial na interação com o Poder Executivo Estadual e Municipal, bem assim na instituição e aprimoramento de Políticas Públicas visando à melhoria dos indicadores educacionais do Estado do Maranhão, elaborando diretrizes operacionais decorrentes das políticas institucionais prioritárias e institucionalmente definidas, mediante estruturação e implementação das atividades inerentes à gestão do plano estratégico institucional, sobretudo no que se refere aos projetos, indicadores e metas específicos à área de educação.

Além dessas atribuições legalmente previstas, compete também ao CAOP Educação a criação e disponibilização de instrumentos eficientes de apoio aos órgãos de execução e de assessoramento, favorecendo a criação de espaços permanentes de capacitação e troca de experiências entre Membros do Ministério Público Estadual, Federal e de Contas na busca permanente de efetivação da fiscalização dos recursos da educação, de modo a dar efetividade ao controle social na área da educação, inclusive por meio de ações definidas pelos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, dentre elas a definição de Campanhas e Programas Institucionais e Interinstitucionais objetivando a melhoria da qualidade da educação maranhense.

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação é coordenado



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

desde sua implementação pelo Promotor de Justiça Paulo Silvestre Avelar Silva, consoante Portaria n.º 12/2013-CSMP.

Atualmente, conta com a participação dos Promotores de Justiça Sandra Soares de Pontes, Érica Éllen Beckman da Silva, Carla Mendes Pereira Alencar e Carlos Augusto Soares como membros do Centro de Apoio, além das servidoras Valéria Cristina Trancoso Praseres Vieira, analista ministerial do quadro de apoio técnico-administrativo do MPMA, Jainara Laiara de Oliveira Souza, Chefe de Gabinete, Tacianne Cristine Padilha Aragão, estagiária e Conceição de Maria Lisbôa de Andrade, Pedagoga e Especialista em Educação, cedida da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão.

Essa equipe é responsável pelo acompanhamento de procedimentos administrativos, atendimento ao público e aos membros do MP, pesquisas, planejamento, execução e avaliação de projetos, elaboração de material de apoio e demais ações inerentes ao setor.

Por meio dessa equipe, o CAOp/Educação vem se destacando como um importante agente de transformação durante o ano de 2015, desenvolvendo importantes atividades em sua área de atuação, dentre as quais, pode-se destacar: o Projeto “Ministério Público pela Educação -MPEDUC”, o Programa Interinstitucional “Educação de Qualidade; Direito de Todos os Maranhenses”, do qual decorre o Projeto “Transporte Escolar: Uma Questão de Dignidade e Justiça” (ver mais detalhes no capítulo sobre Projetos, Programas e Campanhas Institucionais do MPMA).

1. Participações em Eventos destinados à Defesa da Educação:
 - Reunião no MPF, no dia 09 de fevereiro/15, para discussão de estratégias a serem utilizadas na implantação do projeto MPEDUC nos 10 municípios maranhense selecionados, com a participação de 10 promotores, além dos integrantes do CAOp-Educação, MPF e do Dr. Francisco das Chagas, Procurador Geral em exercício.
 - Reunião, dia 27 de fevereiro, com a Secretária de Estado de Educação, na sala de Reuniões das Promotorias da Capital, para apresentação do plano de governo na área da educação.
 - Reunião, dia 06 de março, com os gestores do Município de Anajatuba para discussão de estratégias que visem o cumprimento das recomendações no âmbito do MPEDUC. Participantes: MPF, CAOp-Educação, Secretaria de Estado, Corpo de Bombeiros, DETRAM.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- Reunião da Coordenação Nacional do MPEDUC e da COPEDUC, em Salvador/BA, no período de 03 a 06 de março de 2015.
- Reunião na Escola de Governantes, dia 27 de março, para discussão da proposta do Plano de Trabalho do projeto de implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica no Maranhão.
- Reunião na CGU, dia 30 de março, para tratar do Relatório de Auditoria da 2ª Etapa da Fiscalização de Transporte Escolar nos municípios: Caxias, Vargem Grande, Governador Edson Lobão, Anajatuba, Presidente Juscelino.
- Reunião com o Gestor de Cachoeira Grande, TCE e CAOp, dia 07 de abril, para discussão sobre assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a participação de coordenador do CAOp-Educação Paulo Avelar, a Promotora de Justiça de Cachoeira Grande Erica Beckman, Procurador do Ministério Público de Contas Jairo Cavalcanti, a assessora técnica do CAOp Eliana Santana e o Prefeito do Município de Cachoeira Grande.
- Realização da 2ª Audiência Pública em Anajatuba (MPEDUC), dia 8 de abril, com a presença do Coordenador do CAOp-Educação Paulo Avelar, da Promotora de Justiça Carla Mendes e da assessora técnica do CAOp Eliana Santana.
- Reunião, dia 10 de abril com o Direito Geral do DETRAN, Antônio Nunes, para discussão sobre a Questão de Transporte Escolar.
- Reunião, dia 15 de abril, com o Capitão Marcos Todashi da Capitania dos Portos, para discussão sobre a Questão de Transporte Escolar Marítimo.
- Palestra do coordenador do CAOp-Educação Paulo Avelar no Memorial do MP, sobre o “Papel do MP no Direito à Educação de Qualidade”, 28 de abril, Dia Internacional da Educação. Na oportunidade, os membros do CAOp realizaram atividades nas suas comarcas em comemoração à data.
- Reunião, dia 08 de maio, dos membros do CAOP com a Professora Elizabeth Gomes, da Secretaria de Estado da Educação, para discutir sobre os Planos Municipais de Educação.
- Reunião dia 25 de maio, com o conselheiro nacional de educação Prof. Moacir Feitosa, acerca da Lei 11.738/2008, que trata da redução da carga horária.
- Reunião, dia 25 de maio, com os 08 Promotores da Regional Pedreiras, os 10 Promotores de Justiça do MPEDUC e os membros do CAOP, no Colégio de Procuradores, para apresentação e discussão do Projeto Educação de Qualidade: direito de todo o maranhense e Programa “Observatório da Educação”.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- Realização do IV FÓRUM DE DISCUSSÃO: Enfrentando a Violência no espaço escolar, nos dias 18 e 19 de junho, no Convento das Mercês.
- Reunião dia 31 de julho com o Diretor Geral do DETRAN, sobre a Minuta da Portaria Estadual sobre Transporte Escolar, que dispõe sobre a expedição de autorização destinada aos veículos de transporte escolar, nos termos do artigo 136, CTB.
- Participação na 2ª Reunião MPEDUC, dia 4 de agosto, em Belo Horizonte/MG.
- Participação na 2ª Reunião Ordinária do GNDH (Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNMP), dias 5 a 7 de agosto, em Belo Horizonte/MG.
- Realização do Encontro Regional de Educação envolvendo os municípios do polo de Pedreiras, no dia 24 de setembro, em Pedreiras, para apresentação do SOMA Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação Básica, desenvolvido pelo CAOp-Educação em parceria com a Escola de Formação de Governantes – EFG-MA.
- Realização do Encontro Regional de Educação envolvendo os municípios do polo da Baixada, em Pinheiro/MA, no dia 24 de setembro, para apresentação do SOMA – Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação Básica, desenvolvido pelo CAOp-Educação em parceria com a Escola de Formação de Governantes – EFG-MA.
- Realização da 1ª Audiência Pública em Codó promovida pela Promotora de Justiça Valéria Chaib, com a presença da Dra. Sandra Pontes, no dia 21/08/2015;
- Realização da 1ª Audiência Pública em Pedro do Rosário promovida pelo Promotor de Justiça Jorge Luís, com a presença do coordenador do CAOp-Educação Paulo Avelar, dia 02/09/2015;
- Reunião, dia 17 de agosto, na sala das Promotorias da Capital, sobre Educação Indígena, com a participação de integrantes do Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio, Polícia Federal e Secretaria de Estado da Educação;
- Reunião, dia 25 de agosto, na sala das Promotorias da Capital, para apresentação da Base Nacional Comum (BCM), com a participação da Secretária de Educação.
- Reunião, dia 29 de setembro, com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, tendo como pauta a implantação da Unidade Plena do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia – IEMA, nos Municípios de São Luís, Bacabeira, Axixá, Pindaré e São José de Ribamar. Na ocasião foi apresentado o programa, seus objetivos, importância e definição dos cursos.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- Participação do coordenador do CAOp-Educação, Dr. Paulo Avelar, na reunião do GT 8 do Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNMP, em Brasília, dia 04 de novembro.
 - Participação no treinamento para os novos Promotores de Justiça, realizado na Escola Superior do MP, dia 5 de novembro, com a pauta do FUNDEB e Transporte Escolar.
 - Participação da Promotora de Justiça Sandra Pontes, no I Seminário do Ministério Público pela Educação – MPEDUC, em Brasília-DF, dias 16 e 17 de novembro, representando o CAOp-Educação.
 - Evento de divulgação da Portaria de Inspeção Veicular no transporte escolar, promovido pelo MPE/DETRAN/MPC, dia 20 de novembro, no Auditório Gervásio Santos da Assembleia Legislativa do Maranhão.
 - Realização da Operação de fiscalização do transporte escolar – 3ª Etapa, no período de 23 a 27 de novembro, nos municípios de Viana, Grajaú, Sítio Novo e Timon.
 - Realização de reunião de planejamento das atividades do CAOp-Educação para 2016, dia 27 de novembro, na AMPEM.
 - Reunião, dia 1º de dezembro, para discussão da Ação Civil Pública do Programa Interinstitucional (Polo Pedreiras), em Governador Eugênio Barros, com a presença do Promotor de Justiça e integrante do CAOp-Educação, Carlos Augusto.
 - Realização de coletiva de imprensa, dia 02 de dezembro, no auditório da PGJ para divulgação da Portaria de Inspeção Veicular no transporte escolar.
2. Metas para 2016:
- Reunião com todos os Promotores de Justiça da Educação para apresentação do Programa Institucional: escola pública de qualidade: um direito de todos os maranhenses (EPAQ), em março;
 - Realização de seminário sobre educação inclusiva (Imperatriz), no mês de abril;
 - Encontro Regional de Educação do Programa Institucional Educação de Qualidade: Direito de Todos os Maranhenses, em Imperatriz, no mês de abril, em parceria com EFG;
 - Encontro com o MEC, juntamente, com Encontro Regional de Educação do Programa Institucional Educação de Qualidade: Direito de Todos os Maranhenses, em São Luís, no mês de abril, em parceria com EFG;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Encontro Nacional com os jovens sobre Educação em Direitos Humanos (Projeto João Cidadão) e Dia Mundial da Educação, em maio, com apoio da COPEDEC;
- Realização da Operação Pau de Arara, em parceria com a CGU, sobre desvio de recursos no transporte escolar, em novembro.

10.7 Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOp/DH)



Ministério Público-MA
CAOP/DH

Criado pela Resolução nº 03/2006 do Colégio de Procuradores, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos – CAOP/DH, tem como diretriz o auxílio aos órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio. Também são atribuições do CAOP/DH coordenar a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e o acompanhamento constante das ações do Ministério Público nas diversas comarcas.

Para otimizar os trabalhos e também devido a ampla abrangência dos direitos humanos, o CAOP/DH está dividido em 08 (oito) Núcleos Especializados, cada um sob a direção de um Promotor de Justiça. São eles:

- Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher - Dra. Selma Regina Souza Martins, titular da Promotoria de Defesa da Mulher de São Luís;
- Núcleo de Proteção à População em Situação de Rua - Dra. Klycia Luiza Castro de Menezes, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Bacabal / Dra. Maria da Glória Mafra Silva, titular da 19ª Promotoria Especializada na Saúde;
- Núcleos de Diversidade Sexual e de Igualdade Étnico-Racial - Dra. Samira Mercês dos Santos, titular da Promotoria Especializada na Defesa dos Direitos do Idoso e do Deficiente de Açailândia;
- Núcleo de Conflitos Agrários - Dr. Haroldo Paiva de Brito, titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários;
- Núcleo de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas - Dr. Cássius Guimarães Chai, 6º Promotor de Justiça de Substituição Plena;
- Núcleos de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e de Prevenção da Tortura - Dra. Lana Cristina Barros Pessoa, Promotora do Controle Externo da Atividade Policial.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Assim estruturado, o CAOP/DH participou assiduamente das comissões estaduais e nacionais que buscaram, através de seu trabalho, acompanhar as políticas públicas e desenvolver ações institucionais e intersetoriais entre os órgãos públicos e instituições com atuação na garantia e defesa dos direitos humanos.

Destaque-se a participação dos Promotores de Justiça deste Centro de Apoio que ofereceram capacitação aos 40 novos Promotores de Justiça empossados em 2015, ressaltando o dever e compromisso do Ministério Público em garantir e efetivar os mais variados direitos humanos.

Em 2015, o Centro de Apoio Operacional recebeu denúncias referentes às seguintes áreas dos direitos humanos, todas encaminhadas às Promotorias de Justiça competentes, com solicitação de informação sobre as providências adotadas:

- Conflitos agrários com ocorrência de homicídios em comunidade quilombola;
- Articulação e reforço - a pedido da Ouvidora de Segurança Pública do Estado do Maranhão, Sra. Elivânia Estrela Aires - junto às Secretarias Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e da Criança e Secretaria Estadual de Direitos Humanos, para dar assistência à família paraense refugiada no Maranhão, após assassinato de seu filho por milicianos em chacina ocorrida no Pará;
- Ausência de intérprete de libras na Câmara Municipal de São Luís para atender os cidadãos com deficiência auditiva;
- Denúncia de agressão física sofrida por internos da Casa de Detenção CADET, além de negligência por policiais e pelo Diretor do Presídio de Pedrinhas;
- Quatro denúncias de discriminação contra cidadãos homossexuais, envolvendo agressão física e psicológica cometida por familiares, colega de trabalho e prefeito de município, nas cidades de Brejo/MA, Cachoeira Grande, São Luís e Monção;
- Denúncia de exploração financeira e agressão física contra deficiente visual;
- Assassinato de liderança indígena ka'apor no povoado Centro de Pedro, no município Centro do Guilherme, em decorrência de conflitos por retirada de madeira das terras indígenas por madeireiros ilegais;
- Denúncia sobre atuação ineficiente de magistrados do Maranhão em casos de violência doméstica;
- Denúncia de violência sexual e agressão psicológica sofrida por cidadã lésbica, praticada por irmão, em virtude de sua orientação sexual;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- Denúncia de violência física, ameaças de morte e cárcere privado praticados por companheiro de cidadã moradora de Olinda Nova/MA;
- Denúncia de negligência e violência institucional praticadas por Delegado de Polícia Civil;
- Denúncia de precariedade física de Delegacia, bem como insalubridade e condições desumanas nas celas;
- Denúncia relacionada a crime ambiental, violência, perseguição e ameaça na comunidade quilombola de Vargem do Forno, Chapadinha-MA: desmatamento de áreas de preservação permanente: nascentes, margens de riacho.

1. Principais atividades e ações desenvolvidas pelo CAOP/DH em 2015:

- Coordenação compartilhada das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;
- Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à: tortura; relações étnico-raciais; idosos; apoio às vítimas de violência; defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade do ser humano; conflitos no campo; violência contra povos indígenas; diversidade sexual; defesa dos direitos da mulher; defesa dos direitos das populações em situação de rua e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas;
- Envio de Comunicações, Notícias e Ofícios Circulares, via e-mail, a todos os Promotores de Justiça com atuação na área de direitos humanos, repassando informações e recomendações vindas do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, Secretarias Estaduais, Nacionais e Ministérios da Presidência e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;
- Aproximação e reafirmação das relações com a Sociedade Civil Organizada, seguindo uma orientação do CNMP de que o Ministério Público precisa ter como parceiro o Movimento Social. Assim, Promotores de Justiça do CAOP/DH participaram das reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Direitos Humanos, do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão e do Comitê Estadual de Combate à Tortura.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Alimentação constante da página do CAOP/DH no Portal do MPMA: divulgação de notícias relacionadas à garantia dos direitos humanos; Postagem de materiais que podem subsidiar aos Promotores(as) em suas atividades: modelos de peças jurídicas, documentos importantes (pactos, acordos, tratados, dentre outros), textos de apoio, obras e publicações disponibilizadas on-line, legislação pertinente a área de atuação de cada núcleo do CAOP/DH, links interessantes. A página do CAOP/DH, visando o cidadão comum, dispõe de links para lista de órgãos e entidades que atuam na defesa dos direitos humanos (“Como denunciar violação aos Direitos Humanos”) e mapeamento de todas as Promotorias de Justiça com atuação na defesa dos Direitos Humanos no Estado do Maranhão, com os respectivos contatos (“Endereço das Promotorias de Direitos Humanos”) atualizados.
- Atendimento à população, mesmo não sendo o Centro de Apoio um órgão de execução, mas sim de apoio aos membros do Ministério Público. Cidadãos trouxeram situações de desrespeito aos direitos humanos diretamente ao CAOP/DH, os quais foram recebidos e devidamente encaminhados aos órgãos competentes, com acompanhamento das providências dadas aos problemas.
- Encaminhamento e confirmação, via e-mail, e também por telefone, de informações relevantes aos Promotores(as) do Interior, para reforçar e incentivar o trabalho destes na garantia dos direitos humanos;
- Divulgação aos Promotores de Justiça, via e-mail, de informações importantes sobre ações e trabalhos do Ministério Público afetos à garantia dos direitos humanos, bem como de notícias e documentos relacionados à garantia dos direitos humanos, como editais de projetos, manuais de orientação, tramitação de projetos de lei de interesse dos direitos humanos. Algumas informações enviadas em 2015:
 - a. Manual do Selo Quilombola, editado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
 - b. Resolução Nacional nº 12/2015 que estabelece parâmetros e garantias das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização;
 - c. Disponibilização do livro “No País do Racismo Institucional: Dez anos de ações do GT Racismo no MPPE” em pdf, publicação destinada a auxiliar o



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- trabalho dos/as promotores/as no enfrentamento do racismo institucional, remetendo à Ação nº 5 do Conselho Nacional do MP: “O Ministério Público promove a igualdade e a inclusão social”;
- d. Envio de folder com a Agenda Legislativa para a Promoção da Igualdade Racial na Câmara dos Deputados, com os projetos prioritários para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR para 2015. Entre eles, encontra-se a PEC 215/00, que transfere para o Congresso a competência para demarcação de terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação, e também a PEC 171/93, que reduz a idade da responsabilização penal de 18 para 16 anos, projetos aos quais a SEPPIR se posiciona contra;
 - e. Envio do Relatório das Discussões dos GT's do *2º Encontro Nacional do Ministério Público e Movimentos Sociais*, para conhecimento e apreciação, com recomendação da Comissão de Direitos Fundamentais do CNMP para que os Promotores informem ao CAOP/DH sobre os encaminhamentos protagonizados pelas Promotorias em que atuam, a partir da apreciação do teor das discussões divulgadas no relatório;
 - f. Envio de estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – para fins de reflexão dos/as Promotores/as - que discute a redução da maioria penal e o mito da impunidade, com informações que mostram que medidas socioeducativas em meio aberto são possibilidades reais de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei;
 - g. Divulgação de Edital da SEPPIR – Secretaria da Igualdade Racial, com destinação de recursos para financiamento de projetos de órgãos da administração pública (estados, municípios e DF) com atuação voltada ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial;
 - h. Envio do *Projeto de Guia de Atuação Ministerial referente à População em Situação de Rua*, para conhecimento dos membros do Ministério Público do Maranhão, com o objetivo de análise pelos promotores/as e possíveis sugestões. O Guia é fruto do encontro *MP em Defesa das Pessoas em Situação de Rua*, promovido pelo CNMP, através da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais;
 - i. Envio da publicação da Comissão Pastoral da Terra – CPT “Conflitos no Campo – Brasil 2014”, com o fim de subsidiar os trabalhos dos/as



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- Promotores/as que atuam na defesa dos direitos agrários e mediação de conflitos no campo;
- j. Divulgação da Lei Estadual nº 10.355/15, bem como envio da mesma em pdf, a qual dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto da mão-de-obra escrava;
 - k. Divulgação do Decreto Nacional nº 8.553/15 que cria Pacto Nacional para Alimentação Saudável;
 - l. Divulgação do Decreto Nacional que proíbe propaganda de alimentos para bebês. O decreto veta todo e qualquer tipo de propaganda de leites artificiais, mamadeiras, papinhas, fórmulas, produtos farináceos e chupetas em veículos de comunicação;
2. Participação do CAOP/DH em eventos, encontros e reuniões no ano de 2015:
- Seminário alusivo ao Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais, dia 29 de janeiro, no Conselho Municipal de Saúde;
 - Reuniões da COETRAE – Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão;
 - Reuniões do CECT – Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura;
 - Reuniões do PROVITA-MA – Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas;
 - Reuniões do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDDH/MA
 - I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, nos dias 04 a 6 de março, na Sede do Ministério Público em Salvador/BA;
 - Reuniões do Comitê de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia do Maranhão;
 - Reunião da Comissão Temporária de Articulação para Implantação do Programa de Defensores de Direitos Humanos do Estado do Maranhão – Programa Defensores, dia 20 de maio, no auditório da SEDIHPOP;
 - III Encontro Nacional do MP e Movimentos Sociais: Educação em Direitos Humanos, iniciativa do CNMP, realizado na sede do Ministério Público Federal e Territórios – Brasília/DF, dias 17 e 18 de junho;
 - Audiência do CECT com o Governador do Estado Flávio Dino, no Palácio dos Leões, dia 26 de junho;
 - II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, no período de 5 a 7 de agosto, na sede do Ministério Público de Minas Gerais,



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

em Belo Horizonte/MG. No mesmo evento estiveram reunidos os representantes da COPEVID - Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica Familiar contra a Mulher, da qual faz a Promotora de Justiça Selma Martins, e da COPEDH: Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito, da qual a Promotora de Justiça Lana Pessoa é a representante do MPMA;

- Encontro MP em Defesa das Pessoas em Situação de Rua, realizado pelo CNMP, dias 7 e 8 de agosto em Brasília/DF, com participação da Promotora de Justiça Glória Mafra, representando o CAOp/DH;
- Reunião sobre criação de Comitê para enfrentamento à intolerância religiosa, promovida pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação População – SEDIHPOP, dia 12 de agosto, na Casa do Maranhão;
- Caravana da Liberdade em Codó (Combate e Prevenção ao Trabalho Escravo), promovida pela COETRAE/MPT, dia 19 de agosto, no Campus da UFMA;
- Semana Estadual do Orgulho LGBT - *Seminário de construção do Fluxograma e notificação de Violência homofóbica, dia 21 de agosto, no auditório da Fundação da Memória Republicana, com a participação da Promotora de Justiça Samira Mercês;*
- Lançamento da Campanha Mais Mulheres na Política, a Reforma que o Brasil precisa, organizada pela Secretaria Estadual da Mulher, dia 24 de agosto, no auditório Fernando Falcão, da Assembleia Legislativa, com a participação da Procuradora de Justiça e coordenadora do CAOp/DH Sandra Elouf e da Promotora Lana Cristina Pessoa;
- Curso de Formação aos 25 novos Promotores de Justiça, realizado na Escola Superior do MP, dia 27 de agosto, com a presença da Procuradora de Justiça e coordenadora do CAOp/DH Sandra Elouf; dos Promotores Lana Cristina Pessoa; Selma Martins; Haroldo Paiva de Brito e da Assessora Jurídica Luciana Doudement.
- Reunião Ordinária do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres – PEPM 2013/2015, realizada pela Secretaria Estadual da Mulher, dia 02 de setembro;
- Audiência Pública sobre Cota para Negros em Concursos Públicos Estaduais, dia 17 de setembro, no Teatro João do Vale, promovida pela SEIR – Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade;
- Palestra sobre Direitos Humanos aos estudantes da Unidade Integrada Estado



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

de São Paulo, no Memorial do MP, dia 22 de setembro, pela Promotora de Justiça Lana Pessoa;

- Reunião com a Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública e Núcleo de Direitos Humanos da DPE – Defensoria Pública Estadual, dia 6 de outubro, na sala de reuniões da Ouvidoria, para discutir proposição de ações preventivas às violações dos direitos humanos, em especial aos direitos humanos das crianças e adolescentes.
- Acompanhamento da sessão de aprovação dos 3 (três) Projetos de Lei do Poder Executivo: Criação do *Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*; Comitê Estadual de Enfrentamento à *Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão* e do Comitê Estadual para *Prevenção e Combate à Tortura*, dia 24 de novembro, na Assembleia Legislativa;
- Oficina de Trabalho para Adaptação no Estado do Maranhão da Metodologia do *Survey Hard to See, Harder to Count* (Difícil de ver, mais difícil de contar), realizada no Hotel Luzeiros, dias 31 de novembro e 1º de dezembro, pela OIT/Brasil (Organização Internacional do Trabalho), Governo Federal e SEDIHPOP, com a participação do Dr. Cássius Chai;
- III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema *“Por um Maranhão que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”*, dia 17 de dezembro, no Hotel Veleiros, em São Luís/MA.

3. Comissões, Conselhos e Comitês com participação do CAOP/DH

3.1. Comissões Nacionais:

- COPEVID - Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, uma comissão do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais. Membros: Titular: Dra. Selma Regina Sousa Martins, Promotora de Justiça de Defesa da Mulher. Suplente: Dra. Márcia Haydée Porto de Carvalho, Promotora de Justiça de Defesa da Mulher.
- COPEDH - Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito, uma comissão do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais. Membros:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Titular: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa; Suplente: Dra. Samira Mercês dos Santos.

- Ação Nacional de Enfrentamento ao Racismo - Iniciativa do CNMP– Conselho Nacional do Ministério Público por meio de sua Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais. Membros: Titular: Dra. Samira Mercês dos Santos; Suplente: Dra. Klycia Luiza Castro de Menezes. Uma iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público, por meio de sua Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, a *Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais* tem, como objetivos: fortalecer a unidade nacional do MP na defesa dos Direitos Fundamentais e contribuir para a concretização dos resultados institucionais e o retorno para a sociedade, afirmados pela Ação Nacional do Ministério Público – 2011/2015.

3.2. Comissões, Comitês e Conselhos Estaduais

- COETRAE - Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão. Titular: Dr. Cássius Guimarães Chai; Suplente: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa.
- CETP – Comissão Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Membros: Titular: Dr. Cássius Guimarães Chai; Suplente: Dra. Samira Mercês dos Santos. Inativo em 2015.
- PROVITA/MA– Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão. Membros: Titular: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa; Suplente: Dra. Samira Mercês
- CEDDH/MA - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão – Membros: Titular: Dra. Maria da Glória Mafra Silva; Suplente: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa
- CEEH/MA - Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão – Membros: Titular: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa; Suplente: Dra. Samira Mercês dos Santos.
- CECT – Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura. Membros: Titular: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

10.8 Centro de Apoio Operacional da Saúde (CAOp/Saúde)



O Centro de Apoio Operacional de Saúde – CAOP/Saúde, órgão auxiliar do Ministério Público instituído pela Resolução nº 09/2010 – CPMP, tem como uma de suas principais competências atuar, por meio de ações coordenadas de apoio, no exercício da função constitucional do Ministério Público na Defesa da Saúde.

1. As principais atividades desenvolvidas em 2015 foram as seguintes:
 - Reestruturação do CAOP/SAÚDE - mudança da sede para o Prédio das Promotorias da Capital; solicitação à Administração Superior da edição de uma nova resolução disciplinando um o formato de composição/integrantes da estrutura permanente do CAOp/Saúde a ser formado por todos os Promotores de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde das 08 (oito) macrorregiões (São Luís, Imperatriz, Caxias, Pinheiro, Presidente Dutra, Coroatá, Santa Inês e Balsas), e também a reestruturação técnica do órgão com a composição mínima de 01 (um) técnico ministerial, 02 (dois) assessores técnico com formação jurídica, contábil, psicológica, médica, farmacológica, odontológica ou assistência social e 01 (um) estagiário extracurricular;
 - Atualização semana da página do CAOp/Saúde no site do MPMA;
2. Participação em Eventos, Reuniões e Inspeções:
 - Acompanhamento em Inspeção do Hospital Nina Rodrigues realizada como ação integrante do projeto de Inspeção Nacional de Manicômios Judiciários, Hospitais de Custódia, Alas Psiquiátricas e similares, pelo Conselho Regional de Psicologia do Maranhão (CRP/22ª Região), em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e o Ministério Público do Estado do Maranhão, realizado dia 07 de maio;
 - Reunião do Comitê Municipal de Mobilização contra os casos de Dengue, Febre Chikungunya e Febre Zika no Maranhão, na Vigilância Municipal de Saúde, dia 30 de junho;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- Apresentações das propostas de realinhamento do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão pelas empresas de consultoria, dias 04 e 05 de agosto;
- Curso Preliminar de Ingresso dos Recém-Nomeados Promotores de Justiça, ministrado na Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão pelo Promotor de Justiça de Defesa da Saúde e Coordenador do CAOp/Saúde, Dr. Herberth Costa Figueiredo, dias 27 de agosto e 01 de outubro de 2015;
- Capacitação da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e da Comissão do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI), ministrada pelos consultores do Instituto Sagres, Raul Sturari e Verônica Korílio, para elaborar a Gestão Estratégica do Ministério Público do Maranhão para os anos de 2016 a 2021, dias 01 a 03 de dezembro de 2015.

3. Encontro Regional do Programa Institucional do CAOp/Saúde.

O Encontro Regional do programa institucional “Direito à Saúde: Prevenção, controle e combate à corrupção” foi realizado na Macrorregião de Pinheiro/MA, no dia 05 de maio de 2015, no auditório do Centro de Formação e Cultura José Sarney.

O referido encontro teve como objetivo atuar promovendo a interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, segmentos em organizações das sociedades civis e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações e serviços de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente.

O evento reuniu promotores de justiça, profissionais da saúde, conselheiros, agentes comunitários, secretários municipais, vereadores e prefeitos da Região da Baixada Maranhense, tendo a presença de representantes de 15 municípios, totalizando mais de 300 pessoas.

O Corregedor-Geral de Justiça do MPMA, Dr. Suvamy Vivekananda Meireles, e a Procuradora Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha também participaram do Encontro.

O Promotor de Justiça de Defesa da Saúde e Coordenador do CAOp/Saúde Dr. Herberth Costa Figueiredo apresentou a oficina "Programa de Melhoria do Acesso e de Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB)", ressaltando seus desafios estruturais e conjunturais, bem como apresentou o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e de Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pela Portaria nº 1.654/2011 GM/MS, cujo objetivo é ampliar o acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica,



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica em Saúde.

Outras duas oficinas foram realizadas: "Controle Social no SUS" pelo auditor da Controladoria Geral da União (CGU), Wellington Resende, que enfatizou o papel da sociedade civil no combate à corrupção e desvio de recursos públicos e "Regulação em Saúde no Maranhão" pela diretora da Unidade Gestora de Controle, Regulação e Avaliação da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Marina do Nascimento Souza. Ela dados sobre os municípios que compõem a Macrorregião de Saúde de Pinheiro/MA, as unidades de saúde existentes, o número de leitos por especialidade médica, os equipamentos, recursos humanos, rede de atenção à urgência, cirurgias eletivas e demais serviços.

4. Reuniões Institucionais

- Reunião Institucional realizada no dia 10 de fevereiro/15, conjuntamente entre o CAOp/Saúde, PGJ, SECINST, a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís. Na Reunião foram discutidos os seguintes assuntos: Política Institucional entre a PGJ, SES e SEMUS; Instrumentos Operacionais (PPI, PAS, PPS, COAP e TAS); Terceiro Setor (OSs, OSCIPs, Cooperativa e Fundações); Parceria Público Privada (PPP); Concurso Público; Central de Regulação de Leitos (Unificação); Hospital de Servidores do Estado (HSLZ); Hospital do Câncer (CACON) e outros.
- Reunião Institucional realizada no dia 26 de janeiro/15, conjuntamente entre o CAOp/Saúde, a PGJ, a SECINST e as Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde da Macrorregião de Imperatriz/MA, no gabinete do Procurador-Geral de Justiça em São Luís/MA. A Reunião teve como objetivo discutir a situação referente à saúde pública da região da Comarca do Município de Imperatriz/MA e traçar estratégias e diretrizes de atuação institucional no âmbito do Ministério Público do Maranhão. Foram acordados os seguintes encaminhamentos:
 - a) *Que cada Órgão Ministerial buscará informações junto ao Município e ao Estado do Maranhão acerca da existência dos Contratos Organizativos de Ações Públicas de Saúde (COAPS) e de Termo de Ajustamento Sanitário (TAS) no respectivo Município e, em não existindo, que o Órgão Ministerial provoque os gestores envolvidos no sentido de que os referidos contratos sejam celebrados;*



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

b) Que seja elaborado pelo CAOp/SAÚDE três recomendações, em separado, traçando o perfil mínimo de cada uma das Regiões de Saúde do Estado do Maranhão em termos de ações e serviços de saúde, quais sejam, Macrorregiões, Regionais de Saúde e Portas de Entrada, orientando, assim a atuação das Promotorias de Justiça com atribuição na saúde o que competem a cada uma delas exigir dos gestores de saúde;
c) A composição permanente do CAOp/SAÚDE, será através do perfil por regiões, devendo ser composto, de forma permanente, pelos Promotores de Justiça com atribuição em matéria de saúde das Macrorregiões das Comarcas de São Luís, Imperatriz, Balsas, Caxias e Pinheiro, devendo, ainda, ser providenciado pelo CAOp/Saúde o encaminhamento dos respectivos convites a todos os Promotores de Justiça das referidas Comarcas, bem como convidando os demais Promotores de Justiça de Defesa da Saúde das Macrorregiões restantes do Estado do Maranhão, quais sejam, Coroatá, Presidente Dutra e Santa Inês para integrarem de forma não definitiva o CAOp/Saúde.

- Reunião Institucional realizada no dia 22 de junho/15, conjuntamente entre o CAOp/Saúde e as Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião de Caxias, no Fórum da Comarca de Caxias/MA. A Reunião de trabalho tratou da Recomendação Conjunta nº 01/2015 – PGJ/CAOp-Saúde, dos Instrumentos operacionais para implementação e efetivação das ações e serviços de saúde (COAP, TAS, TAC, Ações Cautelares, Ações Cíveis Públicas, Ação de Interdição, PGASS, PPI, PAS, RENASES), da Resolução nº 27/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão e do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB). Ficaram acordados os seguintes encaminhamentos:

a) fazer uma recomendação conjunta para elaborar uma nova PPI com todos os Promotores de Justiça das Macrorregiões e Regiões de Saúde, bem como o CAOp/Saúde, a Secretaria de Assuntos Institucionais e a Procuradoria-Geral de Justiça;

b) que o conteúdo dessa recomendação seja pauta da segunda reunião institucional realizada conjuntamente entre o CAOp/Saúde, a PGJ, a SECINST, a SES e SEMUS;

c) realização de Termos de Cooperação com a Universidade Federal e Estadual (IFMA, CRM e COREN) com o objetivo de disponibilização de



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

equipes técnicas para realização de laudos e relatórios na área do Direito Sanitário para subsidiar possíveis ações judiciais;

d) que quando houver encaminhamento de uma parturiente não regulada de outros municípios, bem como qualquer outro paciente não regulado, deve-se processar o gestor, o estabelecimento e o médico da cidade de origem que encaminhou indevidamente o usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) sem que o município de referência tomasse ciência do encaminhamento do mesmo pelo município contrarreferência, sem observar os critérios de regulação estabelecidos pelas Resoluções da CIB/MA no que se refere à regulação de fluxos quando do deslocamento e/ou encaminhamento de pacientes; sendo necessário que os Promotores de Justiça das Macrorregiões, Regiões e Portas de Entrada do Estado do Maranhão instaurem procedimento administrativo de acompanhamento para monitoramento da regulação do acesso às Unidades de Saúde referenciadas;

e) designar data para agendamento da segunda Reunião de Trabalho com o Secretário Estadual de Saúde e também com os gestores municipais das Macrorregiões e Regiões para dezembro de 2015 para monitorar o cumprimento da Recomendação e monitorar as metas, objetivos e avaliações do SUS no Estado; e,

f) Por fim, deliberou-se, ainda, acerca da composição permanente do CAOp/Saúde, ficando acordado que o Dr. Williams Silva de Paiva, Promotor de Justiça da 4ª Promotoria de Caxias-MA, irá compor, de forma permanente, o CAOp/Saúde, sendo que este aquiesceu com sua indicação.

- Reunião Institucional realizada dia 24 de agosto/15, conjuntamente entre o CAOp/Saúde e as Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião de Santa Inês/MA, na Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês/MA, que para discussão da Recomendação Conjunta nº 01/2015 – PGJ/CAOp-Saúde, dos Instrumentos operacionais para implementação e efetivação das ações e serviços de saúde (COAP, TAS, TAC, Ações Cautelares, Ações Cíveis Públicas, Ação de Interdição, PGASS, PPI, PAS, RENASES), da Resolução nº 27/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão, do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB) e Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (Requalifica UBS), do Plano Diretor de Regionalização (PDR) e da Mediação



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Sanitária (Parcerias Público-Privadas e Consórcios Públicos). Ficaram acordados os seguintes encaminhamentos:

- a) será realizada a próxima Reunião de Trabalho da Macrorregião de Santa Inês/MA no Município de São Luís/MA;*
- b) solicitar um Curso de Mediação Sanitária destinado aos Promotores de Justiça das Macrorregiões e Regiões de Saúde do Estado do Maranhão; e,*
- c) elaboração de uma minuta de Mediação Sanitária na Atenção Básica e nos Perfis Mínimos das Macrorregionais e Regionais de Saúde de forma a instrumentalizar os Contrato Organizativo de Ações Públicas (COAPS) e Termos de Ajustamento Sanitário (TAS).*

- Reunião de Trabalho com todos os Promotores de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde do Ministério Público do Maranhão, dia 30 de novembro/15, na Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM). Na Reunião foram discutidos: a) Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS (Plano Diretor de Regionalização e Programação Pactuada e Integrada) e a realidade dos Municípios e do Estado do Maranhão; b) o Sistema Único de Saúde, a Regulação da Assistência e Regulação da Saúde e a realidade dos Municípios e do Estado do Maranhão (Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade, Complexos Reguladores, CRONP e Controle Integrado de Leitos de gestão do Estado do Maranhão); e, c) Tratamento Fora do Domicílio e Manual Estadual de Tratamento Fora do Domicílio do Maranhão Interestadual e Intermunicipal.

5. Recomendação Conjunta:

- Em fevereiro de 2015, foi formulada a **Recomendação Conjunta nº 01/2015 – PGJ/CAOp-Saúde** aos Promotores de Justiça com atribuição na área da saúde nos municípios que são Macrorregiões de Saúde, Regiões de Saúde e Portas de Entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) que: exijam dos gestores que disponibilizem em seus Municípios os perfis mínimos de cada uma das Regiões de Saúde do Estado do Maranhão as ações e serviços de saúde que devem ser disponibilizados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), intermediando a celebração dos Contratos Organizativos de Ações Públicas de Saúde (COAPS) e Termos de Ajustamento Sanitários (TAS); e, b) promovam de imediato sua adequada divulgação, afixando-a em local de acesso ao público e levando-a ao conhecimento de todas as Autoridades de Saúde



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Pública do Estado do Maranhão.

10.9 - Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência

1. Principais atividades desenvolvidas:
 - a. **Orientação** – Em 10 de abril de 2015 foram prestadas orientações e informações ao Promotor de Justiça da comarca de Porto Fraco, Dr. Gabriel Sodré Gonçalves, concernentes à realização de audiência pública, que tinha como objetivo principal discutir os direitos da pessoa com deficiência;
 - b. **Cumprimento de Carta Precatória n.º 03/2015 – 1ª PJB** – No dia 23 de julho do ano de 2015, por meio do ofício n.º 085/2015 – 5ª PJB, foi recebida a Carta Precatória Interministerial n.º 003/2015, na qual o Promotor de Justiça Antônio Lisboa De Castro Viana Júnior, titular da 5ª Promotoria de Justiça de Balsas, solicita que seja ouvida a Sra. Leidianny dos Santos Mota sobre a situação de abandono de seu genitor José Antônio Bento dos Santos, tendo sido tomadas as medidas necessárias, tais como: solicitação de comparecimento da demandante e sua subsequente oitiva; envio do ofício n.º 223/2015 -14ª PJE ao Promotor de Justiça, informando a oitiva, bem como seu compromisso em prestar informações sobre seu genitor diretamente na 5ª Promotoria de Balsas;
 - c. **Reserva de vagas para pessoa com deficiência na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)** – No dia 15 de agosto de 2015 o Promotor de Justiça Antônio Coelho Soares Júnior solicitou a intervenção deste Centro de Apoio junto à Reitoria da UEMA, informando que não estava sendo observado o percentual legal de reservas de vagas nos cursos oferecidos por essa instituição de ensino superior. Encaminhada a manifestação à 14ª Promotoria de Justiça Especializada, o Promotor de Justiça titular e Coordenador do CAOP, com o escopo de assegurar direitos fundamentais às pessoas com deficiência, dentre os quais o da educação, encaminhou à Reitoria da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, no dia 11 (onze) de setembro de 2015, o Ofício n.º 005/2015 – CAOP, requerendo o envio de esclarecimentos a esta Promotoria de Justiça Especializada sobre os critérios de escolha dos cursos superiores com reserva de



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

vagas para pessoa com deficiência, culminando em diversos entendimentos que objetivam resguardar os interesses desse segmento social;

- d. **Inspeção Conjunta** – Em 26 de agosto de 2015 foi realizada inspeção em parceria com a titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação na Escola Padre João Mohana para verificar o andamento das reformas de acessibilidade ajustadas com a direção dessa escola de educação especial;
- e. **Participação na Campanha “Educação Inclusiva: Direito de Todos.”** - O Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, Ronald Pereira dos Santos, participou do lançamento da Campanha: “Educação Inclusiva: Direito de Todos”, realizada no dia 14 de setembro de 2015 no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, que teve como objetivo promover a convivência com as diferenças, fomentando a educação inclusiva nas redes pública e privada em todo o Maranhão;
- f. **Audiências Públicas** – O Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, por meio de seu Coordenador Ronald Pereira dos Santos, em parceria com a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, representada por sua titular, Maria Luciane Lisboa Belo, promoveram Audiência Pública para discutir a necessidade de reformas estruturais no Centro de Ensino de Educação Especial "Padre João Mohana" referente a Educação Especial.
Também participou da Audiência Pública realizada no dia 24 de setembro de 2015 em conjunto com a 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação, que teve como objetivo discutir sobre a necessidade de alteração do edital de Concurso Público da Secretaria Municipal de Educação para inclusão da exigência de prova prática, de caráter eliminatório, de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os cargos de instrutor e intérprete;
- g. **Entrevista no programa "Estação Ministério Público"**– Dia 19 de setembro de 2015, o Coordenador deste CAOP e a Promotora Maria Luciane Lisboa Belo, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, participaram de entrevista no programa de rádio "Estação Ministério Público" cujo tema era sobre os direitos fundamentais da pessoa com deficiência, especialmente sobre



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

educação especial na perspectiva inclusiva, além de questões correlatas e outros assuntos relacionados ao respeito à diferença e igualdade de oportunidades;

- h. **Participação no III Encontro do Fórum Metropolitano das Entidades de Pessoa com Deficiência** - “Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos.”, dias 18 e 19 de setembro de 2015;
- i. **Participação no evento “Dia D - A Festa do Acolhimento e do Reconhecimento”** - Evento realizado no dia 25 de setembro de 2015 que teve como objetivo promover a inclusão das Pessoas com Deficiência no mercado formal de trabalho, em dia de atendimento exclusivo para esse segmento social.
- j. **Participação na III Semana Estadual da Pessoa com Deficiência**, com o tema: “Educação Especial: refletindo e agindo na era da inclusão”, dia 28 de setembro de 2015;
- k. **Pesquisa de Informação e Atualização de Banco de Dados** - No dia 20 de outubro de 2015 foi enviado a todas as Promotorias de Justiça do estado, via e-mail eletrônico, o Ofício Circular n.º 001/2015 – CAOPPIPPD, com o escopo de obter informações acerca da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, para atualização de banco de dados estatístico, bem como para elaboração de Plano Estratégico referente à orientação prestada por este CAOP.
- l. **Página Virtual** - Elaboração e alimentação rotineira do link reservado a este Centro de Apoio Operacional na Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência.
- m. **Verificação, análise e divulgação da Legislação Infraconstitucional.** Diariamente são verificadas possíveis alterações na legislação referente a pessoa com deficiência e a pessoa idosa, bem como decisões judiciais específicas, divulgando-as aos Promotores e Procuradores de Justiça.
- n. Acompanhamento do calendário de eventos para divulgação.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- o. Início de discussão da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em âmbito local.

11. COORDENADORIAS

11.1. Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF) é a unidade responsável pelo planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro do *Parquet* maranhense.

Realizou suas funções regimentais conforme a LOA 2015, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de **R\$ 406.681.067,54**.

Do total aprovado, **70,12%** foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; **23,34%** a *Outras Despesas Correntes*, e **6,61%** com *Investimento*. No exercício de 2015, foram executados **98,70%** do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo **99,95%** com *Pessoal e Encargos Sociais*; **95,61%** com *Outras Despesas Correntes*, e **95,24%** com *Investimento*, de acordo com o detalhamento abaixo:

Tabela 55: Detalhamento da Despesa 2015

Descrição	R\$
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.681.067,54
PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	
Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.	114.117.060,54
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	89.677.248,59
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense	13.840.000,00
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	9.599.811,95
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	1.000.000,00
PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo	292.864.007,00



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	
Ação: 4674 – Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais no Estado Finalidade: Garantir o pagamento de pessoal e encargos do MPE.	251.842.404,00
Ação: 4683 – Gestão de Informática no Estado do Maranhão Finalidade: Garantir a infraestrutura e acesso aos sistemas essenciais de TI inerentes as atividades institucionais do órgão"	7.707.485,00
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	26.972.208,00
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	6.341.910,00

Fonte: COF/PGJ-MA, 2015

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 98,70%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 56: Execução Orçamentária por Programa

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.681.067,54	401.402.336,07	98,7
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	114.117.060,54	109.277.772,33	95,76
0411 – Apoio Administrativo	292.864.007,00	292.124.563,74	99,75

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.681.067,54	401.402.336,07	98,7
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania			
Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	114.117.060,54	109.277.772,33	95,76
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	89.677.248,59	86.040.618,78	95,94
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público	13.840.000,00	12.902.829,52	93,23



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.			
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	9.599.811,95	9.599.811,95	100
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.	1.000.000,00	734.512,08	73,45
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	292.864.007,00	292.124.563,74	99,75
Ação: 4674 - Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais no Estado Finalidade: Garantir o pagamento de pessoal e encargos do MPE.	251.842.404,00	251.839.432,30	100
Ação: 4683 – Gestão de Informática no Estado do Maranhão Finalidade: Garantir a infraestrutura e acesso aos sistemas essenciais de TI inerentes as atividades institucionais do órgão	7.707.485,00	7.103.739,37	92,17
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	26.972.208,00	26.862.806,19	99,59
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	6.341.910,00	6.318.585,88	99,63

Fonte: COF/PGJ-MA, 2015

Tabela 57: Execução Orçamentária por Programa por Projeto/Atividade



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.681.067,54	401.402.336,07	98,7
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	114.117.060,54	109.277.772,33	95,76
0411 – Apoio Administrativo	292.864.007,00	292.124.563,74	99,75

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.681.067,54	401.402.336,07	98,7
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	114.117.060,54	109.277.772,33	95,76
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	89.677.248,59	86.040.618,78	95,94
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.	13.840.000,00	12.902.829,52	93,23
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	9.599.811,95	9.599.811,95	100
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.	1.000.000,00	734.512,08	73,45
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado	292.864.007,00	292.124.563,74	99,75



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação			
Ação: 4674 - Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais no Estado Finalidade: Garantir o pagamento de pessoal e encargos do MPE.	251.842.404,00	251.839.432,30	100
Ação: 4683 – Gestão de Informática no Estado do Maranhão Finalidade: Garantir a infraestrutura e acesso aos sistemas essenciais de TI inerentes as atividades institucionais do órgão	7.707.485,00	7.103.739,37	92,17
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	26.972.208,00	26.862.806,19	99,59
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	6.341.910,00	6.318.585,88	99,63

Fonte: COF/PGJ-MA, 2015

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA

Tabela 58: Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

Descrição	Autorizado	Empenhado (B)	Liquidado (C)	%B/A	% C/A
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.681.067,54	401.402.336,07	375.525.951,63	98,7	93,55
1 - PESSOAL E ENCARGOS	285.156.522,00	285.020.824,37	285.020.824,37	99,95	100
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	94.938.700,59	90.774.971,61	86.569.739,38	95,61	95,37
4 - INVESTIMENTOS	26.885.844,95	25.606.540,09	3.935.387,88	95,24	15,37

Fonte: COF/PGJ-MA, 2015

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA

Tabela 59: Execução Orçamentária por Elemento de Despesa

Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	401.402.336,07	375.525.951,63
07 - CONTRIBUIÇÃO AO FEPA E AO FUNBEN	26.862.806,19	26.862.806,19
08 – AUXÍLIO MORADIA	15.898.137,07	15.898.137,07
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	222.943.032,63	222.943.032,63
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	6.318.585,88	6.318.585,88
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.276.406,27	1.276.406,27
16- AJUDA DE CUSTO	18.750,00	18.750,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	2.392.487,83	1.750.972,41
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	435.517,43	435.517,43
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.956.653,95	2.912.889,02
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	5.947.028,64	5.618.535,69
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	19.196.187,01	16.002.695,44
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	22.245.960,58	22.245.960,58
49 - AUXÍLIO TRANSPORTE	62.256,51	62.256,51
51 - OBRAS E INSTALACOES	21.499.322,37	1.480.148,08
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.897.455,22	2.248.477,30
91 - SENTENÇA JUDICIAL	18.143.565,04	18.143.565,04
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	21.277.836,68	21.276.869,32
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.556.589,25	9.556.589,25
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	473.757,52	473.757,52

Fonte: COF/PGJ-MA, 2015

A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2015.

Tabela 60: Indicadores da Execução Orçamentária

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	98,70
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,95
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	71,01



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	95,61
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	22,61
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	95,24
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	6,38

Fonte: COF/PGJ-MA, 2015

Através de sua *home page* o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente, a execução orçamentária e extra orçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

QUADRO COM A RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA EM 2015

Tabela 61: Quadro dos Ordenadores de Despesa da PGJ-MA

Nome	Endereço	CPF	Cargo	Matrícula	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Ato e Data de Nomeação	Ato e Data de Exoneração
Regina Lúcia de Almeida Rocha	R. Eng. Rui Mesquita, Nº 4, Lt 4 e 5, Qd. 07, Apto 1301, Ed. Bérghamo – Calhau – São Luís/MA	106.710.803-34	Procuradora Geral de Justiça	240622	Procuradora de Justiça	15/05/2012 até a presente data	Ato nº 094, de 15.05.2012	-
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tárçito de Almeida Andrade – Ponta D'Areia – São Luís/MA	235.096.943-68	Diretor Geral da Procuradoria Geral de Justiça	651919	Promotor de Justiça	15/06/2012 até a presente data	Ato nº 118, de 19.06.2012	-
SUPLENTES								
Francisco das Chagas Barros de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, Casa 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Calhau – São Luís/MA	044.757.983-53	Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	387282	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	Ato nº 0528, de 02/09/2014	-



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro	Rua Projetada, Qd. 41, Casa 06 – Jardim Eldorado – Turú – São Luís/MA	094.477.843-72	Subprocuradora Geral de Justiça para Assuntos Administrativos	359992	Procuradora de Justiça	02/09/2014 até a presente data	Ato nº 0257, de 02/09/2014	-
Abelardo Teixeira Balluz	Rua dos Magistrados, 18 – Olho D'Água – São Luís/MA	272.632.073-20	Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira	1070873	-	15/06/2012 até 02/01/2015	Ato nº 0363, de 15/06/2012	Ato 001 de 02/01/2015
Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América – São Luís/MA	515.592.853-20	Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira	1069541	Analista Ministerial - Administrativo	02/02/2015 até a presente data	Ato nº 049, de 02/02/2015	-
Tatiana Alves de Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village – São Luís/MA	304.349.983-20	Coordenadora de Orçamento e Finanças	470179	Analista Ministerial - Contadora	04/07/2005 até a presente data	Ato nº 086, de 05/05/1995	-
Ana Cláudia Reis Godinho	Rua Bacanga, Qd. A, Casa 54, Res. Vinhais II – São Luís/MA	409.295.313-53	Técnica Ministerial – Chefe da Seção de Execução Financeira	1062850	Técnica Ministerial	10/10/2011 até a presente data	Portaria nº 4603, de 10/10/2011	-

Fonte: ASPLAN/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DO FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL – FEMPE 2015

Tabela 62: Quadro dos Ordenadores de Despesa do FEMPE

Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	CPF	Nº e Data da Publicação (Nomeação)	Nº e Data da Publicação (Exoneração)
Regina Lúcia de Almeida Rocha	R. Eng. Rui Mesquita, Nº 4, Lt. 4 e 5, Qd. 07, Apto 1301, Ed. Bérghamo – Calhau	Procuradora Geral de Justiça	Procuradora de Justiça	15/06/2012 até a presente data	240622	106.710.803-34	Ato nº 094, de 15/05/2012	-
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tárçito de Almeida Andrade – Ponta D'Areia.	Diretor Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2012 até a presente data	651919	235.096.943-68	Ato nº 118, de 19/06/2012	-



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Abelardo Teixeira Balluz	Rua dos Magistrados, 18 – Olho D'Água – São Luís/MA	Diretor da Secretaria Administrativo - Financeira	-	15/06/2012 até 02/01/2015	1070873	272.632.073-20	Ato nº 0363, de 15/06/2012	Ato 001 de 02/01/2015
Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América – São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo - Financeira	Analista Ministerial - Administrativo	02/02/2015 até a presente data	1069541	515.592.853-20	Ato nº 049, de 02/02/2015	-
Tatiana Alves de Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village – São Luís/MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	470179	304.349.983-20	Ato nº 086, de 05/05/1995	-
Ana Cláudia Reis Godinho	Rua Bacanga, Qd. A, Casa 54, Res. Vinhais II – São Luís/MA	Técnica Ministerial – Chefe da Seção de Execução Financeira	Técnica Ministerial	10/10/2011 até a presente data	1062850	409.295.313-53	Portaria nº 4603, de 10/10/2011	-

Fonte: ASPLAN/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Para intensificar a integração do Ministério Público com a sociedade brasileira, o *Parquet* maranhense instituiu em seu *site* na internet, o Portal da Transparência, ferramenta de acesso às informações sobre a gestão administrativa. Por meio dessa comunicação direta, o cidadão pode fiscalizar a utilização de bens e recursos públicos, analisar os gastos e sugerir mudanças de rumos.

O Portal da Transparência atende ao princípio da publicidade dos atos da Administração e à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 86.

As informações disponibilizadas foram divididas nas seguintes seções: Execução Orçamentária e Financeira; Licitações, Contratos e Convênios e Gestão de Pessoas. Em cada um desses links, os dados estão subdivididos por ano, para facilitar a navegação. O Portal da Transparência não exige senha do usuário.

11.2. Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP)

Compete à Coordenadoria processar a folha de pagamento dos ativos, estagiários e exonerados; gerenciar lançamentos de vantagens e descontos no sistema da folha; programar o sistema da folha de acordo com a legislação própria; acompanhar o processamento e promover retificações para eventuais ajustes; promover apoio aos setores administrativos, com estatísticas, previsão orçamentária e relatórios de impacto; dentre outras atribuições compatíveis com a natureza da Coordenadoria.

De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 63: Evolução do número de servidores

ANO	MES	CATEGORIA	SERVIDORES	CRESCIMENTO MÊS
2015	1	Comissionado	455	-
2015	1	Efetivo	585	-
2015	1	Membro	299	-
2015	1	Requisitado	341	-
TOTAL			1680	-

2015	12	Comissionado	460	1,10%
2015	12	Efetivo	583	-0,34%
2015	12	Membro	337	12,71%
2015	12	Requisitado	325	-4,69%
TOTAL			1705	1,49%

CRESCIMENTO ANUAL: 25 1,49%

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2015

Houve um crescimento no número de servidores durante o ano de 2015 na ordem de 1,49%, aumentando o número de demandas à folha de pagamento, como manutenção da folha, lançamentos, consignações etc., só relativo à folha principal.

2 – Contracheques:

Em 2015, como no ano de 2014, publicamos 100% dos contracheques gerados pela Folha de Pagamento do Ministério Público no sítio eletrônico da instituição, tendo que imprimir uma quantidade ínfima de documentos dessa natureza.

Um número expressivo de servidores utiliza o portal da folha online para acessar contracheques, fichas financeiras e demais documentos relativos aos pagamentos, tendo ampliado a oferta de serviços. Com isso, alcançamos os seguintes resultados:

- Acesso rápido e comodidade cada vez maior para o servidor, principalmente no interior do estado;
- Transparência nos lançamentos de folha;
- Segurança institucional;
- Acompanhamento em tempo real por parte do servidor da confecção de sua folha, minimizando erros.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Transparência para o público em geral, em cumprimento à Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
- Autenticação de documentos no portal, diminuindo demanda de assinaturas em contracheques ou fichas financeiras.

3 - Consignações:

Tabela 64: Consignações Ativas (com base no último mês do ano)

#	Empresa	Lançamentos	Valor
1	ABEM - BRADESCO	5	368,26
2	AMPEM	485	345.122,99
3	ASFUPEMA	527	17.672,83
4	BANCO CRUZEIRO DO SUL	26	12.975,68
5	BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	6	6.772,32
6	BRADESCO S/A	9	4.669,13
7	CAPEMISA	1	805,46
8	CEF / AQ.ANTEC/PAR	2	353,18
9	CEF / CASA PROPRIA	20	3.713,94
10	CEF / EMPRESTIMO	280	435.211,70
11	COOMAMP	372	240.019,11
12	FEPA (PROGRAMA MINHA CASA)	2	711,94
13	FUNBEN (SFH/GEMOR)	1	80,54
14	GBOEX	1	155,34
15	GOV.EST.P.PR.GRANDE	1	225,58
16	HSBC BANK BRASIL SA	4	899,47
17	ITAÚ UNIBANCO S.A.	6	2.863,96
18	MONGERAL	7	1.287,70
19	PROC. GERAL JUSTICACDC EF*	499	715.982,36
20	RSPP PREVIDÊNCIA	14	250,16
21	SIN. VIGILANTE - SFPVEMA	1	1,36
22	SINDSEMP/MA	431	23.261,77
23	SINTSEP	1	100,20
TOTAL VOLUME MENSAL		0	1.813.504,98

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 65: Evolução das Consignações Ativas

MÊS	Lançamentos	Valor	Crescimento Lançamentos	Crescimento Valores
Jan	2.659	1.527.728,47	-%	-%
Dez	2.701	1.813.504,98	1,55%	15,76%
TOTAL	-	3.341.233,45	1,55%	15,76%

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2015

Volume de consignações aumentou assim como o valor também. Isso demonstra que houve mais movimentações em que o servidor contraiu novas dívidas.

11.3 Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

Tem como função coordenar a operacionalização dos procedimentos administrativos inerentes ao ingresso, permanência e desligamento de membros, servidores e estagiários; coordenar os estudos para garantir compatibilidade do perfil do pessoal às demandas institucionais; sugerir as estratégias e diretrizes para capacitação, motivação, valorização e desenvolvimento de pessoas; coordenar o processo de organização, controle e guarda das informações cadastrais e financeiras dos membros, servidores e estagiários do Ministério Público dentre outras atividades. A Coordenadoria de Gestão de Pessoas compreende a Seção de Administração de Pessoal, a Seção de Desenvolvimento de Pessoal e a Seção de Saúde Funcional.

1 – Conquistas e avanços na área de Pessoal:

O ano de 2015 foi considerado um ano difícil. Acontecimentos na política e na economia do Brasil contribuíram para um cenário de incertezas para os próximos exercícios. A palavra “crise” foi bastante utilizada para caracterizar dificuldades nos atos de gestão. No âmbito do estado do Maranhão, com a troca do governante do executivo, houve a redução nas ações administrativas naquele poder, justificada pela cautela necessária em primeiro ano de governo. Apesar dessa realidade, a Procuradoria Geral de Justiça continuou seus avanços na área de Gestão de Pessoas, na medida dos limites prudenciais impostos. Dentre esses avanços, citam-se:

- Implantação, administrativamente, dos “21,7%” nos contracheques dos servidores em janeiro de 2015;
- Realização de duas Semanas de Saúde, ocorridas nos meses de maio e outubro, com a prestação de serviços de vacinação, medição de pressão arterial, teste de glicemia capilar,



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

além de palestras nas áreas de medicina, saúde bucal, qualidade de vida e administração financeira:

- Nomeação e posse de 40 (quarenta) Promotores Substitutos aprovados no Concurso Público realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP;
- Titularização de 37 (trinta e sete) Promotores de Justiça em comarcas de entrância inicial, até então vagas;
- Nomeação e Posse de 07 (sete) servidores efetivos, sendo 02 (dois) Analistas Ministeriais e 05(cinco) Técnicos Ministeriais aprovados no Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo, homologado em 04 de novembro de 2013, publicado no Diário da Justiça de 05 de novembro de 2013;
- Prorrogação, por 02 (dois) anos, da validade do referido Concurso Público para servidores, pelo Edital de Prorrogação de 04 de novembro de 2015, publicado no Diário da Justiça de 06 de novembro de 2015, devendo ser considerado a partir de 05 de novembro de 2015, como garantia das condições de provimento em caso de cargos a vagar nesse período;
- Realização e homologação de 3(três) Concursos de Remoção para servidores efetivos estáveis com a oferta de 09 (nove) cargos de Técnicos Ministeriais, sendo 03(três) na área Administrativa e 06(seis) na área de Execução de Mandados, em 12 comarcas localizadas na Capital e no interior;
- Concessão de 22 (vinte e dois) Adicionais de Qualificação – AQ contemplando, assim, um total de 361 servidores, correspondendo a 79,34% do atual quadro de cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional;
- Início do desenvolvimento do novo Sistema de Gestão de Pessoas com a contratação da empresa PD Case para criação e implementação do software de Gerenciamento de RH;
- Certificação digital para membros e servidores a fim de habilitá-los para atuarem nos Processos eletrônicos;
- Criação de 18(dezoito) vagas de estagiários, não-obrigatório, pelo Ato Regulamentar nº 13/2015-GPGJ, de 13 de outubro de 2015, assim distribuídas:

Tabela 66: Lotação de Estagiários

Lotação	Vagas
Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar	2
Promotorias de Justiça da Raposa	1
Promotorias de Justiça de São José de Ribamar	6
Caxias	2



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Coroatá	2
Conselho Superior do MP	1
Diretoria Geral	1
Promotorias de Justiça da Capital	2
Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos	1

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

- Lançamento do Programa de Gestão por Competência com a designação da Comissão responsável por sua implantação neste MPMA, pela Portaria nº 3085/2015, de 06 de maio de 2015, e a palestra de sensibilização com a Professora Doutora Maria Júlia Pantoja, da Universidade de Brasília – UNB.

2 – Quantitativo de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, atendido por esta Coordenadoria de Gestão de Pessoas:

Tabela 67: Número de Membros e Servidores

Descrição	TOTAL em 31/12/15	%
Membros	337	16,75
Servidores Efetivos	584	29,03
Exclusivamente Comissionados	462	22,96
Requisitados	324	16,1
Aposentados /Pensionistas	190	9,44
Estagiários não obrigatórios	115	5,72
TOTAL	2.012	100

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

3 – Provimento de cargos (admissões, exonerações/aposentadorias):

3.1. Admissões em cargos Efetivos

Tabela 68: Número de Admissões de Membros e Servidores

CARGOS EFETIVOS	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promotor de Justiça	40	1	3	2	33	23
Analista Ministerial	2	4	21	-	-	7
Técnico Ministerial	7	53	67	-	-	32
Auxiliar Ministerial	0	0	0	-	-	-
TOTAL	49	58	91	2	33	62

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

3.2 Admissões em Cargos Comissionados:

Tabela 69: Número de Admissões de Comissionados

Cargo	Quantidade de Nomeações					
	2015	2014	2013	2012	2011	2010
De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	31	24	37	114	37	52
De indicação de Procurador de Justiça	43	28	87	33	44	37
De indicação de Promotor de Justiça	91	102	132	193	22	86
TOTAL	165	154	256	340	103	175

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

* Em 2013 houve a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça;

** Criação/provimentos de novos cargos de Assessor de Promotor de Justiça: 2010 = 80 cargos; 2011 = 36 cargos e 2012 = 198 cargos; e em 2013 = 29 cargos

4 - Vacâncias cargos efetivos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria):

Tabela 70: Número de cargos efetivos em vacância

CARGO	Quantidade de Exonerações/Vacâncias					
Especificação	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promotor de Justiça	1	1	3	5	3	3
Analista Ministerial	1	4	1	-	3	6
Técnico Ministerial	10	16	6	7	12	29
Auxiliar Ministerial	0	2				
TOTAL	12	23	10	12	18	38

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

3.2. Exonerações cargos comissionados:

Tabela 71: Número de exoneração de comissionados

EXONERAÇÕES - CARGO	Quant. Exonerações					
	2015	2014	2013*	2012	2011	2010
De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	23	17	26	90	28	50
De indicação de Procurador de Justiça	38	25	58	31	20	37
De indicação de Promotor de Justiça	76	80	93	42	22	5
TOTAL	137	122	177	163	70	92

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

* Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça;

5 – Movimentação na Carreira de Membros:

Tabela 72: Movimentação de Membros

Movimentação	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promoção para Procurador de Justiça	1	0	2	0	-	2
Promoção de Promotor de Justiça	2	23	23	47	2	2
Titularidade de Promotor de Justiça	38	3	1	26	22	16
Remoção	28	50	35	59	18	25
Aposentadoria Procurador de Justiça	0	1	1	1	0	2
Aposentadoria Promotor de Justiça	1	1	1	2	0	0

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

5.1 – Movimentação na Carreira – Servidores

Tabela 73: Movimentação de Servidores

Ação – Avaliação e Movimentação na Carreira	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Avaliação de desempenho – nº servidores	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Homologação de estágio probatório	0	1	34	17	38	182
Movimentação na Carreira: Promoção + Progressão	271	312	437	528	325	403
Remoções	14	62	9	16	10	24

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

6 – Adicional de Qualificação - AQ:

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, foram concedidos 22(vinte e dois) Adicionais de Qualificação, em 2015, contemplando 13 novos servidores, uma vez que 9 já recebiam o AQ por “graduação” e passaram a receber por “especialização”



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 361 (trezentos e sessenta e um) servidores, que corresponde a 76,81%, de um total de 457 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 74: Quantitativo de Adicional de Qualificação

QUANTITATIVO DE SERVIDORES CONTEMPLADOS COM O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – 2015					
	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL	%
Graduação	5	151	4	160	44,32
Especialização	76	107	4	187	51,8
Mestrado	10	3		13	3,6
Doutorado	1	0		1	0,28
TOTAL de servidores com AQ	92	261	8	361	79,34
Cargos Providos servidores estáveis	97	335	23	455	

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

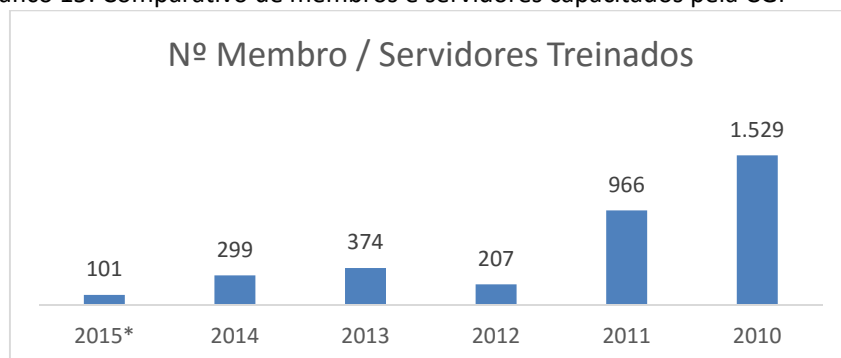
Tabela 75: Servidores sem Adicional de Qualificação

QUANTITATIVO DE SERVIDORES SEM O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – 2015				
	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL
Cargos Providos servidores estáveis	97	335	23	455
Quantitativo de servidores estáveis sem AQ	5	74	15	94
% por cargo de servidores SEM AQ	5,15	22,09	65,22	20,66

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

7 - Capacitação de membros e servidores:

Gráfico 15: Comparativo de membros e servidores capacitados pela CGP



Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

* Dados extraídos dos Termos de Referências elaborados na CGP



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

8 – Gestão do Estágio Não-Obrigatório:

Tabela 76: Comparativo de número de Estagiários

Descrição	Nº de Estagiários					
	2015	2014	2013	2012	2011	2010
	Ato Reg. 10/2015	Ato Reg 10/2014	Ato Reg 03/2013	Ato Reg 14/2011	Ato Reg 02/2010	Ato Reg 02/2010
Nº Estagiários Total	150	132	132	132	91	91
Admitidos	46	128	4	29	69	41
Renovação de Estágio	64	2	19	36	26	44
Desligados	56	18	41	61	64	33
Nº de estagiários em exercício em dezembro	115	127	15	52	86	79

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

9 - Concursos de Remoção para servidores efetivos estáveis em 2015:

Tabela 77: Concurso de Remoção

Itens	1º Concurso	2º Concurso	3º Concurso
PA	2909AD/2015	7270AD/2015	8999AD/2015
Edital de Abertura	01/2015, de 17/03/15	02/2015, de 23/07/15	03/2015, de 16/09/15
Publicação DO	19/03/2015	30/07/2015	18/09/2015
Ato Homologação	196/15, de 08/05/15	383/15, de 09/09/15	479/2015, de 16/10/15
Publicação DO	14/05/15, republicado em 15/06/15	11/09/2015	20/10/2015
Ato de Remoção	Atos 206/2015 (Cynthia) e 239/2015 – (Agnaldo)	426/2015, de 21/09/15	Atos 488/15 (Claudia Libia)
			489/15 – Rondineli
			490/15 – Jefferson
			491/15- Fernando Américo
Publicação DO	25/05/2015 23/06/2015	25/09/2015	
Nº de vagas	04 (02 Tec. Adm. e 02 Tec. Exec.)	01 Tec. Exec.	04 (01 Tec. Adm. e 03 Tec. Exec.)
Nº de inscritos	09 (03 indeferidos)	11	20
Nº Servidores Removidos	2	1	4

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

10 - Procedimentos Administrativos - Atividades de Rotina CGP:

Tabela 78: Atividades Administrativas

ATIVIDADES	2015	2014	2013	2012	2011
Declaração de Margem de Consignação	831	854	676	788	815
Processos administrativos informados;	18.841	18.844	16.853	21.248	14.087
Ofícios expedidos;	306	511	602	642	317
Memorandos expedidos;	436	594	542	456	317
Elaboração Atos de servidores e membros;	579	659	824	851	454
Elaboração Portarias de servidores e membros;	10.194	8.497	7.686	6.903	6.150
Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros);	10.773	9.156	8.510	7.843	6.682
Elaboração de Termos de Referência	42	51	53	65	49
Termos de Compromisso de Estágio	46	128	4	29	69
Termo de Renovação de Estágio	64	2	19	36	26
Termo de Desligamento de Estágios	56	18	41	61	64
Termo de Realização de Estágio	56	18	41	61	64
Editais de Convocação de Estágio	26	17	-	6	8

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2015

11 - Outras atividades da Coordenação de Gestão de Pessoas

Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades demonstradas e quantificadas em anexos, outras tarefas de rotina, tais como:

- Elaboração de Programas de Treinamento de Servidores;
- Inscrição de servidores para participarem de Cursos e acompanhamento na realização dos Treinamentos;
- Cadastramento e alimentação do Sistema de RH dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e membros do Ministério Público;
- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema;
- Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público;
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado;
- Produção dos crachás de identidade funcional.

11.3.1. Seção de Saúde Funcional

A Seção de Saúde Funcional oferece assistência à saúde/saúde bucal dos Membros e Servidores, efetivos e aposentados, e seus dependentes. Nossa unidade dispõe de um consultório odontológico, um consultório médico e uma sala de repouso.

- Setor odontológico realiza:

Consultas, palestras, atendimento de membros, servidores e dependentes, orientação saúde bucal, raio-X, análise de processos de licença por motivos odontológicos, fiscalização de processos desta unidade gestora, fiscalização da vigilância sanitária, responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Odontologia do Maranhão, auxílio na compra de equipamentos elaborando tabela descritiva.

- Setor médico realiza:

Consultas de rotina, atendimento de pequenas emergências, perícia domiciliar, visita domiciliar, perícia médica, análise de processos administrativos de LTS, LAPF, LG, Requisição de exames periódicos e de rotina, admissão de estagiários.

- Administrativo realiza:

Controle de dados (atendimento médico e odontológico), processos administrativos, relatório de atividades, gestão e fiscalização de contratos do setor (solicitação de materiais médico/odontológico, equipamentos e coleta de lixo especial, realização das campanhas de saúde.

As consultas odontológicas são previamente agendadas, são realizados aproximadamente 1000 atendimentos anualmente, as médicas são realizadas conforme procura durante o horário de



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

expediente da instituição. O número médio de consultas é de 1.500 e 1.200 processos analisados ao ano.

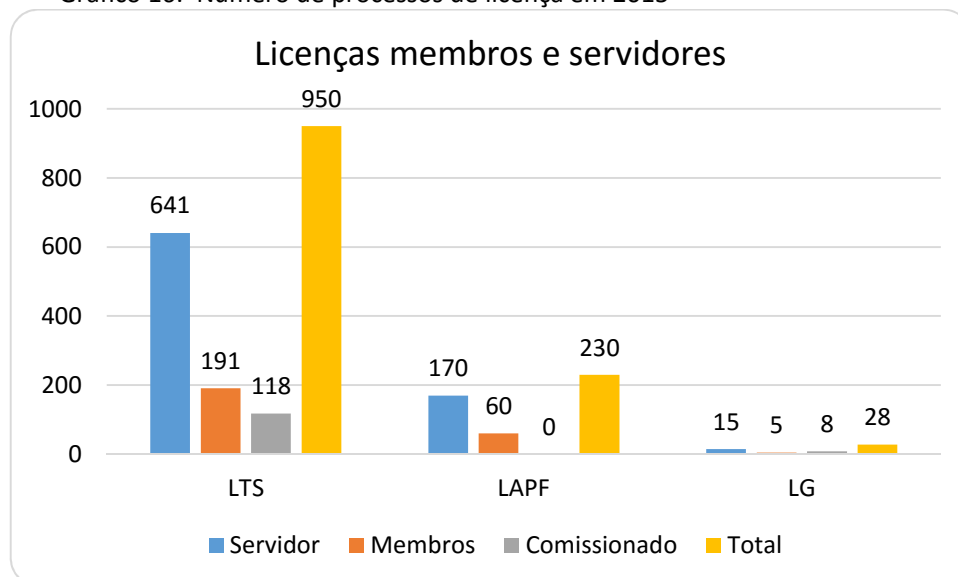
Tabela 79: Prestação de serviços saúde

AÇÃO	2015	2014	2013	2012	2011
Vacinação	500	402	305	72	211
Atendimento Médico – consultas	1514	3.300	2.501	1.688	1.763
Atendimento Odontológico – nº pacientes	358	850	961	558	421
Atendimento Odontológico – nº procedimentos	899	3.220	3.603	1.601	2.192
Análise de Processos Administrativos	1208	957	711	606	745
Exames admissionais/rotina	42	32	185	150	63

Fonte: CGP – Seção de Saúde Funcional/PGJ-MA, 2015

1. Processos de Licença

Gráfico 16: Número de processos de licença em 2015



Fonte: CGP – Seção de Saúde Funcional/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

2. Semana da saúde

Foi realizada nos meses de maio e outubro de 2015 na Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão e Promotorias da Capital, dentro do Programa de Qualidade de Vida.

Tabela 80: Prestação de serviços na Semana de Qualidade de Vida

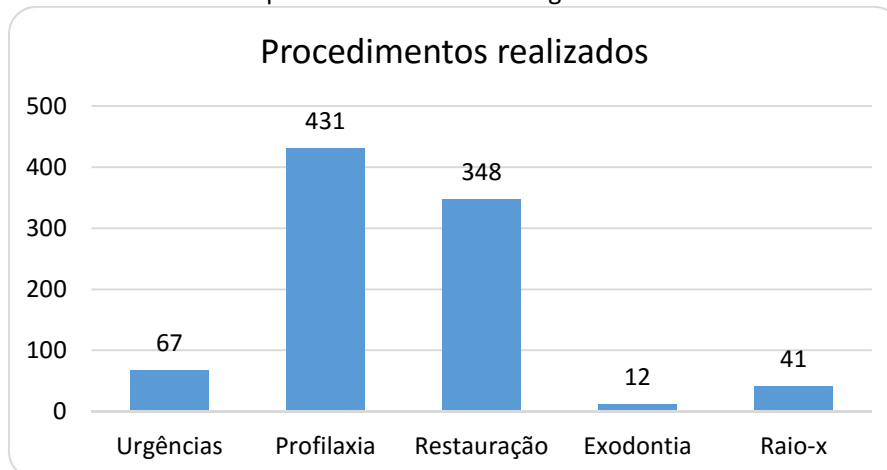
Serviços oferecidos na PGJ	
Descrição	Nº de pessoas atendidas
Vacina influenza	328
Teste glicemia capilar	324
Pressão Arterial	249
Palestras	539
Serviços oferecidos na Sede das Promotorias da Capital	
Descrição	Nº de pessoas atendidas
Vacina influenza	172
Teste glicemia capilar	162
Pressão Arterial	115
Palestras	100
Total de Atendimento	1.989

Fonte: CGP – Seção de Saúde Funcional/PGJ-MA, 2015

3. Atendimento odontológico

Durante o ano de 2015 foram atendidos 358 pacientes entre membros, servidores e dependentes sendo ofertados os procedimentos de restaurações, profilaxia (limpeza), raspagem periodontal, exodontia, radiografias e urgência.

Gráfico 17: Número de procedimentos odontológicos realizados em 2015



Fonte: CGP – Seção de Saúde Funcional/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

11.4 Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

Compreendem a Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG), as Seções de: Manutenção e Serviços Gerais; Transporte; Segurança e Análise de Custos.

Dentre as principais atividades realizadas destacamos: manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, com pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; dedetização nos prédios da capital e interior; conserto de portas e janelas de vidros; conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras; fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado e grades de ferro; fornecimento e instalação de persianas; placas de sinalização; película, chaves e carimbos. Acompanhamento dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; fotocopiadoras; gerenciamento de frota de veículos; locação de imóveis, inclusive com mudança para imóveis com melhor estrutura para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria etc.).

Em 2015, implementou o programa “Promotoria Legal”, onde as Coordenadorias de Serviços Gerais, Engenharia e Informática, viajam juntos até as Promotorias para verificarem as necessidades de reparo (pintura, revisão de cobertura, entre outros), instalação de lâmpadas de emergência, troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos de energia/lógico e telefônico, configuração da rede interna, além de móveis e equipamentos em geral.

A CSG também é responsável pela gestão da frota de veículos, através da Seção e Transporte, que cuida desde o processo de aquisição até a manutenção dos automóveis.

Tabela 81: Quantitativo da Frota de Veículos da PGJ-MA em 2015

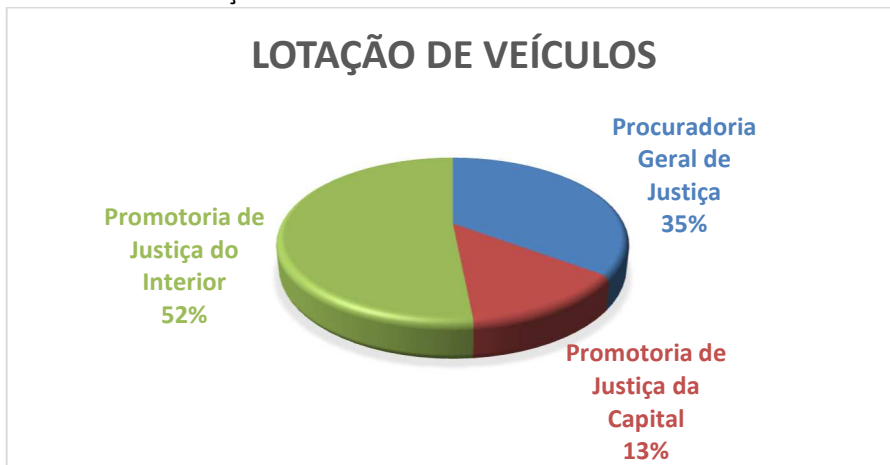
LOTAÇÃO DE VEÍCULOS	QUANTIDADE
Procuradoria Geral de Justiça	45
Promotoria de Justiça da Capital	17
Promotoria de Justiça do Interior	66
TOTAL DE VEÍCULOS	128

Fonte: CSG – Seção de Transportes/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gráfico 18: Distribuição da frota de veículos em 2015



Fonte: CSG – Seção de Transportes/PGJ-MA, 2015

11.5 Coordenadoria de Administração (CAD)

De acordo com os arts. 69 e ss. do Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ, a Coordenadoria de Administração (CAD) é a unidade administrativa incumbida de coordenar e acompanhar a execução das atividades de: aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição relativa a materiais e patrimônio, abrangendo o registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis; elaboração dos termos de referência e responsabilidade na sua área de competência; bem como diversas outras atribuições compatíveis com a natureza de suas atividades.

A CAD é composta pelas Seções de Patrimônio; de Material e de Compras, consolidando-se, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, na área de gestão patrimonial, o que a doutrina especializada denomina de “tripé”, consistente na segregação das funções de comprar, controlar o estoque de material de consumo e, igualmente, o de material permanente.

Quanto à Seção de Patrimônio engloba as atividades de controle, utilização, guarda e conservação dos bens permanentes da Instituição, tanto os bens *móveis* quanto os *imóveis*, compreendendo, ainda, o planejamento de aquisição e reposição de materiais permanentes, ambos através da abertura do competente procedimento administrativo ou, em caráter excepcional, mediante compra direta.

Em relação à Seção de Materiais cumpre, igualmente, organizar, controlar o consumo de materiais e estabelecer níveis de estoque adequados; emitir relatórios para controle de consumo de materiais e velar pela manutenção do almoxarifado.

Registre-se, outrossim, importante incumbência da Coordenadoria de Administração, que por



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

meio da Seção de Compras deve prestar informações e assistência à comissão permanente de licitações no decorrer do procedimento licitatório, para aquisição de materiais de consumo e permanente, como também pesquisa de mercado para coleta das propostas necessárias para subsidiar a elaboração do Termo de Referência, procedimentos iniciais para uma licitação.

Importante ainda destacar a tarefa de identificação dos bens móveis, com afixação de plaquetas, para fins de inventário; a deflagração e acompanhamento de processos administrativos tendentes a viabilizar a alienação de tais bens, considerados em desuso ou inservíveis, nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012-GPGJ; além da orientação sobre a utilização dos materiais permanentes;

1 - Melhorias implementadas em 2015

Almejando o cumprimento das metas previstas para o exercício de 2015, a Coordenadoria de Administração buscou viabilizar o suprimento das necessidades de materiais de consumo e permanente das novas sedes da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça da Capital, das Promotorias de Justiça de entrância inicial, intermediária e final, assim como às Procuradorias de Justiça e diversas unidades administrativas sediadas no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Nesse contexto, a CAD empreendeu esforços para a adoção de todas as providências cabíveis para a disponibilização de estrutura adequada de trabalho para os novos membros do Ministério Público, aprovados no concurso público com nomeação em 2015.

Também em parceria com a Diretoria-Geral e dos membros detentores de carga patrimonial, atuantes nas unidades de execução situadas na capital e interior do Estado, em conformidade com as disposições da Ordem de Serviços nº 01/2012-GPGJ, publicada em 16 de agosto de 2012, conferiu plena eficácia à política institucional de desfazimento de bens inservíveis.

Com o advento do ato normativo acima citado, a Seção de Patrimônio, autuou e acompanhou até o final do exercício financeiro de 2015, **09 (nove)** procedimentos administrativos, totalizando **908 (novecentos e oito)** bens baixados.

A agilidade implementada no trâmite dos procedimentos administrativos relacionados ao desfazimento de bens inservíveis trouxe vários benefícios não apenas para a Instituição Ministerial, como para toda a sociedade, pois que libera as Promotorias de Justiça espalhadas por todo o Estado do ônus de manter em suas sedes materiais sem qualquer utilização. Também amplia o espaço útil dos galpões destinados ao funcionamento dos almoxarifados da instituição, cuja retirada de materiais inservíveis implica em melhor eficiência na armazenagem de novos materiais. Isso facilita o planejamento da aquisição de materiais, especialmente os de natureza permanente que ocupam quantidade significativa de espaço. Por fim, beneficia entidades de interesse social, com a entrega, mediante doação, de bens passíveis de serem utilizados no atingimento de suas funções estatutárias, em total sintonia com o interesse público primário.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Acresça-se, ainda, o fato de que as Promotorias de Justiça do Interior passaram a ter autonomia para designar comissões presididas pelos respectivos Diretores, encarregadas da avaliação e classificação dos bens a serem doados, além da destinação dos mesmos a entidades beneficentes situadas nas próprias comarcas, sem a necessidade de prévia remessa de tais bens para guarda nos almoxarifados da capital e posterior destinação a entidades beneficentes aqui instaladas.

Em 2015 foi dada continuidade aos trabalhos de inventários de materiais de consumo e permanente, conforme estabelece o art. 56 e 57 do Ato Regulamentar nº 03/2014, que regulamenta a realização de inventários no âmbito do Ministério Público, com especial destaque à regularização da documentação relativa aos bens imóveis de propriedade do MPMA, tendo sido envidados esforços no sentido de obtenção das escrituras públicas de doação de imóveis, renovação de contratos de cessão de uso e assinatura de novos instrumentos congêneres a este último.

A Coordenadoria de Administração, em parceria com a Diretoria-Geral, a Comissão de Inventário de Bens Imóveis e Promotores de Justiça situados em todo o Estado, não vem medindo esforços para mapear e regularizar a situação de cada um dos imóveis da Procuradoria-Geral de Justiça. Com a atualização das situações dos imóveis, verificou-se que dos **45** (casa/prédios) próprios, **22 (vinte e dois)** estão pendentes de averbação, quais sejam: Açailândia, Alto Parnaíba, Arari, Bom Jardim, Caxias, Chapadinha, Colinas, Grajaú, Itapecuru Mirim, Maracaçumé, Montes Altos, Paço do Lumiar, Pindaré Mirim, Pinheiro, Santa Rita, Santa Inês, São Mateus, São Luiz Gonzaga, Turiaçu, Timon, Viana e Vargem Grande.

Quanto aos imóveis averbados atualmente foram regularizados **08 (oito)**: Bequimão, Carutapera, Governador Eugênio Barros, Guimarães, Matinha, Paraibano, Pio XII e Presidente Dutra.

Ainda no que diz respeito a inventários, à Seção de Patrimônio concluiu um trabalho de envio, recebimento e processamento de informações constantes dos formulários de pré-inventários dos bens pertencentes as unidades de execução e administrativas integrantes da estrutura do Ministério Público do Maranhão, culminando no levantamento da situação patrimonial de mais de **50.000 (cinquenta mil) itens de material permanente**, e atualização dos registros patrimoniais do SIAGEM, etapa essa de fundamental importância para o cumprimento das Novas Normas de Contabilidade Pública, sobretudo no que diz respeito à realização de depreciação de bens, tendo em vista, que o sistema GESP, que está em fase de conclusão, permitirá à aplicação do método de depreciação para os bens patrimoniais do Ministério Público do Maranhão.

A Seção de Material, através dos 02 (dois) almoxarifados, em 2015 atendeu **3.115 (três mil cento e quinze) Requisições de Materiais**, das quais foram fornecidas **337.871 (trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e um)** unidades dos itens solicitados. Ressaltamos que apesar dos grandes números de pedidos, a celeridade nos atendimentos anda lado a lado a um rigoroso controle de estoque.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Com a previsão de mudança da sede da Procuradoria-Geral de Justiça para 2016, a Coordenadoria de Administração equipou o almoxarifado da nova sede com estrutura metálica tipo Mini Porta Pallet, composta de 59 (cinquenta e nove) estantes reforçadas, que promoverão economia de espaço, através da verticalização do estoque, segurança à guarda do material de consumo da Instituição e melhoria do acondicionamento.

Informe-se ainda que as Promotorias de Justiça de Imperatriz e Timon passaram a receber do almoxarifado da PGJ materiais de higiene, limpeza, além de café e açúcar, para abastecer as necessidades das respectivas promotorias. Essa iniciativa é uma preparação para descentralização dos almoxarifados, um projeto-piloto para futuras implantações em outras promotorias.

Importante destacar que foi iniciado no ano de 2014, o desenvolvimento do SISTEMA GESP, no qual envolve diretamente 03 (três) servidores desta Coordenadoria dando suporte à CMTI e empresa PDCASE, responsáveis pela construção desta solução para que tenhamos um sistema próprio, que proporcionará otimização dos trabalhos desta Coordenadoria e cumprimento das Normas aplicadas ao patrimônio público. A previsão de conclusão do trabalho está marcada para o mês de janeiro/2016.

2 - Aquisição de Material Permanente

Em 2015 a Procuradoria-Geral de Justiça, atendendo a toda demanda institucional (PGJ, Promotorias da Capital e Interior), adquiriu e tombou 3.604 (três mil, seiscentos e quatro) itens, valendo destacar a aquisição de 905 itens mobiliários (poltronas, mesas e cadeiras); 548 (câmera de vídeo); 150 (scanners); 210 (telefones); 140 (condicionadores de ar); 135 (impressoras); 281 (estrados de plástico), dentre outros. Também foram adquiridos materiais de consumo, tais como: alimentos e bebidas (água); combustíveis, lubrificantes e peças para veículos, material de expediente e limpeza, além de impressos, camisas, dentre outros.

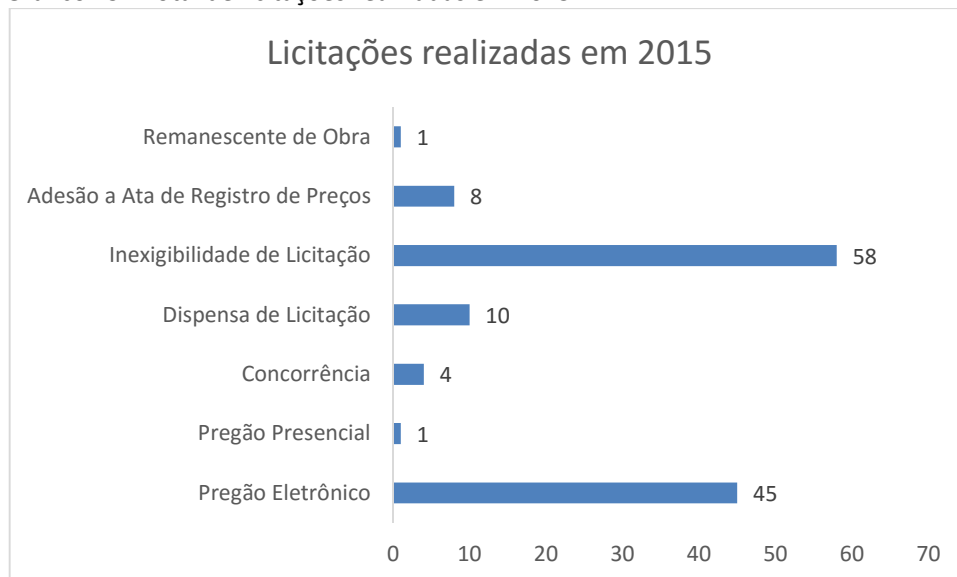


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

11.6 Comissão Especial de Licitação (CPL)

As licitações realizadas contemplaram as modalidades de Pregão na forma Eletrônica, Presencial e Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2015:

Gráfico 19: Total de licitações realizadas em 2015



Fonte: CPL/PGJ-MA, 2015

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2015, foram concluídas 50 (cinquenta) licitações. Desse total 45 (quarenta e cinco) foram na modalidade Pregões na forma Eletrônica; 01 (uma) Pregão na forma Presencial, e 04 (quatro) Concorrência.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as Adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de 18 (dezoito) Contratos Administrativos e 67 (sessenta e sete) Atas de Registros de Preços.

Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2015 encontram-se relacionados no quadro abaixo:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tabela 82: Economia nos processos licitatórios em 2015

Modalidade	Qtde.	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (valor absoluto - R\$) - (C)	Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	45	65.947.620,44	50.793.312,22	15.154.308,22	22.97%
Pregão Presencial	1	2.002.011,00	1.049.000,00	953.011,00	47.60%
Concorrência	4	13.767.321,11	12.304.515,65	1.462.805,46	10.62%
TOTAL	50	81.716.952,55	64.146.827,87	17.570.124,68	21.50%

Fonte: CPL/PGJ-MA, 2015

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de R\$ 17.570.124,68 (dezessete milhões, quinhentos e setenta mil, cento e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), o que equivale 21,50% (vinte e um virgula cinquenta centésimos por cento) do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2015.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

A CPL no ano de 2015 realizou 10 (dez) enquadramentos de contratações por dispensa (Artigo 24 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 869.618,40 (oitocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e dezoito reais e quarenta centavos), e 58 (cinquenta e oito) por inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 1.229.937,98 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos), para compras e serviços, tais como locação de imóveis, licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores.

Tabela 83: Valor dos processos licitatórios em 2015

Modalidade	Qtde.	Valor Contratado R\$
Pregão Eletrônico	45	50.933.312,22
Pregão Presencial	1	1.049.000,00
Concorrência	4	12.304.515,65
Dispensa	10	869.618,40
Inexigibilidade	58	1.229.937,98
Adesão a ARP	8	953.263,10
Remanescente	1	29.596,56
TOTAL		67.369.243,91

Fonte: CPL/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

11.7 Coordenação de Comunicação (CCOM)

A Coordenadoria de Comunicação (CCOM) se divide em 02 (duas) seções: Seção de Imprensa e Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica.

1 - Seção de Imprensa

Nesta seção é produzido o clipping dos jornais impressos com o objetivo de subsidiar o trabalho de promotores e procuradores de justiça sobre fatos que possam ensejar alguma ação do Ministério Público. Além do trabalho diário, distribuído a setores estratégicos da instituição, a CCOM produz clippings especiais, mediante demanda dos membros, sobre temas e/ou períodos específicos.

a) Clipping especial

Foram elaborados três clippings especiais em 2015, visando subsidiar ações do Ministério Público.

Tabela 84: Descrição dos clippings especiais produzidos

Notícias Solicitadas	Solicitante	Período
Repercussão das atividades da Corregedoria do MP nos veículos de comunicação	Corregedoria	Jan/2014 a Ago/2015
Canibalismo em Pedrinhas	SECINST	Jan/2014 a Out/2015
Anúncios abusivos e sexuais em busdoor	Promotor Márcio Thadeu	Nov/15

Fonte: CCOM/PGJ-MA, 2015

b) Aparições do MPMA em Mídia Impressa em 2015

O Ministério Público apareceu em 2.230 notícias publicadas na mídia impressa do Maranhão, conforme tabela abaixo:

Tabela 85: Aparições do MPMA em Mídia Impressa – 2015

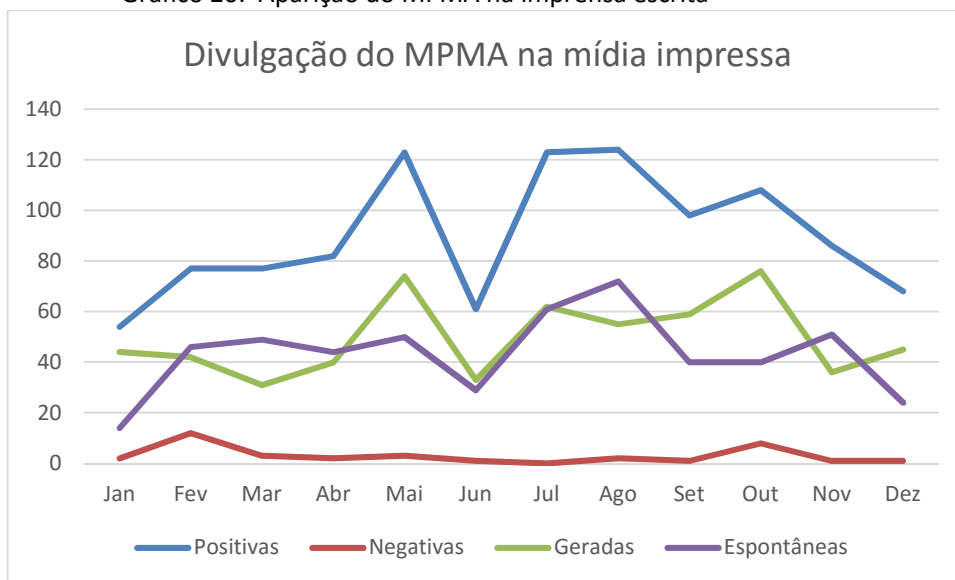
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Positivas	54	77	77	82	123	61	123	124	98	108	86	68	1.081
Negativas	2	12	3	2	3	1	0	2	1	8	1	1	36
Geradas	44	42	31	40	74	33	62	55	59	76	36	45	597
Espontâneas	14	46	49	44	50	29	61	72	40	40	51	24	520
Total/Mensal	114	177	160	168	246	124	246	253	198	232	174	138	2.230

Fonte: CCOM/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
 MINISTÉRIO PÚBLICO
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gráfico 20: Aparição do MPMA na imprensa escrita



Fonte: CCOM/PGJ-MA, 2015

c) *Redes Sociais*

– *Página no Facebook*

Criado em setembro de 2013, o perfil no *facebook* é a primeira participação do MPMA em uma rede social. Idealizado com o objetivo de criar mais uma via de divulgação de suas atividades e de interação com a sociedade, a rede social é um canal pelo qual a comunidade poderá tirar dúvidas e encaminhar demandas ao Ministério Público; onde terão acesso a informações sobre a estrutura da instituição, notícias da atuação do órgão, arquivos das campanhas desenvolvidas e imagens das diversas ações desenvolvidas em todo o estado.

Tabela 86: Estatística do Facebook do MPMA em 2015

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Curtidas	232	72	08	69	58	34	26	14	28	11	27	34	613
Notícias publicadas	03	78	46	52	77	43	69	59	75	73	82	45	702
Publicação mais comentada	1	2	2	0	0	1	8	5	41	2	32	1	797
Publicação mais curtida	15	30	51	22	16	12	62	90	217	128	257	121	1.016



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

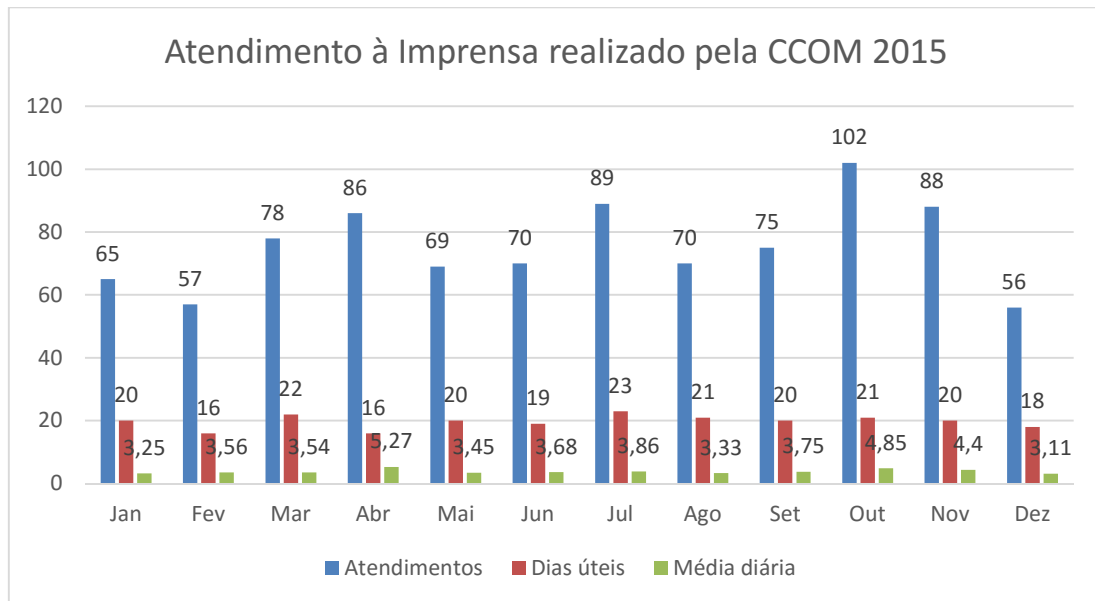
Compartilhamentos	4	14	23	20	6	12	18	46	77	58	80	49	407
Alcance ao Público	2676	5661	8193	8928	7108	4785	12191	9730	18329	10425	13209	10769	112.004

Fonte: CCOM/PGJ-MA, 2015

d) Atendimento à Imprensa:

A política da Coordenadoria de Comunicação não permite passar os contatos dos membros sem a prévia autorização. O objetivo é resguardar a privacidade dos promotores/procuradores e garantir o atendimento com o máximo de rapidez. O maior número de atendimentos é proveniente das televisões, jornais impressos, rádios e blogs.

Gráfico 21: Atendimento à imprensa



Fonte: CCOM/PGJ-MA, 2015

Veículos atendidos

Emissoras de televisão locais - TV Assembleia, TV Cidade, TV Mirante, TV Difusora, TV Guara, TV Brasil, TV Maranhense, TV Meio Marte (Teresina).

Emissoras de televisão nacionais - Rede Record, Rede Globo, Globo News.

Jornais impressos locais - O Estado do Maranhão, O Imparcial, Jornal Pequeno, O Debate, Atos e Fatos, Extra, A Tarde e O Progresso.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Jornais de circulação nacional – Correio Braziliense, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Extra – Rio de Janeiro.

Jornais de circulação internacional – Globe and mail – Canadá, New York Times - EUA.

Emissoras de rádio locais - Difusora AM e FM, Rádio Universidade FM, Rádio Capital, Rádio Educadora, Mirante AM, Rádio Universidade FM.

Emissora de rádio nacional - Rádio Justiça, Rádio Globo, Rádio Nacional da Amazônia CBN SP.

Emissora de rádio internacional – BBC Londres, Al Jazeera - Catar.

Portais/sites locais - Imirante.com, G1 Maranhão, Agência Matraca, IDifusora.

Portais/sites nacionais - Globo.com, Folha Online, Uol, Fato Online – Brasília, CONJUR – Consultor Jurídico, I6.

Blogs/ Sites locais – Atual 7, Gilberto Léda, Neto Ferreira.

Revistas – Veja

e) Programa de Rádio “Estação Ministério Público”



O Programa Estação Ministério Público vai ao ar todos os sábados na Rádio São Luís AM 1340 KHz, no horário das 9 às 10 da manhã. As notícias da semana do Ministério Público, campanhas institucionais e notas de utilidade pública, tais como a divulgação de telefones importantes, também são divulgadas no programa. O espaço para exibição do programa foi gentilmente cedido pelo grupo Zildene Falcão, proprietário da Rádio São Luís AM, sem qualquer ônus ao Ministério Público do Maranhão.

Em 2015 foram realizados 34 programas, sendo que dos 39 entrevistados: 9 (nove) foram promotores entrância inicial, 7 (sete) de entrância intermediária, 15 (quinze) de entrância final e 08 (oito) integrantes de outros poderes.

f) *Sítio do MPMA na internet*

O endereço eletrônico do Ministério Público do Maranhão é uma das principais ferramentas de divulgação das informações relativas à instituição. Foi reformulado em 2013, com objetivo dar um aspecto mais institucional ao endereço eletrônico, priorizando as informações de maior relevância à sociedade e dando destaque às campanhas institucionais do Ministério Público, cumprindo ainda a Resolução CNMP nº 91, que dispõe sobre a utilização do domínio ".mp.br" pelo Ministério Público. O desenvolvimento do site, no entanto, é constante, estando continuamente sendo aprimorado e recebendo novos conteúdos.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Dados estatísticos do site do MPMA em 2015

Tabela 87: Estatística do Site MPMA

Notícias Publicadas	Total
Notícias Publicadas	758
Total de acessos	269.346
Média de acessos	355,33
Notícia mais acessada*	2.180

* Nomeação do concurso para membros" (2/09)

Avisos Publicados	Total
Avisos Publicados	104
Total de acessos	28.141
Média de acessos	270,58
Aviso mais acessado*	1.657

*Calendário de Pagamentos (16/01)

Programa Estação Ministério Público	Total
Programas publicados	34
Total de acessos	13.576
Média de acessos	399,29
Programa mais acessado*	1.064

*Investigação contra a prefeita de Bom de Jardim (24/08)

Fonte: CMTI números em 05/01/2016.

2 - Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica

Como parte das atribuições do setor, definidas em norma específica, estão:

- Clipagem diária das notícias veiculadas sobre o Ministério Público na mídia impressa;
- Suporte aos eventos internos, junto ao Cerimonial;
- Planejamento de eventos comemorativos, como o Dia da Mulher, Dia das Mães, Semana do Servidor, Caminhada “Maria da Penha em Ação”, Passeio ao Parque Botânico da Vale;
- Planejamento, execução e avaliação das duas edições do “Ministério Público em Ação”;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Planejamento, diagramação e produção dos informativos interno “Em Dia” das campanhas institucionais
- Planejamento, execução e avaliação das campanhas institucionais;
- Atualização permanente do Facebook institucional;
- Atualização permanente dos murais da instituição

11.8 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

A Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, composta pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação, tem como missão fundamental realizar a gestão da política documental do Ministério Público Maranhense, visando garantir a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional.

Durante o ano de 2015, com o apoio da Administração Superior do MPMA, esta unidade administrativa buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as metas da Instituição, para contemplar as necessidades informacionais dos Membros, Assessores e Servidores do *Parquet* estadual e da comunidade em geral, bem como dar transparência e visibilidade das seguintes ações, serviços e produtos oferecidos aos seus clientes:

1 – Gestão e Fiscalização de Contratos.

Proposição e acompanhamento dos processos administrativos, que visam a promover a efetividade no cumprimento dos Contratos e Atas de Registro de Preços referentes às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria.

1.1 – Solicitação de assinatura e renovação de periódicos jurídicos impressos (Editoras: *Revista dos Tribunais*, *Fórum*, *IOB-Síntese* e *Dialética*);

1.2 - Assinatura e renovação de Sistemas de pesquisa virtuais jurídicos e técnicos:

a) “*Boletim de Licitações e Contratos BLC (NDJ)*”: à Assessoria/PGJ, à Assessoria Jurídica da Administração, à Assessoria Controle Interno e à Comissão Permanente de Licitação;

b) “*Debit Atualiza*” e “*Debit Trabalhista*”: Aplicativos de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de sentença trabalhista ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Proibidade Administrativa – CAOp-ProAd e à Assessoria Técnica/PGJ;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

1.3 – Fiscalização dos serviços de publicidade de avisos, editais, comunicados e notas oficiais em Jornais Locais;

1.4 - Fiscalização dos serviços de assinatura, entrega e fornecimento de Jornais Locais;

1.5 - Fiscalização dos serviços de Guarda, Digitalização e Gerenciamento de Documentos e Arquivos – *Sistema GED ARQUIVAR*;

1.6 - Fiscalização dos serviços de fornecimento de materiais gráficos (lotes referentes às publicações institucionais);

1.7 - Fiscalização dos serviços de formatação e diagramação de obras institucionais;

1.8 – Solicitação e Acompanhamento da aquisição de livros para a Biblioteca Arcelina Mochel (PGJ), Biblioteca da ESMP, Assessoria Jurídica da Administração e Promotorias de Justiças.

2 – Supervisão Editorial e Normalização de Obras Institucionais.

Visa suprir as necessidades de divulgação dos programas e das publicações institucionais.

a) Organização, normalização e distribuição da Revista do MPMA - *Juris Itinera* nº. 22, 2015 (anual);

b) Normalização do “*Relatório de Atividades MPMA – 2014*”;

c) Normalização do “*O Timbira: Anuário de Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público*”;

d) Normalização do “*Manual de Atuação Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão*”;

e) Organização, normalização e distribuição do “*Manual de Expediente Oficial*” (2ª edição, revisada e ampliada);

f) Organização e distribuição da “*Agenda MPMA AMPEM 2016*” e do “*Caderno de Anotações MPMA AMPEM 2016*”;

g) Revisão e distribuição do “*Calendário MPMA AMPEM 2016*”.

3 – Política de Atendimento ao Usuário

A seguir, demonstra-se o comparativo anual (2014-2015) dos produtos e serviços oferecidos:

Tabela 88 – Utilização de Serviços e Produtos



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATENDIMENTO AO USUÁRIO	2014	2015
Serviço de Alerta-legislação (pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	298	444
Serviço de Pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral)	820	602
Serviço de Empréstimo de livros (jurídicos, técnicos e literários)	1.589	804
Consultas locais ao acervo bibliográfico	351	268
Sumários Correntes (Disponibilização <i>on line</i>)	80	80
Serviço de Publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão (Recebimento, formatação e envio à Supervisão do Diário Oficial do Maranhão)	2.723	3.313
Serviço de Publicidade de avisos, editais e notas oficiais nos jornais locais	285	157

Fonte: CDB/PGJ, 2015.

4 – Política de Desenvolvimento e Ampliação de Coleções

Por iniciativa desta coordenadoria, foi realizada a solicitação de empenho e Acompanhamento da aquisição de livros para a Biblioteca Arcelina Mochel (PGJ), Biblioteca da ESMP, Assessoria Jurídica da Administração e Promotorias de Justiça.

Igualmente, tendo em vista a mudança de sede da PGJ, foi realizado o inventário do acervo bibliográfico, objetivando o eventual desbaste e posterior descarte de obras obsoletas.

Abaixo, descreve-se o comparativo anual do desenvolvimento e ampliação das coleções bibliográficas:

Tabela 89 – Evolução das coleções bibliográficas

DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	2014	2015
Doação de Livros	240	41
Renovação de Assinaturas de Periódicos Jurídicos e Técnicos	16	16
Doação de Periódicos Jurídicos	20	20
Inclusão de Fascículos de Periódicos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)	67	75

Fonte: CDB/PGJ, 2015.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

5 – Apoio à Implantação de Sistemas Institucionais:

5.1 – Apoio à implantação institucional do Sistema DIGIDOC (sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos), no que se refere à análise e elaboração da Tabela de Assuntos.

5.2 - Auxiliar a implantação institucional do ambiente de testes do Sistema de Gestão do Diário Oficial Eletrônico, através de visitas técnicas sobre o funcionamento do referido aplicativo junto à Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações do Tribunal de Justiça do Maranhão, além da análise das ferramentas técnicas e compatibilização de matérias e setores, em ambiente de testes, para posterior disponibilização do ambiente de produção após homologação pela Administração Superior do MPMA.

5.3 – Apoio à atualização do Sistema de Protocolo/PGJ com a inclusão das Tabelas Taxonômicas Unificadas de Gestão Administrativa do Conselho Nacional do Ministério Público para uso em ambiente de produção.

6 - Outras ações importantes:

A seguir, apresenta-se o comparativo anual de outras ações e iniciativas importantes desenvolvidas por esta coordenadoria:

Tabela 90 – Ações e Iniciativas de relevo - CDB

AÇÕES DE DESTAQUE	2014	2015
Despachos em Processos Administrativos (AD) e do Conselho Superior do MP (CS)	371	408
Atualização dos Sistemas de Legislação Estadual (LEGIS) e de Legislação Municipal	58	71
Atualização – <i>Link</i> virtual de Legislação Interna	50	66
Expedição de Correspondências (Postagens via Correios)	153	189

Fonte: CDB/PGJ, 2015.

Tabela 91 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Protocolo/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015
Recebimento/Autuação de Processos Administrativos (AD)	13.338	13.708
Recebimento/Autuação de Processos do Conselho Superior (CS)	2.644	743
Recebimento/Autuação de outros processos	526	32



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Expedição de Correspondências (Postagens via Correios) 2.948 1.755

Fonte: CDB/PGJ, 2015.

Tabela 92 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Arquivo/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015
Recebimento de documentos das unidades administrativas e dos Órgãos Superiores do MPMA (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões)	14.447	12.535
Envio de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões).	2.487	1.179
Remessa e solicitações de devolução de documentos para consulta (Empresa ARQUIVAR - pastas e caixas-arquivo contendo pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões) à Empresa AC Suporte e Serviços Ltda. (representante exclusivo da marca ARQUIVAR, que presta os serviços de guarda e gerenciamento de arquivos intermediários).	241	872
Documentos solicitados e eliminados (descarte seguro - caixas poliondas de pareceres, diários oficiais e clippings)	313	344

Fonte: CDB/PGJ, 2015.

11.9 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

É dividida em três Seções, a saber:

- Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;

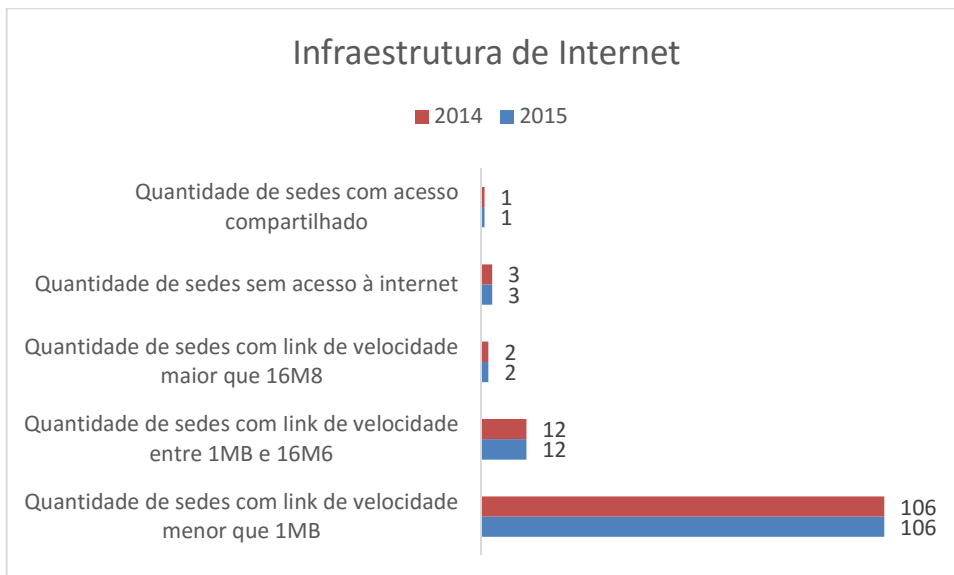


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Seção de Segurança e Rede de Computadores; e
- Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário, que terão suas atividades apresentadas em conjunto devido à interdependência destas;

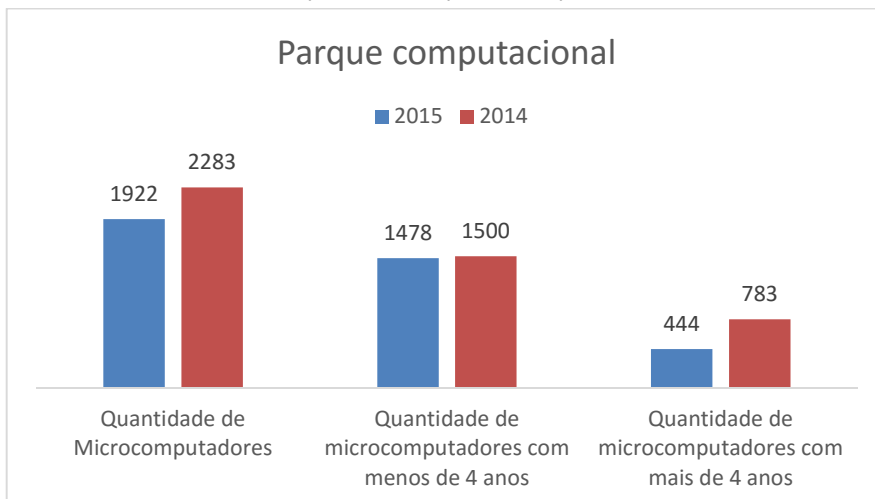
1 - CMTI em números:

Gráfico 22: Infraestrutura de internet do MPMA



Fonte: CMTI/PGJ-MA, 2015

Gráfico 23: Número de computadores tipo desktops do MPMA

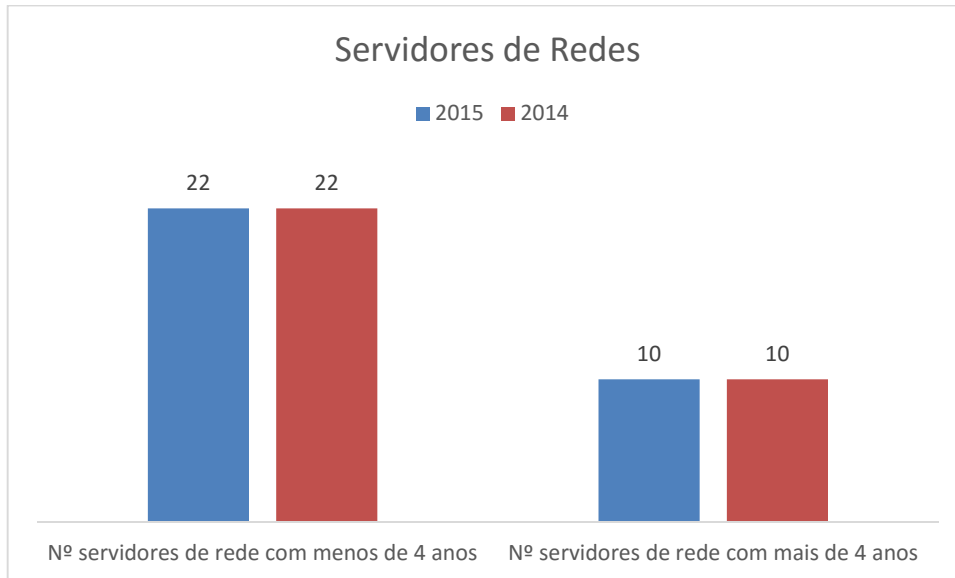




**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

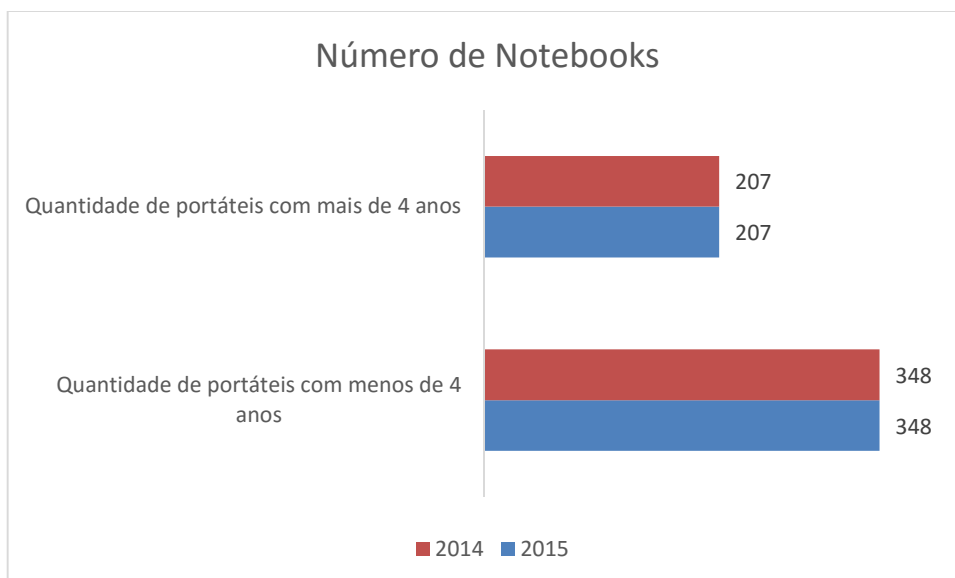
Fonte: CMTI/PGJ-MA, 2015

Gráfico 24: Quantitativo de servidores de rede do MPMA



Fonte: CMTI/PGJ-MA, 2015

Gráfico 25: Número de notebooks utilizados

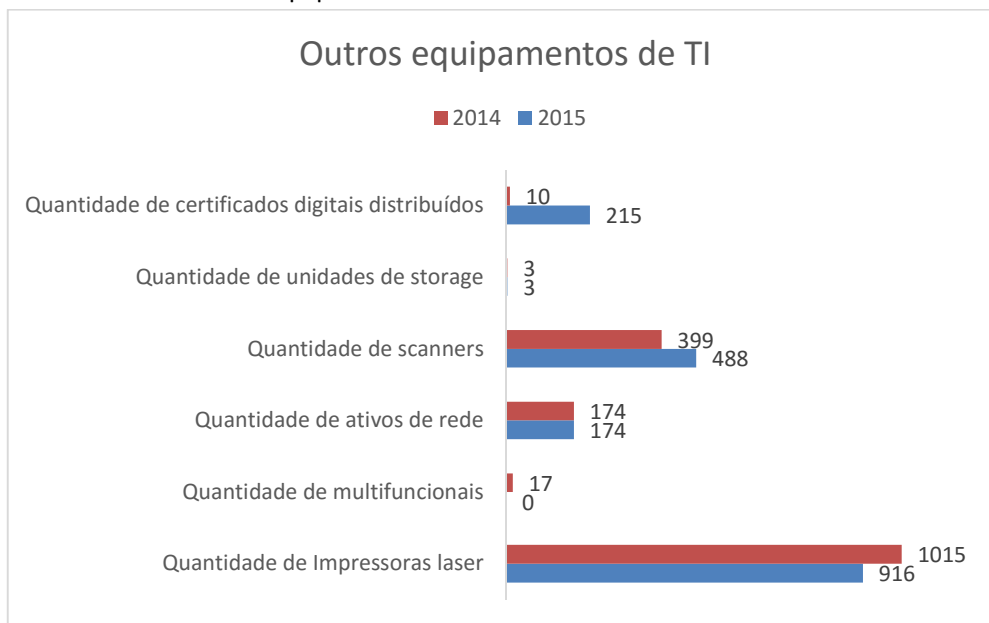


Fonte: CMTI/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gráfico 26: Outros equipamentos de TI utilizados



Fonte: CMTI/PGJ-MA, 2015

2. Atividades da Coordenação da CMTI

Acompanhamento de processos licitatórios, adesões a Atas de Registro de Preços e aquisições:

- Aditivo de Prazo para Prestação de Serviços continuados da Rede de Dados (INFOVIA) – PA 1184AD/2015. Melhoria na qualidade, transparência e celeridade dos serviços das áreas finalísticas.
- Projeto Executivo das Promotorias de Justiça da Capital (PJ Capital) – Contrato 110/2013 – PA 1858AD/2015. Melhoria na qualidade, transparência e celeridade dos serviços de comunicação e colaboração entre servidores e membros.
- Aquisição de Leitores Biométricos – PA 2426AD/2015. Melhoria no controle de registro da frequência de servidores nas diversas unidades do Ministério Público.
- Aquisição de Projetores Multimídia – PA 2544AD/2015. Melhoria no atendimento e divulgação das ações administrativas e finalísticas nas diversas unidades do Ministério Público.
- Serviços de Instalação de Link ponto a ponto – PA 2648AD/2015. Instalação de link a rádio ponto a ponto, entre os prédios das Promotorias de Justiça da capital e a sede da



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Procuradoria-Geral de Justiça, visando melhoria na comunicação de dados e Internet para membros e servidores das promotorias de justiça da capital.

- Formalização do 3º Aditivo de Prazo ao Contrato 72/2013 – PA 10683AD/2015, para melhoria e otimização no processo de desenvolvimento de software.
- Fornecimento de 400 eToken 5100 da Safenet e 1000 Leitor de Smart Card Gem PC TH Gemalto – PA 11009AD/2015. Melhoria no controle e segurança de documentos digitais.
- Capacitação de Servidores da Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos – PA 3517AD/2015 e 3519AD/2015, para recuperação de HD e demais mídias visando extração de dados com conserto físico e lógico. Melhoria e otimização na recuperação de informações lógicas comprometidas em função de falhas dos dispositivos de armazenamento de dados.
- Aquisição de Impressoras de Crachá – PA 3782AD/2015. Melhoria no controle de acesso e segurança institucional através da identificação funcional.
- Aquisição de Cartões PVC com chip sem contato (MIFARE) – PA 3783AD/2015. Melhoria no controle de acesso e segurança institucional através da identificação
- Aquisição de Carteiras Funcionais, certificados digitais, tokens e leitoras smartcard, para uso da assinatura digital nos sistemas SIMP, DIGIDOC e PJe.
- Serviços de implantação de Infraestrutura para nova sede da PGJ – PA 4419AD/2015. Autos instruídos objetivando contratação de infraestruturas tecnológicas de: cabeamento estruturado para rede de dados, telefonia e segurança eletrônica (cftv e controle de acesso), rede elétrica dedicada a ti, infraestrutura e solução integrada de vídeo monitoramento ip, controle de acesso, detecção e alarme de incêndio e sonorização ambiente/emergência, além sistema de combate automático de incêndio em data center e soluções de sonorização e projeção para o auditório e colegiado, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais e acessórios, para atender as necessidades do novo prédio-sede da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.
- Prestação de serviços continuados de tecnologia da informação voltada ao desenvolvimento e manutenção evolutiva e adaptativa de sistemas de informação, em regime de Fábrica de Software em JAVA, PHP e PL/SQL, durante 12 (doze) meses, visando atender as demandas do Ministério Público do Estado do Maranhão – PA 5078AD/2015.
- Aquisição de Licenças para solução de BI – PA 5565AD/2015. Melhoria na qualidade e atuação da Instituição.
- Fornecimento de 50 (cinquenta) *scanners* – PA 7162AD/2015. Melhoria e otimização no processo de virtualização de documentos.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- Fornecimento de 110 (cento e dez) impressoras térmicas – PA 7163AD/2015. Melhoria no controle e registro dos processos judiciais e extrajudiciais.
- Fornecimento de 40 (quarenta) ultrabooks – PA 7166AD/2015. Melhoria na atividade da área fim do Ministério Público.
- Fornecimento de 90 (noventa) Hds externos. Melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- Serviços de transferência (moving) do Data Center da Sede atual da PGJ/MA para a nova Sede – PA 7457AD/2015. Garantia da qualidade e manutenção da infraestrutura de *datacenter* do MPMA.
- Vistoria Técnica nas Promotorias de Justiça de São José de Ribamar – PA 11226AD/2015, para intervenções na infraestrutura de redes.
- Aquisição de Computadores Desktop e Monitores – PA 11820AD/2015. Melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- Fornecimento de 50 Leitores Óptico Manual de Código de Barras – Tipo Pistola – PA 12184AD/2015, para uso nos sistemas SIMP e GESP.
- Licitação – Aquisição de Baterias Seladas para Nobreaks – PA 12580AD/2015. Garantia da qualidade dos serviços nas áreas meio e fim.
- Prorrogação em caráter emergencial (INFOVIA) – PA 12777AD/2015. Autos instruídos com a solicitação de aditivo para cobertura contratual durante o período de migração dos circuitos para o novo contrato.
- Aquisição de Certificados Digitais A3 – PA 12812AD/2015. Autos instruídos com a solicitação de formalização do contrato para emissão de 100 unidades.
- Aquisição de Switches – PA 12839AD/2015

3 - Outros procedimentos gerenciais:

- Cooperação Técnica com o TCE/MA, para recebimento de informações encaminhadas pela CPL, através do Sistema SACOP (TCE/MA), visando melhoria na comunicação de dados e Internet para membros e servidores das Promotorias de Justiça da capital.
- Reunião Extraordinária do CETI com o objetivo de revisar o Plano Diretor de TI 2015-2016 com base na consolidação da reduzida proposta orçamentária para a área de Tecnologia da Informação do Ministério Público do Estado do Maranhão; Definição dos serviços essenciais vigentes e projetos continuados futuros (investimento e custeio) que deverão ser descontinuados, face à reduzida reserva orçamentária; Previsão de aquisições de materiais permanentes e de consumo (Investimento) de atas de registro de preços vigentes; e, Discutir



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

estratégia para definição das aquisições futuras (Investimento e Custeio), com base no reduzido orçamento do exercício de 2015.

- Adequação do DataCenter do Prédio Sede das Promotorias de Justiça da Capital. Melhoria na segurança e preparação do ambiente para comportar uma sala segura de datacenter.
- Desligamento de contas de E-mail Institucional – PA 3788AD/2015. Melhoria no atendimento e divulgação das ações administrativas e finalísticas nas diversas unidades do Ministério Público.
- Levantamento do Nível de Governança da TI do MPMA – PA 4026AD/2015. Concluído o levantamento de nível de governança da TI da Instituição, através do preenchimento de planilha para levantamento sobre o estado atual de governança e gestão do MPMA. Originalmente esta planilha foi desenvolvida pelo TCU/SEFTI e utilizada para o cálculo do iGovTI 2014, na qual foram feitos acréscimos/modificações pelo Escritório de Governança de TI do MPPE.
- Inclusão de Taxonomia CNMP para a área Administrativa – PA 6980AD/2015. Melhoria dos serviços prestados e padronização para análise efetiva dos dados gerados.
- Solicitação do 2º Aditivo de Prazo ao contrato nº 110/2013 – PA 7799AD/2015. Formalizado pedido objetivando a continuidade dos serviços essenciais de comunicação e colaboração baseado em nuvem (office365) na qual são providos os serviços de e-mail Institucional, armazenamento virtual e comunicação instantânea. Melhoria na qualidade da comunicação Institucional.
- Reequilíbrio Econômico-Financeiro em ARP 043/2014 – PA 7879AD/2015. Após provocação da empresa detentora da ARP 043/2014, os autos foram devidamente instruídos e encaminhados para análise por parte da Administração Superior. Refere-se à aquisição de impressoras térmicas.
- Aplicação de penalidades a fornecedor – PA 8034AD/2015. Cumprimento das cláusulas contratuais vigentes.
- Criação de Comissão de Estudos para Elaboração de Ato Normativo – PA 8781AD/2015. Solicitada a criação de comissão de estudos objetivando a elaboração de ato normativo que discipline e estabeleça normas para a contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, considerando a Resolução nº 102/2013-CNMP.

4 - Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

- Interoperabilidade SIMP/Pje/Themis - Suporte junto ao TJMA para operacionalização da interoperabilidade com os sistemas Pje e Themis.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- Diário eletrônico - Adaptado o sistema de Diário Eletrônico, cedido pelo TJMA, às particularidades do MPMA. Aguardando a homologação por parte do setor requisitante, a saber: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca.
- Sistema para controle de ocorrências de plantão - Concluído o desenvolvimento do sistema de plantão, demandado pela Corregedoria-Geral do MPMA. Sistema aguardando homologação do requisitante para ser disponibilizado em ambiente de produção. Criadas Views no Banco de Dados para acesso às tabelas usadas no sistema desenvolvido.

4.1 Outras demandas foram atendidas com a melhoria de sistemas, correção de erros e desenvolvimento de outras aplicações:

- COF – exportação de pagamentos para EXCEL.
- Adaptação ao Ato 11/2015, geração de relatórios e inclusão de novas funcionalidades.
- Melhorias no sistema de portarias (CGP);
- Adaptação do sistema Frotas do TJMA (CSG);
- Suporte ao SISPADI (correção de erros);
- Relatório de setores sem relógio de ponto para RH – Ponto Eletrônico (CAD);
- Elaboração do documento de Padrões de Desenvolvimento (CMTI – SADS);
- Emissão do relatório de atividade funcional – SIMP (área fim do MPMA);
- Boletim Interno - Adição de e-mails; Correção de bugs.
- Portal da Transparência - Adequação layout e níveis de navegação segundo novo manual do CNMP.
- SIMP - Alterações em cadastros e relatórios (remoção e adição de campos) e otimização no carregamento de páginas.
- Portal (Intranet e Internet) Institucional - Criação de links e páginas de campanhas, atualização de conteúdo, conforme demandas da SECINST.
- SOLMAT - Intervenções em banco de dados para alterar em pedidos de material
- CNMP - Criação de ponto de acesso para envio de informações de membros.
- Portarias - Configuração de modelos junto à CGP.
- Redmine CCOM - Adaptado ao fluxo de trabalho do setor requisitante;
- Desenvolvimento de Módulos dos Sistemas de *Patrimônio, Material, RH, Gabinete Médico Odontológico, Portarias*

5 - Seção de Segurança e Rede de Computadores

- Análise das Propostas das Licitantes para a contratação da nova Rede de Dados e Link de Acesso à Internet;

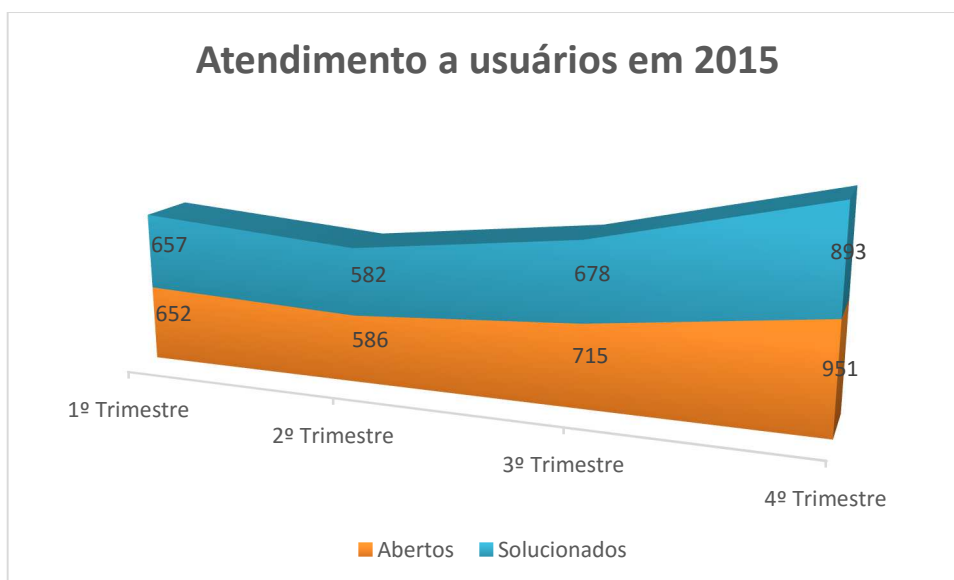


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Apoio à equipe técnica responsável pela implantação do SIMP nas Promotorias de Justiça do Interior do Estado;
- Suporte às demandas na área de Rede e Conectividade da PGJMA, Promotorias de Justiça da Capital e Interior;
- Contato com a Gerência de Serviços Gerenciados da Operadora OI (INFOVIA);
- Fiscalização e Gestão dos Contratos vinculados à Seção, destacando-se o Contrato INFOVIA, Serviços de Nuvem e Infraestruturas Tecnológicas da Nova Sede da PGJMA;
- Manifestações em processos administrativos referentes à Seção de Segurança e Redes de Computadores;
- Visita técnica a Promotorias de Justiça do Interior do Estado em conjunto com a Coordenadoria de Serviços Gerais e Diretoria Geral;
- Continuação da elaboração dos Projetos Executivos para o Prédio-sede das Promotorias de Justiça da Capital em conjunto com a COEA;
- Implantação da Sala de Fiscalização do Contrato 59/2015 na Nova Sede da PGJMA.

6 - Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário

Gráfico 26: Atendimento a usuários em 2015



Fonte: CMTI/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Atividades da equipe de suporte técnico do SIMP – Sistema Integrado do Ministério Público:

- Cadastro de usuários e permissões de acesso ao SIMP;
- Criação de locais (comarcas, câmaras, delegacias, departamentos, departamentos externos, órgãos externos, promotorias, procuradorias, varas, juizados, turmas recursais, zonas eleitorais);
- Criação de contadores de distribuição;
- Configuração/Vinculação de áreas, classes e assuntos a contadores de distribuição conforme atribuições;
- Configuração dos ambientes de homologação e produção para implantação do SIMP em: Promotorias de Justiça de Zé Doca, Matinha, Viana, Penalva, Codó, Pindaré-Mirim, Bom Jardim, Tutóia, Araióses, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar, Bacabal, Codó, Timon, Caxias, Açailândia, Imperatriz, Santa Luzia, Rosário, Morros, Santa Rita, Icatu, Senador La Rocque, João Lisboa, Promotorias de Justiça da Capital, Procuradorias de Justiça, Setores Administrativos da PGJ e Centros de Apoio Operacional.

11.10 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)

Compete à Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas a elaboração de projetos, orçamentação e planejamento de obras, construção, reforma, recuperação, ampliação e adaptação de prédios ocupados pelo Ministério Público, promover o monitoramento e manutenção das instalações físicas destes, bem como serviços de avaliação de imóveis, perícias de engenharia e quaisquer outros serviços nessa área.

Em 2015, a COEA realizou o acompanhamento de obras e serviços de reforma e construção de unidades ministeriais tanto na capital quanto no interior do estado, além de serviços de engenharia de levantamentos planialtimétricos e sondagem de terreno para construção das Promotorias de Justiça.

Elaborou projetos de reformas e construções de sede de Promotorias, realizou avaliação de valor locativo de imóveis, levantamentos para elaboração de laudo de perícias e de situação de instalações elétricas, além de vistorias de obras em execução durante o ano, conforme quadro abaixo:

Tabela 93 – Promotorias construídas/reformadas pela COEA em 2015

CONSTRUÇÃO	REFORMA
Paço do Lumiar	Alcântara
Colinas	Promotorias de Justiça da Capital (em andamento)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Pindaré-Mirim	
Eugênio Barros	
Nova sede de Imperatriz (em andamento)	
Nova sede da PGJ (em andamento)	

Fonte: COEA/PGJ-MA, 2015

Tabela 94 – Promotorias com serviço de manutenção realizado pela COEA em 2015

MANUTENÇÃO		
Imperatriz	Dom Pedro	Santa Inês
Montes Altos	Paraibano	Zé Doca
Porto Franco	Caxias	Vitória do Mearim
Bacabal	Codó	Balsas
São Luís Gonzaga	Matões	São Raim. das Mangabeiras
Olho D'Água da Cunhãs	São Vicente Ferrer	Carolina
Pedreiras	Guimarães	Itapecuru-Mirim
Igarapé Grande	Matinha	Santa Rita
Lago da Pedra	Viana	Vargem Grande
Esperantinópolis	Cururupu	Rosário
São Domingos do MA	Penalva	Chapadinha
Santo Antônio dos Lopes	Turiaçu	São Bernardo
São Mateus	São José de Ribamar	Araioses
João Lisboa	Estreito	Raposa
Pinheiro	São João Batista	Mirinzal
Barreirinhas	Humberto de Campos	Açailândia

Fonte: COEA/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

11.11 Chefia do Cerimonial

A Chefia de Cerimonial é o setor responsável por planejar, organizar, executar e assessorar os eventos do Ministério Público do Maranhão, além de acompanhar o chefe da instituição ou seu representante em eventos externos, quando solicitado pelo Procurador-Geral de Justiça. Também é responsável por outras atividades burocráticas e, desde o ano de 2012, a emissão de passagens aéreas.

O setor tem-se firmado como importante agente na viabilização dos eventos do *Parquet*, tendo participação ativa nas ações estratégicas da Administração Superior - do planejamento até a implementação das ações e a avaliação dos resultados alcançados. Conta com o apoio da Administração Superior na definição das estratégias a serem aplicadas na realização de suas ações e no estabelecimento e consolidação de importantes relações com membros, servidores, estagiários, prestadores de serviços, autoridades e a sociedade em geral.

Atividades desenvolvidas:

- Planejamento, organização e execução de diversos eventos, tais como: solenidades de posses, inaugurações, audiências públicas, atos de assinaturas de documentos, cursos, conferências, congressos, seminários, simpósios, workshops, encontros, semanas, palestras dentre outros;
- Estruturação e organização do espaço físico, desde a disposição dos móveis, ornamentação, recursos audiovisuais, alimentação e todos os recursos necessários à realização de eventos em geral;
- Solicitação e acompanhamento de processos de empenho referentes aos contratos de responsabilidade da Chefia para todos os eventos solicitados;
- Confecção e expedição dos convites;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Manutenção e atualização de etiquetas de autoridades para envio de correspondência;
- Acompanhamento e assessoramento à Procuradora-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;
- Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;
 - Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamentos correspondentes a cada personalidade e providências relativas a reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
 - Elaboração de roteiros e scripts das cerimônias;
 - Confecção de cartões de nominata;
 - Orientação do Mestre de Cerimônia contratado;
 - Recepção e acomodação das autoridades durante o decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à Presidência da Mesa;
 - Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
 - Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;
 - Correspondência eletrônica;
 - Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação.
 - Solicitação, reserva, emissão, remarcação, envio e pagamento de passagens aéreas.
 - Divulgação no portal da transparência das passagens aéreas.

Tabela 95 – Eventos realizados em 2015

Quadro comparativo de eventos realizados (2014-2015)		
EVENTOS	2014	2015
Ação Social	1	-
Solenidades	4	7
Encontros, Simpósios, etc.	9	15
Campanhas	1	3
Concurso	1	1
Caminhada	1	2
Eleição	1	5
Reunião	14	59
Pedra Fundamental	-	-
Posses	4	7



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Inauguração/Reformas (Promotorias no Interior, Memorial, etc.)	5	2
Audiências Públicas	2	5
Comemorações	4	4
Cursos, palestras, oficinas, fóruns e capacitações.	15	29
Acompanhamentos Externos	9	12
TOTAL DE EVENTOS	71	151

Fonte: Cerimonial/PGJ-MA, 2015

Gráfico 27: Número de eventos realizados pelo Cerimonial



Fonte: Cerimonial/PGJ-MA, 2015

QUANTITATIVO DE PASSAGENS AÉREAS.

Tabela 96 – Passagens emitidas em 2015

QUADRO PASSAGENS AÉREAS EMITIDAS EM 2015				
MÊS	BILHETES EMITIDOS			TOTAL
	MEMBROS	SERVIDORES	OUTROS	MENSAL
Janeiro	7	6	0	13
Fevereiro	9	18	0	27
Março	37	35	10	82
Abril	31	40	0	71
Maior	25	26	9	60

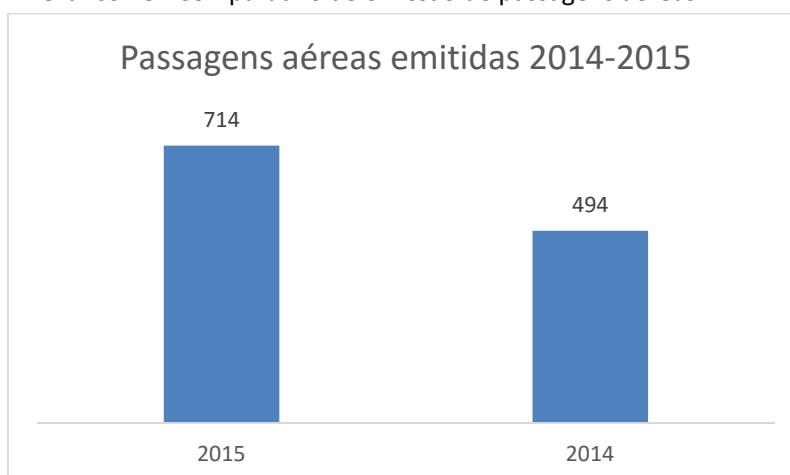


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Junho	31	35	11	77
Julho	8	22	4	34
Agosto	40	45	0	85
Setembro	32	33	0	65
Outubro	29	30	0	59
Novembro	36	48	6	90
Dezembro	11	16	24	51
Total Anual	296	354	64	714

Fonte: Cerimonial/PGJ-MA, 2015

Gráfico 28: Comparativo de emissão de passagens aéreas



Fonte: Cerimonial/PGJ-MA, 2015



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXOS



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

NORMAS LEGAIS PUBLICADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM 2015

LEIS - INSTITUCIONAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 177, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar Estadual nº 083, de 03 de junho de 2005, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor, e dá outras providências.

LEI Nº 10.399, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Institui o Diário Eletrônico do Ministério Público como instrumento oficial de comunicação dos atos do Ministério Público do Estado do Maranhão.

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES

RESOLUÇÃO Nº 33/2015 – CPMP, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a eleição destinada à composição da lista tríplice para escolha do Ouvidor(a) do Ministério Público, para o biênio 2015/2017.

RESOLUÇÃO Nº 32/2015, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a representação do Ministério Público no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Maranhão.

RESOLUÇÃO Nº 31/2015 - CPMP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

Altera a redação do item 42, do anexo único da Resolução nº 019/2013-CPMP, referente às atribuições da 18ª Promotoria de Justiça Criminal.

RESOLUÇÃO Nº 30/2015 - CPMP, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre a eleição destinada à escolha dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2015/2017.

RESOLUÇÃO Nº 29/2015-CPMP, DE 28 DE MAIO DE 2015

Cria, na comarca de Imperatriz, a 8ª Promotoria de Justiça Criminal e a 9ª Promotoria de Justiça Especializada. (O art. 3º desta Resolução foi republicado por incorreção).

RESOLUÇÃO Nº 28/2015 - CPMP, DE 03 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a instituição e o funcionamento do programa Incentivo à Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, cria o Gabinete de Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária e dá outras providências.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

RESOLUÇÃO Nº 27/2015 - CPMP, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Descreve, com acréscimo do artigo 6º-A à Resolução nº 02/2009-CPMP, as atribuições próprias do âmbito das Promotorias de Justiça Especializadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 26/2015 - CPMP, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

Disciplina a Eleição para Corregedor-Geral em 2015.

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2015 - GPGJ, DE 15 DE DEZEMBRO 2015

Cria a Assessoria Especial de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro por prerrogativa de função e altera o Ato Regulamentar nº 20/2008 - GPGJ.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2015-GPGJ, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a Política de Comunicação Institucional Oficial do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2015-GPGJ, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Altera o inciso IV, do art. 2º, do Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ, com redação conferida pelo Ato Regulamentar nº 11/2015 - GPGJ.

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2015-GPGJ, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015

Normatiza, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Portal da Transparência, adequando-o às Resoluções nº 86, nº 89 e nº 115 e ao novo Manual de 2015 do CNMP, que trata do Portal da Transparência.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2015-GPGJ, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Ato Regulamentar nº 10/2015-GPGJ e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR nº 12, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Ato Regulamentar nº 01/2015, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2015 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 11, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ (Registro biométrico) - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Ato Regulamentar nº 10/2014-GPGJ, que dispõe sobre a alteração do Anexo I do Ato Regulamentar nº 003/2013 - GPGJ.

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2015 - GPGJ, DE 13 DE AGOSTO DE 2015

Altera o Ato Regulamentar nº 11/2014-GPGJ, que dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão e dá outras providências.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

ATO REGULAMENTAR Nº 08/2015-GPGJ, DE 13 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre a gestão e fiscalização dos contratos, convênios, ajustes, atas de registro de preços ou de outros instrumentos congêneres, celebrados no âmbito do Ministério Público.

ATO REGULAMENTAR Nº 07/2015-GPGJ, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2015/2016.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2015-GPGJ, DE 17 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre a remoção, a pedido e por permuta, de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2015 - GPGJ, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Altera o Ato Regulamentar nº 01/2015, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2015 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 04/2015 - GPGJ, DE 21 DE MAIO DE 2015

Acresce o parágrafo único ao art. 128, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, disciplinando a lotação provisória do Assessor de Promotor de Justiça em Substituição Plena.

ATO REGULAMENTAR Nº 03/2015-GPGJ, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre alterações no Ato Regulamentar nº 03/2013 - GPGJ (Estágio).

ATO REGULAMENTAR Nº 02/2015-GPGJ, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

Regulamenta os procedimentos administrativos para a concessão de licença para tratamento de saúde, de licença por motivo de doença em pessoa da família e de licença à gestante aos Membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 01/2015-GPGJ, DE 06 DE JANEIRO DE 2015

Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2015 e dá outras providências. (Alterado pelo Ato Regulamentar nº 05/2015-GPGJ e nº 12/2015-GPJ)

ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01-DG, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Disciplina a solicitação de veículo à seção de transporte.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA 01/2015 - GPJ/CAOP-SAÚDE

Recomenda que os Membros do Ministério Público com atuação na área da Saúde exijam dos gestores que disponibilizem em seus Municípios os perfis mínimos de cada uma das Regiões de Saúde do Estado do Maranhão, as ações e serviços de saúde que devem ser disponibilizados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), intermediando a celebração dos Contratos Organizativos de Ações Públicas de Saúde (COAPS) e



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Termos de Ajustamento Sanitários (TAS), a fim de que o ente público passe a se conformar ao que dispõe a legislação sanitária vigente.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2015-GPGJ, DE 07 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre o Termo de Cooperação Técnica nº 03/2014, celebrado entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão e a Polícia Rodoviária Federal no Maranhão. (Veja o Extrato do Termo de Cooperação Técnica nº 03/2014 no link Parcerias Institucionais).

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2015-GPGJ, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015

Recomendação à Secretaria de Transparência e Controle do Maranhão.